

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

MARIANA HETTI GOMES

Versão corrigida

Autorias do fracasso: uma comparação entre *Naufragios*, de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, e *Travels in the interior districts of Africa*, de Mungo Park

São Paulo

2022

MARIANA HETTI GOMES

Autorias do fracasso: uma comparação entre *Naufragios*, de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, e *Travels in the interior districts of Africa*, de Mungo Park

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Literatura Hispano-americana.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Fernando Gasparini

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G633a Gomes, Mariana Hetti
Autorias do fracasso: uma comparação entre Naufragios, de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, e Travels in the interior districts of Africa, de Mungo Park / Mariana Hetti Gomes; orientador Pablo Fernando Gasparini - São Paulo, 2022.

187 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de concentração: Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana.

1. Relatos de viagem. 2. Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. 3. Mungo Park. 4. Século XVIII. 5. República das Letras. I. Gasparini, Pablo Fernando, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Mariana Hetti Gomes****Data da defesa: 29/03/2022****Nome do Prof. (a) orientador (a): Pablo Fernando Gasparini**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 09/05/2022



(Assinatura do (a) orientador (a))

GOMES, M. H. **Autorias do fracasso**: uma comparação entre **Naufragios**, de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, e **Travels in the interior districts of Africa**, de Mungo Park. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestrado em Literatura Hispano-americana.

Aprovada em: 29 de março de 2022

Banca Examinadora

Prof. Dr. Pablo Fernando Gasparini

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Não-votante

Assinatura: _____

Prof. Dr. Iris Kantor

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovado

Assinatura: _____

Prof. Dr. Alfredo Cordiviola

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Julgamento: Aprovado

Assinatura: _____

Prof. Dr. Nuria Soriano Muñoz

Instituição: Universitat de València

Julgamento: Aprovado

Assinatura: _____

Dedico este trabalho aos meus irmãos, Luan e Romualdo

AGRADECIMENTOS

As trajetórias pelas quais caminhei para chegar até esse final somente aparecem nas entrelinhas desse trabalho. Explicito, brevemente, alguns nomes a quem devo muito dos meus passos.

Presente desde antes de que essa ideia se desenvolvesse está Pablo Fernando Gasparini, orientador da presente dissertação. Devo agradecer antes de tudo pela sua cativante docência, que me levou a centrar-me nesse campo de estudos. Agradeço por acreditar que eu pudesse desenvolver um bom trabalho, pelas motivações contínuas e indagações sempre precisas. Nossos diálogos extremamente construtivos, dos quais eu sempre saía cheia de ideias, sempre me deixaram com ainda mais animação para seguir produzindo. Também agradeço que, em meio a esses anos turbulentos, tenha ainda tido atenção, disponibilidade, compreensão.

Tomo espaço para agradecer a Bruno Verneck, meu colega e amigo. Que fortuito e produtivo que os nossos caminhos acadêmicos se cruzassem. Obrigada pela troca de bibliografias, de perspectivas; pelas discussões e pelas produções conjuntas; pela amizade.

Pelas leituras, críticas, e por muito além de tudo isso agradeço a minha mãe, Patrícia. Agradeço por ter lido, corrigido e discutido comigo cada uma das partes dessa dissertação. Quero também registrar a importância das inúmeras conversas mais acadêmicas, as quais traço desde a infância. Se eu tive todas as condições para desenvolver um bom trabalho, devo isso a ela.

Agradeço ao meu pai, André, que também me deu todo o suporte para poder seguir a carreira acadêmica. Saliento os vários conselhos incisivos e preciosos ao longo da minha formação escolar e acadêmica, determinantes para chegar aonde estou e para seguir além. Obrigada pela formação cultural à qual me expôs: carregou-a comigo onde quer que esteja.

Devo reservar um parágrafo aos meus preciosos amigos de São Paulo. Gabriel, meu amigo de longa data e meu iniciador na Letras USP. Meus passos foram guiados pelos seus nas primeiras semanas de exploração da academia: se escrevo essa dissertação é por ter me sentido tão bem acolhida nesse tenro início. À Marina devo agradecer o carinho, a mentoria pelo mundo francófono, a troca de ideias que me acrescenta e está plasmada nessas páginas. A Luca sou grata por ler o que escrevo, o que ainda não escrevi e o que nunca vou escrever. Por instigar, por abrir-me a outras áreas do conhecimento. Pela admiração mútua que carregamos como leveza.

Devo alongar-me também em agradecimentos a algumas pessoas da Espanha: minha família política, meus sogros, Ángel e Isabel, e a Jesús. Vuestro acogimiento fue esencial para el desarrollo de este trabajo. Gracias por hacerme sentir bienvenida.

A Mich, meu namorado e marido, agradeço primeiro por ter lido e relido os capítulos da dissertação e por el incidental intercâmbio cultural. Mas principalmente por estar nas más pequeñas e irrelevantes coisas. Pelo suporte do dia-a-dia, tão inaudito, mas de um valor inestimável. Pelo abrigo, pelo cuidado. Por expandir o meu mundo.

Finalmente, agradeço ao Departamento de Letras Modernas pelo suporte institucional, pela prontidão em ajudar e por possibilitarem o desenvolvimento dessas pesquisas. Estendo o agradecimento à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, com a qual tenho não só um vínculo enquanto instituição, mas pela qual tenho um carinho imenso. À CAPES, claro, que me concedeu a bolsa, agência de fomento cuja importância para o desenvolvimento de pesquisa no Brasil e para o conhecimento é simplesmente incalculável. Espero que o trabalho esteja à altura dessas instituições, pelas quais se deve sempre lutar.

RESUMO

Esta dissertação propõe uma comparação de dois relatos de viagens fracassadas: **Naufragios**, de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, e **Travels in the interior districts of Africa**, de Mungo Park. Distantes mais de duzentos anos em suas produções, ao serem interceptados pela pergunta sobre como se tornaram consagrados no cânone expansionista apesar do insucesso de suas expedições, aproximam-se em publicações do século XVIII. **Naufragios**, adaptado ao ser inserido como parte da coletânea **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales** (1749), é incorporado no discurso apologético da colonização espanhola da América. **Travels**, publicado pela primeira vez em 1799, tem êxito instantâneo e anima a exploração britânica do interior da África. Como fundamentação, o trabalho recupera a categoria de autoria do século XVIII, comportando uma cadeia de produção mais além dos escritores, e refere-se ao conceito de apropriação da história cultural de Chartier. Incluídas na produção ou materialmente nos livros, autoridades e instituições ajudam a legitimar essas publicações. Fica evidente que essas publicações setecentistas têm relação com uma disputa sobre quais são as formas legítimas para a história e para os relatos de viagem, e a investigação então contorna a ligação dos livros com concepções concorrentes sobre verdade. A partir de análises formais das narrativas e da leitura de Shapin sobre confiança como civilidade, a verdade aparece como uma categoria em disputa: de um lado, a retórica; de outro, o empirismo científico. Tal conflito tem relação com uma mudança do eixo de poder da península ibérica para o norte da Europa ao longo do Iluminismo. Por fim, passa-se à grande temática dos relatos de viagem, os deslocamentos, e suas formalizações em cada um desses dois textos. A fim de analisar a exposição de seus processos de composição textual, o estudo se centra no **Naufragios** de 1555 e segue no **Travels** de 1799. A análise aponta a centralidade do retorno ao território inicial nessas narrativas fracassadas, as quais insistem na sobrevivência em função de poder relatar, provando que, apesar dos insucessos, sempre estão a serviço de seus respectivos reinos. Ademais, através da concepção de Haesbaert de espaço e território, a volta traça um itinerário civilizatório. Servem, portanto, politicamente aos interesses da Espanha e da Grã-Bretanha e inserem-se em um circuito de legitimação. A reflexão final, no entanto, salienta que embora tenham se consagrado devido à sua aderência a um discurso oficial, mantêm-se no cânone pelas contradições internas às formalizações desses relatos – as quais os permitem serem apropriados e reapropriados por diferentes autorias.

Palavras-chave: relatos de viagem; Álvaro Núñez Cabeza de Vaca; Mungo Park; século XVIII; República das Letras.

ABSTRACT

This master thesis proposes a comparison between two travel writings of failed trips: **Naufragios**, by Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, and **Travels in the interior districts of Africa**, by Mungo Park. Although these narratives are two hundred years apart, if intercepted by the question of how – despite their expeditions’ misadventures – they ascended to the expansionist canon, their distance decreases due to their 18th-century publications. **Naufragios**, adapted when included as part of the collectanea **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales** (1749), becomes part of the apologetic discourse of Spanish colonization of America. **Travels**, published for the first time in 1799, is an immediate hit and encourages British exploitation of the interior of Africa. As theoretical principals, the work retrieves the 18th-century category of authorship, compounding a production chain beyond the writer, and refers to Chartier’s cultural history concept of appropriation. Included in the production or materially in the books, authorities, and institutions help legitimize these publications. It becomes evident, therefore, how these 18th publications are related to a dispute on what are the legit formulations for history and travel writing, and the research then delineates the link between the books and concurrent conceptions of truth. Through formal analysis of the narratives and the reading of Shapin about trust as civility, truth is explored as a category in dispute: on the one hand, rhetoric; on the other, scientific empiricism – and how this conflict is attached to a power axis from Iberic peninsula to northern Europe through Enlightenment. Finally, displacement, the main theme of every travel writing, is studied along with its formalization in each of these texts. To analyze how they portrait their composition process, the study focus shifts to 1555 **Naufragios** and remains in 1799 **Travels**. The analysis points to a centrality of the return to initial territory in these narratives on failure, insisting on their survival so that they would be able to tell their experience. That proves that, despite their lack of success, the two expeditionary were always on duty to their respective kingdoms. Furthermore, through Haesbaert’s concept of space and territory, on the way back they trace a civilizing itinerary. Because the texts served politically to the interests of Spain and of Great Britain, they are included in this legitimate circuit. The final reflection, nonetheless, underlines that, although the books have ascended due to their adherence to official discourse, their remaining at that legitimate place is intertwined by the contradictions in their forms – allowing them to be appropriated and reappropriated by different authorship instances.

Keywords: travel writing; Álvaro Núñez Cabeza de Vaca; Mungo Park; 18th century; Republic of Letters.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Estátua de Leopoldo II, rei da Bélgica, que se apropriou do espaço do atual Congo como território próprio e massacróu a população nativa. Como protesto em 2020, foi vandalizada.	5
Figura 2: Capa da edição de 1542, Zamora, da Relación de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. ..	21
Figura 3: Capa da edição de 1555, Valladolid, da Relación y Comentarios de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca.	23
Figura 4: Trecho de Epítome, editado por Andrés González Barcia, sobre Álvaro Núñez Cabeza de Vaca.	42
Figura 5: Capa do livro History of the Royal Society (1667), de Thomas Sprat. À esquerda, William Brouncker, primeiro presidente da Royal Society. Ao centro, o busto de Charles II, rei da Inglaterra. À direita, Francis Bacon.	58
Figura 6: Índice de conteúdo de Travels in the interior districts of Africa (1799).	66
Figura 7: Retrato de Mungo Park em seu livro Travels in the Interior Districts of Africa (1799).	117
Figura 8: Parte da capa de Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales (1749)...	120
Figura 9: Mapa feito por Major Rennell baseado nas notas de Mungo Park sobre sua viagem à África. Impresso em Travels in the Interior Districts of Africa (1799).	128
Figura 10: Cabeçalhos retirados das páginas 4 e 5 de “Naufragios de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca; y relacion de la jornada, que hizo a la Florida con el adelantado Panfilo de Narvaez” (1749).	130
Figura 11: Fragmento correspondente ao trecho percorrido por Park no capítulo III do mapa impresso em Travels in the Interior Districts of Africa	138

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: RELATOS TRIUNFANTES DE VIAGENS FRACASSADAS	1
2	CAPÍTULO 1: ESCREVER SOBRE O REINO, ESCREVER AO REINO	17
2.1	Relatos de Cabeza de Vaca e sua publicação setecentista	20
2.1.1	<i>La relación</i> de Álvar Núñez Cabeza de Vaca e suas publicações em tempos de sua produção	20
2.1.2	A historiografia das Índias até o século XVIII	28
2.1.3	Mudança de dinastia: Habsburgos a Bourbons	32
2.1.4	Real Academia Española	33
2.1.5	Andrés González Barcia: editor, comentarista, autor	35
2.1.6	A publicação setecentista de <i>Naufragios</i>	41
2.2	Viagens de Mungo Park	52
2.2.1	A união de reinos e parlamentos	52
2.2.2	A historiografia e o Iluminismo escocês	54
2.2.3	Royal Society of London e Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa	57
2.2.4	Mungo Park: viajante ilustrado	61
2.2.5	A publicação de <i>Travels in the interior districts of Africa</i>	63
2.3	Edições e a mudança de leitura no século XVIII	71
3	CAPÍTULO 2: A EDIFICAÇÃO DA VERDADE	75
3.1	Critérios	79
3.1.1	<i>Simplicidade</i>	84
3.1.2	<i>Autor, deslocamento e resiliência</i>	89
3.1.3	<i>Fontes</i>	97
3.1.4	<i>Escrita</i>	103
3.1.5	<i>Escritor e autoria</i>	112

3.2	Discursos: historiográfico e científico	120
3.3	Choques epistemológicos	124
4	CAPÍTULO 3: ITINERÁRIOS CIVILIZATÓRIOS	127
4.1	Caminho ético: breves considerações sobre a edição de 1749	129
4.2	Composição: mediação, imediação	133
4.3	Antes das misérias: capítulos e datas	137
4.4	Fim: o retorno	143
4.5	Retorno e território	149
4.6	Circularidade	154
5	COMENTARIOS FINAIS: O TRIUNFO	157
	BIBLIOGRAFIA	161

1 INTRODUÇÃO: RELATOS TRIUNFANTES DE VIAGENS FRACASSADAS

“Agora o mar já cedeu e submete-se
a todas as nossas leis (...)
Em anos futuros virão gerações,
para as quais o Oceano afrouxará as rédeas
da natureza, e a terra mostrar-se-á incomensurável,
Tétis desvendará novos mundos,
e Tule não será a mais remota das regiões” (SÊNECA, 2013, vv. 364–379)

A tragédia **Medeia** não relata uma viagem. Nem a grega, de Eurípedes, nem a latina, de Sêneca. Seguem a característica expressada na **Poética** de Aristóteles (2017, p. 69–71): “a tragédia tende, tanto quanto possível, a se limitar a um único período de sol ou a exceder minimamente o período de um dia”. Somente pano de fundo para essa trama, a ida dos argonautas em busca do velocino de ouro não é encenada. Mas é a bordo do navio Argo quando Jasão se encontra com Medeia, que trai sua família para ajudá-lo. Há eventos anteriores à tragédia, que quando começa a protagonista já está casada com Jasão e com ele tem dois filhos.

À viagem se remete, e nela se debruça Medeia com palavras dolorosas ao longo da tragédia senequiana. Esses acontecimentos passados dão densidade ao destino inevitável quando Jasão, após ser pressionado por Creonte, decide trocar de esposa: Medeia convence a si mesma através de seus longos monólogos a ir adiante com sua tão conhecida vingança. “De que modo deixarás o teu marido? Do mesmo modo que o seguiste. Acaba já com as tuas hesitações cobardes: a casa que de um crime recebeste, com um crime a deves deixar” (SÊNECA, 2013, vv. 53–55). O enredo já sabemos; mas de quem é a culpa por toda essa tragédia? De Jasão, de Creonte, de Medeia? Da viagem e seus ecos?

“Agora o mar já cedeu e submete-se a todas as nossas leis”. Sobre as consequências do navio Argo no presente e no futuro reflete o coro da **Medeia** latina. O homem domina o mar, descobrem-se novas terras, o Oceano é desbravado, a terra cresce. Mas o desbravamento do navio Argo também traz grandes males: “Qual foi a recompensa desta viagem? O velo de ouro e um mal maior do que o mar — Medeia, pagamento digno do primeiro navio” (SÊNECA, 2013, vv. 361–363). E essa consequência atua no argumento trágico. Medeia é a consequência

da primeira viagem. Sêneca em época de plena expansão imperial romana faz recitar os efeitos negativos dos desbravamentos espaciais.

“¿Qué más claro pude decir Sêneca del descubrimiento destas Indias?” (LAS CASAS, 1875, p. 87)¹, pergunta Bartolomé de Las Casas, referindo-se à passagem do coro. Evidentemente não a este último trecho em que critica a expansão. A outro: “Venient annis sæcula seris/quibus Oceanus vincula rerum/Tiphisque novos detegat orbis/nec sit terrarum ultima Thile” (LAS CASAS, 1875, p. 86). Cita-os no capítulo X de sua **Historia de Las Indias**, de modo a atribuir desígnios cristãos à chegada de Cristóvão Colombo à América. E o frei dominicano não foi o único a argumentar que tal fragmento do coro de **Medeia** sobre a expansão a novos territórios foi profética. Em seu **Libro de las Profecías**, Cristóvão Colombo inclui esse trecho, e a seus versos Francisco López de Gómara dedica um dos últimos capítulos da **Historia General de las Indias** chamado “Un dicho de Sêneca acerca del Nuevo Mundo, que parece adivinanza”².

A pergunta de Las Casas faz o trecho de Sêneca adquirir ares de profecia: a ida às Índias Ocidentais foi adivinhada pelo cordobês nesse trecho do coro de **Medeia**. E quando os espanhóis olham para Sêneca a fim atribuir à conquista um caráter de destino, operam uma distorção temporal-espacial – mas também uma distorção do argumento trágico. Na **Medeia**, de Sêneca, a audácia da expansão leva às consequências que são encenadas. Deslocam o trecho do argumento trágico nessa operação de destempe. Convenientemente, a negatividade que dá Sêneca ao referir-se à expansão não ecoa. Ocultam que a “premonição” está imbuída de condenação dessa conduta audaciosa e silenciam que o coro começa por engrandecer a época em que “cada um ficava tranquilamente nos seus litorais” (SÊNECA, 2013, v. 331).

Quando Tule está longe de ser a mais remota das regiões, os espanhóis montam nova camada de sentido a essa tragédia. No período inaugurado simbólica e concretamente com a chegada em 1492 à América, apropriam-se desse fragmento, alterando o sentido da tragédia e da própria citação ao deslocá-la. Seleccionam o trecho que lhes convém, omitem seu tom, atribuem a um desígnio de uma Fortuna cristianizada o descobrimento de novas terras. Porque é profético, parece inevitável a chegada dos espanhóis à América. Las Casas inclusive dá a entender que Sêneca tinha predileções cristãs, visto que, segundo o dominicano, o estoico mantinha contato com o apóstolo Paulo (LAS CASAS, 1875, p. 86). Para que uma autoridade

¹ “O que mais claro pode dizer Sêneca sobre o descobrimento destas Índias?” (tradução nossa).

² “Uma citação de Sêneca sobre o Novo Mundo, que parece adivinhação” (tradução nossa).

como Sêneca faça parte da biblioteca da conquista, apropriam-se do trecho e lhe dão um novo sentido, dialogando com sua época e com seu projeto político-religioso. Assim, a **Medeia** latina passa a compor discursivamente a representação que esses espanhóis fazem da conquista, séculos depois de sua escrita.

Os textos dos exploradores europeus também passam por um longo processo de apropriação. Historicamente constroem-se diferentes representações da expansão europeia a partir de leituras, da edição, da reedição, da exclusão; enfim, do ordenamento dos textos e livros. A **Brevísima relación de la destrucción de las Indias** (1552), do próprio Las Casas, foi editada e reeditada na Espanha e em outros países da Europa inumeráveis vezes. Nunca se perdeu de vista, circulando por imprensas e leitores, muitas vezes para fomentar uma imagem negativa do país ibérico. **Travels to discover the source of the Nile** (1790), de James Bruce, foi ridicularizado e tachado de sensacionalista pelos seus contemporâneos. Depois de investigações para verificar a veracidade de sua narrativa, teve sua credibilidade reconhecida. A **Nueva corónica y buen gobierno** (1615-1616), de Felipe Guamán Poma de Ayala, perdeu-se por tanto tempo que pouco se pode falar de sua circulação e apropriação durante o século de sua escrita. Aparece já no século XX na Dinamarca, quando finalmente pode ser lido e só então agregado ao discurso da colônia. São textos que vão sofrendo ao longo do tempo diferentes apropriações, e cujos sentidos vão sendo restringidos e acumulados ao longo de seus agrupamentos, suas exclusões, suas reproduções e de suas leituras.

La relacion y comentarios del gouernador Aluar nuñez cabeça de vaca de lo acaescido en las dos jornadas que hizo a las Indias, publicado em meados do século XVI, ainda que não fosse um relato oficial da Coroa teve alguma relevância na época de sua publicação. O que relatou sobre a primeira viagem à América chegou a ser incluído por Gonzalo Fernández Oviedo em um dos últimos livros de **Historia General y Natural de las Indias**³. Entretanto, o relato de Cabeza de Vaca ficou perdido em arquivos durante quase dois séculos. Só no início do século XVIII foi apropriado por um letrado para compor uma reescrita da colonização da América, em coletânea chamada **Historiadores Primitivos de Las Indias Occidentales** (1749). Mais conhecido como **Naufragios**, a partir de então integrou o cânone da conquista.

³ A segunda parte de **Historia General y Natural de las Indias**, de Oviedo, só é editada e publicada propriamente no século XIX.

O livro britânico **Travels in the Interior Districts of Africa**, de Mungo Park, por sua vez, desde que veio a público não se perdeu de vista. Teve três edições somente em 1799, ano de sua primeira publicação. Após tamanho sucesso, o autor foi o primeiro a ter uma expedição ao interior da África financiada diretamente pelo governo britânico. Seu **Travels** seguiu sendo reeditado durante o século XIX, sendo reapropriado para discutir a abolição da escravidão (MARSTERS, 2000, p. 24–25), para justificar a intervenção na África, para servir como fonte documental, ou até mesmo como grande espécime de seu gênero. Até hoje compõe, muitas vezes elogiosamente (MACEDO, 2013, p. 136), o discurso da exploração britânica do interior da África.

Não deixa de ser esta dissertação outra apropriação, dessa vez destes dois textos: **Naufraios**, de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca e **Travels in the interior districts of Africa**, de Mungo Park. Insere-se esse estudo em um esforço de revisitação e ressignificação da expansão europeia que ultrapassa o âmbito acadêmico. *Colombus' day* está dando lugar ao *Indigenous people's day* nos Estados Unidos. Estátuas de colonizadores são vandalizadas ou derrubadas. Discussões sobre a questão histórica de monumentos tomam os jornais⁴. E a extrema-direita cresce ou é eleita e suas pautas são votadas em vários países do mundo, com um discurso que dá ares positivos aos processos de colonização⁵. Sem contar que estes mesmos líderes de extrema-direita acirram políticas de extermínio de populações nativas, e destaque recentes acontecimentos no próprio Brasil⁶.

Não é sem intuito político, portanto, que me aproprio desses textos agora. Pensando na composição do discurso expansionista europeu, abordar **Naufraios** e **Travels** tem relevância por serem parte até hoje do cânone. Constam em coletâneas recentes de historiografia literária; como no capítulo “The first fifty years of Hispanic New World historiography” do livro **The**

⁴ Para dar um exemplo, a matéria de Leandro Karnal publicada em 06 de outubro de 2021 no Estado de São Paulo, intitulada “Devemos queimar as estátuas de Bernini?”. Disponível em:

<<https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,devemos-queimar-estatuas-de-bernini,70003860612>>.

⁵ Um exemplo disso são as declarações do que chamaríamos no Brasil de governadora da Comunidade de Madrid, Isabel Díaz Ayuso. Em uma dessas falas apologéticas do processo de colonização, disse que a Espanha levou “libertad, paz y prosperidade” a América. Para ler mais, está disponível em: <<https://elpais.com/espana/2021-09-29/los-desatinos-de-ayuso-sobre-el-indigenismo-y-el-legado-de-espana-en-america.html>>.

⁶ Sobre a negligente (se não destrutiva) gestão da pandemia do governo de Jair Bolsonaro que levou à morte de vários indígenas, ver a matéria disponível em: <[https://oglobo.globo.com/brasil/lideres-dos-povos-indigenas-acusam-bolsonaro-de-genocidio-em-haia-25147066#:~:text=RIO%20%2D%20Diante%20da%20morte%20de,\(TPI\)%2C%20em%20Haia](https://oglobo.globo.com/brasil/lideres-dos-povos-indigenas-acusam-bolsonaro-de-genocidio-em-haia-25147066#:~:text=RIO%20%2D%20Diante%20da%20morte%20de,(TPI)%2C%20em%20Haia)>.

Figura 1: Estátua de Leopoldo II, rei da Bélgica, que se apropriou do espaço do atual Congo como território próprio e massacrrou a população nativa. Como protesto em 2020, foi vandalizada.



Fonte: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-53017188>>.

Cambridge History of Latin American Literature e no capítulo “Travel Writing, 1707–1918” de **The Edinburgh History of Scottish Literature**. Até hoje, esses textos participam publicações que ajudaram e ajudam a compor a narrativa sobre a exploração espanhola da América e a britânica da África. Traçar os processos de chegada ao cânone busca provocar reflexões sobre o vínculo entre os textos e a representação que se quer passar sobre os eventos históricos.

Mas ainda mais perguntas emergem quanto à admissão desses textos no cânone se lembramos que os dois livros falam de viagens fracassadas. “Como ni mi consejo, ni diligencia, aprovecharon para que aquéllo a que eramos idos fuesse ganado conforme al servicio de Vuestra Magestad (...) no me quedó lugar para hazer más servicio deste, que es traer a Vuestra Magestad relación” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 80)⁷, diz Cabeza de Vaca. E Mungo Park, no mesmo sentido, declara:

⁷ “Como nem meu conselho, nem diligência, foram de proveito para que aquilo a que tínhamos ido fosse ganhado conforme o serviço de Vossa Majestade (...) não me restou lugar para fazer mais serviço que este, que é trazer a Vossa Majestade *relación*” (tradução nossa).

I should deliver this volume to the world, with that confidence of a favourable reception, which no merits of my own could authorise me to claim; were I not apprehensive that expectations have been formed, by some of my subscribers, of discoveries to be unfolded, which I have not made, and of wonders to be related, of which I am utterly ignorant (PARK, 2000, p. 46)⁸.

Não que sejam inovadores tão somente por falarem de viagens fracassadas. Pululam os relatos de viagens desastrosas em meio à exploração europeia de outros territórios – relembremos a coletânea **História Trágico-Marítima** de Bernardo Gomes de Brito, por exemplo. O diferencial é justamente as duas condições combinadas: textos sobre fracasso que se tornaram parte do cânone da exploração europeia, compartilhando lugar com os textos sobre triunfos – relembremos Cristóvão Colombo ou Joseph Banks, por exemplo, que contam sobre expedições que de fato conquistaram territórios. **Naufragios** e **Travels** ultrapassam a biblioteca da fatalidade, e compõem enquanto fracasso as grandes coletâneas do expansionismo à América e à África.

Que o desastre da expedição de Pánfilo de Narváez, em que morre grande parte da expedição e não conquistam espaços novos, seja ilustre partícipe da representação da conquista espanhola da América desperta alguma curiosidade. Ou que um percurso com objetivo de chegar a cidades já famosas do interior da África no qual o autor, sozinho, é preso e quase falece por sede seja um clássico instantâneo também me pareceu inquietante. Como assinala Lucía Invernizzi referindo-se a **Naufragios** e **Infortunios**, dois textos da conquista espanhola, “actos meritórios, dignos de ser reconocidos y recompensados, son aquellos que contribuyen a crear la grandeza del dominio imperial español: hazañas, triunfos de adversarios, éxitos de conquista y colonización. Nada más distante de ello que esa armada (...) de Pánfilo de Narváez” (INVERNIZZI SANTA CRUZ, 1987, p. 9)⁹. Apesar de relatarem os reveses, **Naufragios** e **Travels** foram integrados à biblioteca da exploração europeia. O questionamento que guiou a presente pesquisa foi “como?”. Antes de discorrer sobre essa pergunta, apresento mais detidamente os livros, seus escritores e as expedições sobre as quais relatam.

Álvar Núñez Cabeza de Vaca nasceu entre 1485 e 1492 (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2013, p. 14) em Jerez de la Frontera, Espanha. O (curioso) sobrenome Cabeza de Vaca vem de sua família paterna, estabelecida em Castilha desde o fim do século XIII (ADORNO; PAUTZ;

⁸ “Eu traria esse volume para o mundo com a confiança de uma recepção favorável, a qual nenhum mérito meu poderia autorizar-me pedir, se não estivesse apreensivo que expectativas foram formadas por alguns de meus subscritores de descobertas a serem feitas, que eu não fiz, e maravilhas a serem relatadas, as quais ignoro completamente” (tradução nossa).

⁹ “Actos meritórios, dignos de serem reconocidos e recompensados, são aqueles que contribuem a criar a grandeza do domínio espanhol: façanhas, triunfos de adversários, éxitos de conquista e colonização. Nada mais distante disso que essa armada (...) de Pánfilo de Narváez” (tradução nossa).

NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999b, p. 311), cujos homens foram em grande parte militares. Do lado de sua família materna, vem o famoso avô de Álvaro, Pedro de Vera Mendoza, um dos expoentes espanhóis na conquista das ilhas Canárias em meados do século XV. No momento em que o império espanhol se expande para a América, sua família já estava assentada em Andaluzia, região que se conectava então mais diretamente com as Índias Ocidentais. Álvaro segue por essa tradição militar de ambos os lados, paterno e materno, e integra a expedição de 1527 comandada por Pánfilo de Narváez. Seu objetivo era conquista da Florida, sendo seu tesoureiro Álvaro Núñez.

Sobre esta viagem trata seu livro hoje conhecido como **Naufragios**, publicado no século XVI como **Relación**. Atualmente, é um participante ilustre do cânone da conquista espanhola na América. Como sugere o título pelo qual é conhecido, o mar parece engolir a chance de que a expedição completasse o desígnio da Coroa espanhola – junto das más decisões dos pilotos e do líder da expedição. Dos cinco navios e 600 pessoas presentes na saída da Espanha (ADORNO; PAUTZ; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999a, p. 23), somente Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, Andrés Dorantes de Carranza, Alonso de Castillo Maldonado e Estebanico voltam para contar a história da entrada à Florida (ainda que o último, sem sobrenome e sem voz direta, não mantém o registro de sua perspectiva em nenhum momento; foi um negro escravizado pelos espanhóis). Esses homens passaram dez anos nesse “novo” continente, perambulando por onde é hoje em dia o sul dos Estados Unidos, até finalmente encontrarem espanhóis no atual México. Cabeza de Vaca volta à Espanha em 1537, quando ele e Andrés Dorantes conseguem uma audiência com o rei para requerer o reconhecimento da Coroa.

Cabeza de Vaca consegue tal reconhecimento. Em 1540, retorna ao continente americano, desta vez com ofício de *Gobernador y Adelantado del Río de la Plata*. Havia suspeitas de que Juan de Ayola, a quem tais cargos haviam sido designados, estivesse morto (ADORNO; PAUTZ; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999c, p. 102), pela falta de notícias suas. Se este fosse o caso, o explorador espanhol poderia exercer tais cargos plenamente. Entretanto, permanece ali somente quatro anos, até 1544, quando retorna à Espanha preso, acusado de haver exercido um mal governo na região e maltratado os indígenas. Dessa segunda ida trata um outro relato, conhecido como **Comentarios** (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1555a), escrito não por Cabeza de Vaca, mas por seu secretário, Pero Hernández. A fama deste segundo livro vem em especial por nele estarem registradas pela primeira vezem escrita alfabética as Cataratas do Iguaçu.

Mais de duzentos anos se passam, mas seguem os incessantes relatos de viagens europeus sobre terras remotas: novos focos de produção sobre outros espaços.

Mungo Park nasceu no interior da Escócia em 1771, em uma família humilde. Vai à capital Edimburgo para seus estudos universitários. Através de contatos de sua família, em Londres consegue integrar sociedades de estudos botânicos. Viaja pela primeira vez para as Índias Orientais e, então, vai ao lugar de onde europeu algum havia conseguido voltar. Enquanto a costa da África havia sido bastante explorada e ocupada por europeus, nunca haviam decidido adentrar seu interior (MARSTERS, 2000, p. 5–6). As informações mais recentes que circulavam na Europa sobre essas localidades era do livro de Leo Africanus, **Description of Africa**, publicado em meados do século XVI (CURTIN, 1964b, p. 11).

Park parte em 1795 para o interior da África. Sobre esta sua viagem é seu livro **Travels in the Interior Districts of Africa**, conhecido por encontrar (e registrar o encontro) com o rio Níger, algo nunca antes feito na Idade Moderna por um europeu. Entretanto, Park não logra chegar às cidades grandes nas quais se esperava que fosse, Tombuctu e *Houssa*. Decide retornar ao litoral e volta à Grã-Bretanha após pouco mais de dois anos na África. Publica seu livro já quase na virada do século XIX. Durante um breve intervalo permanece na Escócia, até que em 1805 faz uma outra viagem à África, dessa vez financiada pelo governo britânico. Mas, se a primeira vez foi desastrosa, a segunda ainda mais: todos os homens morreram durante a expedição, incluindo Park. As anotações reunidas sobre sua última jornada foram editadas por John Whishaw e publicadas como **The Journal of a Mission to the Interior of Africa**.

Se disse que ambos são relatos de viagens, devo delinear o que entendo por este gênero. De acordo com Beatriz Colombi em seu artigo “El viaje y su relato”,

Podemos definir al viaje como una narración en prosa en primera persona que trata sobre un desplazamiento en el espacio hecha por un sujeto que, asumiendo el doble papel de informante y protagonista de los hechos, manifiesta explícitamente la correspondencia —veraz, objetiva— de tal desplazamiento con su relato. Estos componentes temáticos (desplazamiento en el espacio), enunciativos (coincidencia del sujeto de la enunciación y del enunciado) y retóricos (veracidad, objetividad, marcas de lo factual) guardan constancia a lo largo del tiempo (COLOMBI NICOLIA, 2006, p. 11)¹⁰.

¹⁰ “Podemos definir [o relato de] viagem como uma narração em prosa em primeira pessoa que trata sobre um deslocamento no espaço feita por um sujeito que, assumindo o duplo papel de informante e protagonista dos feitos, manifesta explicitamente a correspondência – veraz, objetiva – de tal deslocamento com seu relato. Esses componentes temáticos (deslocamento no espaço), enunciativos (coincidência do sujeito da enunciação e do enunciado) e retóricos (veracidade, objetividade, marcas do factual) guardam constância ao longo do tempo” (tradução nossa).

Esta última frase, postulando que as características genéricas guardam “constancia a lo largo del tiempo”, abre as portas para o presente estudo. E de fato, apesar da grande distância temporal entre a produção dos dois textos, ambos se encaixam nessa definição. **Naufragios** e de **Travels** são narrações em prosa, cujos conteúdos temáticos são os deslocamentos espaciais – objetivos e factuais. Sendo mais precisa, suas viagens fazem parte das expansões ultramarinas europeias a espaços até então inexplorados pelos europeus. Quanto ao componente enunciativo, são narrados em primeira pessoa, sendo o enunciador da narrativa o protagonista do livro. Por fim, em se tratando dos componentes retóricos, ambos se preocupam em parecer e postular-se como verdadeiros.

Embora sejam ambos relatos de viagens, há diferenças evidentes e incontornáveis entre **Naufragios** e **Travels**. E é nas diferenças entre esses relatos de viagem que surgiram as questões mais produtivas da pesquisa, sendo a distância histórica a mais patente. Inseridos cada um dos livros em distintos projetos de expansão europeus, seus referentes não são os mesmos. Um fala sobre América e o outro, sobre África. Rolena Adorno, em seu artigo “Nuevas perspectivas en los estudios literarios coloniales hispanoamericanos”, aponta que a comparação entre a colonização da América e da África deveria ser considerada (ADORNO, 1988, p. 23). Muitas vezes o discurso colonizador é tratado como unívoco e homogêneo; em uma comparação entre dois livros que, apesar dos paralelos, fazem referência a processos diferentes, revelam-se especificidades. Sendo seus referentes distintos, podem ser pensadas as distintas representações europeias destes locais em contexto de expansionismo e as continuidades e descontinuidades no processo europeu de ocupação desses dois continentes. Ou, mais precisamente, os processos espanhol e britânico: ainda outra diferença, reiteradamente abordada ao longo do trabalho.

Além dessas espacialidades representadas nos textos, contrastar livros cujas condições de edição e circulação são diferentes tem como potência revelar maneiras pelas quais o gênero relatos de viagem transita historicamente. Ainda que identificadas como estáveis ao longo do tempo, as próprias características desse gênero mudam seus sentidos – como diz Roger Chartier, “as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas” (CHARTIER, 2002, p. 27). Mesmo Colombi assume que “por la vastedad de su registro [el relato de viaje] constituye un género discursivo que en determinadas condiciones – cuando sus productores son letrados o intelectuales y su escritura y lectura obedece a las pautas de un horizonte artístico y estético – se lo reconoce como un género

literário” (COLOMBI NICOLIA, 2006, p. 13)¹¹. Ao refletir sobre o processo de legitimação dos textos, essas “determinadas condições” devem ser vistas também historicamente.

No traçado dos caminhos textuais, ao pensar quando se encontram com o cânone, consideramos camadas de autoria. Há uma série de instâncias, para além do escritor, que compõem os livros. Os editores, os impressores, os leitores, as instituições... Em especial no caso dos relatos de viagem, a instituição que permite a jornada, se há alguma, também faz parte da cadeia de produção. Longa cadeia de sentido, que nos leva a considerar autoria de maneira diversa àquela que se costuma atribuir: autor igual a escritor. Muito mais do que o escritor, a autoria que aqui defendo abarca todos aqueles que de algum modo produzem o sentido de uma obra. Sigo a descrição do *Diccionario de Autoridades* (1736). Segundo sua definição, autor é aquele que “escribe libros, y compone y saca a luz otras obras literárias”¹². “Sacar a luz”, por sua vez, significa “dar a la estampa, imprimir y publicar algun libro o una obra”¹³ (ALVAREZ BARRIENTOS; LOPEZ; URZAINQUI, 1995, p. 23).

Como diz Michel Foucault em seu texto “O que é um autor”:

Mas, na verdade, o que no individuo é designado como autor (ou o que faz de um indivíduo um autor) é apenas a projeção, em termos sempre mais ou menos psicologizantes, do tratamento que se dá aos textos, das aproximações que se operam, dos traços que se estabelecem como pertinentes, das continuidades que se admitem ou das exclusões que se praticam. Todas essas operações variam de acordo com as épocas e os tipos de discurso (FOUCAULT, 2009b, p. 276–277).

Partindo dessa concepção da função autor que considero autoria, muito mais do que o escritor, como uma instância que envolve toda a cadeia de produção do *livro*¹⁴.

Considerando a fundamentação teórica da história cultural, segundo a qual se estudam os processos “com os quais se constrói um sentido” (CHARTIER, 2002, p. 27), não é somente mérito da forma das narrativas a ascensão ao cânone. Priorizo uma abordagem que articula os textos com os sentidos que lhes são dados historicamente por essas outras instâncias que aqui chamo de autorais. Articulo os textos com os livros criados a partir deles. Não se distanciando totalmente de uma abordagem literária, a dissertação manuseia a forma dos textos, ao mesmo tempo que leva em conta o encadeamento com as práticas históricas de representação –

¹¹ “pela vasta extensão de seu registro [o relato de viagem] constitui um gênero discursivo que em determinadas condições – quando seus produtores são letrados ou intelectuais e sua escrita e leitura obedece às pautas de um horizonte artístico e estético – é reconhecido como um gênero literário” (tradução nossa).

¹² “escreve livros, compõe e traz à luz outras obras literárias” (tradução nossa).

¹³ “dar a estampa, imprimir e publicar algum livro ou uma obra” (tradução nossa).

¹⁴ Seguindo com Michel Foucault (2009b, p. 274): “A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade.”

incluindo não só a recepção, mas também a edição, a reedição, a associação às instituições, enfim.

Visando determinar como essas autorias e as recepções operam para outorgar aos textos o estatuto de canônico, grande parte do enfoque se faz durante o século XVIII. Como diz Chartier, “Os livreiros-editores do século XVIII publicam em profusão essas coleções de volumes múltiplos que reúnem um grande número de obras já publicadas de um dado gênero (romance, conto, relato de viagem)” (CHARTIER, 2002, p. 71). Uma empreitada editorial que dialoga com o ímpeto enciclopédico europeu, nesse momento os textos da conquista ibérica tornam-se um grande tema de discussão (SORIANO MUÑOZ, 2018, p. 205) enquanto uma outra concepção de relatos de viagem se consolida nos países norte-europeus. Não por acaso é nesse século que Cabeza de Vaca é republicado e Park pela primeira vez é publicado.

Exploro as camadas de autoria e as publicações setecentistas dos dois livros no primeiro capítulo, “Escrever pelo reino, escrever ao reino”. Começo explorando a cadeia de produção e apropriação de cada um dos textos, sempre tendo em vista a processo de chegada ao cânone. Por isso, analiso o processo de produção de sentido de **Naufragios** entre o século XVI e o XVIII. Assim como os espanhóis apropriam-se do coro de **Medeia** para agregar-lhe um novo sentido, o relato de Cabeza de Vaca sobre a expedição de Pánfilo de Narváez é recuperado e manipulado para restringir o sentido dessa obra em 1749. No que seria a terceira publicação do relato (a primeira em 1542 e a segunda em 1555), o bibliófilo e fundador da *Real Academia Española* Andrés González Barcia inclui **Naufragios** numa coletânea de textos da conquista em 1749¹⁵. Traçada a apropriação do texto até o século XVIII, só então passo ao estudo do emaranhado de autorias envolvidas na concepção de **Travels**. Desde a primeira publicação o livro sobre o interior da África já é colocado como um grande representante dos relatos de viagem. Demonstro o processo de elaboração do texto e como estão envolvidos, tanto na promoção da viagem como na redação, personagens chave da época na Grã-Bretanha. Dentre eles, Robert Boyle, partícipe da consagrada *Royal Society* que impulsiona viagens a outros continentes, e a *Association for promoting the discovery of the interior districts of Africa*, instituição que financia a viagem, a produção e a edição do livro.

Essa abordagem dos textos com publicações em um mesmo século fez visualizar tanto a legitimação de **Naufragios** e de **Travels** como uma confrontação entre diferentes concepções

¹⁵ Há certas dúvidas, como será exposto em mais detalhes no primeiro capítulo, de que a edição de 1749 seria a terceira edição.

de relatos de viagem. A empreitada editorial de Barcia, cujo objetivo era manter a credibilidade dos relatos da conquista espanhola da América, se faz enquanto se consagra uma nova acepção do gênero – a qual confronta as narrativas ibéricas sobre as Índias Ocidentais. Nesse novo modelo de relatos de viagem se encaixa a narrativa de Mungo Park. Textos da conquista espanhola são adaptados para a legibilidade do século XVIII justamente quando sua credibilidade se vê ameaçada por uma nova maneira de se representar a expansão¹⁶. Defendo que essa disputa revela uma mudança do eixo de poder na Europa, a qual recusa representações que não se encaixem na epistemologia científica então promovida pelos países norte-europeus.

O confronto na concepção de relatos de viagem relaciona-se com as diferentes epistemologias que se chocam durante o século XVIII, tema que abordo no segundo capítulo, “A edificação da verdade”. Definidor dos relatos de viagem, Colombi remete ao encaixe no verdadeiro através dos componentes os retóricos – “veracidad, objetividad, marcas de lo factual”. Centro a análise novamente no século XVIII – **Naufragios** de 1749 e **Travels** de 1799 –, fazendo uma análise das marcas do factual dos textos e sua correspondência com as diferentes epistemologias europeias. Aponto a aderência de **Naufragios** a uma concepção mais estritamente retórica e filológica e de **Travels** a uma epistemologia científica.

Sabendo que parecer referir-se ao real é uma característica definidora dos relatos de viagem, pode parecer trivial a análise da construção da veracidade. Entretanto, é relevante em alguns sentidos mais amplos, e que ultrapassam os limites das leituras desses dois textos. Primeiro, promove um estudo ainda pouco explorado sobre a historicidade do factual – e, portanto, do que se considera ficcional. Decodifica, ademais, os sistemas de verdade aos quais tantas narrativas se adequam, mas do qual outros autores são excluídos. Este conjunto de regras em relação às quais se exigia decoro está relacionada a uma forma europeia e eurocêntrica de relatar, a qual, colocada como objeto de estudo, pode ser questionada. Ademais, essa proposta responde a demandas do presente da pesquisa, quando cada vez mais se questionam os relatos

¹⁶ Há certas limitações nesse estudo. Em especial, a reflexão sobre a edição de 1749 de **Naufragios** é restrita devido à falta de trabalhos que abordam a obra editorial de Andrés González Barcia. Pouco publicações o estudam a fundo até a presente data, salvo engano. Dentre as publicações que se debruçam exclusivamente sobre a figura de Barcia, cito o artigo de Gregorio Andrés (1987), “La Biblioteca manuscrita del americanista Andrés González de Barcia (m. 1743), del Consejo y Cámara de Castilla”; Elena Asensio Muñoz e Fermín de los Reyes Gómez (2018) “Sobre la biblioteca de Andrés González de Barcia, consejero real de Felipe V”; Domínguez de Paz (2019), “El gran profeta Eliseo, una comedia inédita de Andrés González de Barcia”. O mais extenso estudo é sem dúvidas o livro de Jonathan Earl Carlyon (2005), **Andrés González de Barcia and the creation of the colonial Spanish American library**, no qual muito me apoio ao longo da pesquisa – inclusive por ser o único que trata do projeto editorial de Barcia. Portanto, estudos sobre a circulação de sua edição ou sobre a recepção são nulos, dando-me pouca mobilidade para um aprofundar-me como gostaria em relação à apropriação de sentido na época.

dos exploradores. Até mesmo no videoclipe de uma música pop nigeriana, “Mungo Park” de Korede Bello, é relativizada a ideia do escocês ser aquele que descobriu o rio Níger¹⁷.

Tematizar como esses relatos, muitas vezes considerados fundacionais, sustentam a ilusão de verdade também é uma maneira de tirar o véu que sustenta a ideologia da verdade. Aderindo à proposta de Michel Foucault em **A Ordem do Discurso**, parto de que a verdade está ligada a um exercício de poder. Pensar que ser factual, apesar de ser uma característica constante nos relatos de viagem, depende da construção histórica de verdade, e abre as portas para o questionamento do uso dessa categoria. Encarando a verdade como construção histórica, como exercício de poder e como um vínculo às instituições, retira-a de uma posição concebida até hoje como universal, abstrata e ontologicamente ligada ao europeu ou ao método científico. Novamente vemos que a disputa entre diferentes modos de representação desse gênero têm relação com disputa de forças interna à Europa, através de sua expansão pelo mundo e de suas representações.

Para finalizar, o último capítulo aborda outra constante nos relatos de viagem: o deslocamento. Em “Itinerários civilizatórios”, já focando na forma dos dois livros, priorizo por primeira vez centrar-me na edição de 1555 de Cabeza de Vaca e sigo naquela de 1799 de Mungo Park. O foco muda em especial pela pergunta mesma que procuro responder nele: como a composição e a estruturação dos relatos se relaciona com o percorrido dos narradores? Visto que a edição do século XVIII suprime o próêmio de Cabeza de Vaca, paratexto que representa a escrita do relato, não faria sentido ater-me exclusivamente a essa publicação. Não deixo, entretanto, de dizer algumas palavras sobre um traçado de um caminho na apologia setecentista de Cabeza de Vaca. Por fim centrando-me na edição de 1555, analiso como Cabeza de Vaca salienta a memória como mediadora da composição, sempre considerando que seu interlocutor é o Rei. Já em **Travels** (1799), há uma tensão: representa imediação entre fato e escrita e, ao mesmo tempo, expõe uma série de intervenções até o relato final. Essa contradição ecoa na forma da narrativa.

Passamos a caminhar pelos seus itinerários. No começo dos livros, quando ainda não houve desastres, os capítulos vão marcando a passagem dos narradores por diferentes espaços. Já as datas, sempre muito precisas em Mungo Park, vão fazendo um ritmo temporal relativamente constante – que inexistente em Cabeza de Vaca. Relaciono as diferentes divisões temporais com como se representam as composições dos relatos. Contudo, quando as misérias

¹⁷ Acesso em: <<https://www.youtube.com/watch?v=il7vIMecTaI>>.

começam a ser determinantes nas narrativas, ambos passam a focar não no trajeto por essas terras.

Antes, enfocam no retorno às *suas* terras. Utilizando o conceito de território de Rogério Haesbaert como espaço no qual há exercício de poder (HAESBAERT, 2004, p. 94), verifico que a passagem desses homens pela América e pelo interior da África tem o potencial de alterar a dinâmica espacial. Mais ainda: em ambos, está montado um discurso que legitima a ocupação, exploração e disciplinarização desses espaços por parte dos europeus. Esse traçado civilizatório – que no caso de **Naufragios** se mantém na publicação de 1749 – é uma das condições para que sejam incorporados ao cânone do expansionismo. Fechamos a dissertação, com todos os capítulos inevitavelmente articulando os relatos de viagem com exercício de poder legitimado.

Os capítulos seguem um traçado singular. Primeiro investigo a consagração no cânone; adentro, então, em como os livros atendem ao critério de verdade e, finalmente, falo sobre as composições dos textos. Essa ordem se fez por considerar que as apropriações e as categorias nas quais foram os relatos foram encaixados devem ser visualizadas, entendidas e historicizadas. Só então atendo-me aos textos, propondo leituras que não carreguem ingenuamente os sentidos neles depositados ao longo de séculos de recepções e de apropriações. Continuamente reescritos e relidos, visualizamos assim as diferentes condições para que relatos de viagens fracassadas do expansionismo europeu se consagrem no cânone.

A tragédia **Medeia** não relata uma viagem. Mas pode falar de viagens, se no percorrer de suas palavras um trecho preciso chegar nas mãos de quem lhe dá novos sentidos. Enquanto Tule ficava cada vez mais longe de ser a mais remota das regiões, Medeia ganha camadas de profecia, enquanto se produziam relatos que em séculos porvir também ecoariam nas mãos de várias instâncias autorais. Neste longo processo, fortuitamente ou não, vislumbramos um cânone. E se o encaramos, vemos que as contradições podem ser reveladoras quando historicizadas e articuladas a projetos políticos. Quanto aos fracassos, basta que caíam em mãos certas – e que promovam em um preciso momento a legitimação de eventos históricos. E viagens fracassadas em textos se transformam em bibliotecas de triunfos.

Antes de percorrer alguns de seus trajetos, esclareço algumas questões práticas. Durante todo a dissertação, mantenho nas citações a grafia tal como está no texto original, sem tentar adaptá-la ou modificá-la, seja em qual língua for. Se este não for o caso, será devidamente apontado. Uma das exceções são as citas retiradas de **Historiadores Primitivos**, cuja tipografia tem uma peculiaridade quanto ao atual grafema “s” quando no ataque na sílaba. Quando nesta

posição, o “s” está como alongado: seu símbolo parece-se a “f”. Adapte-o, quando ocorre, à grafia de “s” tal como o conhecemos hoje e como aparece no texto quando em posição de coda da sílaba. Se no texto está escrito “defenfa”, minha transcrição ficou como “defensa”. Ademais, todas as citações em inglês ou espanhol estão traduzidas ao português em nota de rodapé; quando não constar a tradução no rodapé, provavelmente é porque a tradução da cita já consta anteriormente no texto. Elucidados tais pontos, prossigamos.

2 CAPÍTULO 1: ESCREVER SOBRE O REINO, ESCREVER AO REINO

“REINO. s. m. Una o muchas Provincias sujetas a un Rey. Antiguamente se decía Regno. Se llaman tambien los Diputados, que con poderes del Reino, le representan y hablan en su nombre” (DICCIONARIO DE AUTORIDADES, 1726)¹.

“KINGDOM, one or more Countries subject to a sovereign Prince” (DEFOE, 1735)².

William Robertson, no prefácio de seu primeiro tomo de **History of America** (1777), diz:

In fulfilling the engagement which I had come under to the Public, with respect to the HISTORY of AMERICA, it was my intention not to have *published* any part of the work, until the whole was completed. *The present state of the British Colonies has induced me to alter that resolution.* While they are engaged in civil war with Great Britain, inquiries and speculations concerning their ancient forms of policy and laws, which exist no longer, cannot be interesting. The attention and expectation of mankind are now turned towards their future condition. In whatever manner this unhappy contest may terminate, a new order of things must arise in North America, and its affairs will assume another aspect. I wait with the solicitude of a good citizen, until the ferment subside, and regular government be re-established, and then I shall return to this part of my work, in which I had made some progress. That, together with the history of Portuguese America, and of the settlements made by the several nations of Europe in the West India islands, will complete my plan (ROBERTSON, 2011, grifo meu)³.

Nesse breve prefácio à sua história, o autor explica o motivo pelo qual adianta a publicação de seu livro, tão consagrado na historiografia do XVIII. A obra de Robertson é uma daquelas produzidas no norte da Europa sobre a história da América que questionam a credibilidade dos relatos sobre conquista espanhola, a partir de uma nova epistemologia. Aplicando a metodologia da ciência ao estudo social, estas obras fazem ofensivas contra os vastos

¹ “REINO, s. m. Uma ou muitas províncias sujeitas a um Rei. Antigamente se dizia *Regno*. Chamam-se também os Deputados, que com poderes do Reino, o representam e falam em seu nome” (tradução nossa).

² “REINO, uma ou mais Terras sujeitas a um Príncipe soberano” (tradução nossa).

³ “Ao cumprir o compromisso que tinha com o Público, a respeito da HISTÓRIA da AMÉRICA, era minha intenção não ter publicado parte alguma do trabalho até que o todo estivesse completo. O presente estado das colônias britânicas me induziu a alterar essa resolução. Engajadas em guerra civil com a Grã-Bretanha, perguntas e especulações sobre suas antigas formas políticas e leis, que não mais existem, não podem ser interessantes. A atenção e expectativa da humanidade está agora mirando sua condição futura. De qualquer maneira que essa triste disputa terminar, uma nova ordem deve ascender na América do Norte, e seus assuntos assumirão outro aspecto. Eu espero com a solicitação de um bom cidadão, até que a efervescência diminuir, e um governo regular for reestabelecido, e então retornarei a esta parte de meu trabalho, na qual fiz algum progresso. Isso, junto da história da América portuguesa, e dos assentamentos feitos pelas várias nações da Europa nas ilhas das Índias Ocidentais, completarão meu plano” (tradução nossa). Nas citações do livro de Robertson, fiz algumas alterações tipográficas para melhor inteligibilidade. Faço-o diferente de outras citações porque não tive acesso a uma edição original, mas somente a uma transcrição.

documentos e relatos espanhóis. Seus questionamentos se dão nos centros intelectuais europeus setecentistas: França, Holanda e Grã-Bretanha, reinos que então sinalizavam a modernidade, enquanto a Espanha se debatia para alcançá-los.

Centrais nesses debates estão os diversos relatos de viagens. Mais precisamente, a discussão sobre sua fiabilidade. Há um choque entre aqueles que constituem a vasta relação de documentos da conquista espanhola e os relatos dos *philosophical travelers*, viajantes ilustrados, que fazem suas explorações durante o século XVIII e aderem à metodologia científica. Não por acaso, saíam normalmente dos países norte-europeus, com seus instrumentos para verificação da veracidade daquilo que contavam. Enquanto isso, os relatos da conquista já não faziam mais sentido: sua autoridade já não é um critério bom o suficiente para os leitores do século XVIII europeu. Como diz Robertson (2011, p. xii–xiii):

All those books and manuscripts I have consulted with that attention which the respect due from an Author to the Public required; and by minute references to them, I have endeavoured to authenticate whatever I relate. (...) I have published a catalogue of the Spanish books which I have consulted. *This practice was frequent in the last century, and was considered as an evidence of laudable industry, in an author; in the present, it may, perhaps, be deemed the effect of ostentation;* but as many of these books are unknown in Great Britain, I could not otherwise have referred to them as authorities, without incumbering the page with an insertion of their full titles (grifo meu)⁴.

Essa autoridade que os livros carregavam “no século passado” já não se sustenta por si só. Citá-los não é suficiente para que as histórias sejam concebidas como verdadeiras. E de acordo com esse novo critério, os conquistadores não têm tanta credibilidade quanto os viajantes ilustrados, os quais possuem os instrumentos para serem críveis. Dialogam com essa disputa historiográfica as edições de **Naufragios**, de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, e de **Travels in the interior districts of Africa**, de Mungo Park. Ao longo deste capítulo veremos como o questionamento da credibilidade dos conquistadores motiva a reedição do primeiro, e como o segundo representa essa epistemologia norte-europeia.

Mas, voltando a Robertson, o livro **History of America** além de postular essa metodologia científica, reflete sobre o momento propício para a *publicação* de seu livro. E digo publicação, e não produção ou escrita, seguindo o próprio autor. Robertson postula em seu prefácio que escolhe adiantar sua edição devido à tensão entre Grã-Bretanha e suas colônias. A

⁴ “Todos estes livros e manuscritos que consultei, com a atenção que requer o respeito de um Autor pelo Público, e por minuta referências a eles, eu tentei autenticar sempre que relato. (...) Publiquei um catálogo de livros espanhóis que consultei. Essa prática era frequente no último século e considerada como evidência de uma indústria louvável em um autor; no presente, talvez seja considerado um efeito da ostentação; mas como muitos destes livros são desconhecidos na Grã-Bretanha, eu não conseguiria de outra forma referir-me a eles como autoridades sem ocupar a página com a inserção de seus títulos completos” (tradução nossa).

edição da história está ligada ao que ocorre no momento; a sua publicação aparece como mais relevante do que sua redação. No segundo fragmento, vemos a preocupação do autor com o “Public”: o objetivo da escrita é que chegue ao público, que o texto circule. Ao mesmo tempo, deve chegar em um momento propício, considerando circunstâncias externas e políticas, as quais fazem a escrita cessar porque a publicação é mais urgente.

Esse ponto leva a reflexão a focar-se menos em uma intencionalidade do autor como indivíduo e pensar mais na produção cultural como uma série de engrenagens. Dispostas para a circulação daquilo que lhes interessa, temos o autor, mas também editor, editora, imprensa, censura, o público; enfim, Robertson nos leva a pensar, em seu prefácio, que há uma série de fatores para além do autor e de sua preocupação com a produção do texto. A história e a publicação dos relatos de viagem devem ser pensadas levando em consideração mais a sua edição do que o escritor. Nesse momento, não só a censura, mas uma série de instituições selecionava o que sairia ou não ao público; estudar livros de séculos anteriores ao XIX é instrutivo para pensar em uma autoria que deve estar autorizada.

Talvez interesse pensar toda essa engrenagem como autoria em um sentido mais amplo. Nos estudos literários, ao pensar na *produção* do texto muitas vezes se pensa centralmente na instância do *autor*, fruto de uma concepção de literatura herdeira do século XIX. Como aponta Compagnon, dentro do sentido atual de literatura, fruto do Romantismo, “literatura são os grandes escritores” (COMPAGNON, 2003, p. 33). Ler textos dos séculos anteriores requer uma atenção especial a estas outras instâncias envolvidas na formulação, impressão e circulação do livro. Por tal razão, nesse capítulo, o foco está menos na autor enquanto escritor e mais no processo de edição dos textos e os elementos contextuais que o envolvem. E, como Robertson também aponta, um aspecto de extrema relevância, é o momento político.

De modo a discorrer sobre a inserção de **Naufragios**, de Álvar Núñez Cabeza de Vaca, e **Travels in the interior districts of Africa**, de Mungo Park, na disputa historiográfica setecentista, pretendo pensar como todo esse aparato se engajava nas suas respectivas edições. Mais especificamente, como suas publicações se ligam com a política ou, como diz Robertson, com “the present state”. Discurso sobre as publicações da narrativa de Álvar Núñez Cabeza de Vaca sobre sua ida à Florida, da época de sua produção até o século XVIII. Neste percurso, faço uma leitura histórica, segundo proposta de Hans Robert Jauss, ou traço, como postula Roger Chartier, as apropriações da *relación* de Cabeza de Vaca. Saliento que não se trata de uma análise do texto de Cabeza de Vaca que se pretende global, pois a meta é a comparação com a edição do século XVIII, portanto restrinjo a exposição a tal viés. Então, alongo-me sobre

a publicação de **Naufragios** em 1749, e restrinjo-me à primeira publicação de Mungo Park em 1799. Com este recorte, insiro as publicações dos livros nessa disputa epistemológica do século XVIII europeu, e penso como politicamente a consagração desses livros em cada um de seus reinos dialoga com sua situação política.

1.1 Relatos de Cabeza de Vaca e sua publicação setecentista

2.1.1 *La relación de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca e suas publicações em tempos de sua produção*

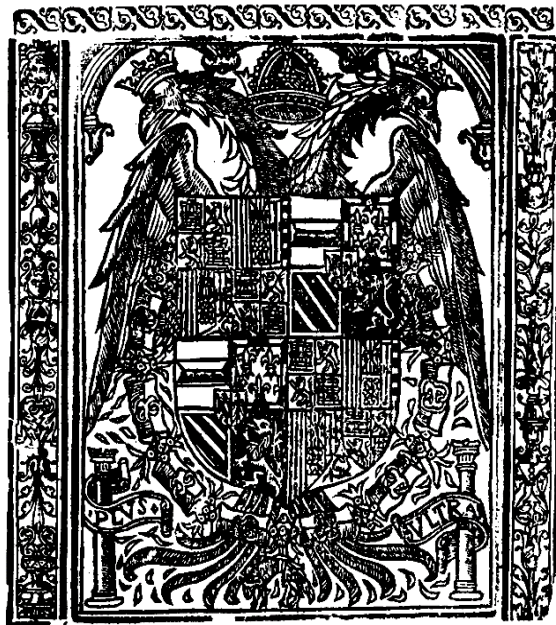
Pánfilo de Narváez carrega em sua biografia dois grandes fracassos em suas expedições para as Índias Ocidentais. A primeira, quando vai com objetivo de deter a invasão indevida de Hernán Cortés – e não consegue. A segunda expedição, na qual se rompem os navios e falece a grande maioria dos homens, parte da Espanha para a conquista da Flórida em 1527. Sobre ela, o relato que nos chegou é do livro conhecido atualmente como **Naufragios**, de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. Entretanto, há outros documentos e relatos antes deste. Passarei rapidamente por cada um desses diferentes relatos sobre esta viagem da conquista espanhola, para então centrar a análise no texto canônico do tesoureiro da expedição.

Sobre a ida à Florida comandada por Pánfilo de Narváez, os primeiros textos são simples *testimonios* mandados à Espanha enquanto a expedição ainda estava mais ou menos íntegra. Seu tesoureiro, Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, envia duas cartas ao imperador: uma no mesmo ano de sua partida e outra em 1528. Após pouco mais de oito anos de silêncio por parte da expedição, em 1536 é emitido pelas autoridades do *virreinato* da *Nueva España* um certificado atestando a chegada à Nova Espanha de seus quatro sobreviventes. Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, Andrés Dorantes de Carranza, Alonso del Castillo Maldonado e Estebanico (marroquino cuja complementação ao prenome seria um epíteto, “el negro”, e não sobrenomes como os espanhóis) daqueles que adentraram à Flórida são os únicos que retornam. Um ano depois de sua chegada à *Nueva España*, em 1537, os três espanhóis entregam um relato conjunto até hoje perdido⁵ sobre a expedição ao vice-rei da Nova Espanha, Antonio de Mendoza (ADORNO;

⁵ Adorno e Pautz fazem uma discussão sobre quanto o Livro XXXV de **Historia general y natural de las Indias**, de Gonzalo Fernández de Oviedo, está baseado nesse relatório no capítulo “Creation and Reception of the Relacion”.

PAUTZ; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999c, p. 5). Um pouco mais a frente, Dorantes e Cabeza de Vaca, com objetivo de serem devidamente reconhecidos pelos seus serviços, pedem uma audiência com o rei e retornam à Península Ibérica nesse mesmo ano. Para tal, redigem uma outra *relación*.

Embora se reconheça a escrita de todas essas narrativas anteriores, o primeiro texto ao qual temos acesso sobre a expedição de Pánfilo de Narváez, redigido por um de seus sobreviventes, é **La relacion que dio Aluar nuñez cabeça de vaca de lo acaescido en las Indias en la armada donde yua por governador Pãphilo de narbaez desde el año de veynte y siete hasta el año d'treynta y seys que boluio a Seuilla con tres de su compañía**. Publicado em 1542 em Zamora, tal edição, cuja autoria é de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, é por muitas vezes descartada por críticos atuais como não genuína e incompleta. Foi impressa durante a estadia de Cabeza de Vaca no Rio da Prata, ocorrida entre 1540 e 1544, aonde foi com mandato real para exercer como governador e *adelatado*.



La relacion que dio Aluar nuñez cabeça de vaca de lo acaescido en las Indias en la armada donde yua por governador Pãphilo de narbaez desde el año de veynte y siete hasta el año d'treynta y seys que boluio a Seuilla con tres de su compañía.:

Figura 2: Capa da edição de 1542, Zamora, da *Relación* de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca.

Fonte: Adorno; Pautz. *Alvar Núñez Cabeza de Vaca: his account, his life, and the expedition of Pánfilo de Narváez: volume III*, p. 69.

Sobre essa publicação, na introdução à edição crítica de **Naufragios** (1992) diz Enrique Pupo-Walker (NÚÑEZ CABEZA DE VACA; PUPO-WALKER, 1992, p. 79): “todo parece indicar que la [edición] princeps se hizo sin la supervisión de Alvar Núñez y, como tal, contiene erratas e incorrecciones de toda índole”⁶. Entretanto, Rolena Adorno e Patrick Charles Pautz em sua série de livros sobre Cabeza de Vaca argumentam que há evidências para acreditar em sua supervisão pelo autor da publicação de 1542 (ADORNO; PAUTZ; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999c, p. 69–73). Primeiro consideram a credibilidade da imprensa na qual o exemplar é impresso. Seria improvável que ali publicassem algo ilegítimo. Adicionam também que a falta de um selo de licença real para a impressão, um dos argumentos suscitados quando se descarta essa edição, não se deve a uma falta de legalidade. Na verdade, a lei de controle de impressões foi posta em prática na Espanha somente a partir de 1554; logo, o livro não precisava de um selo de licença. Quanto ao fato de seu escritor não estar presente na Espanha durante o período de sua impressão, os autores dizem ser possível que Cabeza de Vaca haja encarregado a alguém próximo (e havia gente próxima de Cabeza de Vaca em Zamora) a publicação dessa primeira *relación*.

No primeiro dos três volumes da série só sobre Cabeza de Vaca, **Alvar Núñez Cabeza de Vaca: his account, his life, and the expedition of Pánfilo de Narváez**, Adorno e Pautz incluem uma transcrição do texto de 1542 e sua tradução ao inglês. Inovam a crítica deste texto, já que poucas vezes essa edição foi levada em consideração. Em contraposição à edição de Zamora, estaria a edição supostamente genuína: aquela de 1555, Valladolid. Ainda que Adorno e Pautz tentam reabilitar, em seus estudos de 1999, aquela de 1542, a de 1555 foi e segue sendo consagrada como genuína. Nela, baseiam-se as edições críticas de Enrique Pupo Walker (1992), publicada pela Editorial Castalia; de Trinidad Barrera (1985, 2015), publicada pela Alianza; de Vanina Teglia (2017), publicada pela Corregidor; de Eloísa Gómez-Lucena e Rubén Caba (2018), publicada pela Cátedra.

A edição de 1555 publicada em Valladolid chama-se **La relacion y comentarios del governador Alvar nuñez cabeça de vaca, de lo acaescido en las dos jornadas que hizo a las Indias**. Já por este título, sabe-se que nessa publicação foi incluído um outro relato para além daquele sobre a expedição de Pánfilo de Narváez sobre a sua segunda viagem. Expedição feita para assumir como governador do Rio da Prata, cujo período foi entre 1540 e 1544, a sua narrativa chama-se **Comentarios**. Foi escrita por Pero Hernández, secretário de Cabeza de Vaca

⁶ “tudo parece indicar que a [edição] *princeps* se fez sem a supervisão de Álvaro Núñez e, como tal, contém erratas e incorreções de toda índole” (tradução nossa).

em sua gestão. Para Pedro Lastra, em seu artigo “Espacios de Alvar Núñez: las transformaciones de una escritura”, “los **Naufragios** y los **Comentarios** constituyen una unidad literaria, desarrollada con diversas estrategias escriturales por un mismo autor: en el segundo caso se trata de una escritura transferida” (LASTRA, 1984, p. 102)⁷.

É nessa edição de 1555 que pela primeira vez se insere a palavra “naufragios”, título pelo qual se conhece hoje em dia o relato. Entretanto, está presente não no título, mas no cabeçalho de um em cada dois fólhos. Adorno e Pautz sinalizam essa mudança, mas acrescentam que o vocábulo não queria de fato dizer o afundar de um barco, mas que “the sense as intended in the 1550s would have been its broader meaning of 'calamity' or 'hardship'” (ADORNO; PAUTZ; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999c, p. 90)⁸. Argumentam que não há um naufrágio *per se* no relato, somente o abandono de alguns navios em um porto, sendo depois somente algumas barcas perdidas no mar ou durante o furacão (ADORNO; PAUTZ; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999c, p. 42). Segundo eles, o vocábulo antes mesmo de utilizado nessa edição de



Figura 3: Capa da edição de 1555, Valladolid, da **Relación y Comentarios** de Álvar Núñez Cabeza de Vaca.

Fonte: Catálogo Biblioteca AECID

⁷ “os **Naufragios** e os **Comentarios** constituem uma unidade literária, elaborada com diversas estratégias de escrita por um mesmo autor: no segundo caso, trata-se de uma escrita transferida” (tradução nossa).

⁸ “o sentido intencionado em 1550 teria sido seu significado mais amplo de ‘calamidade’ ou dificuldade” (tradução nossa).

1555 teria sido usado pela primeira vez para descrever as situações vividas pelos sobreviventes da expedição por Gonzalo Fernández de Oviedo, quando conta essa narrativa no livro 35 de sua **Historia general y natural de las Indias**.

Quanto à discussão sobre a legitimidade ou não da edição de 1542 e sua comparação com aquela de 1555, é admirável o estudo de Adorno e Pautz que volta a centralizar a primeira. E os argumentos dos críticos para trazer-lhe devido reconhecimento refletem sobre comprovações de que Álvaro Núñez sim exerceu nela grande empenho enquanto autor. Claro, estão contra-argumentando alegações como aquela anteriormente citada de Pupo-Walker, descartando essa edição devido à falta de supervisão do autor. São afirmações como a deste crítico que levam a decisões de recorte de estudos e de edições. Vanina Teglia, por exemplo, ao falar dos critérios de sua edição, descarta aquela de 1542 pelo mesmo motivo (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2013, p. 93).

A esta discussão gostaria de adicionar um ponto: importa menos a autoria e o seu envolvimento na publicação do texto, que o fato do livro haver sido editado e haver circulado. Ao falar sobre os “estudios hispano-portugueses sobre el libro y la lectura en la alta Edad Moderna”, diz Fernando Bouza em seu livro **Corre Manuscrito**:

la figura del autor ha ido perdiendo sus perfiles de creador todo-poderoso que dominaba el texto de forma absoluta. Los beneficiarios de su parcial ‘desdibujamiento’ han sido tanto los impresores y editores, a los que se les reconoce un grado de participación cada vez mayor en las obras de las que se ocupaban, como los propios lectores, entendidos ahora como algo más que meros receptores de las ideas que les proponía un omnipotente autor, modificándose la clásica idea de lectura hacia una forma de representación activa más que de pasiva recepción (BOUZA ALVAREZ, 2001, p. 21)⁹.

Apesar de tratar de outro contexto, os estudos sobre o *Siglo de Oro*, é uma afirmação que ajuda a pensar a partir de outro ponto de vista a questão da edição *princeps* de Cabeza de Vaca. A difusão de seus exemplares, especialmente nesse momento, já é suficiente razão para realizar estudo sobre essa edição. Não é necessário que haja uma autoria com pleno domínio do livro, tal como se pensa a partir do século XIX, e que esta seja a grande instância a ser considerada para pensar o genuíno de uma obra. Aproveito a digressão para acrescentar que, como salienta Pedro Lastra, se a *relación* de 1555 é sobre a qual se estuda ou aquela que se

⁹ “A figura do autor tem perdido seus perfis de criador todo poderoso que dominava o texto de forma absoluta. Os beneficiários de sua parcial diluição têm sido tanto os impressores e editores, aos quais se reconhece um grau de participação cada vez maior nas obras das quais se ocupavam, como os próprios leitores, entendidos agora como algo mais que meros receptores das ideias propostas por um onipotente autor, modificando-se a clássica ideia de leitura para uma forma de representação ativa mais que de passiva recepção” (tradução nossa).

edita, tendo como objetivo manter a forma original do texto, é importante incluir também os **Comentarios**. E é curioso que todas essas edições críticas anteriormente citadas se embasam em Valladolid, mas excluem a narrativa sobre a segunda ida de Cabeza de Vaca às Índias Ocidentais¹⁰. Se a questão realmente é seguir a vontade do autor, supõe-se que faz falta essa segunda narrativa. Como diz o próprio Cabeza de Vaca em seu próêmio aos **Comentarios**, antes de ceder a voz a Pero Hernández:

En lo qual passé muy grandes peligros y trabajos, como V. A. muy particularmente vera en estos *Comentarios* (que con grande diligencia y verdad escriuió Pero Fernandez, secretario del Adelantamiento y gouernacion, a quien yo los encargué), los quales van juntos con mis primeros sucessos porque la variedad de las cosas que en la vna parte y en la otra se tractan, y la de mis acontecimientos, detenga a V. A. con algun gusto en esta lection (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1906, p. 148)¹¹.

Faço esses apontamentos rápidos sem intenção de eu mesma desenvolvê-los, já que o objetivo dessa dissertação é outro, mas com a esperança de que incite novos estudos, edições e traduções considerando esses pontos. Também aproveito o breve parênteses para acrescentar que essa dissertação, ao tratar do texto seiscentista, centrou-se na edição de 1555, simplesmente porque o acesso à de 1542 se deu em um momento demasiado avançado do trabalho. Caso adiante refira-me à de Zamora, será apontado; caso não esteja assinalado e for uma edição do século XVI, deve-se supor que trato daquela de Valladolid.

Ao invés de abordar as divergências entre as edições de 1542 e 1555 como revelações de equívocos, Adorno e Pautz defendem que a diferença entre as duas edições consiste no objetivo de cada uma delas. Para eles, em 1542, a proposta era fazer “a report of his Florida experience sufficiently impressive to persuade the emperor to grant him a royal comission for conquest” (ADORNO; PAUTZ; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999c, p. 55)¹². Tanto é assim que o rei é seu destinatário, e as alterações feitas em comparação às outras narrativas da expedição demonstram um retrato favorável a Cabeza de Vaca. Sua figura é protagonista – e

¹⁰ Se aqui focalizo em **Naufraios** e não me detenho em **Comentarios** é pelo seu pouco êxito pensando no cânone. Como declara Loreley el Jaber (2012, p. 63): “Ni elegido por los editores de colecciones de viaje, ni traducido o reeditado a ultranza, ni elegido por los estudiosos del período (aún sigue sin poseer una edición autónoma o crítica), este relato forma parte de la publicación de 1555, es sobre Cabeza de Vaca también, pero su destino ha sido diferente” [“Nem escolhido pelos editores de coleções de viagem, nem traduzido ou reeditado a todo custo, nem escolhido pelos estudiosos do período (ainda segue sem possuir uma edição autônoma ou crítica), este relato forma parte da publicação de 1555, é também sobre Cabeza de Vaca, mas seu destino foi diferente” (tradução nossa)].

¹¹ “No qual passei muito grandes perigos e trabalhos, como Vossa Alteza muito particularmente verá nestes *Comentarios* (que com grande diligência e verdade escreveu Pero Fernandez, secretário do *Adelantamiento* e governo, a quem eu os encarguei), os quais vão juntos com meus primeiros sucessos porque a variedade das coisas que em uma parte e na outra se tratam, e a de meus acontecimentos, detenha a Vossa Alteza com algum gosto nessa leitura” (tradução nossa).

¹² “um relatório de sua experiência na Flórida suficientemente impressionante para persuadir o imperador a conceder-lhe uma comissão real por conquista” (tradução nossa).

tem proeminência em relação à dos outros sobreviventes. Já em 1555, o destaque de Álvaro só faz adensar-se. Mas nesse momento é a fim de construir seu próprio *memoir* como *caballero* e servidor real (ADORNO; PAUTZ; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999c, p. 84–118). Explica-se, nessa perspectiva, a inclusão não só do relato sobre a Florida, mas também aquele sobre o sul do continente, quando volta à América para ser governador do Rio da Prata. Também é uma boa abordagem para pensar o motivo pelo qual o segundo relato não foi assinado por Cabeza de Vaca. De seu governo, volta preso, e é através de Pero Hernández que tenta limpar sua reputação.

O foco de Pautz e Adorno ao discutir essas duas edições está nas mudanças entre uma publicação e outra. Mas algo substancial que não se altera é o gênero desse relato que se repete em ambas as edições nos relatos sobre a *Florida*. A narrativa de Cabeza de Vaca sobre a expedição de Pánfilo de Narváez é impressa as duas vezes como *relación*.

De acordo com o que postula Walter Mignolo (1992, p. 71), uma *relación* seria um “relato/informe solicitado por la Corona”¹³. Sua forma paradigmática é aquela que responde ao questionário oficial criado em 1575 por Ovando y Godoy¹⁴, integrante do *Consejo de Indias*. Como vimos, ambas as edições são anteriores a essa data. Mas desde as décadas precedentes era um gênero protocolar e que respondia a um pedido oficial da Coroa. Outra das características assinaladas por Robert E. Lewis das *relaciones* é que nelas não era comum haver proêmio – e a menciona justamente porque a *relación*¹⁵ de Cabeza de Vaca tem proêmio (cabe dizer, tanto em 1542 como em 1555). Em seu artigo “Los Naufragios de Álvaro Núñez: historia y ficción”, Lewis traz à luz esse paratexto essencial, o qual costumava ser omitido em edições durante o século XX¹⁶. Para Lewis, a inclusão de um proêmio daria um caráter excepcional ao texto de Álvaro Núñez.

No entanto, há uma outra das características básicas do gênero que o tesoureiro não estava cumprindo: que o texto fosse uma resposta a um pedido oficial da Coroa. E, como já apontado por Barrera (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 80), essa inadequação faz com que seja mister que o texto tenha um proêmio. Cabeza de Vaca nele deve esclarecer a escrita de

¹³ “relato/informe solicitado pela Coroa” (tradução nossa).

¹⁴ Conselheiro da Inquisição e visitador de Índias, é-lhe encomendado um livro sobre as Índias Ocidentais. Para produzi-lo, começa a requisitar esse formulário aos governadores e *virreyes* do que hoje é América. Após a morte de Ovando y Godoy, López de Velasco assume a feitura desse questionário, reduzindo o questionário a 50 perguntas. Ver Mignolo, 1992, p. 72.

¹⁵ Tanto a de 1542 como a de 1555 têm proêmio, mas uso no singular porque Lewis só estuda esta última.

¹⁶ Há muitas edições ainda em circulação que não incluem o “Prohemio”. Entretanto, está presente em todas as edições críticas mais atuais anteriormente referidas.

uma *relación* que não cumpre o contrato inerente ao gênero no qual se coloca. O que faz o texto ter um caráter excepcional não é tanto a inclusão do proêmio, portanto; antes, é inusual o motivo pelo qual se inclui esse proêmio.

Ao não seguir o contrato do gênero textual, a apropriação do termo *relación* por Cabeza de Vaca exige alguma indagação. Se as *relaciones* no seiscentos contêm o que os reis querem saber (MIGNOLO, 1992, p. 71), o autor coloca-se como quem, antes mesmo do pedido real, pode responder àquilo que acredita que a Coroa quer – mesmo que a própria Coroa¹⁷ não o saiba e, portanto, não lhe haja pedido o relato. Cito parte do “Prohemio” de 1555 (grifo meu):

Mas ya que el desseo y voluntad de servir a todos en esto haga conformes, allende la ventaja que a cada uno puede hazer ay una muy grande diferencia no causada por culpa dellos, sino solamente de la fortuna, o más cierto sin culpa de nadie, más por sola voluntad y juizio de Dios, donde nasce que *uno* salga con más señalados servicios que pensó, y a *otro* le suceda tan al revés, que no pueda mostrar de su propósito más testigo que a su diligencia, y aun ésta queda a las vezes tan encubierta que no puede volver por sí (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 79–80)¹⁸.

A maneira como tudo sucedeu é atribuída à vontade de Deus. De fato, foi bastante “al revés”, fazendo com que os serviços prestados por ele ao Rei estivessem encobertos e justificando, portanto, a escrita sem o pedido real. Ainda assim, a *relación* é útil à Coroa, segundo Álvaro. Então o sobrevivente escreve, ainda que sem um pedido oficial. Até a sua escrita, ele é um daqueles sem os feitos *señalados*. Na alternância entre “uno” e “otro” (verificar parte grifada), ele se encaixaria no segundo. Através do livro sana essa diferença. Com a sua *relación* logra sair com os “hechos señalados”: mais uma justificativa para sua escrita e para a necessidade de que seja lido pelo seu destinatário. Transforma-se no “uno” de seu proêmio quando seu livro é escrito e lido.

Seu serviço à Coroa espanhola é sua própria *relación*: “la resciba en nombre de servicio, pues éste solo es el que un hombre que salió desnudo pudo sacar consigo” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 81)¹⁹. Soa tautológico porque de fato o é: os serviços não estavam explícitos até ser entregue ao Rei o livro porque o grande serviço que ele pode prestar ao Rei é

¹⁷ Adorno e Pautz (1999a, p. 89) dizem que uma das diferenças entre a edição de 1542 e a de 1555 é a audiência: a primeira prevê um leitor especializado em assuntos das Índias; a segunda prevê um público mais amplo. Falam que a inclusão do **Comentarios** comprovaria tal previsão. Entretanto, tanto o proêmio da **Relación** como dos **Comentarios** falam ao monarca. Considerarei, portanto, tal como está composto o texto de 1555.

¹⁸ “Mas se o desejo e vontade de servir a todos nisso se faça conforme, para além da vantagem que cada um pode fazer, há uma muito grande diferença não causada por culpa deles, mas somente da fortuna, ou mais precisamente sem culpa de ninguém, mais somente pela vontade e juízo de Deus, onde nasce que um saia com os feitos mais assinalados do que pensou, e a outro tudo suceda tão ao revés, que não possa mostrar de seu propósito mais testemunho que sua diligência, e ainda esta fica às vezes tão encoberta que não pode voltar por si” (tradução nossa).

¹⁹ “receba-a em nome de serviço: porque este só é o que um homem que saiu desnudo pôde trazer consigo” (tradução nossa).

seu livro. Ao apropriar-se do termo *relación*, ainda que o texto não atenda ao requisito de ser um pedido da Coroa e embora esse termo seja mais protocolar e não necessariamente persuasivo, reforça esse caráter retórico do *mouere* em seu discurso. O uso de um gênero que em princípio serve à função de informar, coloca o escrito de antemão como resposta àquilo que a monarquia espanhola necessitava. Sua classificação neste gênero não só informa, mas também convence (MOLLOY, 1987, p. 425).

Resumindo, ao nomear seu escrito **Relación** e atribuindo ao seu texto esse gênero, o que Cabeza de Vaca faz é colocar tudo o que escreveu como uma resposta a um pedido oficial que nunca havia acontecido. Por não o haver recebido, faz sentido que haja escrito um “Prohemio” para justificar sua escrita. Parece lícito a Coroa não lhe haver pedido uma *relación*, mas ao mesmo tempo apresenta como necessária sua escrita, pois é ela mesma o serviço que ele pode prestar à Coroa. Todos estes elementos, muito bem imiscuídos em estas poucas linhas, fazem com que o uso do termo *relación* em seu título aprofunde o intuito persuasivo de seu texto.

Álvar Núñez deve advogar por si durante o século XVI se quer seu reconhecimento – e sua insistência em relatar é prova disso. Após 1527, deve advogar para conseguir uma comissão real pela expedição de conquista; depois de 1544, tem de mostrar que as acusações sob as quais foi preso não procediam. Ele apela uma e outra vez à escrita para que os percalços das viagens se tornem legítimos. Ambas as publicações, aparentemente protocolares, ultrapassam um âmbito de informe administrativo para também mover e deleitar, como diz no proêmio dos **Comentarios**: “Que certo no hay cosa que mas deleyte a los lectores que las variedades de las cosas y tempos y las bueltas de la fortuna, las cuales, aunque al tempo que se experimentan no son gustosas, quando las traemos a la memoria y leemos, son agradables” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1906, p. 148)²⁰.

2.1.2 A historiografia das Índias até o século XVIII

Gonzalo Fernández Oviedo, José de Acosta, Inca Garcilaso de la Vega, Antonio de Herrera y Tordesillas. Estes são alguns nomes que escreveram histórias da América e remeteram a pelo menos uma das elaborações sobre a expedição de Pánfilo de Narváez redigidas por Álvar Núñez Cabeza de Vaca (ADORNO; PAUTZ; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999c, p. 119–174). E os relatos do tesoureiro são só alguns dos inúmeros documentos

²⁰ “Que certo é não há coisa que más deleite aos leitores que as variedades das coisas e tempos e as voltas da fortuna, as quais, embora no tempo que se experimentam não são gostosas, quando as trazemos à memória e lemos, são agradáveis” (tradução nossa).

produzidos na conquista e colonização espanhola da América levados em conta pelo estudo da história.

Não fazia muito tempo do começo da exploração desses territórios ultramarinos, quando o estudo de sua história começou a ser um projeto da própria Coroa espanhola. Segundo diz Rómulo Carbia em seu livro **La crónica oficial de las Indias Occidentales**, as acusações de Bartolomé de Las Casas na **Brevísima Relación de las Indias Occidentales** quanto à violência da investida espanhola tiveram grande impacto na institucionalização da escrita histórica. Em um primeiro momento, a prioridade era o estudo da geografia, de modo a explorar e entender as características físicas e vantagens dos territórios sendo conquistados. Segundo Carbia, após as discussões sobre maneira que se fazia a ocupação espanhola na América, começou a ser mais relevante a produção de uma história que fosse favorável à Coroa: “una de las razones que pesaron más resueltamente en el ánimo de Felipe II para resolverlo a la creación de la crónica mayor de las Indias, con el carácter que se le dió por ley, fué la necesidad de reaccionar contra el desprestigio de España en el extranjero” (CARBIA, 1940, p. 80)²¹. A partir de 1572, o cargo *Cronista Mayor de las Indias* foi agregado àquele de cosmógrafo, sendo sua função a escrita dessa história oficial sobre esse espaço do ultramar a partir de Castela. Da reunião dos documentos sobre a conquista e colonização ficou encargado o *Consejo de Indias*.

Durante os séculos XVI e XVII, a partir do Renascimento e da recuperação de textos latinos e gregos, estabelece-se na Europa a historiografia como arte (MIGNOLO, 1981, p. 364). Na concepção mais abrangente²² sobre tal arte, “historiografía y retórica estaban todavía estrechamente unidas” (MIGNOLO, 1981, p. 365)²³. Segundo Walter Mignolo em seu artigo “Metatexto historiográfico y la historiografía indiana”, concebia-se como história os feitos verdadeiros ou a narração dos feitos verdadeiros do presente ou do passado. O critério de verdade se apoiava “sobre la ‘causa eficiente’ (el historiador) y sobre la ‘causa final’ (el fin de la historia: *magistra vitae*)” (MIGNOLO, 1981, p. 369)²⁴. A causa final deveria ser ensinar o

²¹ “uma das razões que pesaram mais resolutamente no ânimo de Felipe II para resolvê-la a criar a crônica maior das Índias, com o caráter que lhe foi dado por lei, foi a necessidade de reagir contra o desprestígio da Espanha no estrangeiro” (tradução nossa).

²² Também há uma concepção atrelada à questão jurídica desenvolvida, dentre outros, por Jean Bodin, precedente de algumas concepções do século XVIII, e analisada magistralmente no livro FRANKLIN, Julian H. **Jean Bodin and the sixteenth-century revolution in the methodology of law and history**. Nova York: Columbia University Press, 1963.

²³ “historiografía e retórica estavam ainda estreitamente unidas” (tradução nossa).

²⁴ “sobre a ‘causa eficiente’ (o historiador) e sobre a ‘causa final’ (a finalidade da história: *magistra vitae*)” (tradução nossa).

bem viver, em um sentido ético, estritamente associado com o poder. Mas, certamente, a grande instância que garante a verdade é aquela do autor: espera-se que seja um homem de letras²⁵.

Se em Espanha durante o início da modernidade se garantia a escrita de uma história oficial que seguia estas prescrições através dos cargos de *cronista*, durante o reinado do último rei Habsburgo, Carlos II, essas posições oficiais começam a perder relevância. Richard Kagan em seu livro **Clio and the Crown** mostra que, a partir do fim do século XVII, os cronistas começam a produzir histórias não tão estritamente ligadas à política do Monarca. Com o enfraquecimento territorial, econômico e político-administrativo durante o reinado de “el hechizado”, “effective control of the government passed into the hands of noble factions more interested in self-enrichment than administrative and economic reform.” (KAGAN, 2009, p. 253). Portanto, muitas histórias produzidas nesse período servem como elogio aos ministros da Coroa a quem os cronistas deviam seus cargos (KAGAN, 2009, p. 255).

Não quer dizer, entretanto, que não tenha havido neste período produções historiográficas marcantes. Também por conta do distanciamento entre cronistas e o rei, nesse momento se destaca menos a *historia pro persona*, cujo objetivo era mais o elogio ao rei do que à pátria, do que a *historia pro patria*. Isso ocorre também por ser um período marcado por uma nova metodologia historiográfica, a dos *novatores*. Segundo estes tertulianos, para a escrita da história deve-se fazer uma comparação entre diferentes relatos e textos, verificação dos fatos e também correção de discordâncias (KAGAN, 2009, p. 271). Em torno a essas discussões que sai à luz em 1684 a **Historia de la conquista de México**, produzida pelo *cronista mayor de las Indias* e *novator* Antonio de Solís. Kagan avisa que, se comparado com outros historiadores do século XVIII, as fontes de Solís, por exemplo, não eram nem abundantes nem variadas. Restringe-se a Colombo, Cortés e Pizarro para escrever sua história sobre um território em particular, o México – empreitada muito menos abrangente do que a de muitos outros *cronistas*

²⁵ Em sua análise dos textos sobre as Índias, Mignolo (1981, p. 381-382) postula que a formação discursiva historiográfica é um guarda-chuva de vários termos durante a conquista e a colonização da América. Dentre eles, cita a *historia*, a *crónica*, os *anales* e, com certa ressalva (expressada até na tipografia de seu texto), *relación*. Entretanto, imediatamente depois essa relutância em assim classificar o gênero, opõe história e *relación*: “Escribir una carta no exige esta advertencia; como tampoco la exige el “tipo discursivo” relación, forjado sobre los pedidos de la Corona de España primero y sobre el cuestionario de Ovando y Godoy y Velasco después. (...) sería totalmente contradictorio que el autor de una relación, a quien se le obliga a hacerla porque es la persona que por su experiencia puede informar lo que se le pide, diga que no está en condiciones de hacerla. Todo lo contrario ocurre con la historia, aceptada ya como una actividad institucional y exigida solo a aquellos que están en condiciones de escribirla” [“Escrever uma carta não exige esta advertência, como tampouco a exige o ‘tipo discursivo’ *relación*, forjado sobre os pedidos da Coroa de Espanha primeiro e sobre o questionário de Ovando y Godoy y Velasco depois. (...) seria totalmente contraditório que o autor de uma *relación*, a quem obrigam fazê-la porque é a pessoa que pela sua experiência pode informar o que lhe pedem, diga que não está em condições de fazê-la. O contrário ocorre com a história, aceita já como uma atividade institucional e exigida só àqueles que estão em condições de escrevê-la” (tradução nossa)].

de Indias anteriores. Ainda assim, seu livro circulou com grande renome, mesmo dentre outros países europeus.

Mesmo que durante o reinado de Carlos II haja relevante produção historiográfica, a mudança no papel dos órgãos relacionados à produção histórica contribuiu para a sua supressão. Durante o século XVIII, já no reinado seguinte, extingue-se o cargo de *Cronista Mayor de las Indias* o *Consejo de Indias* já não é a instituição que reúne todos os documentos, devido a uma disputa com a *Real Academia de Historia*. Para armazená-los e ordená-los, cria-se o *Archivo General de las Indias*, em Sevilla, onde segue até hoje (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2002, p. 193–196). Reorganizam-se estas instituições, enquanto há um questionamento sistemático desse paradigma historiográfico.

Há um embate entre as novas concepções históricas dos norte-europeus e os documentos da conquista espanhola na América. Como analisa Jorge Cañizares-Esguerra em seu livro **How to write the history of the New World**, com o surgimento de novas epistemologias iluministas norte-europeias (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2002, p. 12), refutam a credibilidade dos relatos dos conquistadores espanhóis. Essa nova leitura começa a privilegiar menos a testemunha e a figura do autor como garantia de verdade (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2002, p. 22), e mais a coerência interna (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2002, p. 26). Essa crise de credibilidade dos relatos da conquista é visível em autores como Cornelius de Pauw (neerlandês) frei Raynal (francês) e William Robertson (escocês) (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2002, p. 26–38).

Como vimos no prefácio de Robertson: “inquiries and speculations concerning their ancient forms of policy and laws, which exist no longer, cannot be interesting. The attention and expectation of mankind are now turned towards their future condition” (ROBERTSON, 2011). Desenvolvem uma nova “art of reading”, cujo critério já não é o mesmo daquela que considerava historiador quem havia visto os acontecimentos e tinha autoridade para ser reconhecido como fiável. Essa nova metodologia é designada como conjectural: com ela a história de cada um dos povos revelaria algo de universal no desenvolvimento da humanidade. Nesse sentido, alguns eventos ou descrições dos historiadores da conquista e colonização eram descartados por serem considerados impossíveis. Se os incas não desenvolveram uma agricultura sólida, por exemplo, rejeitam que tivessem sido uma sociedade desenvolvida politicamente (tal como os europeus concebiam). Descrições contraditórias em relação a um desenvolvimento considerado “natural” seriam descartadas.

Há uma ofensiva espanhola, outra jesuíta e ainda outra *criolla* em contraposição a essa nova epistemologia, como bem demonstra Cañizares-Esguerra em seu livro. Todos resgatam de alguma maneira a importância dos arquivos e documentos da conquista ou da colônia, além dos últimos, os *criollos*, valorizarem a fonte indígena. Os documentos do século XVI e XVII são retomados e explorados após os argumentos norte-europeus contrários à sua credibilidade, e nesse contexto que é criado o *Archivo de Indias* em Sevilla. Erguido durante o reinado de Carlos III, reúne todos os documentos deste período de expansão colonial em América. É uma das muitas instituições borbônicas criadas durante o século XVIII espanhol.

2.1.3 Mudança de dinastia: Habsburgos a Bourbons

O reinado de Carlos II, *el hechizado*, foi o último da dinastia dos Habsburgos na Espanha. Enquanto estava no poder, a monarquia espanhola – na contramão de outras potências europeias, nas quais ascendia o absolutismo monárquico – foi duramente enfraquecida²⁶. A crise não era só política. Nas duas últimas décadas do século XVII, o império havia decaído economicamente pelas más colheitas, pela subsequente fome e pelo aumento da inflação, causado por um aumento da demanda. Ademais, a Espanha peninsular havia se tornado completamente dependente dos territórios americanos para o comércio com as outras potências europeias. Precisava de bens como metais preciosos das colônias para comprar os bens manufaturados das outras potências europeias.

Sem herdeiros, através de seu testamento Carlos II dá direito ao trono ao duque de Anjou, da família Bourbon, o qual assume em 1700. Ante a hegemonia francesa, potências europeias, especialmente Inglaterra e Holanda, reagem (ANES, 1975, p. 341–342). Os dois reinos protestantes guerreiam contra França e Espanha pela sucessão espanhola entre 1701 e 1713²⁷. Ao final do embate, redigem o tratado de Utrecht, no qual a Espanha perde alguns de seus territórios europeus nos Países Baixos e na Sicília. A relação com os territórios americanos também se enfraquece. Acorda em ceder Colônia de Sacramento a Portugal, então firme aliado da Inglaterra, e para esta última renuncia ao monopólio comercial com o Novo Mundo. O Império Britânico pode a partir de então levar um navio por ano para comercializar mercadorias e passa a controlar o tráfico de africanos escravizados para a América espanhola. Só no governo

²⁶ Grande parte dos apontamentos históricos estão baseados no capítulo de David Anthony Brading, “A Espanha dos Bourbons e seu Império americano”. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina**. América Latina Colonial, volume I. São Paulo: EDUSP, 2018.

²⁷ Há alguma divergência quanto a data final. Alguns consideram o Tratado de Utrecht, em 1713, como fim da Guerra de Sucessão; outros, a queda das últimas cidades pró-áustrias: Barcelona em 1714, Mallorca e Ibiza em 1715.

de Carlos III (1759-1788), considerado um dos déspotas esclarecidos europeus do século XVIII, que a Espanha de fato se estabiliza, assentando também seus territórios americanos.

Com o tratado de Utrecht também se consolida a dinastia Bourbon no trono espanhol. Sobrinho-neto do rei anterior, Felipe V assumiu o trono. Em contraposição aos Habsburgos, instaurou uma política muito mais centralizadora e menos federalista²⁸. Por outro lado, os Bourbons herdaram de seus antecessores um poderio da Coroa sobre os assuntos da Igreja, como estabelecido desde a época dos *Reyes Católicos*. Essa herança, combinada com a adoção do modelo da política de Luís XIV da França de instrumentalização da Igreja para a consolidação do absolutismo, fazem com que a religião esteja sob o poder estatal. Culmina na Concordata entre Felipe VI e o papa em 1753, instaurando plenamente este poder absolutista.

Tendo Colbert, ministro de Luís XIV, como modelo – não por acaso, já que este havia ajudado a instaurar a monarquia absolutista na França –, Espanha direcionava a cultura tendo em vista os interesses do Estado. A *Ilustración* espanhola associa-se ao próprio Estado; suas grandes figuras eram servidores públicos. A cultura nesse momento serve ao fortalecimento do sistema político. Mas o reinado de Carlos III e a *Ilustración* espanhola – eventos completamente atrelados, sendo a data de início desta muitas vezes colocada na data de início do reinado do primeiro – são um pouco posteriores ao que nos interessa. Cabe discuti-los aqui por estarem de alguma maneira implicados com os eventos anteriores, do início do século XVIII. Toda essa tendência política no iluminismo espanhol era uma mudança que já vinha desde o fim do século XVII. Mas a instauração do poder dos Bourbons se faz a partir de novas instituições (ANES, 1975, p. 295).

2.1.4 Real Academia Española

Uma das instituições da recém-instauradas dinastia Bourbon é a *Real Academia Española* (RAE). Instituída em 1714, somente um ano depois do final da Guerra de Sucessão, é formada a partir da tertúlia do Marqués de Villena. Em seu livro **Real Academia Española: vida e historia**²⁹, Victor García de la Concha salienta como para esse conjunto de doutos era de extrema relevância o “sentido de servicio público y la dimensión de Estado”³⁰. Para tanto, a proposta era “crear en España una Academia en la línea de las nacionales extranjeras y acogida

²⁸ As exceções são as *Vascongadas* e Navarra, os quais conservam seu caráter autonômico (ANES, 1975, p. 296).

²⁹ Por haver tido acesso a esse livro através de sua versão *e-book*, em todas as suas citações constam não as páginas, mas sim a seção da obra na qual se encontra a referência.

³⁰ “sentido de serviço público e a dimensão de Estado” (tradução nossa).

al patrocinio de la Corona” (CONCHA, 2014, seç. Una tertulia de novatores)³¹. Mas esse projeto, que deu origem à academia de língua até hoje em vigor, a princípio não tinha em mente restringir-se à língua.

Nesse livro detalhado e que articula a criação da academia com questões políticas, de maneira por vezes ufanista García de la Concha, diretor da RAE de 1998 a 2010, relata a formação e os projetos da academia. E o propósito primeiro da tertúlia que deu origem à academia de língua em realidade era montar uma *Academia de Ciencias y Artes* (CONCHA, 2014, seç. Proceso fundacional de la Real Academia Española). Apesar da razão dessa mudança de enfoque não ser totalmente esclarecida, sabe-se que em seu primeiro projeto, o *Diccionario de Autoridades* (1726), consta que “la lengua castellana es una de las mejores que hoy están en uso, y capaz de tratarse, y aprenderse en ella todas Artes y Ciencias” (apud CONCHA, 2014, seç. Proceso fundacional de la Real Academia Española). A língua era um instrumento de estudo e aprimoramento dos saberes. Cuidar do *castellano* – nomenclatura que será mantida até início do século XX quando começarão a falar em língua *española* – é um pressuposto para o manuseio adequado do conhecimento. E, claro, também serve para colocar o idioma no circuito de línguas europeias através das quais se pode desenvolver saberes. É provável então que se priorizasse uma padronização da língua para que então fizesse sentido criar esta academia dos outros saberes.

Comandada pelo Marques de Villena, a tertúlia pede autorização real para a criação dessa academia em 1713, momento no qual elaboram questões administrativas da academia e seus primeiros projetos (CONCHA, 2014, seç. Proceso fundacional de la Real Academia Española). É aprovada após passar pelo rei Felipe V e pelo *Consejo de Castilla*, e no dia 3 de outubro de 1714 é assinada a cédula pela Coroa, salientando quão útil louvável é o trabalho a ser feito por essa instituição (CONCHA, 2014, seç. Proceso fundacional de la Real Academia Española). Sobre a associação entre a língua e o poder real, diz García de la Concha:

Nebrija le recuerda a la reina que en su ‘mano y poder no menos está el momento [la importancia] de la lengua que el arbitrio de todas nuestras cosas’. Pensaba que el enriquecimiento del *uso* de la lengua, del cual, según Horacio, ‘depende el arbitrio, la ley y la norma del lenguaje’, no se modificará positivamente ‘hasta que entrevenga el autoridad de Vuestra Alteza o el consentimiento de aquellos que pueden hacer[lo]’, es decir, ‘mientras no se consolide la colaboración entre el poder y el saber, entre la

³¹ “criar na Espanha uma Academia na linha das nacionais estrangeiras e acolhida ao patrocínio da Coroa” (tradução nossa).

corte real y los humanistas’ (CONCHA, 2014, seq. Proceso fundacional de la Real Academia Española)³².

Dentre os participantes dessa tertúlia, os primeiros a ocuparem os assentos da *Real Academia Española*, incluíam-se doutos dos mais diversos saberes. Todos que se juntam nesse propósito de fixar a língua *castellana* eram eruditos, e Alonso Zamora Vicente, em seu livro **La Real Academia Española**, demora-se na biografia de cada um deles. Primeiro a ocupar a cadeira D da RAE, Andrés González Barcia, foi um ávido bibliófilo (ANDRÉS, 1987) (ASENSIO MUÑOZ; DE LOS REYES GÓMEZ, 2018), colecionador e editor de variados livros sobre as Índias Ocidentais. Dos muitos documentos por ele resgatados, um foi o livro contendo a *relación* e os *comentarios* de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca.

2.1.5 Andrés González Barcia: editor, comentarista, autor

O relato sobre a *Florida* de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, após 1542 em Zamora e 1555 em Valladolid, só vê a luz novamente dois séculos depois: em Madrid, 1749³³. Apesar de já ter sido impresso e ter circulado dois séculos antes, então só se podia ter acesso a ele através de arquivos ou coleções privadas. Altera-se essa condição com sua reedição. É com outro título, sem próêmio, classificado em outro gênero, que *relación* e seus *comentarios* são incluídos no primeiro dos três tomos de **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales** (1749). As edições dos textos foram feitas por Andrés González Barcia, mas a organização final foi póstuma: seis anos após sua morte seu sobrinho de mesmo nome faz tal compilação.

Pela inclusão de ambos os textos de Cabeza de Vaca, já se sabe que é baseada na publicação de 1555. É provável que naquela época a edição de 1542 fosse bastante mais inacessível (ADORNO; PAUTZ; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999c, p. 177) – e hoje segue sendo. Que sua base seja a edição de Valladolid é importante, já que “this eighteenth-century edition would serve as the source text for the majority of modern Spanish editions of the text, a central factor in the development of the modern misconception that the Valladolid version of

³² “Nebrija lembra a rainha que em sua ‘mão e poder não menos está o momento [a importância] da língua que o arbítrio de todas nossas coisas’. Pensava que o enriquecimento do uso da língua, do qual, segundo Horácio, ‘depende o arbítrio, a lei e a norma da linguagem’, não se modificará positivamente ‘até que intervenha a autoridade de Vossa Alteza ou o consentimento daqueles que poder fazê-lo’, ou seja, ‘enquanto não se consolide a colaboração entre o poder e o saber, entre a corte real e os eruditos’” (tradução nossa).

³³ Segundo Adorno e Pautz (1999, p. 209), é possível que o relato de Cabeza de Vaca tenha sido publicado em 1731 e talvez também em 1735 e circulado antes de que fosse incluído nessa coletânea. Trata-se de uma suposição, pois tais materiais não foram encontrados.

Cabeza de Vaca's relación is the 'definitive' (and, therefore, preferred) version of the account" (ADORNO; PAUTZ; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999c, p. 175)³⁴.

Andrés González Barcia foi um dos grandes homens de letras. Sua atuação está entre a morte de Calderón de la Barca e o reinado do "déspota ilustrado" Carlos III, período muitas vezes renegado na historiografia cultural e literária espanhola (CARLYON, 2005, p. 4). Entre o *Siglo de Oro* e a consolidação do Iluminismo na Espanha³⁵, esse momento marca uma mudança na área da cultura referente a essa classe na qual está Barcia, o homem de letras: "además de ser sinónimo de escritor, engloba a cuantos tenían algún contacto con las letras, ya fueran autores o no" (ALVAREZ BARRIENTOS; LOPEZ; URZAINQUI, 1995, p. 9)³⁶. Faz parte desses humanistas das academias e tertúlias que formavam parte da República das

³⁴ "esta edição do século XVIII serviria como o texto fonte para a maioria das edições espanholas modernas do texto, um fator central no desenvolvimento da concepção falsa de que a versão de Valladolid da *relación* de Cabeza de Vaca é a 'definitiva' (e, portanto, preferível) versão do relato" (tradução nossa).

³⁵ O século XVIII hispânico em termos artísticos e científicos é muitas vezes concebido como um momento de pouco "resplendor". Por exemplo, diz Paul Hazard em seu livro **La crisis de la conciencia europea**: "España no vivía ya en el presente; los últimos treinta años del siglo XVII, como, por otra parte, los treinta primeros del XVIII, están casi vacíos; en su historia intelectual, nunca como en aquel tiempo, ha dicho Ortega y Gasset, su corazón ha latido lentamente" (1988, p. 57) ["Espanha não vivia já no presente; os últimos trinta anos do século XVII, como, por outra parte, os trinta primeiros do XVIII estão quase vazios; em sua história intelectual, nunca como naquele tempo, disse Ortega y Gasset, seu coração bateu tão lentamente" (tradução nossa)]. Já rebatem há muito tempo esse tipo de concepção, como pode ser visto no artigo de 1984 escrito por Rinaldo Froldi "Apuntaciones críticas sobre la historiografía de la cultura y de la literatura españolas del siglo XVIII". Discorre como o século XVIII é dificilmente unificado como um movimento único, o que contradiz a concepção de movimentos estéticos da historiografia literária tradicional. Ademais, que a adesão às concepções do *Romanticismo*, as quais negam o momento precedente, faz difícil o estudo desse século. Carlyon (2005), citando Pedro Álvarez de Miranda, também salienta que as concepções sobre o que foi Iluminismo se baseiam nos movimentos da França, Países Baixos e Grã-Bretanha, invisibilizando outras expressões culturais desse período que não seguem os mesmos princípios. Argumenta na mesma linha Gabriel Paquette na introdução ao seu livro **Enlightened reform in Southern Europe and its Atlantic colonies, c. 1750-1830**. Já Karen Stolley (2013) dedica todo seu estudo aos motivos para a invisibilidade do século XVIII da América Hispânica em seu livro **Domesticating Empire**. Na introdução, ela chega a afirmar que "to date there has been little attempt within Hispanism to theorize the historic lack of focus on the eighteenth century" (2013, p. 1) [até hoje tem havido poucas tentativas dentro do hispanismo para teorizar a falta de foco histórica no século XVIII" (tradução nossa)]. Em linhas gerais, a crítica estadunidense trabalha com a ideia de que o discurso *criollo* da independência apagou essa produção setecentista, a qual não se adequava ao imaginário desenvolvido posteriormente por ser consonante com o Iluminismo europeu. De qualquer modo, devo salientar que muitos apontam o apagamento do século XVIII como um todo, e acabam enfocando na produção artística e científica do final do século. O trabalho de Karen Stolley, por exemplo, inclui só um livro da primeira metade do século. Esse início em que se insere a produção historiográfica de Andrés González Barcia segue sendo bastante pouco abordado. Continua um período que vale a pena ser estudado em detalhe, assim como as razões para a escassez de trabalhos sobre ele. A figura de Barcia nos daria pistas importantes para esse apagamento, sendo esta uma hipótese a ser trabalhada em momento mais oportuno. Dentre razões que poderia levantar por ora, o primeiro assento D da RAE não seria um autor tal como se concebe após o século XIX, por não ter uma obra robusta enquanto escritor. Teria sim como editor, bibliófilo, enfim. Nesse sentido, seria produtivo para estudar esse início do século XVIII ressignificações do que significa obra, autoria; ressignificações sugeridas por Ilda Mendes dos Santos e Isabel Almeida na introdução ao livro **República das Letras: bibliotecas viajantes**. Refletindo sobre esses conceitos que são chave para pensar a produção artístico-literária na historiografia até hoje, seria possível então encher esse período considerado "casi vacío" na Espanha e na América hispânica.

³⁶ "ademais de ser sinónimo de escritor, engloba tantos quantos tinham algum contato com as letras, autores ou não" (tradução nossa).

Letras³⁷, cuja proposta consistia em “corregir errores de pensamiento, supersticiones, y va a proponer reformas que puedan favorecer a la población”³⁸. Essa função exercida ao público está relacionada com a mercantilização das letras.

Além de ser um homem de letras, Barcia era também um homem público – o que não era uma contradição. Foi um dos fundadores da *Real Academia Española*, e serviu Felipe V em cargos públicos grande parte de sua vida (CARLYON, 2005, p. 6). Em comparação aos humanistas, conhecidos por terem seus mecenas para financiá-los, o homem de letras durante o século XVIII começa a ter:

la necesidad de entrar en política, al depender de la pertenencia a uno u otro grupo político-tertuliano para conseguir un puesto en esas instituciones. De esta forma, las relaciones con el poder se intensifican y lo que eran en principio relaciones literarias se politizan y socializan complicando las relaciones entre los ‘repúblicos’ de las letras (ALVAREZ BARRIENTOS; LOPEZ; URZAINQUI, 1995, p. 58)³⁹.

Durante o começo do século XVIII, ademais, é quando se desenvolve a concepção de História Literária (ALVAREZ BARRIENTOS; LOPEZ; URZAINQUI, 1995, p. 15). A través

³⁷ Em seu artigo “Apuntaciones críticas sobre la historiografía de la cultura y de la literatura del siglo XVIII”, Rinaldo Froldi adere à historiografia que localiza, a partir do que escreveu Jean Sarrailh em *L’Espagne éclairée de la seconde moitié du XVIII siècle*, o início da *Ilustración* em Espanha a partir do meio do século XVIII. Na página 66 de seu artigo, diz: “En la España de la segunda mitad del setecientos se advierte con claridad la llegada de una realidad cultural decididamente nueva. Su realización se debe a un grupo de aristócratas, juristas, políticos y literatos, favorecidos en gran parte por la política de Carlos III” [“Na Espanha da segunda metade do setecentos se adverte com clareza a chegada de uma realidade cultural decididamente nova. Sua realização se deve a um grupo de aristocratas, juristas, políticos e literatos, favorecidos em grande parte pela política de Carlos II” (tradução nossa)]. Argumenta que seria impreciso usar para a totalidade do século XVIII a terminologia Ilustração tal como entendida pela historiografia europeia, razão pela qual cabe usar algum outro termo para o início do século XVIII. Escolhi o termo *República de las Letras* o qual, mais específico que a referência a uma época (como por vezes é usado Iluminismo), designa a mudança do trabalho do homem de letras durante o século XVIII em relação àquele do humanista partícipe do *Párnaso Literario*. É sempre em oposição a seu anterior, o Párnaso, que é conceitualizada a *República de las Letras* no livro *La República de las Letras en España del siglo XVIII* (1995). Joaquín Álvarez Barrientos define esse conceito (já usado desde 1655 na Espanha) assinalando a mudança atribuída especialmente às novas possibilidades proveniente do desenvolvimento da imprensa. A partir da década de 1730, a Espanha começa se reconhecer partícipe dessa ordem internacional (p. 12), com sede cultural em Paris e material em Amsterdam e Rotterdam. Apesar de ou talvez por ser tão internacional, também tem em si um afã de mostrar a glória nacional “como instrumento de orgulho político” (p. 8) [“como instrumento de orgulho político” (tradução nossa)]. A historiografia literária nacional, por exemplo, é uma invenção setecentista vinculada às mudanças encarnadas na *República de las Letras* (p. 17). Para os homens doutos do século XVIII, cabe aos escritores “aceptar cargos públicos y políticos, puesto que están más preparados que la mayoría para desempeñarlos” [“aceitar cargos públicos e políticos, posto que estão mais preparados que a maioria para desempenhá-los” (tradução nossa)], além de “figurar la cabeza de la sociedad, como su guía” (p. 30) [“figurar a cabeça da sociedade, como seu guia” (tradução nossa)]. Como será visto ao longo do texto, o trabalho de González de Barcia atende a essa nova demanda da *República de las Letras* setecentista, motivo pelo qual escolho utilizar esse conceito ao longo do capítulo, assinalando o caráter também moral e político de suas recopilações.

³⁸ “corrigir erros de pensamento, superstições, e vai propor reformas que possam favorecer a população” (tradução nossa).

³⁹ “a necessidade de entrar em política, a depender do pertencimento a um ou outro grupo político-tertuliano para conseguir um posto nessas instituições. Dessa forma, as relações com o poder se intensificam e o que eram em princípio relações literárias se politizam e socializam complicando as relações entre os ‘repúblicos’ das letras” (tradução nossa).

de reedições, Andrés González Barcia ordena os relatos da conquista de modo a produzir uma ideia gloriosa da história e das letras do país ibérico e suas colônias. Dentre esse projeto não está somente a edição de **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales**. O bibliófilo reeditou e comentou, dentre outros, as **Décadas**, do *cronista mayor* Antonio Herrera, as obras de Inca Garcilaso de la Vega, e escreveu e publicou um **Ensayo cronológico, para la historia general de la Florida**. Considerado por alguns como o primeiro americanista (AZNAR apud CARLYON, 2005, p. 7), seu trabalho de seleção certamente fez o ofício de biblioteca: abriu as portas ao mesmo tempo que estabeleceu alguns limites para os estudos dos textos sobre expansão territorial espanhola.

Como argumenta Jonathan Earl Carlyon em seu livro **Andrés González de Barcia and the Creation of the Colonial Spanish American Library** “by producing these critical, scholarly editions of many of the New World historical texts still used today, Andrés González de Barcia prepared the foundations for much of the modern study of Colonial Latin America” (CARLYON, 2005, p. 14)⁴⁰. Analisa a *librería* de Andrés González Barcia, considerando o conceito tal como utilizado durante o século XVIII e pelo próprio editor. Seu labor intelectual, segundo o crítico, consiste em “sacar a la luz”: produzir livros que circulem, e não que se escondem como em um *archivo* (CARLYON, 2005, p. 12–13). Todo esse labor editorial foi feito de tal maneira que estes documentos voltassem a ser considerados pela historiografia com “authoritative status” (CARLYON, 2005, p. 14).

Para chegar a esta proposição, o autor enfoca em análises dos paratextos desenvolvidos pelo editor setecentista, como índices, prefácios, dentre outros. Constituindo um projeto de resgate e ordenamento dos textos da conquista e da colonização espanhola, serve para reconstruir a imagem desses processos tendo em vista a imagem da Espanha para os outros países europeus (CARLYON, 2005, p. 98). A obra de González Barcia é, portanto, um esforço tanto acadêmico como político. Quanto a esse último aspecto, Carlyon aponta o trabalho do editor setecentista como uma tentativa de ressignificação desse passado espanhol:

After the War of Succession (1700–15), scholars in Spain working under the new Bourbon monarchy of Philip V sought to revitalize the Spanish image through the publication of those works that they considered best represented their literary history. In the case of González de Barcia, his carefully chosen critical editions of the Chronicles of the Indies attempted to discredit what is today referred to as Spain’s

⁴⁰ “ao produzir essas edições críticas e eruditas de muitos dos textos do Novo Mundo usados até hoje, Andrés González de Barcia preparou o alicerce para grande parte do estudo moderno da América Latina colonial” (tradução nossa).

‘Black Legend,’ or the negative interpretation of the discovery, exploration, and conquest of the Indies by Spain (cf. Juderías) (CARLYON, 2005, p. 8)⁴¹.

Se teria ou não existido uma visão distorcida e negativa da Espanha chamada *Leyenda Negra* é um denso debate historiográfico⁴². Mas certo é que a representação espanhola nos países centro-europeus era bastante negativa desde o final do século XVII: viajantes europeus que iam à Espanha, por exemplo, não escondiam seu desdém em relação ao reino (HAZARD, 1988, p. 57). Essa representação negativa se expande no tempo, e até o final do século XVIII Espanha passa a ser um símbolo do que deveria ser erradicado: “Para Masson, como para outros filósofos franceses, Espanha representava a nefasta vigência de instituições feudais que precisavam ser combatidas e anuladas” (CORDIVIOLA, 2010, p. 114).

Essa imagem negativa da Espanha que se disseminava na Europa era reconhecida pelos espanhóis. “Que es lastimosa y aun vergonzosa cosa que, como si fuéramos indios, hayamos de ser los últimos en recibir las noticias y luces públicas que ya están esparcidas por Europa” (CABRIADA, 1686, p. 230)⁴³, queixa-se Juan de Cabriada em 1686. Benito Jerónimo Feijoo em seu livro **Teatro Crítico Universal** mostra grande estima à cultura francesa, e considera

⁴¹ “Depois da Guerra de Sucessão (1700-1715), eruditos na Espanha que trabalhavam sob a nova monarquia borbônica de Felipe V procuraram revitalizar a imagem espanhola através da publicação desses trabalhos que, para eles, melhor representavam sua história literária. No caso de González de Barcia, sua escolha cuidadosa de edições críticas das Crônicas das Índias tentavam desacreditar o que hoje se refere como a Lenda Negra espanhola, ou a interpretação negativa da descoberta, exploração e conquista das Índias pela Espanha” (tradução nossa).

⁴² Quem cunhou o termo *Leyenda Negra* foi Emilia Pardo Bazán em uma conferência em Paris, no ano de 1899. Quinze anos depois, Julián Juderías popularizou o termo com seu livro **La Leyenda Negra y la Verdad Histórica**. Publicado em 1914, foi um dos pilares da historiografia nacionalista do começo do século XX. Utiliza esse termo para referir-se a uma visão distorcida da Espanha, cujas origens poderiam ser traçadas desde o século XVI. Uma ideologia que circulava na Europa a norte dos Pirineus, a *leyenda negra* isola o país (p. 364). Por outro lado, Anthony Pagden, em seu capítulo “Espíritu de conquista: la leyenda negra y la transformación del mundo ibérico”, salienta que os espanhóis do século XVIII não necessariamente reconheciam esse fenômeno tal como Juderías o conceitualiza. Pagden atribui mais à *leyenda dorada* que à *leyenda negra* alguns dos problemas enfrentados pela Espanha no século XVIII. Para ele, o olhar retroativo espanhol em busca da glória passada teria sido responsável pela estagnação do país política e economicamente, argumento que se distancia um pouco daquele proposto pelos editores do livro **La Sombra de la Leyenda Negra** em que o capítulo de Pagden foi incluído. María José Villaverde Rico e Francisco Castilla Urbano, organizadores desse livro que revisita o conceito de Juderías, traçam os caminhos e as razões pelas quais a *Leyenda Negra* seria um fenômeno de fato presente na história da Espanha. E o século XVIII é chave, já que nele essa imagem distorcida sobre os espanhóis teria ressurgido. Pode ser visualizada em intelectuais como Montesquieu, Diderot, Voltaire, abade Raynal, etc. Para eles, Espanha sofreu com esse estigma negativo ao longo dos séculos (p. 79) dando forma a uma propaganda anti-espanhola ao longo do tempo. Assinalam o papel do cientificismo desse momento, segundo o qual as características físicas dos povos e suas coordenadas determinavam seu caráter. Aos cidadãos da Espanha se atribuía, de maneira pejorativa, características não-cristãs e não-brancas, além de traços decorrentes de sua localização ao sul da Europa – o que lhes parece relevante por ser uma conceitualização estanque, da qual o país não consegue se desvencilhar. Para ter acesso a bibliografia sobre essa discussão, recomendo a introdução do livro dirigido por Villaverde Rico e Castilla Urbano, que discorrem sobre diferentes visões quanto à *leyenda negra*. Entretanto, saliento que deixam claro sua posição de defender que sim, existiu a *leyenda negra* e segue sendo uma sombra na história espanhola, tal como o título sugere.

⁴³ “Que é lastimosa e ainda vergonhosa coisa que, como se fôssemos índios, tenhamos de ser os últimos em receber notícias e luzes públicas que já estão espalhadas por Europa” (tradução nossa).

que Espanha deve modernizar-se no sentido em que vão os países norte-europeus, cultural e cientificamente. Este mesmo discurso tem a criação da *RAE*, cujo modelo eram as academias de língua francesa e italiana e cujo objetivo era inserir a língua espanhola nesse circuito letrado europeu – do qual, portanto, se via excluída.

No século XVIII, essa imagem negativa conhecida como *Leyenda Negra* espanhola teria ressurgido com força. Digo ressurgido porque, segundo argumentam María José Villaverde Rico e Francisco Castilla Urbano em **La sombra de la leyenda negra**, a origem dessa propaganda anti-espanhola remonta à colonização da América. Afirmam que, embora todas as grandes potências europeias tenham um passado aterrador em se tratando da exploração e colonização de outros territórios, a fama negativa do país ibérico é mais evidenciada. Das causas apontadas para o destaque do horror da conquista espanhola, uma delas é ter permitido uma grande discussão sobre a legitimidade dessa expansão. Espanha, diferente dos muitos outros europeus, de fato promoveu esse debate alargado, no qual houve inclusive quem confrontasse o empreendimento. Essas manifestações contrárias ecoavam e foram recorrentemente recuperadas pelos reinos ao norte da península para depreciar a Espanha. O mais famoso dentre os textos é a **Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias** de Bartolomé de Las Casas.

Convenientemente, as produções de Bartolomé de Las Casas denunciando a violência dos espanhóis em relação aos índios não foram incluídos na seleção de edições de González Barcia. Se o objetivo do membro fundador da *RAE* era a reconstrução da imagem espanhola, foi coerente com seu projeto editorial a exclusão do *Fray*. Quando sim se refere a Las Casas, questiona a autenticidade de seus escritos, chegando até mesmo a duvidar se foi ele quem de fato escreveu a **Brevísima** (CARLYON, 2005, p. 113–114). E é provável que Barcia só cite Las Casas em sua edição **Epitome de la Biblioteca Oriental i Occidental, Nautica i Geografica** porque seria um escritor já então incontornável, inclusive pelo próprio gênero do texto.

Índice, este *epitome* consiste em uma grande lista de referência bibliográfica da expansão ultramarina espanhola – não só a América, mas a todo mundo. Foi primeiro elaborado em 1629 por Antonio León Pinelo, *cronista mayor* durante o fim do século XVII. Já a edição de Barcia foi publicada em 1737-8 – não em seu nome, mas em pseudônimo, Gabriel Cárdenas Z Cano – e ao *epitome* acrescentou mais ou menos mil páginas. Quem busca informações da **Brevísima** a partir da edição de Barcia do índice pode pensar que é razoável duvidar da autoria de Las Casas, por exemplo. Ainda que esse questionamento esteja muito longe de qualquer consenso, mesmo na época da publicação.

Barcia faz a reedição, a seleção e a descrição da bibliografia da conquista. Enquanto guia do leitor pela expansão ultramarina, seu ofício é integral. Define os autores e faz apontamentos acerca de suas obras, deixando suas pegadas pelos textos e restringindo a produção de sentido desses relatos.

2.1.6 A publicação setecentista de *Naufragios*

O projeto maior do editor Andrés González Barcia é parte vital para entender a publicação da *relación* de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca do século XVIII. Apesar de ser historiográfico, se diferencia do típico trabalho dos *cronistas mayores* ou outros historiadores das Índias, cujas obras, produzidas a partir dos arquivos, têm eles mesmos como escritores e autores. Barcia produz obras de próprio punho (como *Ensayo de la Florida*), mas também constitui a história da conquista através da *republicação sistemática* desses documentos retirados dos *archivos*⁴⁴. Nesse sentido, encaixa-se duplamente na categoria de autor *dieciochesca*. Definido como aquele que “escribe libros, y compone y saca a luz otras obras literárias”, segundo o *Diccionario de Autoridades* (1737) que ele mesmo ajudou a produzir, Barcia pode ser considerado autor seja enquanto um compositor, seja como um editor de obras.

Dentre os documentos que ele *saca a luz*, podemos citar os de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, as **Cartas de Relación** de Hernán Cortés, os diários de Colón, algumas produções de Inca Garcilaso de la Vega e até mesmo as **Décadas** do *cronista mayor* Antonio Herrera. Mas não os publica tal qual os encontra. No prefácio de outra obra que ele também republica, **Monarquía Indiana** de Juan de Torquemada, explicita que o historiador deve, como um pintor, corrigir imperfeições (CARLYON, 2005, p. 41). E Barcia exerce essa função corretora através de uma ampla reedição de textos da conquista e da colônia, e cada um deles é resgatado, “añadido y enmendado”⁴⁵ (LEÓN PINELO, 1737). Resume Carlyon a empreitada editorial de Barcia em quatro aspectos: “(1) adding material that is lacking; (2) emending imperfections; (3) citing sources; and (4) creating new scholarship” (CARLYON, 2005, p. 42)⁴⁶.

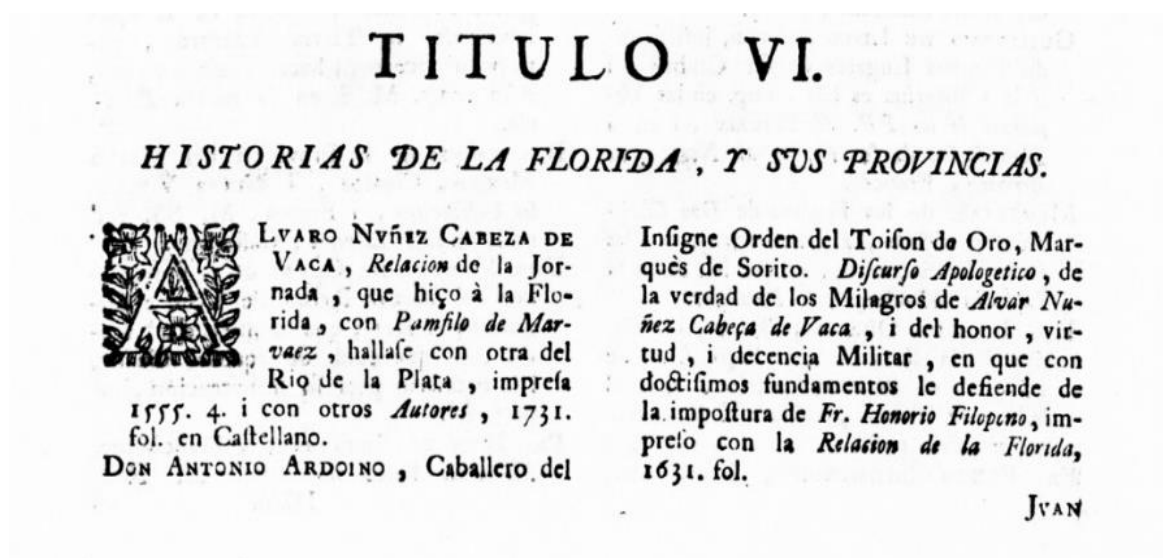
⁴⁴ Certamente republicações desses textos ocorriam, mas uma republicação sistemática como projeto editorial parece ser visível pela primeira vez nesse “primeiro americanista”.

⁴⁵ “adicionado e emendado” (tradução nossa).

⁴⁶ “(1) adicionar material que falta; (2) emendar imperfeições; (3) citar fontes; e (4) criar nova erudição” (tradução nossa).

Seu projeto historiográfico ataca várias frentes. Anterior aos **Historiadores Primitivos** (1749), temos a edição de Barcia do **Epitome de la Biblioteca Oriental i Occidental, Nautica i Geografica** (1737), o qual serve como guia às leituras relacionadas às expedições ultramarinas espanholas. Trata-se, portanto, de um meio através do qual se poderia ter um primeiro acesso à narrativa de Cabeza de Vaca. Dividido geograficamente, o verbete referente ao autor de **Naufragios** estreia o apartado sobre a *Florida*; logo, discorre nesse momento somente sobre a primeira viagem e o primeiro relato de Álvaro Núñez sobre as Índias.

Figura 4: Trecho de Epitome, editado por Andrés González Barcia, sobre Álvaro Núñez Cabeza de Vaca.



Fonte: <<http://bibliotecadigital.aecid.es/bibliodig/es/consulta/registro.cmd?id=912>>.

Não é citada a narrativa **Comentarios**, publicada junto da *relación* em 1555; escrito pelo secretário de Álvaro Núñez, este relato fala sobre a expedição no Rio da Prata. Buscando no apartado “Historias del Río de la Plata, y del Paraguay” (LEÓN PINELO, 1737, col. 661), encontra-se: “Pedro [sic] Hernandez, Escrivano de la Jornada: Comentarios de los que hizo Alvar Nuñez Cabeça de Vaca, Governador del Rio de la Plata; hallase impresa con el Viage del mismo Alvar Nuñez, à la Florida, i con otros, 1731. fol” (LEÓN PINELO, 1737, col. 663)⁴⁷.

⁴⁷ “Pedro [sic] Hernandez, Escrivão da Jornada: Comentários dos que fez Alvar Nuñez Cabeça de Vaca, Governador do Rio da Prata, encontra-se impressa com a Viagem do mesmo Alvar Nuñez, a Flórida, e com outros, 1731. fol” (tradução nossa).

Ainda que aponte a anterior unidade das duas narrativas, o método de classificação do **Epítome** de Barcia leva a um rompimento dessa união.

Enquanto na publicação de Valladolid, 1555, interessa que *relación e comentarios* sejam publicados como unidade (ver seção 2.1.1), no século XVIII o critério é outro. Relembremos que Barcia republica **La Florida del Inca** em 1723 e escreve, no mesmo ano, seu **Ensayo cronológico, para la historia general de la Florida**. Ao longo dos setecentos, a historiografia sobre as Índias começa de fato a focar em regiões específicas (STOLLEY, 2013, p. 15); aliado a isso, é possível inferir que a priorização dos estudos do editor sobre o território ao norte, contribua para essa coesão se dissolver. Outro aspecto que propicia essa dissolução é a atribuição da autoria não a Cabeza de Vaca, mas a Pero Hernández. Apesar de ser o secretário autor de **Comentarios** já em 1555, há um gesto importante de cessão da voz por parte de Álvar. Concede a fala ao secretário no proêmio, paratexto suprimido por Barcia dois séculos depois. A autoria é, portanto, atribuída diretamente a Pero Hernández, sem mediação do governador do Rio da Prata, fazendo com que o texto perca essa camada polifônica durante o século XVIII.

Embora a *relación* sobre a Florida não esteja indexada com os **Comentarios**, tampouco aparece como independente: é associada ao “*Discurso Apologetico*, de la verdad de los Milagros de Alvar Nuñez Cabeça de Vaca, i del honor, virtud, i decencia Militar, en que con doctisimos fundamentos le defiende de la impostura de Fr. Honorio Filipono, impreso con la *Relacion de la Florida*, 1631. fol.”⁴⁸. Sendo um índice, o epítome guia para uma leitura de **Naufragios** acompanhada do “Discurso Apologético”, o que é coerente com a edição da *relación* em **Historiadores Primitivos**. Na coletânea também estão unidos. Suprimido o proêmio à *relación*, entra em seu lugar Antonio Ardoino⁴⁹.

Já pelo título da coletânea, **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales** (1749), vemos que na republicação de Álvar Núñez altera-se o gênero do relato. Diferente de outros historiadores anteriormente citados, que se utilizaram dos relatos de Cabeza de Vaca sobre as Índias como fonte (ver seção 2.1.2), Barcia classifica o texto mesmo como histórico. Mas não só o substantivo “historiadores” merece atenção por influir no gênero dos relatos. Remete a um critério de inclusão e de exclusão de sua biblioteca historiográfica o adjetivo que

⁴⁸ Para Adorno e Pautz (1999, p. 182-183), o ano de 1631 é um erro de digitação. O ano correto seria o de 1731. Sugerem que talvez haja havido uma outra publicação de **Naufragios** preparada por Barcia nesse ano, ainda que não haja documentos para além do **Epítome** que atestem tal teoria. Essa conjectura é ainda mais plausível considerando a citação anterior, do apartado sobre Pero Hernández do **Epítome**, consta a ano de 1731.

⁴⁹ Aqui o foco da análise dessa coletânea será em relação à publicação de Álvar Núñez Cabeza de Vaca, mas devo ressaltar que investigar a sua unidade seria extremamente produtivo.

lhe acompanha, “Primitivos”. Ao designar um início, o adjetivo sinaliza que estes autores incluídos na coletânea são os primeiros que se alongam sobre as Índias Ocidentais. Retira-se a legitimidade de uma produção anterior à espanhola, e que não siga os moldes europeus de referir-se a fatos passados (incluindo as escritas não silábicas ou os relatos orais).

Se do título da coletânea é dedutível que há uma reclassificação genérica da antes *relación*, o texto que o acompanha, de Antonio Ardoino não deixa dúvidas. E reitera o que o título somente sugere: ao menos no primeiro tomo da edição, onde estão as narrativas referentes às viagens de Cabeza de Vaca, só há relatos de espanhóis. Mas a escrita é somente uma das condições para a categorização como história que apresenta o texto de Ardoino, cujo título tal como presente na coletânea é “Examen Apologetico de la Histórica narracion de los Naufragios, Peregrinaciones, i Milagros de *Alvar Núñez Cabeza de Baca*, contra la Censura del Padre Honorio Filipono”⁵⁰.

Como este título expõe, Ardoino dá uma resposta à censura de Padre Honorio Filipono. Também referida por vezes como sátira, ela é feita por Caspar Plautius (sendo que Padre Honorio Filipono é seu pseudônimo) em seu livro **Nova Typis Transacta Navigatio Novi Orbis Indiae Occidentalis**, escrito inteiramente em latim e publicado em 1621. Em sua sátira, o autor coloca em dúvida a prática dos milagres de Cabeza de Vaca⁵¹: para ele, os milagres não poderiam ser realizados por homens comuns ou meros soldados (ADORNO; PAUTZ; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999c, p. 162).

Ardoino repreende Padre Honorio com seu longo “Examen Apologetico”. Define o que é milagre, oferece infindáveis exemplos para além do texto sobre a Flórida, e, finalmente, dá por fundamentadas as curas relatadas por Cabeza de Vaca. Nessa grande explanação consiste o segundo grande item do texto de Ardoino. O primeiro se centra em definir o que é história e em colocar o texto de Cabeza de Vaca como histórico. Nesse movimento, acaba por explicitar os critérios para a inserção daqueles textos (e exclusão de outros) no tomo I de uma coleção cujo nome é **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales**. Nessa reunião de textos da

⁵⁰ Este título foi retirado do índice do tomo I de **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales**, 1749. Anterior ao texto, o título que consta é “Examen Apologetico de la Historica Narracion de los Naufragios, Peregrinaciones, i Milagros de *Alvar Núñez Cabeza de Baca*, en las Tierras de la Florida, i Nuevo Mexico”. Diferenciam-se devido à menção ou não a Padre Honorio e às localidades.

⁵¹ As informações sobre o conteúdo do texto de Padre Honorio Filipono são retiradas do “Examen Apologético”, caso não haja outra indicação de fonte. Tanto pela dificuldade em encontrar o texto de Padre Honorio como por estar escrito em latim e não ter traduções, não pude ler a sátira original.

conquista, não há introdução ou prólogo: o exame é, na coletânea, aquele que fala de critérios historiográficos⁵².

Vemos ao longo da difícil leitura desse “Examen” inúmeras notas de rodapé, demonstrando a carga de autoridade da qual se vale Ardoino para contra-argumentar Padre Honorio. Essas autoridades citadas, no geral, consistem em rétores latinos, como Cícero e Quintiliano, e outros estudiosos pertencentes à Igreja Católica; de qualquer maneira, são dados sobre os quais se demandaria um estudo mais detido. O que se pode afirmar é que, pelas citações usadas, há no “Examen Apologético” continuidade com a concepção humanista de estudos historiográficos, assentada na retórica.

Apoiado sobre essas fontes de peso, Ardoino começa com o argumento histórico: “Examen primero. Punto Primero. Que es Historia y quien es propriamente historiador”. Então diz: “Es la Historia una fiel Relacion de los sucessos acontecidos en aquel tiempo, que en la Historia se escribe” (ARDOINO, 1749, p. 2)⁵³. Destaca-se nessa frase que o termo *relación* já não remete ao gênero textual quinhentista. O sintagma sofreu um processo de resignificação. Antes um gênero tão somente protocolar, do qual Cabeza de Vaca se utiliza de maneira persuasiva, neste momento é assimilado ao conceito de *narración*. Este é, de fato, um dos significados possíveis da palavra tal como é utilizada atualmente no idioma castelhano, e já o era no século XVIII. Segundo o verbete retirado do **Diccionario de Autoridades – Tomo V** (1737) (DICCIONARIO DE AUTORIDADES, 1726): “RELACIÓN. s. f. La narración o informe que se hace de alguna cosa que sucedió”⁵⁴. Esta apropriação de “relación”, que remete ao título do século XVI do livro, dilui o significado que carregara. De um gênero textual, torna-se um meio através do qual se pode fazer História.

No fazer historiográfico segundo Ardoino, a *relación* ou narração tampouco pode ser feita de qualquer maneira. Explicitada nessa concisa primeira frase, “Es la Historia una fiel Relacion de los sucessos acontecidos en aquel tiempo, que en la Historia se escribe” (ARDOINO, 1749, p. 2), remete também a um período. Sua temporalidade deve ser o passado, em contraposição à profecia, cujo objeto é “lo futuro, ò presente, no sabido” (ARDOINO, 1749,

⁵² Inserido no mesmo tomo I está o livro de Oviedo, intitulado no sumário da coletânea como “Relacion sumaria de la Historia Natural de las Indias”. Seu início tem uma breve reflexão sobre a história enquanto tipo discursivo, mas ínfima comparada à de Ardoino. No tomo II, está presente a “Historia General de las Indias”, de López de Gómara, na qual há uma metahistoriografia mais desenvolvida.

⁵³ “É a História uma fiel *Relación* dos sucessos acontecidos naquele tempo que na História se escreve” (tradução nossa).

⁵⁴ “*RELACIÓN* s. f. A narração ou informe que se faz de alguma coisa que sucedeu” (tradução nossa).

p. 3)⁵⁵. Ainda outro requisito presente nesse fragmento é que a história seja *escrita*, argumento que remete ao debate alargado sobre se a história consistiria em feitos verdadeiros ou na sua narração (MIGNOLO, 1981, p. 367). Nesse metatexto historiográfico⁵⁶, adere ao segundo ponto de vista. Explica-se, portanto, a exclusão de qualquer texto não-europeu sobre as Índias Ocidentais.

O requisito que não faltaria é o princípio da verdade na história (ver seção 2.1.2) (MIGNOLO, 1981, p. 368). Para garantir essa que é, segundo Ardoino, a base fundamental da História, está a credibilidade. Vindo do verbo “creer”, é definida como “un consentimiento con que corresponde fielmente el dicho à el hecho, que se llama *Fidelis sermo*, i juicio de ser verdadera la narracion declarada” (ARDOINO, 1749, p. 4)⁵⁷. E é possível assegurar-se que o dito corresponde ao feito pela forma do texto: se a escrita é simples e sem ostentação. Essa concepção remete ao próprio “Prohemio” da edição quinhentista, no qual escreve Cabeza de Vaca (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 81): “crer por muy certo que antes soy en todo más corto que largo”⁵⁸. Cito Ardoino:

siendo la verdad Basa fundamental de la Historia, i su candida leche, primer alimento del Historiador, como principal atencion de el Escritor, i primer desvelo de sus estudios. El cuidado de pintar, ante los ojos de los Lectores, el retrato desnudo de afeites, i coloridos disfraces, adornado solo de la blanca tela de la verdad, es evidente señal, i cierto indicio de todo, quando ageno de passiones, despojado de obstentacion, escribe sencillamente, manifestando la sincera verdad, la llaneça de la pluma (ARDOINO, 1749, p. 3)⁵⁹.

Apesar da relevância da forma simples do texto, a grande fonte de credibilidade, seguindo a corrente historiográfica dos séculos XVI e XVII, advém do *ethos* do escritor. No caso de Cabeza de Vaca, esta questão se resolve facilmente por sua nobreza, seus parentes e antepassados – deve-se lembrar que seu avô, Pedro de Mendoza, foi um dos que conquistou o que hoje são as Ilhas Canárias. Não bastando sua família, seus cargos e seus méritos nos

⁵⁵ “o futuro, ou presente, não sabido” (tradução nossa).

⁵⁶ Utilizo o termo metatexto tal como o usa Walter Mignolo (1981) em seu artigo, designando uma classe de textos na qual “los propios practicantes (e.g. roles institucionales) definen su actividad y los rasgos o propiedades que los textos deben tener para pertenecer a una determinada clase” [“os próprios praticantes (e. g. papéis institucionais) definem sua atividade e as características ou propriedades que os textos devem ter para pertencer a uma determinada classe” (tradução nossa)]. Já que o texto de Ardoino define aquilo que concebe como um texto histórico, encaixa-se nesta definição de metatexto.

⁵⁷ “um consentimento com que corresponde fielmente o dito ao feito, que se chama *Fidelis sermo*, e juízo de ser verdadeira a narração declarada” (tradução nossa).

⁵⁸ “crer como muito certo que antes sou em tudo mais curto que longo” (tradução nossa).

⁵⁹ “sendo a verdade Base fundamental da História e seu cândido leite primeiro alimento do Historiador, como principal atenção do Escritor, e primeiro desvelo de seus estudos. O cuidado de pintar, diante dos olhos dos Leitores, o retrato desnudo de afeites e coloridas fantasias, adornado só do branco tecido da verdade, é evidente sinal, e certo indício de tudo quanto alheio a paixões, despojado de ostentação, escreve de maneira simples, manifestando a sincera verdade a pureza da pluma” (tradução nossa).

empreendimentos também são não só mencionados, mas aclamados (ARDOINO, 1749, p. 4). Seus cargos, seja na expedição sobre a qual relata seja aquele que adquire posteriormente, aliado à escrita direcionada ao Monarca, impossibilita que seu texto seja falso (ARDOINO, 1749, p. 5).

Ainda que pelo seu *ethos* o autor já seja legítimo, é melhor que o escritor tenha relação direta com os feitos; os sentidos jogam, portanto, um papel essencial. O que conta o escritor deve ter sido ouvido de pessoas com credibilidade. Ainda melhor: o próprio escritor deve ter visto as coisas e nelas “intevenido” (ARDOINO, 1749, p. 4). A confiabilidade no olhar, antes que na escuta, é uma constante já anterior ao século XVIII, vinda desde a etimologia da palavra “história”, cuja origem remonta a *Isorein*: “que suena como ver, como si el que narra hubiera visto y sido testigo ocular de lo que narra” (VIVES apud MIGNOLO, 1981, p. 366). Dentro dessa tradição, diz Padre Antônio Vieira (apud HOLANDA, 1994, p. 232): “o que entra pelos ouvidos, como tem menos evidência, move com menos força, mas o que entra pelos olhos, recebe a eficácia da mesma vista e move fortissimamente”⁶⁰.

Pensando sobre os textos da coletânea, é possível dizer que todos atendem a tais critérios. Embora Antonio Ardoino não tenha de fato organizado toda esta coletânea **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales**, os critérios que enumera para que Álvaro Núñez seja considerado História de certo modo está refletido na organização de Barcia. Por exemplo, Francisco López de Gómara, presente no tomo II, possui todas as características listadas por Ardoino: tinha altos cargos e, ainda que não haja visto o que descreve e narra, havia escutado de pessoas que emanam confiança seguindo seus parâmetros. Por outro lado, não há na coletânea a **Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España** de Bernal Díaz de Castillo: o escritor não atende ao requisito de ter a credibilidade de um sangue nobre ou de um cargo alto, apesar de haver visto e intervindo naquilo que descreve.

Relacionado com a mudança do gênero do relato de Álvaro Núñez sobre a *Florida*, de *relación* a história, modificou-se também o título do relato de Cabeza de Vaca. Em 1749, foi publicado na coletânea como “Naufragios de Alvar Núñez Cabeza de Vaca y relacion de la jornada, que hizo a la Florida con el adelantado Panfilo de Narvaez”⁶¹. Seja na definição de história, seja no título que introduz o texto, dilui-se o significado de *relación*. A palavra não é mais núcleo da frase, como em 1555 (cujo título começa com **La relacion**); torna-se secundária.

⁶⁰ VIEIRA apud

⁶¹ Esse é o título anterior ao início do primeiro capítulo. No sumário, consta “Relacion de los Naufragios del Gobernador *Alvar Nuñez Cabeza de Baca*”.

O sintagma núcleo no XVIII é o nome atual: *naufragios*^{62 63}. Como aponta Loreley el Jaber, “esta retitulação coincide con el gusto del público lector europeo del siglo XVI en adelante, ávido de historias de aventuras en países exóticos, de maravillas en océanos desconocidos. La raíz legal-contractual del título original parece perderse frente al motivo que articula aventura, magia y religión” (JABER, 2012, p. 57)⁶⁴. Adequando-o como pode à legibilidade do século XVIII, Ardoino reclassifica-o como história para colocar o texto no local da verdade.

Só é viável esse encaixe no verdadeiro dentro de uma perspectiva cristã, para a qual os milagres de Álvaro Núñez – a cura de vários doentes e até uma ressuscitação – podem ser considerados verdadeiros⁶⁵. Contrapondo-se à alegação de Padre Honorio, Ardoino apresenta um argumento simples: milagre é Deus quem faz, independentemente de qual forma ou através de quem. Não crer nos milagres é não crer no Deus católico ou em suas capacidades de fazer milagres. Cabeza de Vaca seria somente um meio entre Deus e os índios; não é um santo, mas é sim um missionário muito bem-sucedido que conta com a ajuda divina:

Si es dòn gratuito à los buenos, i malos, i aun à los Etnicos, i Impios, no dejàrè yo de ignorar, en què consiste la repugnancia del P. Honorio, en creer que la Divina Providencia haia escogido, i preordinado, por el medio de Alvar Nuñez, i Compañeros, los Milagros de las curaciones, que en su Historia se narran, mediante las Oraciones, i señal de la Santa Cruz, que hacian, i aplicaban (ARDOINO, 1749, p. 36)⁶⁶.

Ao mesmo tempo que o catolicismo parece necessário para essa concepção de história, é notável que, mesmo intrinsecamente a essa religião, não era consenso a crença nos milagres do tesoureiro. Até porque um membro da igreja, auto-denominado Padre Honorio Filipono,

⁶² O título atual é prova material dessas marcas deixadas por Ardoino e González Barcia, assim como o ocultamento recorrente do “Prohemio” em algumas edições atuais e na maioria das edições anteriores ao artigo de Lewis (1982).

⁶³ Até hoje a adequação do relato à nova legibilidade dos textos da conquista durante o século XVIII ecoa. Assim como o título que lhe coloca segue em parte, a ambivalência pela reclassificação como história desse relato é motivo até hoje de estudos críticos de **Naufraios**.

⁶⁴ “esta retitulação coincide com o gosto do público leitor europeu do século XVI adiante, ávido de histórias de aventuras em países exóticos, de maravilhas em oceanos desconhecidos. A raiz legal contratual do título original parece se perder frente ao motivo que articula aventura, magia e religião” (tradução nossa).

⁶⁵ Editorialmente, Barcia corrobora essa visão de que as curas eram verdadeiras através da tábua de conteúdo, inserida ao final de **Naufraios**. Suas entradas costumam ser estruturadas em formato narrativo. A entrada “Álvar Núñez Cabeza de Vaca”⁶⁵, por exemplo, é quase um resumo do livro. Nela declara categoricamente que o escritor “resucita a un Muerto i sana los Enfermos”, fazendo das curas um fato categórico. Ainda nessa perspectiva cristã, destaca-se a entrada de *Mala Cosa*, na qual descreve a criatura como “Diablo que se burlaba de los índios” [“Diabo que se burlava dos índios” (tradução nossa)]. A identificação não deixa dúvidas de que essa figura misteriosa é o diabo católico. Reafirma novamente a estrita ligação entre a história e a religiosidade católica.

⁶⁶ “Se é dom gratuito aos bons e maus e inclusive aos Étnicos e Ímpios, eu não deixarei de ignorar em que consiste a repugnância de Padre Honorio em crer que a Divina Providência tenha escolhido e preordenado, por meio de Alvar Nuñez, e Compañeros, os Milagres das curas, que em sua História se narram, mediante as Orações, e sinal da Santa Cruz, que faziam e aplicavam” (tradução nossa).

questiona a veracidade das curas: argumenta que pessoas comuns não podem realizar tais feitos ligados ao divino. E Ardoino rebate-o em dois níveis: prova primeiro que Cabeza de Vaca não era um mero soldado e, segundo, que só se depende da autoridade divina o praticar milagres. Apesar de Ardoino contrapor Padre Honorio, os argumentos de ambos se embasam na questão da autoridade. Têm a mesma base: a retórica da época moderna⁶⁷.

Através desse exame, Ardoino estabelece, portanto, dentro desse sistema de pensamento uma contra-argumentação que garantiria a verdade do relato. E se Barcia publica um texto anexado ao outro, é com o objetivo de que a narrativa de Cabeza de Vaca chegue ao público sem contradições:

renaciendo en el lucidísimo Emisferio de España, por los continuados Heroes, i felizmente esclarecido, por sus gloriosos Monarcas, la Historia de Alvar Nuñez, salga su nueva impressión à la luz de este Amphiteatro de el Orbe, sin lunares de legitima

⁶⁷ Nas próximas edições de Cabeza de Vaca, entretanto, as incongruências quanto às suas curas já pululam. Serrano y Sanz, com sua aclamada edição de **Relación de los naufragios y comentarios de Álvar Núñez Cabeza de Vaca** (1906), na qual reinsere o “Prohemio”, diz “Someter al fiel contraste los **Naufragios** de Alvar Nuñez no es empresa fácil, y ha dado lugar a controversias; sus curaciones milagrosas en los indios enfermos de la Florida, y que hoy pudieran explicarse por la sugestión hipnótica, dado que no sean puras invenciones, fueron defendidas por don Antonio Ardoino, Marqués de Sorito, en un escrito farragoso, lleno de pruebas silogísticas y falto de hechos, que son en cuestiones históricas los verdaderos argumentos” (p. vii) [“Submeter ao fiel contraste os **Naufragios** de Alvar Núñez não é empresa fácil, e deu lugar a controvérsias; suas curas milagrosas nos índios doentes da Flórida e que hoje poderiam ser explicadas pela sugestão hipnótica, isso se não forem puras invenções, foram defendidas por dom Antonio Ardoino, Marquês de Sorito, em um escrito confuso, cheio de provas silogísticas e escasso de fatos, que são em questões históricas os verdadeiros argumentos” (tradução nossa)]. Há uma clara tentativa de retirar uma leitura religiosa das curas que Álvar Núñez conta empreender na América, dando-lhes ares de qualquer coisa perto de científico. Simultaneamente, entretanto, já se aceita que talvez sejam simplesmente invenções. Pela atribuição das curas à hipnose, fica evidente como a leitura do texto está estritamente relacionada com o sistema de pensamento de cada época. No momento em que Serrano y Sanz publica **Naufragios** (1906), havia certo interesse da psicanálise pelo hipnotismo, por exemplo. Essa discussão levanta uma questão metodológica quanto à utilização de categorias contemporâneas em textos com longa história editorial. Em estudos sobre relatos como o de Cabeza de Vaca, é produtivo que as categorias sejam pensadas em sua dimensão diacrônica. Como o conceito de *relación* visto anteriormente, o significante pode ser o mesmo, mas o significado sofre alterações. Um texto do século XVI acumula uma série de camadas de leitura, cujos resquícios encontramos na nossa recepção atual. Nesse sentido, adoto a perspectiva da estética da recepção de Jauss (2002) e aquela da história cultural, com suas dimensões das práticas de representação, como sugere Hansen (2008) ou Chartier (2002). A leitura atual deve ser consciente de outras leituras pelas quais o texto passou, dos gêneros de outras épocas e das estruturas de produção e atribuição de sentido. Para além das categorias, é interessante essa leitura diacrônica para entender o texto que é utilizado atualmente. Listo alguns resquícios *materiais* da edição de 1749 na leitura atual de Cabeza de Vaca. O mais evidente é o fato de muitas publicações que circulavam até pouco tempo atrás suprimiam o proêmio. Agora as edições críticas, provavelmente impulsionadas pelos estudiosos que se debruçaram sobre **Naufragios**, todas incluem tal paratexto. Outro fator é considerarem o texto de Valladolid (1555) o genuíno, em detrimento da *princeps* de Zamora (1542) – seleção que ecoa a edição de Barcia (1749). Mesmo quando dizem que se atém à publicação de 1555, seguem utilizando o nome instaurado em 1749. Ademais, ocultam os **Comentarios** que estava junto da **Relación** em 1555, cuja separação vimos que foi impulsionada pela leitura geográfica de Barcia. Enfim, a supressão do “Prohemio”, sua subsequente retomada em algumas poucas edições do século XX, a mudança de nome do texto – da qual nos resta **Naufragios**; todas estas manipulações mudam a legibilidade e, conseqüentemente, a leitura atual do texto. E estes são resquícios presentes hoje frutos dessa edição do século XVIII. Não creio que seja demasiado precipitado supor que uma crítica genealógica mais fina talvez descobrisse outras alterações presentes nessa edição e que circulem em algumas edições atualmente. Finalizo essa digressão dizendo que a análise histórica da recepção do texto e da atribuição de sentido dada pelos seus editores e comentadores “limita a interpretação do leitor contemporâneo”, como declara Jauss.

contradicion, i se mantenga indemne al credito de las comunes opiniones, i la estimacion de sus escritos (ARDOINO, 1749, p. 2)⁶⁸.

Mas nessa correção de imperfeições feita por Barcia, nesse combate às contradições feita por Ardoino, levanta suspeitas que seja necessário um exame mais longo que o relato argumentando a favor da verdade de sua verdade. Não seria muito precipitado inferir que há pouca segurança tanto na classificação de **Naufragios** como história como na verdade de seus milagres. No mínimo, havia contradições suficientes para que houvesse tamanha defesa dessa narrativa.

Quando se refere às “comunes opiniones” ou ao “Emisferio de España”, parece remeter ao leitor dessa coletânea. Delimitá-lo se faz um tanto difícil, já que não há um estudo exaustivo sobre sua circulação. Sabe-se que era relativamente rara. Seu conteúdo se popularizou de fato quando houve sua republicação no século XIX por Enrique de Vedia para ser incluído entre a **Biblioteca de Autores Españoles** (ADORNO; PAUTZ; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1999c, p. 189–190). Um estudo mais detido sobre sua recepção e público esclareceria para quem Barcia, em seu projeto editorial, gostaria de apresentar esses textos de maneira tão sistemática e a quem de fato atingiu. Por enquanto, podemos arriscar-nos a fazer especulações: como dito antes, a República das Letras, em sua troca de conhecimentos pela Europa, poderia interessar-se por um resgate desses arquivos tão escondidos e retidos pelo país ibérico.

Mas quando se refere à sua saída no “Emisferio de España”, parece um projeto para reconfigurar a visão da história de Espanha para os próprios espanhóis. Para além de uma escrita voltada à ressignificação para os outros países europeus, na qual Carlyon acaba se voltando ao usar o termo *Leyenda Negra*, a constituição de uma historiografia americana também pode ter uma função política interna ao próprio reino. Após a privação de territórios americanos, a perda do monopólio comercial e do tráfico de escravizados pelo tratado de Utrecht, é possível pensar que as edições fossem parte de uma operação de consolidação do poder simbólico da península. Também seria interessante saber se chegou a circular na própria América, e como tais textos reverberaram nos territórios ultramarinos durante o século XVIII.

Pouco sabemos de sua circulação e de como foi lido, mas sim sabemos sobre sua cadeia de produção. Publicado pelo primeiro assento D da *Real Academia Española*, instituição para a qual a língua *castellana* deveria ser aprimorada e fixada para bem avançar os estudos das artes

⁶⁸ “renascendo no lucidíssimo Hemisfério de Espanha, pelos continuados Heróis, e felizmente esclarecido por seus gloriosos Monarcas a História de Alvar Nuñez, saia sua nova impressão à luz deste Anfiteatro do Orbe, sem sinais de legítima contradição, e se mantenha indemne ao crédito das comuns opiniões, e a estimação de seus escritos” (tradução nossa).

e das ciências, o texto de Cabeza de Vaca e o próprio Cabeza de Vaca ganham um caráter institucional – ou muito mais institucional do que em suas publicações do século XVI. O autor aparece ligado ao poder real no “Examen” e nas referências que Andrés González Barcia faz do escritor no índice de conteúdo ao fim da narrativa. E na edição de **Historiadores Primitivos**, consta na própria capa da coletânea a Coroa; diz que a edição foi feita por “D. Andrés González Barcia, del consejo, y cámara de S. M.”. Edição póstuma, na qual já não se esconde o nome do douto por trás de pseudônimos, e cujos cargos podem trazer autoridade sem contradições.

No “Prohemio” de 1542 e 1555, o caráter mais marginal em relação aos pedidos da Coroa está explicitado. Já que a expedição não havia sido suficiente serviço, Cabeza de Vaca deve explicar o porquê de sua escrita, pedindo por reconhecimento. Nessa edição, por outro lado, **Naufragios** é de fato apropriado para um projeto de historiografia indiana. É merecedor de ser representante oficial da conquista espanhola tanto quanto González Fernandez de Oviedo e López de Gómara, cujas produções de História já eram oficiais no século XVI. Estabelecendo uma leitura prescritiva do texto que **Naufragios** pôde entrar no cânon oficial da conquista.

Enquanto Hernán Cortés torna-se herói na coletânea; ao mesmo tempo que o soldado que o contradiz, Bernal Díaz, era silenciado por ser quem ele era; enquanto Bartolomé de Las Casas precisava não estar na coletânea; Álvaro Núñez era de fato perfeito para configurar um discurso laudatório do processo de colonização. É um daqueles que pode ressignificar a imagem negativa da Espanha, representando uma conquista pacífica, além de ser uma das figuras chave para a construção de uma historiografia espanhola da *Florida*. Mas para servir a todos esses propósitos da Coroa, era preciso que seu texto fosse história, e essa qualidade Ardoino assegurou com seu “Examen Apologético”. González Barcia ratifica tal classificação através de sua edição, sempre vinculando o texto do naufrago com este seu paratexto, seja no **Epítome**, seja na organização da coletânea. Somente acompanhada e bastante modificada a *relación* pôde compor o cânon oficial americanista do século XVIII.

E assim cumpre a sua função a história. Adaptando o texto, como faz Barcia ao longo de todo seu projeto, consegue que o relato de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca adeque-se ao fim virtuoso que deve ter a historiografia: “inficionando estos contagios, la mente, voluntad i sentidos, solicitan arrebatarse las potencias, desviandolas del derecho camino de la virtud, inclinandolas, i aun impiliendolas en el curso desenfrenado de los vicios” (ARDOINO, 1749, p. 1). Com sua sátira, Padre Honorio guia ao caminho moralmente errôneo, o que Ardoino conserta com seu “Examen”. Este sim pode levar à virtude, trazendo à tona os heróis da nação sem contradições (ARDOINO, 1749, p. 2). Ao fazer ajustes, adapta os textos à legibilidade da

época, dentro de um projeto historiográfico; publica esses autores com credibilidade renovada, apropriada para esse novo momento de publicação e para a proposta política de uma Espanha gloriosa.

1.2 Viagens de Mungo Park

2.2.1 *A união de reinos e parlamentos*

Durante o século XVIII, ressoava na Grã-Bretanha a chamada Revolução Gloriosa de 1688. A partir dela, estabeleceu-se o capital financeiro como grande força em sua economia, incluindo o estabelecimento de uma dívida nacional; a relevância de banqueiros e investidores avançava vinculando-se com os proprietários de terra, então uma força econômica e política; e, apesar do século seguinte estar associado com uma forte industrialização, a classe manufatureira ainda não se configurava como uma força política de fato, havendo se estabelecido como tal só quando mais avançada a primeira metade do século XIX. Para entender o imperialismo britânico de então, deve-se saber que “an alliance between land and money was firmly in place well before the economic and political consequences of industrialization compelled attention” (CAIN; HOPKINS, 2016, p. 83)⁶⁹. Contudo, o setor com crescimento ainda maior do que a agropecuária foi o militar (CAIN; HOPKINS, 2016, p. 84).

Em seu livro **British imperialism: 1688–2015**, Cain e Hopkins propõem que foi para exportar a ordem político-econômica estabelecida após 1688 que o reino realizou sua expansão ultramar. Além da venda de produtos coloniais para a Europa continental, também garante a venda de produtos manufaturados para as colônias: “Even as the Industrial Revolution was beginning, Britain was already becoming the warehouse and shop-window of the world”⁷⁰ (CAIN; HOPKINS, 2016, p. 93). Com o investimento em sua força naval, a Grã-Bretanha assegurava seu comércio não só com esses territórios conquistados, mas também com a Europa continental, assegurando que a França não pudesse bloquear o comércio com os outros países europeus.

⁶⁹ “uma aliança entre terra e dinheiro seguia firme desde bastante antes das consequências econômicas e políticas da industrialização chamassem atenção” (tradução nossa).

⁷⁰ “Até quando a Revolução Industrial estava só começando, a Grã-Bretanha já estava se tornando o depósito e vitrine do mundo” (tradução nossa).

Um dos resultados dessa política foi o domínio do Canadá e da Índia após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), afastando a França desses territórios e promovendo a ascensão do Império Britânico como uma potência colonialista e comercial. Com o subsequente aumento da dívida nacional, devido especialmente às guerras que travou nesse período, o império procurava novas maneiras de saná-la, seja internamente às suas regiões europeias ou externamente. O governo britânico promove a partir de então um impulsionamento de modo a expandir a novos mercados, especialmente durante os trinta últimos anos do século XVIII.

As regiões do que hoje conhecemos como Reino Unido e Irlanda serviram ao poder expansionista da cidade que centralizava os interesses do Império: Londres. Todos os territórios das ilhas estavam sob o mando da Inglaterra ou, mais especificamente, de sua capital, com um governo mais coeso e centralizador. Nesse mesmo momento, no País de Gales iniciou-se uma forte política de anglicização e a Irlanda também começou a ser governada por uma elite anglo-irlandesa protestante. Além de questões mais ligadas à economia, a política britânica havia sido marcada pelo *Act of Union* de 1707. Com ele, Inglaterra e a Escócia passam a dividir o mesmo poder constitucional e monarca. Enquanto a Inglaterra disputava com a França o trono espanhol na Guerra de Sucessão, houve certo receio de que os franceses fossem interferir na sucessão do trono britânico através da Escócia. Esse medo inglês aliado a uma conjuntura bastante precária na Escócia levou a tal junção⁷¹.

Com o *Act of Union*, há uma mudança drástica na cultura e educação na Escócia. Houve, por exemplo, a criação de novas universidades (SPADAFORA, 1990, p. 11) e a reforma dos currículos gerais daquelas já existentes (BERRY, 1997, p. 7). Foram criados os cursos de medicina, direito e expandidos os de química e botânica. O ensino em latim foi gradualmente abandonado, e novos conteúdos, como o sistema newtoniano, começaram a formar parte dos conteúdos ministrados. Para além do impacto no sistema educacional, a junção das monarquias leva a uma preocupação linguística: “This preoccupation with writing well was a striking feature of the Scots' self-consciousness; their awareness that they were both different and special in the context of Great Britain” (BERRY, 1997, p. 16)⁷². Os *Scots* aos quais se refere são os grandes expoentes do Iluminismo britânico do século XVIII: os *literati* escoceses.

⁷¹ O *Act of Union* é tão relevante para a historiografia literária escocesa atual que a data de início do segundo volume de **The Edinburgh History of Scottish Literature**, no qual se encontra Mungo Park, é 1707.

⁷² “Esta preocupação com escrever bem era uma característica marcante da autoconsciência dos *Scots*, seu reconhecimento de que eram tanto diferentes como especiais no contexto da Grã-Bretanha” (tradução nossa).

2.2.2 A historiografia e o Iluminismo escocês

Uma nova epistemologia se desenvolvia no norte da Europa durante o Iluminismo setecentista. É nesse quadro que se dá a disputa historiográfica sobre o Novo Mundo do último quarto do século XVIII – e não é casual que os grandes questionadores da credibilidade dos espanhóis tenham vindo de locais chave do Iluminismo europeu. Um escocês, um francês e um holandês – Robertson, Raynal e De Pauw –, estes pensadores são oriundos de espaços onde houve um movimento intelectual coeso e reconhecido ao longo do setecentos⁷³. Suas ideias fazem repensar a história das Índias Ocidentais a partir de uma base e uma metodologia distintas daquelas até então vigentes (ver seção 2.1.2)⁷⁴.

Jorge Cañizares-Esguerra em **How to write the history of the New World** faz um estudo dessa nova historiografia como movimento norte-europeu e, ademais, das respostas espanholas e hispano-americanas a tais questionamentos. Para entender o contexto no qual se insere o livro de Mungo Park, **Travels in the interior districts of Africa**, interessa-me restringir o olhar. Não tanto para o norte no geral, mas sim para o Iluminismo desenvolvido na Escócia, local de nascimento do explorador. Auto-denominados *literati*, nesse círculo escocês é crucial o estudo da história: “The Scots’ social theory is to a large extent and for this reason presented as history” (BERRY, 1997, p. 55).

Em 1777 é publicado o livro **History of America** de William Robertson, *Historiographer Royal of Scotland*. Apesar do enfoque no novo continente, sua historiografia tem um objetivo maior: a história humana. Conhecida como “conjectural” (BERRY, 1997, p. 61), a nomenclatura dessa historiografia é bastante sugestiva. Podem, a partir do pressuposto que a natureza humana é uniforme (BERRY, 1997, p. 68), estudar qual é o seu progresso natural pelo estudo da história de cada um dos povos. Nesse sentido, haveria quatro estágios de desenvolvimento, estabelecidos a partir da relação com o sentido de propriedade. Seriam estes: caça, pastoreio, agricultura e comércio. Do simples ao complexo e do mais concreto ao mais abstrato: a teoria é de que iriam da posse mais direta dos bens da terra até a de propriedade em seu sentido comercial, assinalada pela sua mobilidade (BERRY, 1997, cap. 5). Além da

⁷³ Há Iluminismo em outras partes da Europa e até mesmo na América. Ainda assim, esses reinos (França, Grã-Bretanha, Países Baixos) ganham destaque na historiografia até hoje.

⁷⁴ No livro **Cambridge companion to travel writing**, diz Roy Bridges (HULME; YOUNGS, 2002, p. 54) “By 1720, among the European powers struggling for primacy in the wider world, Spain and Portugal had been eclipsed by France, Britain, and the Netherlands” [“Em 1720, dentre os poderes europeus lutando pela primazia no mundo, Espanha e Portugal tinham sido eclipsados pela França, Grã-Bretanha e os Países Baixos” (tradução nossa)].

questão mais econômica, são também aspectos sociais que se desenvolvem os governos, as leis, artes, ciências, a moral e os costumes.

Se ocorre a restrição do objeto de estudo, como no livro de Robertson especificamente sobre a América, esta serve tão somente para ter uma visão da história social dos homens. Nesse sentido, de acordo com Robertson, o estudo sobre os americanos é essencial: “[they] fill up a considerable chasm in the history of the progress of the human species” (ROBERTSON apud BERRY, 1997, p. 64)⁷⁵. Como diz Hume: “Mankind are so much the same, in all times and places, that history informs us of nothing new or strange in this particular. Its chief use is only to discover the constant and universal principles of human nature” (HUME apud SPADAFORA, 1990, p. 269)⁷⁶. A teoria tem como pressuposto a uniformidade da natureza humana, e as diferenças encontradas através do estudo da história expressam um padrão de desenvolvimento: estágios seguidos de “rudeness to refinement”⁷⁷. Apesar de poderem sofrer eventualmente com alguns acidentes, são espontâneos e naturais.

O estudo dessas comunidades do Novo Mundo rejeita a fiabilidade dos espanhóis da conquista, mas sendo estes os únicos documentos disponíveis, lhes aplica o método comparativo. Diante de textos sobre e registros dessas sociedades, como elas se encaixariam na teoria do desenvolvimento natural? Metodologia característica dessa historiografia conjectural, se antes vimos metatextos prescritivos acerca de como *escrever* história, aqui estamos diante de uma reflexão sobre como o historiador deve *ler* as fontes⁷⁸. Não se fala sobre quem tem autoridade para o fazer historiográfico, mas como se deve proceder na análise dos documentos de modo a verificar sua fiabilidade. O procedimento, nesse caso, é o contraste dos relatos sobre essas comunidades “primitivas”.

“The idea of progress was the normal vision of history in high eighteenth-century Britain” (SPADAFORA, 1990, p. 18)⁷⁹. E as fundações dessa doutrina historiográfica britânica

⁷⁵ “eles preenchem um hiato considerável na história do progresso da espécie humana” (tradução nossa).

⁷⁶ “A Humanidade tanto é a mesma, em todos os tempos e lugares, que a história nos informa de nada novo ou estranho neste particular. Seu grande uso é somente descobrir os constantes e universais princípios da natureza humana” (tradução nossa).

⁷⁷ “rudeza a refinamento” (tradução nossa).

⁷⁸ Essa “art of reading”, não prescritiva como aquela vista anteriormente, tem relação com aquela desenvolvida por Jean Bodin na França do século XVI. Com o objetivo de estabelecer uma nova jurisprudência, é feita uma análise histórica do *Corpus Juris* até então utilizado e redigido durante o tempo do imperador Constantino em Roma. Habilmente adaptado através de comentários ao texto, Jean Bodin e alguns outros estudiosos começam a estudar a relação desse conjunto de leis com o momento de sua produção. Nesse sentido, o estudo histórico do texto, e não mais filológico, começa a ser empreendido. Julian H. Franklin, em seu livro **Jean Bodin and the sixteenth-century revolution in the methodology of law and history** (1963), argumenta que esse método historiográfico seria um antecedente a este do século XVIII.

⁷⁹ “A ideia do progresso era a visão normal de história no alto século XVIII britânico” (tradução nossa).

estão no desenvolvimento da ciência enquanto metodologia de estudo, processo ocorrido em especial durante o século XVII. Dos muitos estudiosos caros aos Iluministas escoceses, estão John Locke, Francis Bacon, Isaac Newton (SPADAFORA, 1990, p. 9, 51). O empirismo baconiano, cuja metodologia foi publicada em seu livro **Novum Organum** (1620), é uma constante, e é com este embasamento que se pode questionar o exercício de observação não treinado cientificamente daqueles espanhóis. Não basta o *ethos* da fonte: começa-se a pensar que a testemunha deve possuir o domínio de um método empírico científico e o pleno uso de instrumentos para verificar se sua percepção de fato corresponde com a verdade.

O século XVIII foi experienciado como progresso na Grã-Bretanha, pela percepção cultural do Iluminismo, pelo otimismo vitoriano e pela Revolução Industrial. A política britânica passava por um período de estabilidade em meados do século, até ocorrer certa renovação da política (SPADAFORA, 1990, p. 8). Já quanto à economia, há uma série de inovações tecnológicas, levando ao desenvolvimento da conhecida Revolução Industrial: “the eighteenth-century mind was influenced by what might best be called the ‘visibility of progress.’ Looking around them, the men of the period could not help but see an accumulation of accomplishments in learning” (SPADAFORA, 1990, p. 49)⁸⁰. Transformações drásticas na agricultura, na navegação, em várias áreas da manufatura ocorreram ao longo do século, atribuídas a inovações dos instrumentos e de tecnologias.

Nesse sentido, a ideia de progresso tampouco se restringia ao campo da historiografia. Através da história se podia compor esse avanço e seu estudo poderia demonstrá-lo, seja no campo social e das instituições – incluindo a questão da propriedade –, seja no campo genérico das artes e das ciências. Apesar da classificação dos termos então ser pouco definida, juntos, artes e ciências reuniam “knowledge in general” e “the performance of what in the strict sense could be called useful and ornamental activities” (SPADAFORA, 1990, p. 34)⁸¹. E, apesar de uma querela longa sobre se os contemporâneos haviam superado os gregos e romanos, no fim do século XVIII já era consenso que os modernos haviam superado os antigos nesses campos (SPADAFORA, 1990, p. 46).

A adesão à metodologia científica define essa linha historiográfica escocesa: “Their own task, they believed, was not only to improve this science but also to extend its range into the

⁸⁰ “o pensamento do século XVIII era influenciado pelo que poderia ser chamado de ‘visibilidade do progresso’. Olhando ao seu redor, os homens do período não poderiam deixar de ver a acumulação de conquistas do saber” (tradução nossa).

⁸¹ “conhecimento no geral” e “a performance do que, em *stricto sensu*, poderia ser chamado atividades úteis e ornamentais” (tradução nossa).

whole realm of social phenomena” (SPADAFORA, 1990, p. 265)⁸². O próprio pressuposto de que a natureza humana é uniforme pode ser vista como uma aplicação dos princípios newtonianos a um estudo social.

2.2.3 *Royal Society of London e Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa*

Academias, museus, jardins botânicos; o século XVIII europeu mas, principalmente, britânico, viu o surgimento de uma gama de instituições cujo objetivo era ou mostrar ou promover o aprimoramento das artes e das ciências (SPADAFORA, 1990, p. 76–78). Estas associações estão estritamente ligadas a um conceito já visto no contexto da Espanha, o de República das Letras.

Em inglês, o termo tem uma ambiguidade interessante. *Republic of Letters* se refere a “letras” ou a “cartas”; de fato, as epístolas eram uma maneira frutífera de disseminar conhecimento científico durante os séculos XVII e XVIII (KRONICK, 2001). Desde a antiguidade até muito avançado o setecentos, circulavam manuais prescritivos acerca do gênero epistolar, sendo que suas partes – *exordium*, *narratio*, *proposito*, *confirmatio*, *conjuratio*, *peroratio* – passaram a ser utilizadas como modelo para os artigos científicos (KRONICK, 2001, p. 30). E as próprias instituições científicas promoviam a correspondência através de cartas, sendo que muitas delas fizeram por aumentar sua circulação pela Europa:

It seems that the only long-lived efforts to manage scientific correspondence occurred when organized societies with continuing support were involved. Correspondence was recognized as an essential aspect of a society's activities even before the official societies were established (KRONICK, 2001, p. 37)⁸³.

Uma dessas importantes instituições que incitou uma disseminação de conhecimento foi a *Royal Society* (KRONICK, 2001, p. 37–38). Criada na década de 1660 e até hoje presente, seu primeiro nome foi *The Royal Society of London for Improving Natural Knowledge* (HISTORY OF THE ROYAL SOCIETY | ROYAL SOCIETY, [s. d.]). Advinda de um grupo de doutos que se reuniam para discutir ciência natural, teve o reconhecimento da Coroa em

⁸² “Sua própria tarefa, eles acreditavam, era não só melhorar essa ciência, mas também estender seu alcance a todo o campo dos fenômenos sociais” (tradução nossa).

⁸³ “Parece que os únicos esforços feitos a longo prazo para manejarem a correspondência científica ocorreram quando foram envolvidas sociedades organizadas com suporte contínuo. O corresponder-se era reconhecido como um aspecto essencial das atividades das sociedades, inclusive antes das sociedades oficiais serem estabelecidas” (tradução nossa).

Figura 5: Capa do livro **History of the Royal Society** (1667), de Thomas Sprat. À esquerda, William Brouncker, primeiro presidente da Royal Society. Ao centro, o busto de Charles II, rei da Inglaterra. À direita, Francis Bacon.



Fonte: HUNTER, M. **The image of restoration science: the frontispiece to Thomas Sprat's History of the Royal Society (1667)**. Londres: Routledge, 2017.

1662; o monarca inclusive segue sendo o *patron* da sociedade. Como define um dicionário de meados do setecentos, a Royal Society é uma

society of noble, learned, and ingenious men, founded by king Charles II, under the name of the president, council, and fellows of the Royal Society of London, for the improvement of natural knowledge, viz. mathematical, physiological, mechanical, and chymical, whose meeting was at Gresham college in Bishopsgate-street, now at Crane-court in Fleet-street (ROYAL SOCIETY, 1755)⁸⁴.

Tem como fundador principal Robert Boyle, mas também nos primeiros anos após sua instauração abrigou pessoas ilustres como Robert Hooke e Isaac Newton (HUNTER, 2017, p. 8). Em uma época chamada *Scientific Revolution* (HUNTER, 1998, p. 1), sua criação é significativa também porque a *Royal Society*

reflected a view that the advancement of science would benefit from its being represented by a public institution – in other words, from its being ‘established’, to which end the infant body was given an elaborate constitutional structure involving statutes and a charter (which was replaced by a revised one within a year of being issued). Indeed, the society represented a new type of public body, the prototype of all the voluntary institutions devoted to learned ends that have been founded ever since (HUNTER, 2017, p. 8)⁸⁵.

Se no Iluminismo escocês e inglês se elaborava a ideia de progresso, a aderência desse ideal pela sociedade é explícita já desde seu primeiro título: “for *Improving* Natural Knowledge”. Prospera, dentro de um âmbito intelectual que questionava fontes de autoridades das quais até então se derivava o conhecimento. Como diz Peter Dear, “With the rejection of ancient authority, a new way of supporting one's statements was needed; no longer were detailed references to Aristotle acceptable as premises for assertions or as frames within which to construct arguments” (DEAR, 1985, p. 154). Em uma valorização do conhecimento feito através da experiência (DEAR, 1985), não importavam mais axiomas dos quais se derivava conhecimento. A metodologia era empírica, como Francis Bacon defendia, e o observador era parte dessa construção de saber.

Tal metodologia está nas fundações e triunfou após a fundação da *Royal Society* (SORRENSON, 1996, p. 39). Não é mera coincidência que, como se vê na figura 5, Francis

⁸⁴ “sociedade de homens nobres, instruídos e engenhosos, fundada pelo rei Charles II, sob o nome do presidente, conselho e membros da Royal Society of London, para o aprimoramento do conhecimento natural, matemático, fisiológico, mecânico e químico, cujo encontro era na universidade de Gresham na rua Bishopsgate, e agora em Crane-court na rua Fleet” (tradução nossa).

⁸⁵ “refletia uma visão que o avanço da ciência se beneficiaria ao ser representada por uma instituição pública – em outras palavras, ao ser ‘estabelecida’; para esse fim, à entidade recém-nascida lhe foi dada uma estrutura constitucional elaborada envolvendo estatutos e uma cédula (a qual foi substituída por outra revisada após um ano de sua emissão). De fato, a sociedade representava um novo tipo de entidade pública, o protótipo de todas as instituições voluntárias fundadas a partir de então devotadas a instruir” (tradução nossa).

Bacon é um dos três que figuram na imagem de **History of the Royal Society** (1667). Sobre as prateleiras de livros, em **The Image of Restoration Science** as identifica Michael Hunter (2017, p. 70): “The second from the end has ‘Novum Organ’, that is, Bacon’s **Novum Organum** (1620), his chief methodological work, which was also part of his **Instauratio Magna**”⁸⁶. Outra das importantes facetas da metodologia baconiana seguida pela *Royal Society* é a relação entre o desenvolvimento do conhecimento científico e utilidade. Durante o século XVIII, desenvolvem-se na sociedade britânica aquelas áreas consideradas “úteis”. Richard Sorrenson destaca: “mixed mathematics – astronomy, navigation, surveying, cartography and geography in particular – was crucially important to a mercantile and imperial nation, and in the eighteenth century the Royal Society took this particular interest of the nation very seriously” (SORRENSON, 1996, p. 38)⁸⁷.

O empirismo e a utilidade iluminista também guiam outras instituições, cujos interesses científicos se confundem com intenções mais propriamente comerciais. Enquanto Karl Lineu, sueco que inventa a classificação de espécies com nomes em latim usada até hoje, começa a enviar seus pupilos ao redor do mundo para catalogar plantas, Sir Joseph Banks começa a fazer o mesmo a partir da Inglaterra. Antes, Banks fora um dos participantes da viagem de *Captain Cook* ao redor do mundo (CURTIN, 1964a, p. 15–17), durante o início da relação entre viagem e ciência no século XVIII: “The three voyages of James Cook set the pattern of government demanding scientific investigation as part of a search for precise and accurate information whether or not this pointed to economic opportunities” (HULME; YOUNGS, 2002, p. 55)⁸⁸. Este tripulante foi a figura que começou a promover viagens de Londres à África: “he sent Francis Masson to the Cape of Good Hope and Henry Smeathman to West Africa” (CURTIN, 1964a, p. 15)⁸⁹.

Em 1788, Sir Joseph Banks finalmente instaura a *Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa*, conhecida como *African Association*, com objetivo de sistematizar e promover essas expedições (CURTIN, 1964a, p. 18). Como diz Philip Curtin

⁸⁶ “O segundo debaixo para cima é ‘Novum Organ’, ou seja, **Novum Organum** (1620) de Bacon, seu grande trabalho metodológico, que é também parte de seu **Instauratio Magna**” (tradução nossa)

⁸⁷ “matemáticas mistas – astronomia, navegação, topografia, cartografia e geografia em particular – eram crucialmente importantes para uma nação mercantil e imperial, e no século XVIII a *Royal Society* levava esse interesse particular da nação muito a sério” (tradução nossa).

⁸⁸ “As três viagens de James Cook definiram o modelo da demanda governamental de investigação científica como parte de uma pesquisa de informação precisa e apurada, independentemente se isso apontasse ou não para oportunidades econômicas” (tradução nossa).

⁸⁹ “ele mandou Francis Masson para o Cabo da Boa Esperança e Henry Smeathman para a África Ocidental”. (tradução nossa).

em seu livro **The Image of Africa** (CURTIN, 1964a, p. 17): “The object of the African Association was exactly what its full name suggests, to send enlightened travellers into the interior of Africa to report on geography, ethnography, and natural history”⁹⁰. Assim como a *Royal Society*, tal associação dá ênfase na ação científica, na averiguação através da experiência e no investimento para aqueles que dominam a metodologia científica da época e o manuseio dos instrumentos. Se não é suficiente o claro diálogo de ideais da *Royal Society* e da *African Association*, está o fato de que muitos *gentlemen* eram membros de ambas as instituições. É o caso do próprio fundador desta última, Joseph Banks. Outra figura que participa da *Royal Society* e contribui com a *African Association* (CURTIN, 1964a, p. 22) é Major James Rennell, cartógrafo importante do século XVIII, o qual desenha o mapa e redige toda a parte mais estritamente científica e geográfica de **Travels in the Interior Districts of Africa** (1799). Ainda mais um membro das duas instituições, e também parlamentar britânico, é Brian Edwards. Relevante para o nosso estudo, é outro dos pincéis que toca o relato de Mungo Park.

2.2.4 Mungo Park: viajante ilustrado

O grande êxito da *African Association* é a viagem de Mungo Park ao Rio Níger entre 1795 e 1797. É o começo do investimento europeu para o reconhecimento do interior do continente africano; até então, haviam-se atido à costa. Esta expedição foi feita sem ajuda do governo britânico, diferente da seguinte viagem de Park, quando saiu da Inglaterra em 1805 e não retornou. Embora tenha sido desastrosa, sua segunda ida tem grande relevância por inaugurar uma série de jornadas exploratórias e imperialistas à África com investimentos diretos da Coroa⁹¹. Park, um cirurgião de uma família humilde escocesa, acaba instaurando toda uma sequência de explorações europeias a novos territórios.

Nasceu no interior da Escócia em 1771, de uma família cuja renda vinha da fazenda do pai. Mungo Park tem uma boa educação e entra na Universidade de Edimburgo, onde se forma médico. Vai a Londres em visita a sua irmã e a seu cunhado, James Dickson, um dos fundadores da *Linnean Society* britânica. Tendo particular interesse em botânica, Park também integra tal sociedade. Estabelece contato com Sir Joseph Banks, que consegue a Park uma viagem como cirurgião às Índias Orientais. Encontra novas espécies de plantas e animais e as registra em um

⁹⁰ “O objeto da *African Association* era informar sobre geografia, etnografia e história natural” (tradução nossa).

⁹¹ Outros viajantes enviados antes de Park pela *African Association* faleceram durante suas explorações. Em 1820, com a morte de Sir Joseph Banks, a associação cessa de existir ao ser agregada à *Royal Geographical Society*, em vigência até hoje. Tais informações foram retiradas de Curtin, “Age of Exploration”, capítulo de seu livro **The Image of Africa**.

artigo científico publicado pela própria *Linnean Society* – momento em que começa a ganhar certo prestígio dentre a comunidade científica. A seguinte viagem, quando vai pela primeira vez à África, também é lograda através de Banks, “with his accustomed zeal for the promotion of scientific discovery” (PARK, 1815, p. x)⁹². O objetivo é encontrar o rio Níger e algumas outras cidades sobre as quais os europeus só tinham ouvido falar, mas não tinham registro próprio, como Tombuctu (MARSTERS, 2000, p. 5–6). Alguns já haviam tentado fazer essa rota antes, sem retorno.

As mudanças na estrutura sócio-política escocesa vindas do *Act of Union* e do Iluminismo escocês impactam a trajetória de Mungo Park. A criação do curso de medicina, no qual se gradua, é feita em Edimburgo em 1740. Botânica, área na qual tem certa predileção, também é inserida no século XVIII no currículo das universidades escocesas (BERRY, 1997, p. 15). Desloca-se ao centro do império, Londres, e é a partir dele que faz suas expedições. Tem, claro, o apoio de instituições claramente iluministas e cientificistas para empreender as jornadas. Enfim, seu caminho educativo e cultural é de fato fruto das mudanças do setecentos britânico. Considerando o *Act of Union*, é possível pensar que se trata de um escocês representante, na verdade, da Grã-Bretanha – e de fato é assim como se retrata em seu livro. Inclusive em termos religiosos, nos quais não nos alongamos aqui mas são certamente dignos de atenção, Park convenientemente coloca-se sempre como cristão. A aderência seja ao catolicismo (escocês) seja ao protestantismo anglicano (inglês) implicaria em uma contradição a essa união britânica.

Pensando de maneira mais abrangente, faz parte do movimento norte-europeu que Mary Pratt discute em **Imperial eyes: travel writing and transculturation**. Um dos viajantes que representa o que ela chama de consciência planetária eurocêntrica: *estimulado pela ciência natural*, estabelece contato norte-europeu com áreas por eles até então inexploradas. Esse projeto científico de categorização botânica e geográfica feita por esses viajantes está relacionado com projetos comerciais (PRATT, 2010, p. 34). O conhecimento técnico possibilita a expansão comercial, enquanto ao comércio se deve a extensão e o suporte ao primeiro. Com evidentes intenções comerciais é que a *African Association* faz o seu manifesto e promove a viagem de Mungo Park ao rio Níger, para averiguar qual o seu curso e tentar chegar até as cidades de Tombuctu e Houssa.

⁹² “Com seu costumeiro zelo pela promoção da descoberta científica” (tradução nossa).

O resultado é formidável. Apesar de não alcançar essas duas últimas cidades, confirma que o rio Níger tinha um curso independente em relação a outras grandes bacias hidrográficas. Essa afirmação concorda com o que os antigos haviam referido sobre esse rio, contradizendo o que se pensava desde a Idade Média e que começava na modernidade a ser questionado. Major Rennell era um dos que defendia como verdade o que havia dito Heródoto, mas, como salienta John Whishaw em seus apontamentos biográficos sobre Park: “at the time of Park’s journey, [this] could be considered in no other light than as a reasonable conjecture, till the fact was ascertained by the unexceptionable testimony of an eye-witness” (PARK, 1815, p. xix)⁹³. Ao salientar a importância da viagem de Park, essa citação também reforça o empirismo da qual a expedição estava imbuída.

A formação de Park já é suficiente para pensar nele como um *philosophical traveler*, segundo Cañizares-Esguerra, ou *enlightened traveler*, como o classifica Curtin (1964a, p. 151), e que aqui chamo de viajante ilustrado. Com a queda da credibilidade de relatos de viagem, os iluministas começaram a propor que eles mesmos fossem explorar os locais para verificar a verdade: “the new philosophical traveler appeared amid disputes about the use of instrumentation and reason to control and discipline human perception, and in debates about the value of new techniques of visual representation” (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2002, p. 15)⁹⁴. Essa trajetória de Park, imbuída pelas mudanças iluministas, lhe dá as condições para ser um desses viajantes. Entretanto, talvez o fator mais determinante seja sua associação com instituições que promovem esse tipo de conhecimento técnico científico e, claro, as viagens em si. Revela-se dessa maneira que faz parte de um programa sistematizado, organizado e, claro, imperialista de exploração e de publicação de relatos.

2.2.5 A publicação de *Travels in the interior districts of Africa*

Brian Edwards, membro eleito da *Royal Society* em 1794, participante da *African Association* e parlamentar britânico a partir de 1796, é quem leva a cabo a edição do livro **Travels in the interior districts of Africa** (1799). Era contra a abolição da escravidão tal como proposta naquele momento pelo movimento abolicionista e ademais era proprietário de terras

⁹³ “no momento da jornada de Park, isso não poderia ser considerado em nenhuma outra luz além de uma conjectura razoável, até que o fato foi verificado por um testemunho irrepreensível de uma testemunha ocular” (tradução nossa).

⁹⁴ “o novo viajante ilustrado apareceu entre disputas sobre o uso de instrumentalização e razão para controlar e disciplinar a percepção humana, e em debates sobre o valor de novas técnicas de representação visual” (tradução nossa).

na Jamaica. Publicou uma obra historiográfica de sua autoria, **History, Civil and Commercial, of the British Colonies in the West Indies** (1793).

Há assumidamente participação de Edwards no processo de concepção de **Travels**. As fontes para tal afirmação são duas: primeiro, o prefácio do próprio Mungo Park ao seu livro. Em 1799, **Travels** é publicado com o prefácio de seu autor, os 26 capítulos de sua viagem – desde sua saída de Londres até seu retorno à Inglaterra – e, produzidos pelo renomado Major Rennell, o mapa e as “Geographical Illustrations”. Neste último paratexto, estão as considerações mais estritamente científicas sobre os territórios pelos quais Park passa. Já no prefácio, o autor agradece quem lhe possibilitou a viagem e a publicação do livro, além de discorrer sobre sua composição.

Nesse paratexto suprimido em algumas edições, Park declara que, antes da publicação do texto final em 1799, Edwards produz um relato para circulação somente dentro da *African Association*. Era acompanhado também pelas “Geographical Illustrations” de Major Rennell. Diz, ademais, que a incorpora em seu livro:

availing myself therefore on the present occasion, of assistance like this, it is impossible that I can present myself before the Public, without expressing how deeply and gratefully sensible I am of the honour and advantage which I derive from the labours of those Gentlemen; for Mr Edwards has kindly permitted me to incorporate, as occasion offered, the whole of his narrative into different parts of my work (PARK, 2000, p. 46)⁹⁵.

Distancia a narrativa produzida por Edwards de seu trabalho através do uso dos pronomes possessivos “his” e “my”. Ainda assim, salienta que seu livro, cujo leitor intencionado era o grande público, incorporou essa narrativa escrita para os membros da *Association*, Não esclarece qual foi a sistematização ao agregar “the whole of *his* narrative” (grifo meu).

A outra fonte pela qual sabemos que houve intervenções de Brian Edwards é no segundo livro a nome de Park, chamado **The journal of a mission to the interior of Africa** (1815) e editado por John Wishaw. Discorre sobre a ida de 1805 do escocês à África, financiada pelo governo britânico. A parte principal do livro consiste em uma reunião das poucas anotações restantes de autoria de Park antes do falecimento de toda a tropa. Inclui ademais a narrativa escrita pelo mouro Isaaco, que procura saber qual foi o destino de Park após seu desaparecimento. Entretanto, o **Journal** se inicia com a biografia de Park escrita pelo editor,

⁹⁵ “beneficiando-me então na presente ocasião de assistência como esta, é impossível apresentar-me diante do Público sem expressar quão profunda e gratamente sensível sou da honra e vantagem que derivo dos labores desses Cavalheiros, porque Senhor Edwards gentilmente me permitiu incorporar, quando se ofereceu ocasião, integralmente sua narrativa em diferentes partes de meu trabalho” (tradução nossa).

chamada “Account of the life of Mungo Park”, na qual, dentre outros temas, fala sobre o processo de composição de **Travels**.

Tampouco esclarece as intervenções de Edwards na narrativa final. Segundo John Wishaw, na época de publicação do **Journal** corriam suspeitas “that the **Travels**, of which [Park] was professed author, were composed not by Park himself, but in a very considerable degree, by Mr. Bryan Edwards” (PARK, 1815, p. xx)⁹⁶. A maneira como o coloca evidencia sua defesa a autoria de Park, mas não deixa de reconhecer a produção de Edwards dessa primeira narrativa e sua inclusão no livro final: “This Abstract, which was written with perspicuity and elegance, formed the principal ground-work of the Book of Travels which was subsequently published” (PARK, 1815, p. xvi)⁹⁷.

Wishaw tem muita diligência em enfatizar o processo de escrita de Park, provável resposta a essas afirmações que circulavam questionando a autoria do texto. O editor delinea o uso das anotações, levadas por Park no chapéu ao longo da viagem, para a produção do relato final: “His material for this work are stated to have consisted of short notes or memoranda, written on separate pieces of paper⁹⁸, forming an imperfect journal of his proceedings. Where these were wanting, he supplied the deficiency from his memory” (PARK, 1815, p. xvii)⁹⁹. Ainda retrata todo um desenvolvimento de composição do texto, ao longo de dois anos, abarcando outros documentos que não somente aquele de Edwards. Mesmo assim, não exclui que houve uma assistência e intervenção significativa do membro da *African Association*: “there can be no question but that he, at least, revised and corrected the whole manuscript before it was sent to press” (PARK, 1815, p. xxviii)¹⁰⁰.

Nesse intrincado processo, vemos autorias e composições diversas tendo em vista diferentes públicos. Park é aquele que se apresenta diante do público geral; para a associação, a voz do escocês é intermediada por um de seus membros. O primeiro ainda assim salienta o processo de fagocitação, o qual não parece deixar rastros óbvios. Somente os índices dos

⁹⁶ “que o **Travels**, do qual [Park] era professo autor, foi composto não pelo próprio Park, mas em grau considerável, pelo Senhor Bryan Edwards” (tradução nossa).

⁹⁷ “Este resumo, escrito com perspicuidade e elegância, formava a principal parte da base do trabalho para o Livro de Viagens que foi subsequentemente publicado” (tradução nossa).

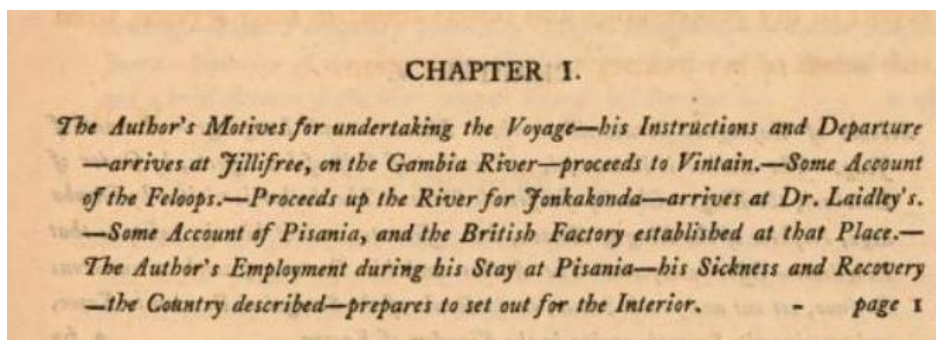
⁹⁸ John Wishaw acrescenta em nota na mesma página da citação que, menos de vinte anos depois da viagem de Park, os papeis já estavam perdidos.

⁹⁹ “Seu material para este trabalho presumidamente consistiu de pequenas anotações e memorandos, escritos em pedaços de papel separados, formando um diário imperfeito de seus movimentos. Onde estes demandavam emendas, ele supriu sua deficiência com sua memória” (tradução nossa).

¹⁰⁰ “não pode haver dúvida de que ele, pelo menos, revisou e corrigiu o manuscrito integralmente antes de que fosse mandado à imprensa” (tradução nossa).

capítulos estão escritos em terceira pessoa, indicando uma possível produção por outro autor que não o próprio Park e que poderia ser Edwards (ver Figura 6). A partir dessa suposição, também se poderia refletir se a divisão em capítulos também é feita por um terceiro.

Figura 6: Índice de conteúdo de **Travels in the interior districts of Africa** (1799).



Fonte: <https://books.google.es/books?id=7MkTAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=mungo+park+1799&hl=es&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=mungo%20park%201799&f=true>

No capítulo I, como sugere a imagem do índice, constam as instruções dadas a Mungo Park pela *African Association*¹⁰¹:

My instructions were very plain and concise. I was directed, on my arrival in Africa, ‘to pass on to the river Niger, either by the way of Bambouk, or by such other route as should be found most convenient: That I should ascertain the course, and, if possible, the rise and termination of that river. That I should use my utmost exertions to visit the principal towns, or cities in its neighbourhood, particularly Tombuctoo and Houssa; and that I should be afterwards at liberty to return to Europe, either by the way of the Gambia, or by such other route as, under all the then existing circumstances of my situation and prospects, should appear to me to be most advisable’ (PARK, 2000, p. 68)¹⁰².

Ao falar suas instruções, Park baseia-se em um documento, parecido com um formulário, fornecido a Park pela *African Association* e cuja transcrição consta na edição de Kate Ferguson de **Travels** (2000). Nele, enfatiza-se o dever de contato reiterado com a instituição: “the Committee will feel the strongest solicitude to receive, by every possible opportunity, an account of his proceedings” (PARK, 2000, p. 34)¹⁰³. O conhecimento dessas

¹⁰¹ Ferguson (2000, p. 33) diz que são as mesmas instruções dadas a Major Houghton, o primeiro a fazer a rota do Niger, que faleceu na tentativa.

¹⁰² “Minhas instruções eram bastante simples e concisas. Foi-me dirigido que, após minha chegada na África, ‘passaria no rio Níger, seja pelo caminho de Bambouk, seja por outra rota que pareça mais conveniente: Que eu deveria usar o máximo de meus esforços para visitar as principais vilas ou cidades na vizinhança, particularmente Tombuctu e Houssa, e que eu estaria depois livre para retornar à Europa, seja pelo caminho de Gambia, seja por outra rota que, sob todas as circunstâncias de minha situação e prospectos, me parecesse mais aconselhável” (tradução nossa).

¹⁰³ “o Comitê solicita receber, sempre que possível, um relato de seus movimentos” (tradução nossa).

instruções faz pensar sobre como a interlocução com a associação restringe o que é abordado ao que lhe interessa desse viajante e do território africano. Inclusive delimita os lugares a serem visitados (a rota não, já que era desconhecida) – *Houssa*, Tombuctu, rio Níger. Ademais consta um questionário, assinalando as informações esperadas pelo comitê para cada uma de suas grandes paradas. Separa os temas em: governo, administração de justiça, regulações quanto à propriedade, receita do Estado, agricultura, comércio, religião, linguagem, música, costumes, ouro (PARK, 2000, p. 33–38). Se há algo que ronda esse formulário da *African Association*, é a possibilidade de que seu enviado não retorne.

Em sua segunda viagem à África, de fato, Park não retorna. E apesar de seu desaparecimento, garante que as informações cheguem à Inglaterra. Da mesma maneira se preocupa, na primeira viagem, assegurando que o registro vá até os membros da associação, o que deve ser feito através de correspondências *escritas*. Sabemos que são escritas, ainda que, nas instruções, o escrever é uma latente ausência: tácito. É na publicação de **Travels** (1799) em que se discorre mais longamente sobre a elaboração do livro – mais especificamente, no prefácio (parte que em algumas edições seguintes será suprimida). De resto, sua composição não é prevista ou discutida. E o nome do “trabalho” de Park é revelador: **Travels**. Simplesmente “viagens”, excluindo novamente o componente da produção.

Park refere-se ao seu relato como *journal* em algumas poucas ocasiões, sendo a mais notável a do início do prefácio: “The following Journal, drawn up from original minutes and notices made at the proper moment and preserved with great difficulty, is now offered to the Public by the direction of my noble and honourable employers, the Members of the African Association” (PARK, 2000, p. 45)¹⁰⁴. Nesse pequeno trecho há o gênero (*journal*)¹⁰⁵, o leitor (*Public*), a instituição e o Mungo Park como empregado dessa instituição. O gênero *journal* – ou diário, em português – é parecido com o registro de um experimento em que o sujeito observador é partícipe, documentando tudo aquilo que seus olhos captam. Diferencia-se de uma produção historiográfica, na qual a partir de uma leitura comparativa de documentos produz-se um texto que localize a história universal humana – ainda que poderia, sem dúvidas, servir posteriormente para uma historiografia.

¹⁰⁴ “O Diário a seguir, elaborado a partir de minutas originais e notícias feitas no momento adequado e preservadas com grande dificuldade, é agora oferecido ao Público pela direção de meus nobres e honrados empregadores, os Membros da *African Association*” (tradução nossa).

¹⁰⁵ Prefiro seguir usando o vocábulo *journal* do que traduzi-lo a diário, já que há uma ambiguidade em português. Diário pode referir-se ao que em inglês se chama “diary”, um gênero também com divisão entre dias, mas mais pessoal e íntimo. Para não criar contradições, portanto, mantenho em grande parte das vezes o vocábulo usado por Park e característico dos relatos de viagem.

De qualquer modo, trata-se do registro ocular de uma série de comunidades pertencentes a um território, feito dia a dia. É uma divisão formal muito característica desse gênero, além de comum nos relatos de viagem desses viajantes ilustrados, também associado à ciência:

Early in the eighteenth century, a traveller's discourse might not be very carefully structured or systematic but, by 1800, a typical pattern had emerged. Proceeding from a base in civilisation to an unknown region, the traveller must describe experiences and observations day to day on the basis of a log or journal. This format left some scope for the depiction of the picturesque or the exotic but the emphasis was more and more on science and precision (HULME; YOUNGS, 2002, p. 56–57)¹⁰⁶.

Escolher essa forma faz com que as marcas de um leitor intencionado se dissolvam para o público geral – diferente de uma carta, por exemplo, outro gênero comum dos relatos de viagens. O *journal* dá a sensação de imediatismo: a escrita simplesmente plasmava a realidade.

Sabemos que em princípio as anotações eram direcionadas à Associação. Apagado o primeiro leitor no relato final, expõe Park que a meta da viagem é a veiculação de conhecimento:

I had a passionate desire to examine into the productions of a country so little known; and to become experimentally acquainted with the modes of life, and characters of the natives. (...) If I should perish in my journey, I was willing that my hopes and expectations should perish with me; and *if I should succeed in rendering the geography of Africa more familiar to my countrymen*, and in opening to their ambition and industry new sources of wealth, and new channels of commerce, *I knew that I was in the hand of men of honour, who would not fail to bestow that remuneration which my successful services should appear to them to merit* (PARK, 2000, p. 67–68, grifo meu)¹⁰⁷.

A transmissão do conhecimento sobre a geografia da África aos seus “countrymen”, leitor a quem direciona seu diário, está relacionada com a técnica da escrita, como ocorre no modelo europeu de metodologia científica. Mas o silenciamento para além de seu prefácio quanto à produção do seu texto convém para um projeto no qual a escrita interessava não por si mesma, mas sim pela expressão da realidade. Como diz no prólogo: “As a composition, it has nothing to recommend it but *truth*” (PARK, 2000, p. 45)¹⁰⁸. A intermediação entre fatos e

¹⁰⁶ “No começo do século XVIII, um discurso de um viajante talvez não fosse cuidadosamente estruturado ou sistematizado mas, já por 1800, um típico modelo havia emergido. Procedente de uma base em civilização para uma região desconhecida, o viajante deve descrever experiências e observações dia a dia na base de um registro ou diário. Esse formato deixou algum âmbito para a representação do pitoresco ou do exótico, mas a ênfase era cada vez mais em ciência e precisão” (tradução nossa).

¹⁰⁷ “Eu tinha um desejo passional de examinar as produções de uma terra tão pouco conhecida, e de conhecer experimentalmente seus modos de vida e os traços dos nativos. (...) Se eu percesse em minha jornada, estava disposto a levar comigo minhas esperanças e expectativas; e se eu sucedesse em fazer a geografia da África mais familiar a meus conterrâneos e em abrir a suas ambições e indústria novas fontes de riqueza e novos canais de comércio, eu sabia que estava nas mãos de homens de honra, que não falhariam em dar-me a remuneração que meus exitosos serviços lhes parecessem merecedores” (tradução nossa).

¹⁰⁸ “Enquanto composição, não há nada que a recomende além da *verdade*” (tradução nossa).

leitores – feito pelo escritor, pelo editor, pelo próprio livro em sua materialidade, enfim – seria, se não pelo prefácio, ausente.

Além de evidenciar essa contradição entre a necessidade de escrita e a sua ocultação, a citação anterior mostra que, mais do que oferecer-lhe suporte material e prático, a *Association* também tem o papel de legitimar os serviços prestados por Park, de acordo com seu mérito. Uma das maneiras que o faz é através da própria publicação do livro. Os paratextos produzidos por Rennell – o mapa e o “Geographical Illustrations” – podem ser pensados como garantidores da verdade do texto. Retomo o que diz Beatriz Colombi sobre os relatos de viagem:

podemos pensar al viaje como un género discursivo secundario o ideológico que aloja en su interior a géneros discursivos menores o primarios, como guías, mapas, cartas, tablas, itinerarios, cronologías, instructivos, descripciones, dibujos. Estas formas primarias no son narrativas sino enumerativas, descriptivas o estadísticas, incorporándose como “pruebas” o “constancias” del fundamento empírico de aquello que se cuenta. Tienen por función, entonces, reafirmar la propiedad documental del género, cuya impronta más evidente es la presencia de numerosos referentes externos, como por ejemplo, los topónimos (COLOMBI NICOLIA, 2006, p. 14)¹⁰⁹.

Para além dos próprios paratextos servirem como documentos, Kate Ferguson Marsters salienta que a própria figura de Major Rennell dá algo de legitimidade a Park: “Rennell’s ‘Geographical Illustrations’ essay at the end of the **Travels** absorbed most of the dull details and relieved Park of much of this burden. As an added benefit, Rennell’s well-known name supported the unknown Park’s credibility” (MARSTERS, 2000, p. 18)¹¹⁰. Rennell, autor do mapa e da parte científica do relato, já era extremamente renomado e membro da então já consolidada *Royal Society*. Tais entidades, pessoas, instituições; enfim, todas elas aparecem legitimando o livro. Em uma época de questionamento do uso de autoridades antigas, as novas autoridades, símbolos dessa inovadora epistemologia, agregam um valor considerável para um relato de viagens de um desconhecido como Park.

Para além de Rennell e Edwards, que realmente intervém no livro, há outra importante figura que Park também menciona no início do primeiro capítulo: “I took occasion, through means of the President of the Royal Society, to whom I had the honour to be known, of offering

¹⁰⁹ “Podemos pensar a viagem como um gênero discursivo secundário ou ideológico que aloja em seu interior gêneros discursivos menores ou primários, como guias, mapas, cartas, tabelas, itinerários, cronologias, instrutivos, descrições, desenhos. Estas formas primárias não são narrativas, mas sim enumerativas, descritivas, estatísticas, incorporando-se como ‘provas’ ou ‘constâncias’ do fundamento empírico daquilo que se conta. Têm por função, então, reafirmar a propriedade documental do gênero, cuja marca mais evidente é a presença de numerosos referentes externos, como por exemplo os topônimos” (tradução nossa).

¹¹⁰ “O ensaio ‘Geographical Illustrations’ de Rennell ao final de *Travels* absorveu a maioria dos detalhes maçantes e aliviou Park de muito de seu fardo. Como um benefício extra, o nome reconhecido de Rennell deu suporte à credibilidade do desconhecido Park” (tradução nossa).

myself for that service” (PARK, 2000, p. 67)¹¹¹. Naturalmente refere-se a Sir Joseph Banks – mas usando seu cargo, talvez mais notável do que o homem em si. Realmente é quem possibilita essa viagem de Park. Entretanto, a *Royal Society* não parece ter envolvimento direto enquanto instituição na exploração de Park – mas ele estrategicamente insere o homem em seu ilustre cargo logo no início.

O leitor mal começa a ler **Travels** e se depara com esses ilustrados e essas instituições científicas de renome. Faz parecer que todos e todas tiveram algum envolvimento na publicação do livro – seja na produção, na edição ou até mesmo na possibilidade de viajar –, ainda que não seja exatamente assim. Há uma série de intervenções editoriais de fato, impressas junto do livro, as quais ajudam a legitimar o autor e sua “ocular demonstration” (PARK, 2000, p. 154)¹¹². Não havia melhor maneira de fazê-lo do que através de um gênero com estrita relação científica: o *journal*, em que o visto pelos olhos parece passar *imediatamente* ao papel. Sobre a forma do gênero e o processo de composição do livro voltaremos no capítulo 3.

De tal cuidado, vieram frutos. A impressão de **Travels** teve um impacto positivo impressionante, consagrando-se como apreciado pelos leitores mais diversos no Reino Unido (MARSTERS, 2000, p. 16–17). Somente no ano de 1799 teve três edições, e foi reeditado várias vezes ao longo do século XIX. Foi traduzido a outras línguas europeias e circulou por vários países. Sobre o êxito de **Travels**, cito Whishaw, que demonstra como essa forma de composição beneficiou a imagem do livro:

This distinguished success has been owing, not only to the interesting nature of its subject, but in a certain degree also to the merits of the work as a composition; to the clearness of the descriptions, the natural and easy flow of the narration, and the general elegance of the style.

But the essential merit of this book, and that which has conferred a lasting distinction on the name of its author, consists in the *authentic* and important *information* which it contains (PARK, 1815, p. xviii, grifo meu)¹¹³.

¹¹¹ “Aproveitei a ocasião, através dos meios do Presidente da *Royal Society*, por quem tive a honra de ser conhecido, de oferecer-me para esse serviço” (tradução nossa).

¹¹² “demonstração ocular” (tradução nossa).

¹¹³ “Esse ilustre sucesso se deve não somente à natureza interessante de seu assunto, mas em certo grau também aos méritos do trabalho enquanto composição, à clareza das descrições, ao fluxo natural e tranquilo da narração e à elegância geral do estilo.

Mas o mérito essencial deste livro e aquele que lhe conferiu uma distinção permanente ao nome de seu autor, consiste na autêntica e importante informação que contém” (tradução nossa).

1.3 Edições e a mudança de leitura no século XVIII

A análise da edição – seja diacrônica, como de **Naufraios** (1749), seja sincrônica, como a de **Travels** (1799) – revela uma cadeia de intervenção textual e material. Estas camadas têm implicações para a leitura, especialmente aquela com pretensões críticas. Demonstra também as mediações de figuras doutas e políticas que davam recursos para as publicações, quando não diretamente de instituições, como a *African Association*. Deve-se salientar que todo esse percurso também demonstra que “douto” e “político” nessa modernidade tardia eram campos que se interseccionavam ou até mesmo coincidiam. Enfim, há todo um processo envolvido na publicação desses relatos de viagem, processo que não poderia deixar de ser político. Afinal de contas, são livros expansionistas e exploratórios, produzidos em países europeus com projetos imperialistas.

Em meio a todo esse processo, ater-se à autoria pensando somente nessa figura a quem o livro é atribuído é insuficiente. Até porque a autoria só tem validade enquanto as autoridades lhe legitimam – na produção, na edição, na publicação, na circulação e na repercussão da obra. Sendo partes de projetos patrióticos têm de se pensar as diversas instâncias que atuam na cadeia de produção de sentido desses textos, ainda que não necessariamente o governo ou suas instituições estejam diretamente envolvidos. Cercar-se de instituições, mesmo quando elas não tenham contribuído diretamente com a produção e edição do livro, é um ato simbólico que aparece em ambos os relatos, fazendo parte até mesmo de sua *forma*. É nesse sentido que, para além de uma atuação de fato, é também interessante pensar em como por vezes essas instâncias são inseridas no livro mesmo quando não atuam nele diretamente. Acontece com a capa de **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales**, em que é mencionado “S. M.” (*Su Majestad*), e com a menção no primeiro capítulo de **Travels** da *Royal Society*.

Essa associação a instituições não quebra, entretanto, o pacto autobiográfico (COLOMBI NICOLIA, 2006, p. 23) dos relatos. Embora haja toda uma série de intervenções de outras instâncias, é curioso pensar que a autoria é atribuída àquele que viaja. Mantém-se a coincidência da identidade ou, como Colombi diz, a solidariedade entre autor, narrador e personagem (COLOMBI NICOLIA, 2006, p. 24). A razão é simples:

La función central de todo narrador de un relato de viaje, su deber implícito, es informar, y de acuerdo a los pactos que rigen el género, que tal información sea veraz, es decir, fiable. Tal fiabilidad se apoya en su carácter de testigo presencial, situación

que se refuerza con el protagonismo de la mirada (COLOMBI NICOLIA, 2006, p. 24)¹¹⁴.

Saltam aos olhos – com o perdão do trocadilho – algumas semelhanças entre esses livros, a partir da análise de suas edições e alguns comentários gerais sobre suas formas. Para além delas, também se revela uma diferença a partir da mudança quanto aos livros que tratam de projetos imperialistas durante o setecentos. Podemos refletir o quanto essa mudança de paradigma, da retórica à revolução científica norte-europeia, corresponde com a mudança do centro cultural e político europeu. Pratt (2010, p. 26) discorre em relação ao que moveu e justificou o expansionismo do século XVIII, comparando-o os processos de colonização dos séculos XVI e XVII:

As Christianity had set in motion a global labor of religious conversion that asserted itself at every point of contact with other societies, so natural history set in motion a secular, global labor that, among other things, made contact zones a site of intellectual as well as manual labor, and installed there the distinction between the two¹¹⁵.

Trata-se de um projeto novo de expansionismo, baseado na ciência que se desenvolvia no norte da Europa. Criam-se novos paradigmas que pregam o empirismo, e então “sixteenth- and seventeenth-century reports of the New World began to lose credibility when they began to be compared with the writings of the new philosophical travelers” (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2002, p. 13–14)¹¹⁶. Estamos diante de um relato, **Naufragios**, cuja credibilidade estava decaindo e precisa de adaptações para ser publicado no século XVIII, e de outro, **Travels**, modelo dos relatos de viagem expansionistas do século XIX.

A *relación* de Cabeza de Vaca sofreu com críticas sobre as quais discorremos: aquelas feitas pelo Padre Honorio Filipono. Entretanto, as contestações dos milagres se encaixam no paradigma da retórica, não na nova epistemologia. Para o padre, os milagres não são verdadeiros porque não é verossímil que sejam feitos por meros soldados. Partindo de um axioma segundo o qual atos divinos não são exercidos por pessoas comuns, o argumento é feito retoricamente. Assim como o é o contra-argumento de Ardoino, que por meio do discurso defende a verdade de Álvaro Núñez. Nesse sentido, ao analisar o “Examen Apologetico”, não

¹¹⁴ “A função central de todo narrador de um relato de viagem, seu dever implícito, é informar e, de acordo com os pactos que regem o gênero, que tal informação seja veraz, ou seja, fiável. Tal fiabilidade se apoia em seu caráter de testemunha presencial, situação que se reforça com o protagonismo do olhar” (tradução nossa).

¹¹⁵ “Assim como a Cristandade havia inaugurado um trabalho global de conversão religiosa que se verificava a cada contato com outras sociedades, assim também a história natural iniciou um esforço de escala mundial que, entre outras coisas, tornou as zonas de contato um local de trabalho tanto intelectual quanto manual, e lá instalou a distinção entre estes dois” (PRATT, 1999, p. 58).

¹¹⁶ “relatos dos séculos XVI e XVII do Novo Mundo começaram a perder credibilidade quando começaram a ser comparados com os escritos dos novos viajantes ilustrados” (tradução nossa).

estamos diante de um texto respondendo a um representante dessa nova epistemologia. Mas ainda que o paratexto esteja dirigido contra Padre Honório, não é ele o leitor implícito ou de fato – até porque já fazia mais de um século de seu **Nova Typis**. O objetivo é garantir ao grande público a verdade dos textos da conquista na metade do século XVIII, quando sua credibilidade já estava decaindo.

Devemos lembrar que a emergência desses viajantes ilustrados se deu no início do século XVIII (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2002, p. 15). A insistência veemente quanto à verdade de Álvaro Núñez tem algo de revelador nesse momento de embate. Quatro anos antes da publicação de **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales**, La Condamine, por exemplo, havia publicado seu texto sobre a expedição à América. O texto de Park tem semelhanças com o de Álvaro Núñez em termos de temática – são relatos de viagens fracassadas mas cujos protagonistas sobrevivem. Também em termos formais possuem semelhanças. Apesar dos gêneros textuais diferentes – história e *journal* –, como salienta Colombi:

Normand Doiron define al viaje como una “encrucijada de los discursos modernos” – suerte de matriz de la que se desprenderán progresivamente las disciplinas particulares – que nace en la órbita del Renacimiento con la nueva valoración de la experiencia y se consolida hacia el siglo XVII, respondiendo a los mismos principios retóricos del relato histórico: brevedad, sencillez, veracidad (COLOMBI NICOLIA, 2006, p. 12)¹¹⁷.

Ainda em um momento incipiente da formalização do paradigma de relatos de viagem, época em que se mistura ainda com disciplinas que lhe serão alheias no século XIX, Park segue exatamente esses princípios. Entretanto, os princípios se dão de maneira diferente daquela de **Naufragios**. Seu **Travels** pertence a outro paradigma: segue o empirismo científico desenvolvido na Grã-Bretanha desse momento. O que nos leva ao estudo de como esses paradigmas estão postos textualmente; melhor dito, de como se concebe a verdade em textos publicados durante o século XVIII representantes de epistemologias distintas e em embate.

¹¹⁷ “Normand Doiron define a viagem como uma ‘encruzilhada dos discursos modernos’, um tipo de matriz da qual se desprenderão progressivamente as disciplinas particulares – que nasce na órbita do Renascimento com a nova valorização da experiência e se consolida até o século XVII, respondendo aos mesmos princípios retóricos do relato histórico: concisão, simplicidade, veracidade” (tradução nossa).

3 CAPÍTULO 2: A EDIFICAÇÃO DA VERDADE

Journal of a mission to the interior of Africa (1815), editado por John Wishaw, fala sobre a segunda ida de Park à África. Para compor a narrativa sobre essa viagem, não finalizada em virtude do desaparecimento do autor, inclui-se uma variedade de textos. Primeiro, “Account of the life of Mungo Park”, biografia do escocês explorador, elaborada pelo próprio editor do livro. Em seguida vem a narrativa de Park sobre sua segunda viagem à África, *journal* feito a partir da reunião de anotações soltas que lograram chegar à Inglaterra. Por fim, há outro *journal*. Uma composição de Isaaco, africano a quem, devido aos rumores da morte de Park, o governo britânico incumbiu esclarecer qual fora o destino do escocês. Registra sua expedição nesse diário, escrito em árabe e traduzido ao inglês no Senegal, então território com domínio britânico. Esta última é a versão que está presente na edição.

O editor, John Wishaw, discute um pouco a questão da tradução desse segundo *journal*, mas principalmente aborda sua forma, que lhe parece inadequada: “Incidents the most trifling are related exactly in the same tone and manner as those of the greatest importance” (PARK, 1815, p. lxxxiv)¹. Apesar de suas ressalvas em relação a como está escrito, é a única fonte disponível sobre o destino de Mungo Park. Nesse sentido, o diário é essencial, e finalmente o inclui em sua edição; mas não sem enfatizar suas ressalvas:

Upon the whole there seems to be no reasonable ground of doubt with regard to the fact either of Park’s death or of its having happened in the manner described in Isaaco’s Journal. The first of these may be considered as *morally certain*, the latter as *highly probable*. But the exact time when this event took place and the circumstances attending it, are left in great obscurity; partly *from a general want of distinctness and precision in the narrative*; but principally because *the particulars related, depend altogether upon the unsupported testimony of a slave (represented as the only survivor of those who were with Park at the time of his death,) from whom the information was obtained at an interval of three months after the transaction*. It is obvious that no reliance can be placed on *a narrative resting upon such authority* (PARK, 1815, p. lxxxvi, grifos meus)².

¹ “Incidentes dos mais insignificantes são contados exatamente no mesmo tom e maneira que aqueles de grande importância” (tradução nossa).

² “No todo, parece haver pouca dúvida em relação à morte de Park ou de que aconteceu como descrita no diário de Isaaco. A primeira destas pode ser considerado moralmente seguro, a última como altamente provável. Mas o momento exato em que esse evento ocorreu e suas circunstâncias são deixadas em grande obscuridade; parcialmente por um desejo geral de distinção e precisão na narrativa; mas principalmente porque os particulares relatados dependem completamente de um testemunho sem sustentação de um escravo (representado como o único sobrevivente daqueles que estiveram com Park no momento de sua morte) de quem a informação foi obtida num intervalo de mais de três meses após a operação. É óbvio que nenhuma confiança pode ser colocada numa narrativa apoiada sobre tal autoridade” (tradução nossa).

Para Whishaw, a afirmação de que Park morreu, cuja única fonte direta é o diário, não lhe parece contraditória. Tampouco duvida de sua descrição sobre como aconteceu. Mas não hesita em questionar a verdade em sua integridade: por como se narra, pela fonte a partir da qual adquire informações e, nas entrelinhas, por quem as recolhe. Dá o pouco crédito às informações fornecidas pelo *journal* de Isaaco. Um dos pontos destacados para embasar sua desconfiança é o que ele chama “desejo da narrativa”, “*want of distinctness*”. Provavelmente refere-se a algo identificado como um problema formal. Há talvez certa falta de adequação se comparado a outras narrativas conhecidas pelo editor; de qualquer maneira, é um trecho ambíguo e opaco, que aponta a uma imprecisão formal.

Não obstante, para Whishaw, o problema principal desse *journal* é a fonte: um escravo. Sendo mais precisa, um escravo cuja narração está apartada em mais de três meses do evento. Além dessa fonte, há outra também questionada um pouco mais sutilmente. Qualifica o testemunho como “unsupported”. Novamente, é pouco tangível a que se refere: o que ou quem daria esse suporte inexistente? Seguindo o trecho, diz que o escravo é “represented as the only survivor”. Essas sutilezas difusas, quando agregadas, revelam também o pouco crédito dado ao próprio autor, Isaaco. Sua figura é insuficiente para dar tal suporte, e demonstra certa dúvida quanto a sua busca de sobreviventes.

O contraste entre sua concepção sobre o diário de Isaaco e a narrativa de Park não poderia ser mais claro. Para Whishaw, o mérito maior do **Travels** de Park é “the authentic and important information which it contains”. Ambas as narrativas poderiam ser enquadradas na categoria de relatos de viagem pelo deslocamento espacial ser o grande tema; ao mesmo tempo, essa distinção em na leitura do editor é crucial. O diário de Park tem verdade; o de Isaaco, não.

Ser ou não verdadeiro depende de como o público encaixa tais textos. Isaaco, não-europeu e provavelmente com uma narrativa pouco adequada aos moldes eurocêntricos, deve enfrentar dois obstáculos. Por um lado, seus leitores provavelmente não o veem adequando-se aos moldes para tecer um relato factual. Por outro, seu testemunho é duvidado pelos europeus simplesmente por seu *ethos* – islâmico, africano, sem ascendência e sem formação. Não monta o que, para eles, é um relato confiável e, portanto, verdadeiro.

Em *todos* os relatos de viagem, como assinala Beatriz Colombi, opera-se uma “selección de momentos y escenas, una articulación jerarquizada de los sucesos, una reorientación

ideológica de todos los materiales” (COLOMBI NICOLIA, 2006, p. 14–15)³. A abordagem desses elementos demonstra que sempre há algo de construção ficcional em narrativas que clamam assentar-se no real. No entanto, o enquadramento como factual é comum, se não um pré-requisito, para esse gênero: “veracidad, objetividad, marcas de lo factual”. As fronteiras entre realidade e ficção são turvas, mas a impressão de realidade é essencial.

Como relatos de viagem, **Naufragios** (1749), de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, e **Travels in the interior districts of Africa** (1799), de Mungo Park, são colocados no âmbito do verdadeiro em suas edições setecentistas⁴. Independentemente se seu gênero é história ou diário, de maneira mais ou menos estável cumprem o requisito de serem factuais (GALLE; PEREZ, 2018, p. 30)⁵. Tal efeito está condicionado, como vimos, ao leitor a quem se escreve: “Se a ficcionalidade é considerada uma instituição social, ela está inserida em contextos culturais e históricos que até certo ponto interferem naquilo que seriam as distinções comunicativas universais entre o factual e o ficcional” (GALLE; PEREZ, 2018, p. 35).

No presente capítulo, a proposta não é tanto identificar o que há de ficção nesses dois relatos. Antes, o que há de *verdade*. Tampouco adiro a uma perspectiva referencial; a ideia é verificar elementos de construção discursiva *historicamente concebidas como ligados ao real*⁶. O efeito de verdade é, portanto, estabelecido também pela *adequação à retórica considerada verdadeira*. A proposta do capítulo é, portanto, entranhar-se nas formas dos livros para desvendar o que há de elementos que remetem ao factual. No entanto, saliento, não creio que haja características formais ficcionais e factuais por si mesmas. Antes, penso que há formas associadas ao ficcional e ao factual, e que o “efeito de realidade” (BARTHES, 2002) é construído historicamente, politicamente, institucionalmente. Por fim, a forma correspondente à verdade só faz sentido no livro tendo em conta seu *leitor* intencionado. É para esta instância que o autor deve figurar-se como alguém capaz de veicular o real e a quem a narrativa deve parecer factual.

³ “seleção de momento e cenas, uma articulação hierarquizada dos sucessos, uma reorientação ideológica de todos os materiais” (tradução nossa).

⁴ Ver introdução para a definição de relatos de viagem ou o texto anteriormente referido de Beatriz Colombi (2006).

⁵ Uso, como proposto por Galle (2018, p. 30), “real” e “fictício” para “referir-se à qualidade da existência” e para designar a modalidade do discurso, “ficcional” e “factual”.

⁶ João Adolfo Hansen diz, em se tratando de textos coloniais: “os procedimentos técnicos racionalmente aplicados para produzir os efeitos; com isso, compõem a compatibilidade entre as interpretações feitas pela enunciação e por personagens em ato e os atos de interpretação das recepções diferenciadas que conferem sentido e valor aos discursos” (2008, p. 180). Apesar de não fazer referência direta aos tipos de textos aqui abordados, cabe inserir a citação como um dos guias metodológico para o capítulo.

Não que essa vontade de verdade seja algo específico de livros de exploradores europeus a outros territórios. “A literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro” (FOUCAULT, 2009a, p. 18), diz Michel Foucault em **A Ordem do Discurso**. Em sua aula inaugural no Collège de France, postula que “essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional” (FOUCAULT, 2009a, p. 17). Os sistemas de exclusão dos discursos aos quais se refere são: primeiro a interdição ou palavra proibida (localizada especialmente na política e na sexualidade); segundo a divisão entre razão e loucura e a segregação desta última; e, finalmente, a vontade de verdade (FOUCAULT, 2009a, p. 6).

Para Foucault, todos os sistemas de exclusão são histórica e institucionalmente construídos. A aprovação da comunidade é essencial para promover a verdade. Engloba tanto a busca do conhecimento, por um lado, como o reconhecimento daquilo que é ou não verdade, por outro (SHAPIN, 1994, p. 24–25). “Trust is, quite literally, the great civility. (...) Those who cannot be trusted to report reliably and sincerely about the world may not belong to our community of discourse” (SHAPIN, 1994, p. 36)⁷. A dependência das instituições é clara para que esses exploradores saiam em nome do reino e para que sua narrativa circule, e circule mantendo sua legitimidade.

Se a vontade de verdade não é restrita aos objetos de estudo, cabe elucidar o que há de notável em restringir-me a estes objetos de estudo. Não é só porque **Naufregios** (1749) e **Travels in the interior districts of Africa** (1799) são dois relatos de viagem do século XVIII que se adequam à característica de serem colocados no verdadeiro. Ao abordar estes dois livros, é possível notar como respondem a dois sistemas diferentes de verdade durante o mesmo século, cujas análises exigem um estudo histórico. Enfatizando o aspecto retórico e historiográfico da concepção do relato de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca enquanto Mungo Park se aproxima da metodologia científica, o primeiro capítulo constantemente tangencia tal tema. São edições que plasmam essas leituras contrastantes ao longo do século XVIII, discutida por Jorge Cañizares-Esguerra em seu livro **How to write the history of the New World: histories, epistemologies, and identities in the eighteenth-century atlantic world**. Como base teórica, articulo esse estudo epistemológico de Cañizares-Esguerra com a teorização de Foucault.

⁷ “Confiança é, literalmente, a grande civilidade. (...) Aqueles nos quais não se pode confiar para relatar de maneira fiável e sincera sobre o mundo podem não pertencer à nossa comunidade de discurso” (tradução nossa).

Através de um contraste entre os livros, ao longo deste capítulo analiso elementos presentes nas construções narrativas que buscam sedimentar essa “veracidade” retórica: a simplicidade; o autor e a relação com sua identidade após passar por esse território distante; como os relatos mostram seus processos de escritura; como consolidam a instância do leitor. Todos e cada um desses elementos e suas articulações com o poder setecentista são o que garantem a credibilidade dos relatos. Fazem-nos aceitos na cultura oficial, cuja recepção é a última instância necessária para colocá-los no verdadeiro. Firmemente postulada em ambos, a vontade de verdade ou o encaixe dos livros no verdadeiro parecem-me pontos nevrálgicos para essa proposta de análise contrastiva.

Espero mostrar, neste capítulo, que tanto as formas de cada um dos textos como as relações delas com as forças políticas do momento operam, internamente aos livros, para que os enunciados componham discursos verdadeiros do século XVIII. Também considero a questão das edições suscitada no capítulo 1, articulando a estética com a questão institucional na atribuição de verdade a estes relatos de viagem. Apesar de muitos dos critérios serem os mesmos para os dois livros – algo já anunciado desde a citação de Colombi –, cada um deles tem epistemologias diferentes, que entram em choque durante o setecentos. Esta diferença ajuda-nos a pensar em como se insere nas letras a mudança do eixo de poder político e como a veiculação de conhecimentos sobre outros territórios se encaixa nessa dinâmica. Em outras palavras, como a concepção de verdade, com a qual devem contar os relatos de viagem, depende desse eixo de poder.

1.4 Critérios

Em **Naufraios** e em **Travels**, e talvez em todos os relatos de viagem, a verdade é um requisito para a sua legitimidade. Portanto, a garantia de que são verdadeiros é necessária para incorporá-los ao respectivo projeto político-letrado de seu reino. Para reiterar esse aspecto factual, ambos cumprem certos princípios equivalentes, apesar dos géneros distintos: diário e história. Afinal, “viaje e historia compartieron los mismos presupuestos retóricos en su origen” (COLOMBI NICOLIA, 2006, p. 16)⁸. Nesse sentido, reunir os textos sob o guarda-chuva de “relatos de viagem” ajuda a revelar os paralelos entre os critérios para a verdade. Estes serão

⁸ “[relatos de] viagem e história compartilharam os mesmo pressupostos retóricos em sua origem” (tradução nossa).

vistos a partir dos próprios textos, seus paratextos e, se possível, sua recepção será feita a abordagem dos critérios e sua formalização em cada um dos relatos.

Se **Naufragios** não cumpria em sua integridade os critérios para ser lido como factual, seu editor setecentista manipulou-o suficientemente a fim de passá-lo como verdadeiro. Devo salientar que, no geral – faço tal afirmação com certa ressalva, uma vez que ela exigiria um exame genealógico das edições – parece que o relato em si é mantido⁹. Entretanto, está a inclusão da narrativa sobre a expedição de Pánfilo de Narváez na coletânea **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales** (1749), a supressão do proêmio, a adição do “Examen Apologético” e a mudança no título. A raiz dessa edição textual, certos elementos preservados ganham um outro viés de leitura, enquanto alguns são drasticamente modificados; no fim, são instâncias que interferem em sua veracidade. Claro: é a fim de assegurar que o texto fosse mais creditável durante o século XVIII que **Naufragios** é impresso junto do “Examen”.

Desde o início, “se vè yà firmemente levantado el edificio de la verdadera Historia de *Alvar Nuñez*” (ARDOINO, 1749, p. 6)¹⁰. Destaca-se o pleonasma: por que dizer “verdadera Historia”, se a História é *necessariamente* verdadeira? Uma ênfase reiterada ou uma reiteração enfática, compondo a insistência nesse estatuto tão caro à publicação do livro; a ponto do exame para defender o relato possuir mais páginas do que o próprio relato. Na ânsia de garantir sua verdade, entrevê-se, nesse fragmento anterior, como talvez o livro por si só já não bastasse então para erguer sua legibilidade de verdadeiro. Também quão importante era garantir sua veracidade, de modo que integrasse o projeto historiográfico de Barcia.

O paratexto tem a intenção de garantir um texto sem contradições. Por sua vez, o editor setecentista de Cabeza de Vaca, Andrés González Barcia, assegurou que **Naufragios** fosse sempre bem acompanhado desse seu paratexto (ver seção 2.1.6). A partir da comprovação de que o viajante diz verdades, Ardoino então classifica a antes *relación* como história. Esse metatexto historiográfico prescritivo não é independente do texto de Cabeza de Vaca: suas explicações sobre o que é *Historia* estão em função de uma leitura sua do texto sobre a expedição de 1527. Seu objetivo para assim classificá-lo é claro desde o início:

renaciendo en el lucidíssimo Emisferio de España, por los continuados Heroes, i felizmente esclarecido, por sus gloriosos Monarcas, la Historia de Alvar Nuñez, salga

⁹ De mudanças mais óbvias, estão algumas alterações tipográficas (como muitos substantivos que são iniciados em letra maiúscula), as quais podem modificar o significado e a recepção do texto e que nesse trabalho não pretendo dar atenção mais detida. Também coloco essa nota com a esperança de que seja publicado de maneira acessível alguma edição crítica de **Naufragios** incluindo as mudanças feitas no século XVIII.

¹⁰ “se vè já firmemente levantado o edificio da verdadeira História de *Alvar Nuñez*” (tradução nossa).

su nueva impresion à la luz¹¹ de este Amphiteatro de el Orbe, sin lunares de legitima contradicion, i se mantenga indemne al credito de las comunes opiniones, i la estimacion de sus escritos (ARDOINO, 1749, p. 2).

De modo a manter a estimação dos escritos de um dos historiadores espanhóis, divide seu exame correspondendo aos argumentos de Padre Honorio. No segundo grande exame, centra-se nos milagres. Cabeza de Vaca diz haver feito inúmeras curas nos indígenas, incluindo até mesmo uma ressuscitação. De acordo com Padre Honorio, esta gente comum não podia haver feitos milagres, ao que Ardoino responde, postulando que os milagres são feitos por Deus e tem nos espanhóis somente a sua concretização. E se no “Examen” são atribuídos somente a Deus, assim também o verificamos no relato de Cabeza de Vaca: “Yo le quitè una Estera, que tenia encima, con que estaba cubierto, i lo mejor que pude, supliqué à Nuestro Señor fuese servido de dar salud à aquel, i à todos los otros, que de ella tenian necesidad” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 24)¹².

Mais relevante no presente estudo é o outro *examen*, em que sinaliza a mudança no gênero, de *relación* a história. É a primeira metade dos argumentos pela verdade postulados pelo “Examen Apologético”. Divide-o em capítulos, sendo que no primeiro Ardoino enfoca em preceitos básicos da historiografia de então. Seu título é “Que es historia y quien es propriamente historiador”¹³. Alguns argumentos gerais foram vistos ao tratar da historiografia (ver seção 2.1.2), muitos dos quais Ardoino repete. Cita o ver os eventos ou o ouvi-los de pessoas com crédito; enfim, a percepção do autor e suas fontes, e pontua também a simplicidade ao narrar: “retrato desnudo de afeites”.

Já a verdade especificamente do relato de Cabeza de Vaca é o grande tema no segundo capítulo do exame primeiro de Ardoino: “De los motivos de la credibilidad de la Historia Humana, y reglas para el prudente juicio de su verdad”¹⁴. Discorre sobre alguns requisitos cumpridos pela *Relación* e pelo seu “Escritor” que fazem segura sua classificação como história e, portanto, como verdade. Os elementos consistem em: o próprio Álvaro haver vivenciado e visto aquilo sobre o que escreve; não ter paixões envolvidas como motivação para produzir seu relato; seus antepassados e cargos; a legitimidade de seu livro, por haver sido direcionado ao

¹¹ No livro **La República de las Letras en la España del siglo XVIII**, salienta como “sacar a luz” é uma expressão recorrente nos primeiros anos do século. Seu significado seria “dar a la estampa, imprimir y publicar algún libro u otra obra” (ALVAREZ BARRIENTOS; LOPEZ; URZAINQUI, 1995, p. 23), retirado do **Diccionario de Autoridades**.

¹² “Eu lhe tirei uma Esteira que tinha em cima, com que estava coberto, e o melhor que pude supliquei a Nosso Senhor fosse servido de dar saúde àquele e a todos os outros que dela tinham necessidade” (tradução nossa).

¹³ “Que é história e quem é propriamente historiador” (tradução nossa).

¹⁴ “Dos motivos da credibilidade da História Humana, e regras para o prudente juízo de sua verdade” (tradução nossa).

rei e haver tido estima o suficiente para permanecer tanto tempo no *Real Archivo*; o reconhecimento de seus pares coetâneos (ARDOINO, 1749, p. 4–7). Em outras palavras, centram-se na autoridade de seu autor, na composição do relato, na autoridade da instância do leitor. Todos esses critérios são expostos anteriormente ao relato, de modo a induzir sua leitura como verdadeiro.

Também é antes mesmo do relato de **Travels in the Interior Districts of Africa** que o alicerce da verdade da narração começa a ser construído. Em seu prefácio, Mungo Park afirma que ali nada há de relevante além da verdade: “As a composition, it has nothing to recommend it, but *truth*” (PARK, 2000, p. 45). Segue: “I have endeavoured to make it [the Journal], an honest and faithful report of my proceedings and observations” (PARK, 2000, p. 47)¹⁵. Igualmente conduz-se a uma leitura direcionada devido ao texto anterior, o prefácio, colocando que adiante há verdades e “a plain, unvarnished tale”¹⁶.

Essa maneira simples de narrar, mais uma vez associando-a com verdade, é exaltada como aquela necessária para um viajante. Na citação abaixo, retomo o “Account of the life of Mungo Park”, diz John Whishaw referindo-se ao escocês:

His talents certainly were not brilliant, but solid and useful, such as were peculiarly suited to a traveller and geographical discoverer. Hence, *in his accounts of new and unknown countries, he is consistent and rational*; he is betrayed into *no exaggeration*, nor does he exhibit any traces of credulity or enthusiasm. His attention was directed exclusively to *facts*; and except in his opinion relative to the termination of the Niger (which he *supported* by very plausible arguments) he rarely indulged in conjecture, much less in hypothesis or speculation (PARK, 1815, p. lxxxvii, grifo meu)¹⁷.

Ao falar de **Travels** (1799), o editor de seu segundo relato parece a todo momento misturar elementos formais da narrativa com o caráter de Park. Desde a primeira frase, retrata a personalidade de Park como feita para seu ofício, e seus traços estão plasmados esteticamente em seu diário. Em outro fragmento, alonga-se um pouco mais sobre os atributos do escocês, novamente relacionando-os com sua performance enquanto viajante. Um ponto notável é o quanto de seu físico aparece maleável às circunstâncias, e tal qualidade aparece digna de um explorador:

¹⁵ “Tentei fazer [o Diário] um honesto e fiel relatório dos meus movimentos e observações” (tradução nossa).

¹⁶ “uma estória simples, sem enfeites” (tradução nossa).

¹⁷ “Seus talentos certamente não eram brilhantes, mas sólidos e úteis, como é peculiarmente apropriado para um viajante e descobridor geográfico. Então, em seus relatos sobre novas e desconhecidas terras, ele é consistente e racional, não é traído por nenhum exagero e tampouco exhibe traços de credulidade ou entusiasmo. Sua atenção estava dirigida exclusivamente aos fatos; e, exceptuando sua opinião relativa ao término do Níger (à qual ele deu suporte por argumentos bastante plausíveis), ele raramente entra em conjecturas, e ainda menos e hipóteses ou especulações” (tradução nossa).

In his person he was tall, being about six feet high, and perfectly well proportioned. His countenance and whole appearance were highly interesting; and his frame active and robust, fitted for great exertions and the endurance of great hardships. His constitution had suffered considerably from the effects of his first journey into Africa, but seems afterwards to have been restored to its original vigour, of which his last expedition afforded the most ample proofs (PARK, 1815, p. lxxxix)¹⁸.

Também há algumas revistas de 1799, mais contemporâneas à publicação primeira de Park, que o resenharam. Dentre elas, a **Anti-Jacobin Review** (cujo nome já desperta interesse), **British Critic** ou **Monthly Review**. Cito a última das três:

The narrative of Mr. Park is simple: he seems to have described things as he saw them, and to have consulted his senses rather than his imagination; he is unwilling to glut credulity by the narration of wonders; he draws no exaggerated picture of his sufferings and dangers; nor does he ascribe to his own sagacity any event which resulted from chance or accident. The manners, dispositions, and customs of the people are detailed fully and (we believe) faithfully: for if what is described be not real, at least that which is invented is probable, since we discover no remarkable deviation from the manners which have been observed to prevail among other people in like circumstances: - they are what we should have supposed them to be from the light which former travels afford. Human nature, in its general characters, is nearly the same in all times and in all places; admitting modification from the influence of the climate and from arbitrary regulations, which it is the business of the traveller to note; and which Mr. Park has noted. Those readers, then, who seek in the present work for what is marvellous and anomalous, will seek in vain (GRIFFITHS; GRIFFITHS, 1752, p. 243)¹⁹.

Seus resenhistas atribuem a simplicidade e a falta de artifícios ao retrato de eventos mundanos, que lhes pareciam prováveis. Sempre a eles tão cara, a simplicidade está relacionada com quão identificável eram os fatos para os europeus.

Nas leituras de **Naufragios** (1749) e de **Travels** (1799), a simplicidade aparece como um aspecto formal essencial para conferir-lhe estatuto de verdadeiro. Como vemos na relevância dos cargos políticos de Álvaro Núñez ou no corpo resiliente de Park, também é essencial a figura do autor. Em especial, sua relação com o território estrangeiro. Confia-se na

¹⁸ “Pessoalmente, era alto, mais ou menos 1,80m de altura, e perfeitamente bem proporcionado. Seu semblante e toda sua aparência eram altamente interessantes, e seu formato ativo e robusto, adequado para grandes empenhos e para resistência ante grandes dificuldades. Sua constituição sofreu consideravelmente pelos efeitos de sua primeira jornada adentro da África, mas depois parece que se restaurou ao seu vigor original, para o qual sua última expedição proporcionou as mais amplas provas” (tradução nossa)

¹⁹ “A narrativa do Senhor Park é simples: ele parece ter descrito as coisas conforme as via e ter consultado seus sentidos em vez de sua imaginação; tem pouca disposição para saturar a credulidade através da narração de maravilhas; não pinta uma imagem exagerada de seus sofrimentos e perigos; tampouco imputa à sua própria sagacidade qualquer evento resultado de acaso ou de acidente. Os modos, disposições e costumes das pessoas são detalhados completa e (cremos) fielmente: porque se o que é descrito não for verdade, pelo menos o que é inventado é provável, já que não descobrimos nenhum desvio notável dos modos que já foram observados como prevalentes entre outras pessoas em circunstâncias parecidas: - são o que se suporia que são à luz do que proporcionam viagens precedentes. A natureza humana, em seus traços gerais, é praticamente a mesma em todos os tempos e todos os lugares; reconhecendo modificação pela influência do clima e das regulações arbitrárias, que são o que o viajante deve notar; e que Senhor Park notou. Os leitores, portanto, que buscam no presente trabalho pelo que é fantástico e anômalo, buscarão em vão” (tradução nossa).

percepção visual de ambos, como é dito diretamente no “Examen” e indiretamente se deduz por confiarem na percepção de Park. Também a auditiva: são suficientemente perspicazes para avaliar o que é dito por suas fontes quando não podem conferir eles mesmos as informações. Estas são instâncias visíveis já na superfície das avaliações dos livros. As análises de como se figuram internamente aos relatos serão abarcadas nos itens 2.2 a 2.4.

O meio pelo qual veiculam suas explorações também é essencial. A escrita aparece como condição básica do assentamento da verdade. Quanto à técnica de escrever, há um contraste curioso: os autores estão diante de territórios cuja transmissão de informação é diferente do modo europeu. Seja por ser oral, seja por ser em outra língua, há discrepância. Abordo, na seção 2.5, as diferentes representações da linguagem feitas pelos autores, começando pela representação dos veículos de informação utilizados com e entre os nativos. O contraste destas é enorme em relação a como a representação da linguagem se coloca ao pensarem em seu leitor. Para a legibilidade verdadeira, essa relação entre autor e leitor talvez o grande elemento para assegurar sua veracidade. Tentarei provar essa afirmação no item 2.2.6. Já assentados os critérios e como esses textos foram abordados por leitores do século XVIII, a proposta é fazer um contraste formal entre eles quanto a estes requisitos citados.

3.1.1 *Simplicidade*

A simplicidade da pena dos escritores é um dos elementos formais que lhes garante o estatuto de verdade. Trata-se de uma questão estética ou de linguagem, a qual se apresenta como historicamente vinculada à expressão da verdade. Argumentando pela veracidade do escrito, os leitores do século XVIII e os paratextos antecedentes aos relatos (o “Examen” e o prefácio de **Travels**) postulam que os textos carecem de adornos: são simples. Diz Ardoino, no capítulo em que discorre sobre os argumentos gerais metahistoriográficos:

siendo la verdad Basa fundamental de la Historia, i su candida leche, primer alimento de el Historiador, como principal atencion de el Escritor, i primer desvelo de sus estudios. El cuidado de pintar, ante los ojos de los Lectores, el retrato desnudo de afeites, i coloridos disfraces, adornado solo de la blanca tela de la verdad, es evidente señal, i cierto indicio de todo, quando ageno de passiones, despojado de obstentacion, escribe sencillamente, manifestando la sincera verdad, la llaneça de la pluma (ARDOINO, 1749, p. 3).

Além de um bom resumo dos argumentos para enquadrar o texto como histórico, nesse trecho fica visível a insistência da relação entre história, simplicidade e sinceridade: *sencillez* e *sinceridad de explicarse*. Atribui-lhe uma característica narrativa, a qual garante também a verdade.

Se no *Prohemio* de 1555 vemos Cabeza de Vaca dizendo que será “más corto que largo”, aqui vemos Ardoino classificando-o como simples:

Parece que no queda lugar à la duda, ni falta fundamento à el assenso, de que sea verdadera Historia la Narración de Alvar Núñez, i este proprio, i natural Historiador, por la sencillèz, i sinceridad de explicarse, aun sin el menor disfráz en sus individuales agravios, por averse hallado personalmente en todos los tiempos, lugares, sucessos, con las personas que refiere, i con suficiente espacio, para vèr, i reflexionar lo ocurrido, que testifica averlo visto, y observado, con particular atencion, lo que assegura la certeza de la comprehension, y aviendo visto ser Historia la Narración, y Historiador el Escritor, descenderemos (ARDOINO, 1749, p. 3)²⁰.

Não discorre muito mais sobre essa questão: a simplicidade exige pouca explicação, aparentemente. Deve-se reconhecer que o relato de Cabeza de Vaca é bastante conciso se comparado com outros livros da conquista²¹. Mas também parte da simplicidade formal emana de postulados metatextuais do autor indicando essa simplicidade²².

Cabeza de Vaca constrói nuances entre o que é relatado e o que é elipsado: “Dexo aqui de contar esto mas largo, porque cada vno puede pensar lo que se pasaria en Tierra tan estraña, i tan mala, i tan sin ningun remedio de ninguna cosa, ni para estar, ni para salir de ella” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 9)²³. Prescinde contar alguns de episódios e enfatiza essa recusa, adensando a qualificação que dá em “prohemio” de que “soy em todo más corto que largo” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 81). A escolha da omissão aparece justificada porque o leitor já suporia o que estaria acontecendo: “Cuento esto asi brevemente, porque no creo que ai necesidad de particularmente contar las miserias, i trabajos en que nos vimos; pues considerando el lugar donde estabamos, i la poca esperanza de remedio, que teniamos, cada vno puede pensar mucho de lo que ali pasaria” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 10)²⁴.

²⁰ “Parece que não sobra lugar para dúvida nem falta fundamento o ascenso de que seja verdadeira História a Narração de Alvar Núñez, e este próprio e natural Historiador, pela simplicidade e sinceridade de se explicar, ainda sem a menor fantasia em seus individuais agravos, por ter-se encontrado pessoalmente em todos os tempos, lugares, sucessos, com as pessoas que se refere e com suficiente espaço para ver e refletir o ocorrido, que testifica ter visto e observado, com particular atenção, o que assegura a certeza da compreensão; e tendo visto ser História a Narração e Historiador o Escritor, descenderemos” (tradução nossa).

²¹ Somente remetendo a textos presentes na coletânea, as **Cartas de Relación** de Hernán Cortez, ou a **Historia General de las Indias**, de Francisco López de Gómara, são muito mais longos do que o **Nafragios**.

²² A utilização das instâncias narrativas tais como se conhece na teoria literária atual é de difícil adequação para esses relatos factuais e anteriores a essa concepção mais atual de literatura. Optei por utilizar os termos que os próprios textos apresentam. No caso da edição do século XVIII de Álvaro Núñez, *escritor* (escritor); no caso de Mungo Park, *author* (autor).

²³ “Deixo aqui de contar isso mais longo, porque cada um pode pensar o que se passaria em Terra tão estranha e tão ruim, e tão sem nenhum remédio de nenhuma coisa, nem para estar, nem para sair dela” (tradução nossa).

²⁴ “Conto isso assim brevemente, porque não creio que há necessidade de particularmente contar as misérias e trabalho em que nos vimos; pois considerando o lugar onde estávamos e a pouca esperança de remédio que tínhamos, cada um pode pensar muito do que ali passaria” (tradução nossa).

Ainda quando (supostamente) não se demora no relato das precariedades pelas quais passaram, a narrativa adquire um tom trágico por apresentá-los como silenciados.

Não que seja curto simplesmente: é mais curto do que largo. Essa comparação do paratexto de 1555 é retomada ao longo de sua *relación*. Álvaro reiteradamente sinaliza que poderia alargar-se, mas escolheu encurtar a narrativa, mecanismo que remete à simplicidade identificada e reiterada por Ardoino. A elipse assinalada demonstra como é preocupação do escritor, Álvaro Núñez, demonstrar a todo momento que se trata de uma escolha a narrativa ser curta e simples. E Ardoino, em seu “Examen”, também faz a escolha de assinalar essa qualidade como característica da verdade. Essa metatextualidade que poderia falar apenas da longitude do relato passa a dar-lhe também veracidade. E não é à toa que assinala essas características antes mesmo do leitor ter acesso ao relato.

O que Park prenuncia sobre seu **Travels in the Interior Districts of Africa** também tem reverberações em seus capítulos subsequentes. Tal qual no “Examen Apologetico”, no prefácio de seu *journal* a verdade vem associada à simplicidade do narrar: “As a composition, it has nothing to recommend it, but *truth*. It is a plain, unvarnished tale; without pretensions of any kind” (PARK, 2000, p. 45)²⁵. Encadeamento de frases que liga uma ideia à outra. Diz não haver adornos em sua narrativa, a qual classifica como “tale”, palavra que pode carregar o significado de ficção. Modulada pelo adjunto adnominal “unvarnished”, designa tão somente um relato. E se diz que ela não tem pretensões é só enquanto *tale*, já que pretensões há muitas: dar as informações sobre o interior da África, até então desconhecido dos europeus. Outra pretensão sua, até mesmo pela sua tipografia em itálico, é que seja essas notícias do novo território sejam veiculadas como verdade.

Essa retórica da veracidade associada à simplicidade segue representativa ao longo de todo o livro. Menos em termos formais, e mais na escolha de enfoque temático. Cito um fragmento do capítulo XVI, momentos após haver encontrado o rio que buscava em sua viagem, no qual ele se refere a uma cabeça de crocodilo exposta em uma casa:

These animals are not uncommon in the Niger; but I believe they are not oftentimes found dangerous. *They are of little account to the traveller, when compared with the amazing swarms of musquetoës, which rise from the swamps and creeks, in such numbers as to harass even the most torpid of the natives; and as my clothes were now almost worn to rags, I was but ill prepared to resist their attacks. I usually passed the night without shutting my eyes, walking backwards and forwards, fanning myself with my hat; their stings raised numerous blisters on my legs and arms; which, together*

²⁵ “Enquanto composição, não há nada que a recomende além da *verdade*. É uma estória simples, sem enfeites, sem pretensões de qualquer tipo” (tradução nossa).

with the want of rest, made me very feverish and uneasy (PARK, 2000, p. 205, grifo meu)²⁶.

Sua primeira consideração é de que não são perigosos – ainda que no capítulo XXIV conte o ataque de um crocodilo a um homem que então o acompanhava. Na primeira vez em que menciona esse animal inexistente na Europa, o crocodilo, Mungo Park logo minimiza o achado. É irrelevante se comparado aos simples mosquitos. Qualquer grandiloquência possível ao contar sobre a carcaça de um animal então considerado exótico é rebaixada.

Em uma tradução livre da frase em destaque, diz que os crocodilos são de pouca importância para o viajante. Entretanto, essa tradução livre para o português faz perder o significado de “account”. Da entrada retirada de Joseph Nicol Scott, **A New Universal Etymological English Dictionary** (1755): “1. To reckon, or compute. 2. To believe, or be of opinion. 3. To esteem, or regard”²⁷. O próprio significado da palavra envolve um critério de reconhecimento, levando a pensar em uma escolha narrativa ou descritiva. Não se trata tanto de se é ou não importante o encontro com o crocodilo. Importa-lhe menos *relatar* o encontro com um animal exótico para seus leitores, enquanto os mosquitos sim seriam dignos de espaço narrativo. A elaboração de seu discurso supostamente privilegia os fatos, normalmente ordinários, em detrimento do extraordinário. Parece que conta a verdade, por falar daquilo que interfere no real e de elementos familiares aos seus leitores.

Pela maneira como o autor retrata essa metatextualidade, estamos diante não de um narrador, mas do próprio viajante e de suas dificuldades. Utilizando-se da figura retórica preterição, acaba contando do crocodilo e revelando seu critério de relato. Pinta menos o retrato do exotismo e mais o que lhe teria afetado enquanto viajante. Para essa figura genérica na qual Park se encaixa, o extraordinário não seria digno de nota enquanto não influi em sua expedição. Descola não só sua subjetividade nessa escolha, mas também sua função implícita de pessoa que relata, narra, seleciona momentos, manipula vivências, enumera segundo certos critérios. Entretanto, segue ressoando o uso de “account”. Essa palavra deixa entrever que se trata de uma decisão, acima de tudo, narrativa. Nesse fragmento sutil mas inequivocamente metatextual, Mungo Park registra aquilo que vai colher para ser relatado no seu texto: se restringirá a contar

²⁶ “Esses animais não são incomuns no Níger, mas acredito que eles muitas vezes não são considerados perigosos. São de pouca importância para o viajante, quando comparados com os incríveis enxames de mosquitos que se erguem dos pântanos e riachos em tal número que perturbam até o mais entorpecido dos nativos; e como minhas roupas estavam tão usadas que mais pareciam trapos, estava mal preparado para resistir aos seus ataques. Normalmente passava a noite sem fechar meus olhos, andando para trás e para frente, ventilando-me com meu chapéu; seus ferrões ergueram numerosas picadas nas minhas pernas e meus braços; o que, junto do desejo de descansar, deixaram-me muito febril e inquieto” (tradução nossa).

²⁷ “1. Considerar ou computar. 2. Acreditar ou ser de opinião. 3. Estimar ou considerar.” (tradução nossa).

o que é de importância para o viajante. E o relevante para o viajante são as instâncias que interferem em sua jornada.

Não se trata necessariamente de uma escolha óbvia: pensando em um exemplo paradigmático, o diário de Cristóvão Colombo retrata um mundo cujas maravilhas parecem haver merecido indubitável destaque²⁸. Mais de dois séculos depois, ao explorar uma região até então não registrada pelos europeus, o autor de **Travels** deixará deliberadamente de lado o relato das suas maravilhas e pintará um mundo sem tanta distinção do seu. Para satisfazer o gosto dos leitores, cuja expectativa é que relatos de viagem tenham maravilhas, fará uma inversão: “The anomaly of nature in Park’s **Travels** is Mungo Park himself, a freak of nature in African eyes, as laughable as that might seem to his readers, who surely would have noticed his handsome portrait on first opening his book” (MARSTERS, 2000, p. 19)²⁹. Mantém o maravilhoso e preserva o estatuto de factual de sua narrativa.

Mungo Park sabia que havia uma seleção necessária dos fatos a serem contados. De acordo com uma anedota, o explorador contou a Sir Walter Scott alguns eventos convenientemente deixados de fora de seu livro, excluídos porque os leitores não os creriam (MARSTERS, 2000, p. 20). Walter Scott teria respeitado Park, e não os teria revelado. Omitindo esses eventos que seriam concebidos como maravilhosos, garante a verossimilhança, ou pelo menos aquela esperada pelos leitores em um relato factual. Mais importante do que contar o que ocorreu é parecer que assim o faz; e sua maneira de parecer é suprimindo o inverossímil.

O mundo pintado deve parecer real para o público. Essa afirmação ajuda a esclarecer por que a simplicidade, apesar de aparecer em ambos como grande argumento para a veracidade, tem formalizações tão diferentes. Em Cabeza de Vaca, argumentos filológicos quanto ao texto são suficientes para assegurar sua adesão à história; ser simples é mais uma questão da formalização textual: “el retrato desnudo de afeites”. No campo da simplicidade, não entra em questão quão mundanas são suas descrições; somente quão curto e sem adornos – característicos dos versos – é seu texto. Já em Park, é simples por não contar o extraordinário: “unvarnished tale”. Possibilita, assim, sua recepção como factual. Claro que está pressuposto nesse argumento uma negação de outros tipos de relatos de viagem, os quais não hesitam em

²⁸ Ver o livro **Possessões Maravilhosas: o deslumbramento do novo mundo**, de Stephen Greenblat.

²⁹ “A anomalia da natureza no **Travels** de Park é o próprio Mungo Park, uma aberração da natureza nos olhares africanos, apesar do quão risível isso pareceria aos seus leitores os quais seguramente teriam notado seu bonito retrato assim que abrissem seu livro” (tradução nossa).

ater-se às maravilhas. Estas contradizem, por exemplo, concepções universalistas científicas, as quais não estavam em jogo nas edições de Cabeza de Vaca.

3.1.2 Autor, deslocamento e resiliência

Difusa, a simplicidade dos textos parece um conceito cheios de pressuposições. Atemos-nos às entrelinhas para tentar entender onde se via a simplicidade e enfocamos em como o autor decidia mostrar a simplicidade de seu narrar. Se Cabeza de Vaca em 1555 explicitou a todo momento como tenta ser curto mais do que longo, não parece que a leitura do “Examen Apologético”, de Antonio Ardoino, tenha modificado em muito esse elemento. Contudo, um ponto que merece atenção por sua completa reformulação em 1749 em comparação à edição de 1555 é a questão da memória.

Através da memória o escritor no século XVI diz recuperar o que narra, como explicita seu proêmio quinhentista: “aunque la esperanza que de salir de entre ellos tuve siempre fue muy poca, el cuidado y diligencia siempre fue muy grande de tener particular memoria de todo, para que si en algun tiempo Dios nuestro Señor quisiesse traerme adonde agora estoy, pudiesse dar testigo de mi voluntad y servir a Vuestra Magestad” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 80–81)³⁰. Desde sua estância nas *Indias*, já começa a guardar os acontecimentos, caso voltasse à Espanha. Confia na rememoração, porque “éste solo es el que um hombre que salió desnudo pudo sacar consigo” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 81). A memória é exposta no proêmio como o recurso através do qual se permite constituir o relato, imiscuída com o desnudamento e com o corpo:

roer, raer y rumiar se asocian a la memoria, una de las formas de reintegrarse a la historia, a lo civilizado – *adonde agora estoy* –, a la relación que escribirá como servicio. Raer un cuero significa literalmente, en ese momento de su vida, alimentarse; también y por extensión metafórica, el proceso mental que permite procesar el cuero y transformarlo em pergamino. Sin memoria y sin papel es imposible pasar la escritura (GLANTZ, 2005, p. 75).³¹

Seu corpo vai sofrendo transformações ao longo da narrativa. Tendo só a ele como matéria, tal qual um palimpsesto, agrega-lhe camadas de memória que servirão à escritura

³⁰ “embora a esperança que tive de sair dentre eles foi muito pouca, o cuidado e diligência sempre foi muito grande de ter particular memória de tudo, para que se em algum tempo Deus nosso Senhor quisesse trazer-me aonde agora estou, pudesse dar testemunho de minha vontade e servir a Vossa Majestade” (tradução nossa).

³¹ “roer, ranger e ruminar se associam com a memória, uma das formas de reintegrar-se à história, ao civilizado – onde agora estou –, à *relación* que escreverá como serviço. Ranger um couro significa literalmente, nesse momento de sua vida, alimentar-se; também e por extensão metafórica, o processo mental que permite processar o couro e transformá-lo em pergamino. Sem memória e sem papel é impossível passar a escrita” (tradução nossa).

futura. Não me alongo nessa discussão por estar bem desenvolvida por Margo Glantz em “El cuerpo inscrito y el texto escrito o la desnudez como naufrágio: Álvaro Núñez Cabeza de Vaca” (GLANTZ, 2005, p. 67–103). Neste texto, Glantz analisa o tirar das roupas gradativamente como o desnudar-se da civilização. Até que, ao final do relato, Cabeza de Vaca apresenta-se finalmente como um sujeito transculturado³². O explorador acaba não se identificando nem com os espanhóis nem com os indígenas, constituindo uma identidade, portanto, nova. Tal processo de transculturação está entranhado ao processo de desnudamento e seu corpo, exposto a essas transformações: é onde a escrita é inscrita enquanto materialidade.

Sem o proêmio, essa leitura tão fina não é possível de ser feita. A relação que analisa Glantz entre o desnudar-se, o corpo, a memória e a escritura já não está quando o relato é inserido na coletânea **Historiadores Primitivos**. No “Examen Apologético”, a menção mais próxima ao papel da memória talvez seja a seguinte: “*avese hallado personalmente en todos los tiempos, lugares, sucesos, con las personas que refiere, i con suficiente espacio, para ver, i reflexionar lo ocurrido*, que testifica averlo visto, y observado, con particular atencion, lo que assegura la certeza de la comprehension” (ARDOINO, 1749, p. 3, grifo meu). Ardoino parece fazer menção a um tempo entre o que havia ocorrido e a escritura, possibilitando a reflexão sobre o que o autor havia vivenciado. Ainda assim, não se trata tanto de preservar a memória, mas sim de elaborar os fatos. Não explicita se se refere ao tempo entre a viagem de volta e a escritura ou o tempo disponível enquanto ainda estava na *Florida*. É menos assegurar “tener particular memoria” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 80), como Cabeza de Vaca diz no proêmio, que a temporalidade para refletir sobre os feitos, de maneira a garantir a veracidade.

Se no exame não há clara menção sobre guardar memória, no **Naufragios** (1749) há algumas poucas vezes. Nelas, a memória parece insuficiente: “De estos nos partimos, i anduvimos por tantas suertes de Gentes, i de tan diversas Lenguas, que no basta memoria à poderlas contar” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 32)³³. Nos dois últimos capítulos, já após a sua volta, se preocupa em “hacer memoria” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 42) sobre os outros que com foram na expedição de 1527 de Pánfilo de Narváez. Define-o como esse grande porta-voz da expedição e dos homens que com ela foram, mas não fala de sua memória como recurso para sua composição. Antes, trata-se de manter uma memória coletiva.

³² O termo é retirado do antropólogo Fernando Ortiz, que o cunha em **Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar** (1940).

³³ “Destes nos partimos, e andamos por tanta sorte de Gentes e de tão diversas Línguas, que não basta memória para poder contá-las” (tradução nossa).

Tal movimento, que também justifica a retomada desses textos da conquista durante o século XVIII, é o objetivo exibido ao longo do “Examen Apologético”.

Por tal razão é mantida sua transculturação. Esta não interfere negativamente em sua classificação como verdadeiro; ao contrário, todo esse processo o beneficia, seja no século XVI ou no XVIII. Em 1555, diante do mar de espanhóis não-náufragos aos quais poderia ser comparado, o autor deveria se destacar em sua publicação. Depende de sua transculturação, quando escreve este seu memorial, para opor-se aos europeus encontrados no fim de sua viagem de modo a provar-se como aquele que melhor serviços presta à Coroa. Evidencia como estes cristãos não tinham autoridade entre os indígenas, fazendo os atos deles parecerem inconsequentes no relato, em claro contraste com os seus; ele não se identifica com aqueles cristãos incompetentes. Sua transculturação, em oposição a tantos outros conquistadores de sua época, serve também para demonstrar sua autoridade:

Como los vimos [a los indios] tan atemorizados, sin osar parar en ninguna parte, i que ni querian, ni podian sembrar, ni labrar la Tierra, antes estaban determinados de dexarse morir, i que esto tenian por mejor, que esperar ser tratados con tanta crueldad, como hasta alli, i mostraban grandisimo placer con nosotros, aunque temimos, que llegados à los que tenian la frontera con los Christianos, i Guerra con ellos, nos habían de maltratar, i hacer que pagasemos, lo que los Christianos contra ellos hacian. Mas como Dios Nuestro Seños fue servido de traernos hasta ellos, començaronnos à temer, i acatar, como los pasados, i aun algo mas, de que no quedamos poco maravillados: por donde claramente se vê, que estas Gentes todas, para ser atraídas à ser Christianos, i à obediencia de la Imperial Magestad, han de ser llevados con buen tratamiento, i que este es camino mui cierto, i otro no (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 37).³⁴

Embora a transculturação elaborada por Margo Glantz seja feita a partir a edição do século XVI do relato de Cabeza de Vaca, esse processo ainda pode ser visualizado nesse trecho, retirado da edição de 1749. O narrador não se identifica nem com os cristãos nem com os índios, e os nativos não veem legitimidade nos conquistadores espanhóis. A grande conclusão de Cabeza de Vaca ressalta: deve-se tratar bem os indígenas. Politicamente, seja no século da conquista ou no XVIII, essa afirmação é potente. Em meados de 1500, seu posicionamento tem a função de adquirir o reconhecimento da Coroa através de seu destaque dentre outros conquistadores.

³⁴ “Como víamos os índios tão atemorizados, sem ousar parar em nenhuma parte, e que não queriam nem podiam semear nem lavrar a Terra, antes estavam determinados a deixar-se morrer, que isso tinham por melhor que esperar ser tratados com tanta crueldade como até ali. E mostravam grandíssimo prazer conosco, embora tememos que, chegados aos que tinham fronteira com os Cristãos e Guerra com eles, nos maltratariam e fariam que pagássemos o que os Cristãos contra eles faziam. Mas Deus Nosso Senhor foi servido de trazer-nos até eles, começaram a temer-nos e acatar como os passados, e até um pouco mais, do que não ficamos pouco maravilhados: pelo que claramente se vê que estas Gentes todas, para serem atraídas a serem Cristãos e à obediência da Imperial Majestade, hão de ser levados com bom tratamento, e que este é caminho muito certo, e outro não.” (tradução nossa).

Em meados de 1700, essa é a chave para sua inclusão na biblioteca americana organizada por González Barcia. Se o editor procurava amenizar a visão negativa da conquista espanhola através de suas edições, para seu projeto o argumento de Cabeza de Vaca é da maior preciosidade. A transculturação de Álvar Núñez se mostra benéfica para o projeto nacional, e seu relato modificado é encaixado no verdadeiro, apesar das contradições que essa sua transformação pudesse trazer. Seu desnudamento é símbolo também de sua crescente autoridade entre os nativos.

Mungo Park também sofre com um processo de desnudamento. Em **Travels**, suas roupas vão se perdendo. Parte à sua jornada ao interior no capítulo III com sua saída de Pisania, cidade na costa onde está a casa do Dr. Laidley, quando discorre sobre as provisões que leva em sua bagagem (PARK, 2000, p. 86–87). No capítulo seguinte, já perde algumas roupas, e a partir de então relata vários incidentes marcantes que levam a perda de sua bagagem. Inclui roubos, perdas, ser coagido a dar suas vestimentas a governantes, ou até mesmo estrategicamente deixar algumas de suas posses ao longo do caminho com a intenção de retornar para recuperá-las depois. Segue nessa toada até o capítulo XIII, quando escapa do cativeiro em que o havia posto Ali, e na fuga consegue carregar uma considerável quantidade de prendas (PARK, 2000, p. 180). Um pouco depois, enquanto no deserto, utiliza-se das roupas para poder matar a sua sede, reinventando seu uso. Já no capítulo XVI (PARK, 2000, p. 205), apresenta-as em estado deplorável. Finalmente, no capítulo XVIII, é roubado e termina somente com suas duas piores camisetas e um par de calças.

Nesse momento, a associação das roupas com a civilização vai se perdendo, sendo após um tempo valorizadas tão somente por motivos práticos. Não só perde as roupas, como perde a simbologia delas:

I was desired to take up my lodging, until some account should arrive from Sibidooloo, concerning my horse and clothes; for though the horse was of little use to me, yet the few clothes were *essential*. The little raiment upon me could neither *protect me from the sun by day, nor the dews and musquetoos by night*: indeed my shirt was not only worn thin, like a piece of muslin, but withal was so very dirty, that I was happy to embrace an opportunity of washing it; which having done, and spread it upon a bush, I sat down naked in the shade until it was dry (PARK, 2000, p. 229, grifo meu)³⁵.

³⁵ “Foi-me pedido que me ocupasse de minha hospedagem até que algum relato chegasse de Sibidooloo concernente a meu cavalo e roupas, porque apesar do cavalo servir-me para pouco, as escassas roupas eram essenciais. O pouco vestuário em mim não poderia proteger-me do sol de dia, e tampouco do orvalho e mosquitos à noite: de fato, minha camiseta não só estava, de tão usada, fina, como um pedaço de musselina, mas além disso estava tão suja que eu me alegrei ao abraçar a oportunidade de lavá-la; o que quando feito, e estendida em um arbusto, eu me sentei desnudo na sombra até que se secasse” (tradução nossa).

Paralela à perda das roupas, a perda dos instrumentos. No capítulo X se vê prejudicado por seus aparatos estarem retidos por Ali, que deteve Park durante meses. Sem eles, não pode fazer observações pertinentes: “The scorching heat of the sun, upon a dry and sandy country, makes the air insufferably hot. Ali having robbed me of my thermometer, I had no means of forming a *comparative* judgment” (PARK, 2000, p. 156, grifo meu)³⁶. No capítulo XVIII, é roubado de praticamente tudo o que tinha, no entanto “humanity at last prevailed; they returned me the worst of the two shirts, and a pair of trowsers; and, as they went away, one of them threw back my hat, in the crown of which I kept my memorandums; and this was probably the reason they did not wish to keep it” (PARK, 2000, p. 226)³⁷.

Nesse mesmo roubo em que devolvem seu chapéu com seus *memorandums*, levam seu *compass* (bússola), roupas e seu cavalo. O rei de *Sibidooloo*, prometendo recuperar esses seus bens dos *Foulahs*, os devolve a Park. Todos os seus pertences voltam a seu domínio, mas a bússola retorna quebrada. A tal instrumento recorre constantemente ao longo da narrativa; enquanto chovia no deserto, quando estava completamente sozinho, e o céu estava escuro, guiou-se através dela (PARK, 2000, p. 184). De pronto, se vê perdendo esse instrumento. Quanto mais distante do que Mungo Park chama de civilização, menos aparatos científicos possui. A falta de seus instrumentos prejudica a precisão de suas anotações, mas essa dificuldade não o detém.

Ainda que sem rumo, segue com a escrita. Diferente do que acontece com seus aparatos técnicos e científicos e com suas roupas, consegue preservar seus apontamentos ao longo de toda sua viagem. Nas resenhas sobre **Travels** já referidas (ver seção 3.1), salienta-se que o texto vale a pena por possuir anotações sobre territórios até então inexplorados e culturas inacessíveis aos europeus, apesar de não atender às expectativas. E Mungo Park chega a desculpar-se por não conseguir mais veicular os conhecimentos esperados pelo leitor:

The reader may probably have expected from me a more detailed and copious account of the manners, customs, superstitions, and prejudices of this secluded and singular people; but it must not be forgotten, that the wretchedness of my situation among them afforded me but few opportunities of collecting information (PARK, 2000, p. 172)³⁸.

³⁶ “O calor escaldante do sol, em uma terra seca e arenosa, faz o ar insuportavelmente quente. Tendo Ali me roubado meu termômetro, eu não tinha meios de formar um julgamento comparativo” (tradução nossa).

³⁷ “humildade finalmente prevaleceu; eles me devolveram a pior das minhas duas camisetas e um par de calças; e, conforme iam embora, um deles jogou de volta meu chapéu, em cuja coroa eu deixava meus memorandos; e foi provavelmente por essa razão que eles não quiseram mantê-lo”. (tradução nossa).

³⁸ “O leitor provavelmente esperava de mim um relato mais detalhado e copioso dos modos, costumes, superstições e preconceitos desse povo recluso e singular; mas não se pode esquecer que a miséria da minha situação entre eles me dava poucas oportunidades de coletar informação” (tradução nossa).

Está nesse momento prestes a desistir de seguir viagem, e quando o faz, tenta mostrar que adentrou o território o máximo que pôde.

Quanto mais profundamente chega ao interior da África e se afasta do litoral, mais precária fica sua situação. Voltando no tempo narrativo, quando está prestes a sair à exploração, reflete:

I had now before me a boundless forest, and a country, the inhabitants of which were strangers to civilized life, and to most of whom a white man was the object of curiosity or plunder. I reflected that I had parted from the last European I might probably behold, and perhaps quitted for ever the comforts of Christian society (PARK, 2000, p. 88)³⁹.

Retrata-se, a partir de então, mais prejudicado quanto mais se afastava do que concebia como civilizações. O capítulo XIII, já em comunidade cuja maioria era moura, fala sobre a aversão deles a estranhos – e relaciona essa constatação ao modo de vida que poderia ser chamado de nômade: “This wandering and restless way of life, while it inures them to hardships, strengthens at the same time the bonds of their little society, and creates in them an aversion towards strangers, which is almost insurmountable” (PARK, 2000, p. 172)⁴⁰.

Chega ao ápice do isolamento quando se encontra no deserto:

In other parts the disconsolate wanderer, wherever he turns, sees nothing around him but a vast interminable expanse of sand and sky; a gloomy and barren void, where the eye finds no particular object to rest upon, and the mind is filled with painful apprehensions of perishing with thirst. ‘Surrounded by this dreary solitude, the traveller sees the dead bodies of birds, that the violence of the wind has brought, from happier regions: and as he ruminates on the fearful length of his remaining passage, listens with horror to the voice of the driving blast, the only sound that interrupts the awful repose of the Desert’ (PARK, 2000, p. 170)⁴¹.

Ao decidir retornar, retrata sua volta atrelada ao que identifica como mais próximo à civilização: “The towns were now more numerous, and the land that is not employed in cultivation affords excellent pasturage for large herds of cattle; but owing to the great concourse

³⁹ “Eu tinha agora diante de mim uma floresta sem fim e uma terra cujos habitantes eram estranhos à vida civilizada e para sua grande maioria um homem branco era objeto de curiosidade ou de pilhagem. Eu refleti que tinha partido do último europeu que eu poderia contemplar e talvez renunciado para sempre aos confortos da sociedade cristã” (tradução nossa).

⁴⁰ “Esse modo de vida errante e incansável, ao mesmo tempo que os endurece para as dificuldades, dá força aos laços de sua pequena sociedade, e cria neles uma aversão a estranhos que é quase intransponível” (tradução nossa).

⁴¹ “Em outras parte o desconsolado errante, onde quer que se vire, não vê nada ao seu redor além de uma vasta e interminável extensão de areia e céu; um sombrio e estéril vazio, onde o olho não acha objeto algum no qual se descansar, e a mente é preenchida de dolorosas apreensões de perecer de sede. ‘Cercado dessa triste solidão, o viajante vê corpos de pássaros mortos que a violência do vento trouxe de regiões mais felizes: e conforme ruma sobre a temível duração do resto de sua passagem, escuta com horror a voz do energético raio, o único som que interrompe o terrível repouso do Deserto’” (tradução nossa).

of people daily going to and returning from Segó, the inhabitants are less hospitable to strangers” (PARK, 2000, p. 192)⁴².

Um gradual encontro civilizatório, esta volta também está ligada à recuperação de seus bens. Ocorre quando, por exemplo, devolvem-lhe seu cavalo e algumas de suas outras posses em meio do caminho. Ao chegar finalmente perto do litoral, reencontra a *Seniora Camilla*, quem havia conhecido no capítulo III – também figura símbolo de um grau maior de civilização por seus costumes europeus. Familiarizada com a língua inglesa, afinal não o reconhece, seja como Mungo Park, seja mais genericamente como europeu; confundiu-o com um mouro, o que o próprio autor justifica tendo em vista sua roupa e sua aparência.

No final, volta à casa do Dr. Laidley, de onde havia partido. Trata-se do primeiro território britânico no qual pisa após dois anos vagando pelo interior da África. Park diz: “Finding that the wearing apparel which I had left under his care was not sold nor sent to England, I lost no time in resuming the English dress, and disrobing my chin of its venerable incumbrance” (PARK, 2000, p. 303)⁴³. Park exerce de modo exemplar sua resiliência, voltando ao estado inicial quando retorna ao território inicial.

O distanciamento em relação à costa, a posse ou não de instrumentos e as roupas são elementos que estão reunidos em sua bagagem. Escassos bens ainda vinculados à sua vida europeia, chega a estar sem quase nenhum desses elementos de sua equipagem. Então, declara: “Time had, indeed, reconciled me, in some degree, to their mode of life; and a smoky hut, or a scanty supper, gave me no great uneasiness”. Entretanto, não tarda em adicionar uma adversativa: “but I became at last wearied out with a constant state of alarm and anxiety, and felt a painful longing for the manifold blessings of civilized society” (PARK, 2000, p. 279)⁴⁴.

Apesar de todas as perdas ligadas à civilização, diferentemente do que ocorre com o **Naufraios** (1555) analisado por Glantz, ele não se torna transculturado. E a sua pressa em voltar assim que pode às vestimentas inglesas é sua maior prova. Enquanto Cabeza de Vaca para de identificar-se com o *christianos* encontrados no fim do livro, e tampouco se identifica completamente com os indígenas, Mungo Park nunca se retrata sem sua subjetividade europeia.

⁴² “As vilas eram agora mais numerosas e o solo que não era empregado em cultivo oferece excelente pastagem para grandes hordas de gado; mas devido à grande confluência de pessoas diariamente indo e retornando de Segó, os habitantes são menos hospitaleiros com estranhos” (tradução nossa).

⁴³ “Vendo que o vestuário que havia deixado sob seus cuidados não tinha sido vendido nem mandado à Inglaterra, no mesmo instante retomei a vestimenta inglesa e despi meu queixo de seu venerável estorvo” (tradução nossa).

⁴⁴ “O tempo tinha, de fato, me reconciliado, em algum grau, com o modo de vida deles; e uma cabana esfumada ou uma ceia escassa não me causavam mal-estar; mas eu fiquei por fim cansado do constante estado de alarme e ansiedade e sentia uma dolorosa nostalgia das múltiplas bênçãos da sociedade civilizada” (tradução nossa).

Até mesmo quando não o reconhecem enquanto europeu e quando ele mesmo sabe que fisicamente não parece branco, ele se segura à sua identidade e cultura – assim como deixa seguros sempre os seus papéis.

Suas páginas são os únicos bens que o narrador nunca perde, e o próprio relato presentificado, com as datas devidamente apontadas, é sua grande prova. As anotações feitas por Mungo Park logram ser mantidas, apesar de todos os roubos, passagens por rios, desertos, prisões, perdas, enfim. Ao invés de fazer como os outros objetos, os quais deixa no meio do caminho para serem recuperados, os papéis são enviados para seus interlocutores europeus ou mantidos consigo: “I delivered most of my papers to Johnson, to convey them to Gambia as soon as possible, reserving a duplicate for myself, in case of accidents” (PARK, 2000, p. 143)⁴⁵. Os outros objetos e suas roupas não têm essa propriedade atribuída aos papéis: duplicação. Diferente das roupas e dos objetos, os papéis não são só para si: são também para o outro. O espectro da morte ou do desaparecimento de Park faz com que aproveite essa característica da escrita, e distribui as anotações. Mas assim como ele pode sofrer acidentes, as notas também.

Park se agarra às suas páginas como se fosse a sua própria vida, porque de fato são. Seus papéis e sua escrita conservam sua identidade enquanto britânico. No ápice do vazio, no deserto, Mungo Park “não é mais definido pelas mercadorias européias. Ele se tornou aquela criatura em cuja viabilidade e autenticidade seus leitores podem se guiar para acreditar: o despojado, essencial e inerentemente poderoso homem branco” (PRATT, 1999, p. 147).

Perdidos roupas e instrumentos, os próprios africanos familiarizados com europeus, como Camilla, tardam em reconhecê-lo enquanto branco. E até então, os únicos elementos europeus que não deixa de conservar materialmente são seus papéis. Com suas notas, segue sendo europeu e identificando-se como tal. Mesmo após ater-se às roupas somente por motivos práticos, Park ao encontrar um europeu não tem dúvidas. No final está vestido provavelmente como havia ido: como britânico, e não há razões práticas para fazê-lo. Apresenta-se incólume em sua identidade cultural.

Park tem seus papéis conservando-o como europeu, os quais contrastam com o corpo-palimpsesto de Cabeza de Vaca, já transculturado ao final de seu relato. Devo lembrar a citação de Whishaw sobre Park: “His constitution had suffered considerably from the effects of his first journey into Africa, but seems afterwards to have been restored to its original vigour”

⁴⁵ “Eu entreguei a maioria dos meus papéis a Johnson para transportá-los a Gambia assim que possível, reservando uma duplicata comigo em caso de acidentes” (tradução nossa).

(PARK, 1815, p. lxxxix). Como diz Pratt, a resiliência de Mungo Park mostra um homem branco europeu superando esses obstáculos sozinho e voltando para o que sempre havia sido e assim representa-se a si mesmo afastado de seu objeto de observação. Ainda que a paisagem esteja perpassada pelos sentimentos de Park – constituindo um “sentimental travel writing” –, apresenta uma visão científica. A inalterabilidade de Park lhe dá essa visão inequívoca do homem branco europeu, “este sujeito histórico mundial é europeu, homem, secular e letrado” (PRATT, 1999, p. 64), posição estimada pela ciência do século XVIII. Mantém a sua legitimidade, atrelada àqueles que lhe permitiram viajar, para os quais escreve e com quem se identifica – ou deve se identificar. Mungo Park mantém-se pela resiliência; Cabeza de Vaca, pela adaptação.

3.1.3 Fontes

Outra instância, que não a memória, é destacada no “Examen Apologético” para a composição de **Naufragios** (1749). Nas citações anteriores de Ardoino, enfatiza-se os fatos terem sido vistos, *hallados*. Se não tiver sido visto, que os tenha escutado ou, mais precisamente, “assegurar el Escritor averlas oído de personas dignas, bien opinadas, i aceptas” (ARDOINO, 1749, p. 4)⁴⁶. Os sentidos, especialmente visão e audição, são de extrema relevância para entender como o relato foi concebido. Nesse sentido, a credibilidade do texto é colocada em função da vivência do escritor e de sua percepção. O autor é a grande fonte. Só é garantido o enquadramento como história se o escritor se demonstra testemunha do ocorrido e assegura que o que foi ouvido veio de fontes fiáveis. Os mesmos requisitos que enquadram Cabeza de Vaca como confiável também guiam a qualificação da fonte ouvida. Restringe-se, então, a informações de europeus com cargos relevantes e ascendência: a autoridade é o que vale.

Essa questão não é inaugurada por Ardoino. Cabeza de Vaca também tem a preocupação em colocar que o escrito foi por ele vivenciado e visto. Ao descrever os bens materiais mais importantes para o mercado da época da conquista, enfatiza que eles mesmos os viram: “Por toda esta Tierra, donde alcançan Sierras, *vimos* grandes muestras de Oro, i Alcohol, Hierro, Cobre, i otros Metales” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 37, grifo meu)⁴⁷.

⁴⁶ “assegurar o Escritor tê-las ouvido de pessoas dignas, bem opinadas e admitidas” (tradução nossa).

⁴⁷ “Por toda esta Terra, onde alcançam Serras, vimos grandes mostras de Ouro e Álcool, Ferro, Cobre e outros Metais” (tradução nossa).

Mas também está composto por relatos por ele ouvidos: “Esta cuenta toda diò Figueroa por la relacion que de Esquivel havia sabido, i asi de mano en mano llegò à mi, por donde se puede vèr, i saber el fin que toda aquella Armada hovo, i los particulares casos, que à cada vno de los demás acontecieron” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 20)⁴⁸. Há mais corporeidade do toque nessa passagem de informação do que de fato escuta. Vão passando as notícias, com o perdão do coloquialismo e do anacronismo, como um telefone sem fio que ele mesmo identifica, mas como se eles tivessem a notícia palpável. Mais do que um sistema fônico, no qual foca Ardoino, nessa passagem vemos um sistema tátil de comunicação. Apesar de não haver visto, parece ter a informação em sua concretude. Em termos de credibilidade da fonte, o que importa é que cada um desses pares de mãos é de espanhóis, todos com certo prestígio. Está garantida a fiabilidade das fontes a partir desses critérios de autoridade até então.

Os índios, por outro lado, não são os mais confiáveis para Ardoino – e o próprio autor possui essa preocupação: “toda esta Gente de Índios, son grandes amigos de Novelas, i mui mentirosos, maiormente donde pretenden algun interese” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 31)⁴⁹. Enquanto há momentos, como nessa citação, nos quais não hesita postular que eles são mentirosos, há outros casos em que os crê⁵⁰.

Um bom exemplo é o episódio tão célebre do *Mala Cosa*. Em uma comunidade indígena, contam a Cabeza de Vaca, Dorantes e Castillo sobre um ser que surge da terra, às vezes homem e às vezes mulher, que por vezes cura e por vezes os machuca. Um ser ambíguo. Ao ouvir tal história, a primeira reação dos espanhóis foi dar risada: “De estas cosas, que ellos nos decian, nosotros nos reíamos mucho burlando de ellas”⁵¹. Logo depois, todavia, os índios “truxeron muchos de aquellos, que decian que èl [Mala Cosa] havia tomado, i vimos las señales de las cuchilladas, que èl havia dado en los lugares, en la manera que ellos contaban” (NÚÑEZ

⁴⁸ “Esta conta toda deu Figueroa pela *relación* que de Esquivel tinha sabido, e assim de mão em mão chegou a mim, pelo que se pode ver e saber o fim que toda aquela Armada teve e os particulares casos que a cada um dos demais aconteceram” (tradução nossa).

⁴⁹ “toda esta Gente de Índios são grandes amigos de novelas e muito mentirosos, maiormente onde pretendem algum interesse” (tradução nossa).

⁵⁰ Devo fazer uma ressalva quanto à qualificação de Álvar Núñez ao chamar os indígenas de mentirosos. O escritor distingue as diferentes comunidades pelas quais passa, muitas vezes caracterizando-as de distinta maneira. Ainda assim, sua operação de diferenciação é feita de maneira bastante difusa, e sempre classificando-os genericamente como *índios*. Nessa citação, é visível o pouco interesse em distinguir entre eles. Apesar dessa distinção à qual recorre, nesse caso trata-se de uma qualificação muito mais genérica.

⁵¹ “Destas coisas que eles nos diziam, nós nos ríamos muito zombando delas” (tradução nossa).

CABEZA DE VACA, 1749, p. 25)⁵². Após essa comprovação, lhes dão crédito – fazendo o leitor sentir-se confortável em crer.

O mesmo processo de acreditar nos índios somente após evidência ocorre quando acham rastro dos espanhóis, quando visualizam um objeto claramente europeu:

En este tempo Castillo viò al cuello de vn Indio vna Evilleta de Talabarte de Espada, i en ella cosido vn Clavo de herrar: tomòsela, i preguntamosle, què cosa era aquella? i dixeronnos, que havian venido del Cielo. Preguntamosle mas, que quien la havia tr[a]ido de allà? i respondieron, que vnos Hombres que traian barbas como nosotros, que havian venido del Cielo, i llegado à aquel Rio, i que traian Caballos, i Lanças, i Espadas, i que havian alanceado dos de ellos; i lo mas dissimuladamente que podimos les preguntamos, què se habían hecho aquellos Hombres? i respondieronnos, que se havian à la Mar, i que metieron las Lanças por debaxo del Agua, i que ellos se havian tambien metido por debaxo, i que despues los vieron ir por cima, acia puesta del Sol (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 36–37)⁵³.

A orientação ao caminho de encontro com os cristãos só está assegurada através da palavra indígena se ligada a uma prova da presença visualizada, cuja autenticidade é comprovada pelos espanhóis.

Além de serem informados pelos índios e comprovarem a informação através de provas, Cabeza de Vaca também relata informações sem identificar textualmente de quem as recebeu: “En este tiempo travesamos de vna Mar à outra; i por la noticia que con mucha diligencia alcançamos à entender de vna Costa à la outra, por lo mas ancho, puede haver docientas Leguas: i alcançamos à entender, que en la Costa del Sur, ai Perlas, i mucha riqueza, i que todo lo mejor, i mas rico esta cerca della” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 41)⁵⁴. O sujeito é “nosotros”, pronome cuja referência é um pouco indefinida nesse momento do relato, mas provavelmente se refere ou ao seu grupo de cristãos ou a tanto estes como aos espanhóis com quem se encontram no fim do relato.

⁵² “trouxeram muitos daqueles, que diziam que ele [Coisa Ruim] tinha tomado, e vimos os sinais das facadas que ele havia dado nos lugares, na maneira que eles contavam” (tradução nossa).

⁵³ “Nesse tempo Castillo viu no pescoço de um Índio uma Fivela de Cinto de Espada e nela costurado um Prego de ferrar, tomou-a e perguntamos-lhe, que coisa era aquela? e nos disseram que tinham vindo do Céu. Perguntamos-lhes mais, que quem a tinha trazido de lá? e responderam que uns Homens que tinham barba como nós, que tinham vindo do Céu e chegado àquele Rio e que traziam Cavalos e Lanças e Espadas e que tinham alcançado dois deles, e o mais dissimuladamente que pudemos, perguntamos-lhes, o que tinham feitos aqueles Homens? e responderam-nos, que se tinham ido ao Mar e que meteram as Lanças por debaixo da Água e que eles tinham também se metido por debaixo e que depois os viram ir por cima, em direção ao pôr-do-Sol” (tradução nossa).

⁵⁴ “Nesse tempo atravessamos de um Mar ao outro, e pela notícia que com muita diligência alcançamos a entender de uma Costa à outra, pelo mais largo, pode ter duzentas Léguas, e alcançamos a entender que na Costa do Sul há pérolas e muita riqueza e que tudo do melhor e mais rico está perto dela” (tradução nossa).

Esse “nosotros”, sujeito oculto, está na expressão que ecoa: “alcançamos à entender”. Habilmente, com ela se dá ênfase na ação da primeira pessoa do plural na busca da informação, ao mesmo tempo em que omite de quem a obtiveram. O esforço do “nós” para obtê-la conta mais do que sua fonte. E, reforçando o empenho do “nosotros”, utiliza a locução adverbial “con mucha diligencia”, modulando-a com cuidado.

O alicerce se constrói antes na averiguação meticulosa do que de onde vem a notícia – cuja fonte se pode supor que seriam os índios, talvez os únicos a terem esse conhecimento. Também seriam eles, os nativos, uma fonte que funciona melhor se ocultada. Dessa maneira, seu informe tem maior crédito, ainda mais quando não pode confirmar a afirmação como outras vezes. As informações recebidas dos indígenas são veiculadas ao leitor com “mucha diligencia”, mostrando a averiguação ou omitindo de quem obteve a notícia.

No entanto, em se tratando de expor a disseminação de notícias *entre* os próprios índios, retrata-a sem grandes ressalvas. Apresenta uma divulgação rápida e eficaz entre os nativos das curas que eles faziam⁵⁵, mesmo sendo das mais diversas comunidades, línguas e regiões. Essa ágil dispersão exposta sem grandes questionamentos lhe interessa, já que é através dela que sua autoridade entre os índios parece ser difundida. Por sua vez, através dessa legitimidade crescente de Cabeza de Vaca e dos outros náufragos entre os indígenas que consegue se diferenciar dos *christianos* encontrados nos últimos capítulos. Estes últimos maltratavam os nativos: não logram empreender uma colonização efetiva como Cabeza de Vaca, Dorantes e Castillo conseguiam.

Com a leitura fina de Ardoino e a edição textual, os leitores do século XVIII podem reconhecer sua credibilidade segundo os critérios da historiografia vigente. A obtenção de fontes dos quais a narração está composta primeiro daquilo que foi visto pelo autor, este já de antemão confiável. Inclui também o que foi ouvido de outros espanhóis (e aceito sem grandes questionamentos). Ademais, menciona informações dos índios (averiguadas), e notícias ouvidas (provavelmente dos índios, mas) com sua fonte omitida. Mesmo quando não é ele mesmo quem visualiza o que está descrito, o autor logra dar impressão de fidedignidade aos leitores. Sua forte intervenção lhes dá uma carga de cuidado em relação a *com quem* ou (quando

⁵⁵ Vê-se um crescente de autoridade de Cabeza de Vaca, Dorantes e Castillo que começa no capítulo 28. No capítulo 30 já diz que sua autoridade está consolidada entre os nativos. Devo notar que eles são acompanhados por Estebanico, apesar do narrador não lhe atribuir grande relevância no processo – um ótimo objeto de estudo, especialmente considerando seu epíteto designando unicamente sua cor e raça, “el negro”.

este está elipsado) *como* ouviu esses “hechos” que não teve ocasião de ver. Chega ao leitor um relato composto de uma série de informações fiáveis e, portanto, verossímil e verdadeiro.

As informações que passam incólumes são aquelas vistas pelo narrador. E esse é um movimento colocado também em Mungo Park. Já no capítulo I, vemos o afã de sair para a sua viagem, impulsionado por garantir a verdade alcançada através de seu olhar:

I soon discovered that very little dependance could be placed on the accounts they gave; for they contradicted each other in the most important particulars, and all of them seemed extremely unwilling that I should prosecute my journey. These circumstances increased my anxiety *to ascertain the truth from my own personal observations* (PARK, 2000, p. 71, grifo meu)⁵⁶.

Fica evidente a importância de garantir a verdade – assim como qual o método mais seguro para ter tal garantia. Nesse momento da narrativa, entretanto, é apresentada como impossível, por conta das contradições entre as notícias que recebia desses mercadores. É a sua observação (dando importância novamente à visão) que poderia levar à verdade dos fatos. Park demonstra a falta de confiança nos nativos, como ocorre em Cabeza de Vaca. Entretanto, acrescenta como razão para sua descrença que eles não cheguem a um consenso:

I am well aware that the accounts which the Negroes give of their enemies ought to be received with great caution; but I heard the same account in so many different kingdoms, and from such variety of people, whose veracity I had no occasion to suspect, that I am disposed to allow it some degree of credit (PARK, 2000, p. 210)⁵⁷.

A desconfiança em relação aos não europeus, já identificável em Álvaro Núñez, perdura. Entretanto, acaba dando-lhes crédito pela coincidência. Há alguma novidade em Park assegurar a verdade do que lhe foi dito por haver ouvido o mesmo de diversas fontes. Com o consenso, a informação é suficientemente crível para escrevê-la no livro; e Mungo Park, nesses casos, faz um breve adendo pontuando seu método. As fontes são o que Park viu, e aquilo que ouviu e averiguou através de inúmeras entrevistas feitas entre várias pessoas com quem se encontra. É um movimento relacionado com a ciência, desenvolvida tal como conhecemos nesse momento, cujo método consiste em estabelecer a verdade por meio de um consenso.

⁵⁶ “Logo descobri que muita pouca dependência poderia ser posta nos relatos que eles davam; porque se contradiziam nos mais importantes particulares, e todos eles pareciam extremamente relutantes que eu procedesse à minha viagem. Estas circunstâncias aumentaram minha ansiedade para determinar a verdade a partir das minhas próprias e pessoais observações” (tradução nossa).

⁵⁷ “Eu estou bem ciente que os relatos que os Negros dão de seus inimigos devem ser recebidos com grande cuidado; mas eu escutei o mesmo relato em tantos reinos diferentes e de tal variedade de pessoas, cuja veracidade eu não tinha motivo para suspeitar, que estou disposto a dar-lhe algum grau de crédito” (tradução nossa).

Outra novidade em Park, se comparado a Álvaro Núñez, é o uso dos instrumentos. Cañizares-Esguerra diz, ao se referir aos viajantes ilustrados: “Instruments and reason were needed to correct grossly inaccurate human perceptions” (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2002, p. 16)⁵⁸. Retomo o momento em que o escocês perde o termômetro, quando se diz incapaz de empreender “a comparative judgment” (PARK, 2000, p. 156). A perda dos instrumentos, relacionada com a perda de sua subjetividade europeia, impede-o de confirmar as informações transmitidas. O leitor já não pode se fiar; e o próprio Park tem o cuidado de assinalar tais inseguranças de sua parte.

Nesse sentido, a confiança em relação a Mungo Park se dá em dois níveis: primeiro, pela sua percepção visual; segundo, por saber manusear os instrumentos adequadamente. A pouca familiaridade dos africanos com essa metodologia é motivo de chacota. Park inclusive lhes induz a crer que se trata de objetos mágicos:

The gold and amber were highly gratifying to Moorish avarice, but the pocket compass soon became an object of superstitious curiosity. Ali was very desirous to be informed, why that small piece of iron, the needle, always pointed to the Great Desert, and I found myself somewhat puzzled to answer the question. To have pleaded my ignorance, would have created a suspicion that I wished to conceal the real truth from him; I therefore told him, that my mother resided far beyond the sands of Sahara, and that whilst she was alive, the piece of iron would always point that way, and serve as a guide to conduct me to her, and that if she was dead, it would point to her grave. Ali now looked at the compass with redoubled amazement; turned it round and round repeatedly; but observing that it always pointed the same way, he took it up with great caution and returned it to me, manifesting that he thought there was something of magic in it, and that he was afraid of keeping so dangerous an instrument in his possession (PARK, 2000, p. 151)⁵⁹.

Park assinala, assim, sua aderência à ciência baconiana predominante nas associações científicas às quais se afilia em seu livro – basta lembrar a quantidade de instrumentos na foto da *Royal Society of London* (figura 5). Símbolos da mudança epistemológica, o próprio uso dos instrumentos que corrigem a percepção humana demanda técnica – a qual o escritor não se preocupa em fazer familiar para os nativos. Somente faz distanciá-los, ainda mais quando salienta o ridículo de crerem na informação mágica, que tanto ele como seus leitores sabem

⁵⁸ “Instrumentos e razão eram necessários para corrigir as grosseiramente imprecisas percepções humanas” (tradução nossa).

⁵⁹ “O ouro e o âmbar eram altamente gratificantes à avareza moura, mas a bússola de bolso logo se tornou um objeto de supersticiosa curiosidade. Ali desejava muito ser informado por que aquele pequeno pedaço de ferro, a agulha, sempre apontava ao Grande Deserto, e me percebi um tanto intrigado com a pergunta. Se alegasse ignorância, criaria suspeitas de que eu desejava ocultar a real verdade dele; então lhe disse que minha mãe residia muito além das areias do Saara, e que, enquanto estivesse viva, aquele pedaço de ferro sempre apontaria àquela direção e serviria como um guia para conduzir-me a ela; se ela estivesse morta, apontaria a seu túmulo. Ali agora olhava a bússola com ainda mais espanto; virou-a e revirou-a repetidamente; mas observando que sempre apontava a mesma direção, ele a pegou com cuidado e me devolveu, manifestando que ele pensava que havia algo de magia nela, e que tinha medo de manter um instrumento tão perigoso em sua possessão” (tradução nossa).

mentirosa. Retém esse saber por interesse próprio e não perde seu instrumento. A correção das percepções fica restrita, só acessível àqueles que têm um certo domínio técnico – novamente, a verdade só é para os europeus. Impossibilita a adesão da técnica científica e da verdade por esses mouros, ao mesmo tempo em que deslegitima suas formas de ver o mundo: superstição. Park aproveita que o nativo ignora o instrumento e descreve ao leitor uma cena na qual o ludibria.

O que Park e Cabeza de Vaca têm em comum é demonstrar uma preocupação quanto à garantia da verdade, e colocar-se a si mesmos como agentes de sua certificação. O “eu” e seus iguais são pessoas que dizem a verdade; o Outro está no campo da mentira. Tanto a visão como o relato sobre a recolha de informações alheias são creditados quando Cabeza de Vaca e Mungo Park certificam os fatos.

Entretanto, na metodologia diferem um pouco. Pontuam ao longo da narrativa, por meio de elementos metanarrativos, como colhem o que lhes foi relatado, e Mungo Park parece demonstrar sempre a preocupação em colocar suas fontes. Já Cabeza de Vaca manipula o que é ou não contado, e através de uma simples omissão e uma ênfase diferente em suas frases, faz com que a fonte seja menos relevante. Diferenciam-se também porque Park depende da metodologia científica. O uso dos instrumentos garante corrigir sua percepção de quaisquer equívocos. Tal desconfiança, mesmo em relação ao europeu, poderia assinalar uma aceitação da percepção dos nativos: só precisariam assimilar tais técnicas científicas. Há algum potencial “igualitário” nesse questionamento da percepção europeia. Mas não introduz ou explica o funcionamento do instrumento e ao mesmo tempo não hesita em deslegitimar os saberes dos nativos, chamando-os de forma despectiva como superstição e ridicularizando-os. A adesão à ciência só faz reforçar essa distância.

3.1.4 Escrita

Até então, vimos a relação desses europeus com os nativos feita através da oralidade. Porém a escrita permanece para Park ao longo de toda a sua jornada. Não só pelas suas anotações: o escocês descreve o encontro com povos com pleno domínio da grafia, normalmente mouros, e com povos que não a dominam, mas são ao menos familiarizados com o escrever, os quais costumam ser negros de comunidades ágrafas. Estes últimos, diz Park, veem escrita enquanto mágica:

The truth is, that all the natives of this part of Africa consider the art of writing as bordering on magic; and it is not in the doctrines of the prophet, but in the arts of the

magician, that their confidence is placed. It will hereafter be seen that I was myself lucky enough, in circumstances of distress, to turn the popular credulity in this respect to good account (PARK, 2000, p. 92)⁶⁰.

Já no início do livro, Park antecipa esses episódios nos quais lhe ajuda essa crença na escrita. Um deles discutimos antes: quando lhe roubam tudo, devolvem-lhe o chapéu. Estavam nele seus *memorandums*: “and this was probably the reason they did not wish to keep it” (PARK, 2000, p. 226). De todos os objetos roubados, alguns são devolvidos por humildade, mas aquele que possui escrita é devolvido por causa da escrita. Estabelece causalidade – devolvem o objeto porque nele havia escrita –, aludindo à essa crença em sua magia.

Para além deste momento, há dois cenas em que, ao deparar-se com funções diferentes da escrita que não as europeias, o escocês utiliza a técnica para favorecer-se. Começo pelo primeiro deles:

About midnight, when the Moors had left me, he paid me a visit, and with much earnestness desired me to write him a *saphie*. ‘If a Moor's *saphie* is good, (said this hospitable old man,) a white man's must needs be better.’ I readily furnished him with one, possessed of all the virtues I could concentrate; for it contained the Lord's Prayer. The pen with which it was written was made of a reed; a little charcoal and gum-water made very tolerable ink, and a thin board answered the purpose of paper (PARK, 2000, p. 203)⁶¹.

Park faz com seriedade o que lhe pede o homem, e escreve a *saphie* com toda a virtude possível. Prevalece na cena um tom respeitável. Até mesmo lhe redige uma oração cristã – embora seja um ritual desdenhado por supersticioso, termo usado pejorativamente em seu relato, e mostra a precariedade do processo de escrita, o que não lhe impede de corresponder ao pedido do homem. A hospitalidade de tal homem tão humilde e a declaração quanto à *saphie* de um branco ser mais eficaz que a de um mouro faz Park estar disposto a agradá-lo. Ágrafo, o homem coloca o branco como superior ao outro povo que conhece que domina a técnica; através da voz de um nativo, o autor consegue hierarquizar as duas escritas.

Nesse segundo momento, apesar de também descrever a ele mesmo produzindo uma *saphie* para um *negro*, a discrepância de tratamento dado é enorme:

⁶⁰ “A verdade é que todos os nativos desta parte da África consideram a arte da escrita como limítrofe à magia; e está não nas doutrinas do profeta, mas nas artes do mago, posta sua confiança. A seguir se verá que eu mesmo tive suficiente sorte, em circunstâncias de angústia, por conseguir transformar a credulidade popular a esse respeito em boa conta” (tradução nossa).

⁶¹ “Mais ou menos meia-noite, quando os Moutos me deixaram, ele veio me visitar, e com tanta sinceridade queria que eu escrevesse um talismã. ‘Se um talismã de Mouro é bom (disse esse hospitaleiro senhor), o de um homem branco deve ser melhor’. Eu rapidamente lhe forneci um, com todas as virtudes que eu podia concentrar, porque continha a Prece do Senhor. A caneta com que eu escrevia era feita de cana; um pedaço de carvão e água fez uma tinta tolerável, e uma fina placa fez as vezes de papel” (tradução nossa).

His knowledge of the world has not lessened that superstitious confidence in saphies and charms, which he had imbibed in his earlier years; when he heard that I was a Christian, he immediately thought of procuring a saphie, and for this purpose brought out his *walha*, or writing board, assuring me, that he would dress me a supper of rice, if I would write him a saphie to protect him from wicked men. The proposal was of too great consequence to me to be refused; I therefore wrote the board full from top to bottom on both sides; and my landlord, to be certain of having the whole force of the charm, washed the writing from the board into a calabash with a little water, and having said a few prayers over it, drank this powerful draught; after which, lest a single word should escape, he licked the board until it was quite dry. A saphie writer was a man of too great consequence to be long concealed; the important information was carried to the Dooty, who sent his son with half a sheet of writing paper, desiring me to write him a naphula saphie (a charm to procure wealth). He brought me, as a present, some meal and milk; and when I had finished the saphie, and read it to him with an audible voice, he seemed highly satisfied with his bargain, and promised to bring me in the morning some milk for my breakfast. When I had finished my supper of rice and salt I laid myself down upon a bullock's hide, and slept very quietly until morning; this being the first good meal and refreshing sleep that I had enjoyed for a long time (PARK, 2000, p. 221–222)⁶².

Nesse segundo episódio, prevalece um tom de chacota. Cabe dizer que esse é um *negro* que, antes escravizado por um mouro, já não era pagão: seguia a religião muçulmana. De acordo com as classificações de Park, esse seria um *negro* já não totalmente dócil, e degenerado. Parece-lhe inteligente – qualificação rara aos *negroes*. O escocês tem a mão todos os instrumentos necessários para escrever sua *saphie* e está motivado por garantir sua janta – não parece animá-lo a simpatia, como na outra cena. Até porque é-lhe contraditório que tal *negro* não tenha sido capaz de excluir sua crença quando às *saphies*: inteligência e superstição se opõem. Para ele e para seus leitores implícitos, é risível que algo tão simples como escrever é uma maneira de conseguir sua janta, bem tão apreciado na situação precária na qual se encontrava. Ainda mais risível é o homem, um dos poucos inteligentes com que se depara nesse continente, ter ficado feliz pela barganha. Nesse fragmento, vemos o que ele antecipa: o aproveitar-se da credulidade dos outros para garantir o que é de seu interesse.

⁶² “Seu conhecimento do mundo não diminuiu sua supersticiosa confiança nos talismãs e feitiços, que tinha assimilado em seus primeiros anos. Quando ele ouviu que eu era um Cristão, ele imediatamente quis um talismã, e para esse propósito trouxe sua *walha*, ou tábua de escrever, assegurando que ele me daria uma ceia de arroz se eu lhe escrevesse um talismã para protegê-lo de homens maldosos. A proposta era-me de consequências demasiado boas para recusá-la, então escrevi em toda a tábua, debaixo para cima e frente e verso; e meu anfitrião, para ter certeza que tinha toda a força de feitiço, lavou o escrito da tábua numa cuia com um pouco de água, e depois de fazer algumas preces sobre ela, bebeu um poderoso gole; depois, para que nenhuma palavra escapasse, ele lambeu a tábua até que estivesse praticamente seca. Um escritor de talismã era um homem de relevo demasiado grande para ser ocultado; a importante informação foi levada ao Dooty, que mandou seu filho com metade de um pedaço de papel de escrita, pedindo-me que lhe escrevesse um talismã *naphula* (feitiço para riqueza). Ele me trouxe, como presente, uma refeição e leite; e então, quando eu tinha terminado o talismã, e li para ele em voz audível, ele pareceu altamente satisfeito com a barganha, e prometeu trazer-me de manhã um pouco de leite para meu desjejum. Quando eu tinha terminado minha ceia de arroz e sal, me deitei sobre o couro de um boi e dormi muito tranquilo até de manhã; sendo essa a primeira boa refeição e revigorante sono que eu tive por um bom tempo” (tradução nossa).

Para Park, há contradição nessa segunda cena. Diferente da primeira, em que não lhe estranha tanto o pedido de uma *saphie* se está diante de uma situação precária e um homem humilde. Afinal, forma parte de um grupo pouco evoluído de acordo com critérios do iluminismo norte-europeu (ver capítulo 1, item 2.2.2). Em presença de certa opulência e familiaridade com a escrita – em outras palavras, mais evoluído de acordo com a mesma perspectiva –, Park não hesita em demonstrar desdém. A crença em “superstições” deveria ter sido ultrapassada, segundo o desenvolvimento natural. Pensar que pessoas já com pleno domínio da técnica da escrita acreditem que tem algum tipo de poder mágico lhe parece incompatível.

Seja o tom que for, Park em ambas se beneficia através do domínio da escrita, inferiorizando os *negroes* – através do sentimento de pena ou ao ridicularizá-los –, que creem em seu poder. Especialmente no segundo trecho, a vantagem que tira o escocês da credulidade dos nativos é apresentada de maneira levemente irônica a seu leitor. Com o pacto de igual para igual, pode mostrar a adequação ou o ridículo de situações com as quais se favorece.

O outro grande grupo no qual Park coloca os habitantes dessa região da África são os mouros, estes sim com pleno domínio da escrita. Quando o narrador se apropria da escrita em árabe, este conhecimento é utilizado com o mesmo fim que usou a escrita com os *negroes*: em seu benefício. Manipula os mouros, invertendo o jogo quando se pensam superiores por dominar a escrita do árabe mais plenamente do que o autor – ainda que somente ele e o leitor saibam dessa inversão de papéis:

I endeavoured to beguile the tedious hours by learning to write Arabic. The people who came to see me soon made me acquainted with the characters; and I discovered, that, by engaging their attention in this way, they were not so troublesome as otherwise they would have been: indeed, when I observed any person whose countenance I thought bore malice towards me, I made it a rule to ask him, either to write in the sand himself, or to decipher what I had already written; and the pride of showing his superior attainments generally induced him to comply with my request (PARK, 2000, p. 158–159)⁶³.

Diante de comunidades com pleno domínio do árabe escrito, também escreve para ludibriá-los. Mantém a posição de superioridade, e reforça o pacto com o leitor.

⁶³ “Eu tentei enganar as entediadas horas aprendendo a escrever árabe. As pessoas que vinham me ver logo me familiarizaram com os caracteres; e descobri que, ao engajar atenção deles dessa maneira, eles não eram tão importunos como já tinham sido: de fato, quando eu observava qualquer pessoa cujo semblante eu pensava que tinha malícia em relação a mim, eu como regra lhe pedia ou que ela mesma escrevesse na areia ou que decifrasse o que eu tinha escrito; e o orgulho de mostrar suas realizações superiores induziam-na a consentir com meu pedido” (tradução nossa).

Há, portanto, uma função explicitamente colocada para a escrita na narrativa de Park quando direcionada aos nativos. É o ludibriar. Sejam *negroes* ou *moors*, os dois grupos nos quais os habitantes invariavelmente são encaixados, Park consegue acabar beneficiar-se quando lhes escreve. Através do domínio da técnica – ou até de um domínio não tão pleno assim –, Park consegue tanto manipular os *negroes* escrevendo-lhes o que chama de *saphies*, como também muito astutamente fazer com que os *moors* lhe sejam menos penosos.

Cabeza de Vaca, diferentemente de Park, não relata o encontro com comunidades sequer familiarizadas com a escrita. Com os nativos, está no campo da oralidade. Como vimos, até o próprio autor não escreve nesse período. A escrita é somente direcionada aos leitores europeus – e não está restrita ao próprio relato. Anterior à convivência com os nativos, quando Cabeza de Vaca ainda não é porta-voz da expedição, preocupa-se (MOLLOY, 1987, p. 429–430) em escrever ao rei. Ainda está na expedição comandada por Pánfilo de Narváez, quando redige uma série de *Testimonios* (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 2–5).

Estes documentos demonstram como ele havia sido contrário a todas as decisões que levaram ao desastre da expedição. Cada um de seus embates com o comandante parece haver tido sim um registro, e eles poderiam ser comprovados mediante averiguação legal. A confiabilidade em sua narrativa aumenta ao fazer referência a essa outra modalidade de escrita externa ao relato. Diz Ardoino, citando Cabeza de Vaca:

se deben tener por ciertas las Historias; i crer por veridicos los Escritores, quando emprenden con publica, ò privada fee sus escritos, esto es em cumplimiento de su empleo, ò oficio publico, ò privado; i aviendo Alvar Nuñez escrito à la Magestad de Phelipe II. los sucessos de la expedicion, naufragio de la Armada, i perdida de su gente; de la qual, *Cabeza de Baca*, ò poquissimos sobrevivieron, de seiscentos Españoles desembarcados, comprobando los fatales accidentes la prudencia del voto, i pareceres de *Alvar Nuñez*, que diò con requerimientos de parte de su Mag. i em cumplimiento de su cargo, contra el dictamen, i resolucion de *Pamphilo de Narvaez*, General de la Expedicion, en la conformidad que se lee en el *Capítulo quarto de la Relacion: Yo vista su determinacion requerile, de parte de V. Mag. que no dejase los Navios, sin que quedasen en puerto, i seguros, i assi lo pedì por testimonio à el Escrivano que allí tínamos* (ARDOINO, 1749, p. 5)⁶⁴.

⁶⁴ “deve-se ter por certas as Histórias e crer por verídicos os Escritores quando empreendem com pública ou privada fé seus escritos, isso é em cumprimento de seu emprego ou ofício público ou privado, e tendo Alvar Nuñez escrito à Majestade de Felipe II os sucessos da expedição, naufrágio da Armada e perda de sua gente, da qual *Cabeza de Baca*, ou pouquíssimos sobreviveram de seiscentos espanhóis desembarcados, comprovando os fatais acidentes a prudência do voto e pareceres de *Alvar Nuñez*, que deu com requerimentos de parte de sua Majestade e em cumprimento de seu cargo contra o ditame e resolução de *Pamphilo de Narvaez*, General da Expedição, na conformidade que se lê no *Capítulo quarto da Relación: Eu, vista sua determinação, lhe requeri de parte de Vossa Majestade, que não deixasse os Navios sem que ficassem no porto e seguros, e assim o pedi por testemunho ao Escrivão que ali tínamos*” (tradução nossa).

Essa escrita extra-narrativa, com fé pública, segue sendo legitimadora mesmo após duzentos anos de sua publicação e apesar de então não haver acesso ao documento direto. Os testemunhos reiteram, em primeiro lugar, o compromisso oficial de Cabeza de Vaca por cumprir com seu cargo. E em especial é uma escrita documental que, embora não esteja alojada no relato de viagem (COLOMBI NICOLIA, 2006, p. 14), lhe dá ares de legalidade. Há uma série discursiva direcionada ao rei compondo a integridade do registro dessa expedição.

Passados os breves capítulos em que descreve o dilaceramento da expedição, Cabeza de Vaca “toma o leme”. Incorpora a posição de porta-voz da expedição quando o capitão comunica que ele havia desistido de comandar sua tropa: “que cada vno hiciese lo que mejor le pareciese que era para salvar la vida” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 12)⁶⁵. Embora não haja escrita a partir de então, esse é o acontecimento simbólico que lhe dá direito a escrever posteriormente, já em território espanhol. Finalmente, “Alvar Nuñez no sólo se hace cargo de la expedición o de lo que queda de ella en el nivel de los hechos sino que, en el nivel de la escritura y a años de distancia, se hace cargo de su relación con nuevo impulso. A la liberación del subalterno desautorizado por Narváez corresponde la liberación del narrador” (MOLLOY, 1987, p. 431)⁶⁶.

Na abordagem da questão da memória, vimos os curiosos últimos capítulos da *relación*, nos quais Álvaro Núñez toma espaço narrativo para discorrer sobre o destino do restante das pessoas da expedição de Pánfilo de Narváez. Até o fim, ele se mantém como o *alguacil-mor* – cargo que era em realidade do comandante. É através do próprio ato de escrever (e imprimir e publicar) que Cabeza de Vaca de fato exerce essa função.

Na edição setecentista de **Naufragios**, mais especificamente no “Examen Apologético”, a escrita é ademais intrínseca ao tipo discursivo história. Enquanto havia alguns tratadistas desde o Renascimento que defendiam ser a história o domínio dos fatos, Ardoino se aproxima do outro grupo, cuja defesa é de que a história é a narração desses fatos (MIGNOLO, 1981, p. 367). A escrita não só é evidenciada, mas é parte do próprio ofício de ser historiador – categoria na qual Ardoino coloca Álvaro Núñez. Através dela, pode-se constituir o fazer historiográfico.

Enquanto historiador, deve abarcar o tratamento da verdade e ter lealdade plena com o leitor – interlocutor de sua escrita, com o qual estabelece um laço de reconhecimento mútuo:

⁶⁵ “que cada um fizesse o que melhor lhe parecesse que era para salvar a vida” (tradução nossa).

⁶⁶ “Alvar Núñez não só se encarga da expedição ou do que resta dela no nível dos fatos, mas, no nível da escrita e a anos de distância, se encarga de sua *relación* [relato] com novo impulso. À liberação do subalterno desautorizado por Narváez corresponde a liberação do narrador” (tradução nossa).

“Y era tan grande nuestro trabajo, que à cada vno haviamos de soplar, i santiguar lo que havian de comer, i beber, i para otras muchas cosas que querian hacer, nos venian à pedir licencia, *de que se puede ver*, que tanta importunidad rescebiamos” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 32, grifo meu)⁶⁷. Os percalços, apesar de silenciados, sempre podem ser supostos por esse leitor que estabelece Cabeza de Vaca. Seu relato é engrandecido ao silenciar suas misérias; e evoca o leitor para preencher seus vazios. Assegura um vínculo forte o bastante que faça seu interlocutor imaginar aquilo que mal pode ser expresso textualmente. Aliando sempre o chamamento do leitor e a metatextualidade, o enfático ocultamento dos obstáculos faz com que quaisquer outros fatos relatados pareçam ser de fácil abordagem. As misérias ficam relegadas ao reduto do indizível, do inexprimível.

Enquanto coloca as misérias nesse terreno da elipse, só acessível através da imaginação dos leitores, Cabeza de Vaca preocupa-se que os seus “sucessos” sejam evidenciados:

teniamos por mejor de atravesar la Tierra (...) porque atravesando la Tierra, viamos muchas particularidades de ella; porque si Dios Nuestro Señor fuese servido de sacar alguno de nosotros, i traerlo à Tierra de Christianos, pudiese dar nuevas, i relacion de ella (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 31)⁶⁸.

A necessidade de sobrevivência está vinculada à *relación* posterior. Era preciso o encontro com outros cristãos para a divulgação sobre a terra pela qual passaram. Não só é o relato um resultado da sobrevivência, mas a própria razão para a sobrevivência. Trata-se de um pacto com esse leitor pretendido.

O mesmo ocorre com Park: “I should sacrifice my life to no purpose, for my discoveries would perish with me” (PARK, 2000, p. 207)⁶⁹. A sobrevivência também está em função da distribuição dos conhecimentos adquiridos pela sua trajetória pelo interior da África, fornecimento que é o objetivo primeiro de Mungo Park:

if I should succeed in rendering the geography of Africa more familiar to my countrymen, and in opening to their ambition and industry new sources of wealth, and new channels of commerce, I knew that I was in the hands of men of honour, who would not fail to bestow that remuneration which my successful services should appear to them to merit (PARK, 2000, p. 67).

⁶⁷ “E era tão grande nosso trabalho, que a cada um tínhamos de soprar e santiguar o que tinham de comer e beber e, para muitas coisas que queriam fazer, nos vinham pedir licença, do que se pode ver, que tanta inoportunidade recebíamos” (tradução nossa).

⁶⁸ “tínhamos por melhor atravessar a Terra, porque atravessando a Terra, víamos muitas particularidades dela; porque se Deus Nosso Senhor fosse servido de tirar algum de nós e trazê-lo à Terra de Cristãos, pudesse dar novas, e *relación* dela” (tradução nossa).

⁶⁹ “eu sacrificaria minha vida por propósito nenhum, porque minhas descobertas pereceriam comigo” (tradução nossa).

Park logra ater-se ao seu objetivo primeiro. Embora não tenha conseguido ir a todos os territórios propostos, consegue fazer a geografia africana mais familiar aos seus conterrâneos. Ambos os narradores têm função de divulgação sobre os territórios, mas Álvaro Núñez *ganha* o papel de porta-voz. Já para Park, ela está *prevista* antes mesmo de seu embarque à África. Tem desde o início todo o necessário para fazer seus apontamentos da maneira mais fidedigna possível – ao menos de acordo com a ciência de então. Por tal razão desde a Grã-Bretanha leva a bagagem, materialização de seu viajar por curiosidade.

Quando um rei, no começo do relato, desconfia das alegações do escocês sobre o que intencionava em sua jornada, Park diz:

I repeated what I had before told him concerning the object of my journey, and my reasons for passing through his country. He seemed, however, but half satisfied. The notion of travelling for curiosity was quite new to him. He thought it impossible, he said, that any man in his senses would undertake so dangerous a journey, merely to look at the country and its inhabitants: however, *when I offered to show him the contents of my portmanteau, and every thing belonging to me, he was convinced*: and it was evident that his suspicion had arisen from a belief, that every white man must of necessity be a trader (PARK, 2000, p. 102)⁷⁰.

Existe uma relação de contiguidade entre suas intenções expedicionárias e sua equipagem. Nessa cena se evidencia seu pensamento de que a sua meta é universalmente identificável em seus pertences. Nela, Park também perde seu primeiro objeto: cede seu casaco após haver sido coagido pelo rei. Cada vez tem menos peso em sua bagagem, e é quando perde todos os seus instrumentos e sua roupa que o autor decide começar o retorno de sua expedição. Se é a bagagem materialização do objetivo, quando já não possui a equipagem, desiste.

A desistência não implica no incumprimento de seu objetivo. Com seu livro, logra fazer a divulgação da geografia da África – meta primeira, atingida graças aos seus papeis. Ao dizer que “my discoveries would perish with me” refere-se à sua sobrevivência. Mas também remete às descobertas em sua materialidade, ao colocar suas descobertas em sua companhia através do uso de “with”. São seus papeis e sua escrita. Mais importante do que a sobrevivência do seu corpo é a sobrevivência de seus memorandos. Vimos que Mungo Park não os perde e os esforços constantes para não os perder, assim como a importância subjetiva e identitária de

⁷⁰ “Repeti o que já lhe tinha contado em relação ao objeto da minha jornada e minhas razões para passar por sua terra. Ele pareceu, no entanto, não mais que meio satisfeito. A noção de viajar por curiosidade era bastante nova para ele. Parecia-lhe impossível, ele disse, que qualquer homem em seu pleno juízo empreenderia uma viagem tão perigosa só para olhar a terra e seus habitantes; no entanto, quando ofereci mostrar-lhe o conteúdo de minha valise e todas as coisas que me pertenciam, ele se convenceu; e era evidente que suas suspeitas tinham vindo à tona pela crença de que todo homem branco deve necessariamente ser um comerciante” (tradução nossa).

conservá-los. Para além de garantir que Park não se distanciasse da cultura britânica, também são parte essencial de sua divulgação científica.

Se consegue manter esses papeis, é porque não estão em sua mala. Estão no chapéu, acima de sua cabeça, acima da metáfora do conhecimento. Lá, não podem ser atingidos tão facilmente quanto na mala, carregada nos braços ou nas costas. Essas recorrentes e gradativas perdas dos itens em sua equipagem podem até mesmo fazer com que tenha dificuldades em dar com precisão uma ou outra informação. Mas, tendo sua cabeça intacta, tem protegidos também seus registros: os dois andam *juntos*, “with”.

Apesar de estar em outra instância do conhecimento – ou justamente por conta disso – o papel da escrita é basicamente apagado. Relembro o trecho já citado:

My instructions were very plain and concise. I was directed, on my arrival in Africa, ‘to pass on to the river Niger, either by the way of Bambouk, or by such other route as should be found most convenient: That I should ascertain the course, and, if possible, the rise and termination of that river. That I should use my utmost exertions to visit the principal towns, or cities in its neighbourhood, particularly Tombuctoo and Houssa; and that I should be afterwards at liberty to return to Europe, either by the way of the Gambia, or by such other route as, under all the then existing circumstances of my situation and prospects, should appear to me to be most advisable’ (PARK, 2000, p. 68).

A materialidade implica em uma relação com o sujeito, seja corpórea, seja narrativa, e é apagada para dar ênfase a essa ideia de ciência intangível. O motivo que dá para preservar sua vida ao ver-se em demasiadas dificuldades é a divulgação científica, feita através da publicação de seu relato. Mas a escrita só está colocada explicitamente em **Travels** em sua materialidade enquanto há risco de perdê-la. Nunca aparece associada a seus objetivos centrais para empreender a jornada. A escrita, apesar de ser o grande trabalho que Park presta a seus contemporâneos, não é apresentada como uma finalidade da viagem, e muito menos como um fim em si mesmo. É antes um meio pelo qual o autor pretende veicular os conhecimentos geográficos, culturais, botânicos, comerciais adquiridos. A sobrevivência não é nem de Mungo Park nem realmente dos papeis, coisas finalmente concretas: trata-se da sobrevivência das “discoveries”, grande abstração.

Em contraste com a escrita direcionada aos nativos, a qual serve para ludibriá-los e beneficiar a si mesmo, há uma outra função: informar. É dirigida aos leitores, e é colocada em prática especialmente nos capítulos que poderíamos chamar de descritivos (ou, usando um termo anacrônico, etnográficos):

I endeavoured likewise to collect all the information I could concerning those important branches of African commerce, the trade for gold, ivory, and slaves. Such was my employment during the remainder of my stay at Kamalia; and I shall now proceed to lay before my readers the result of my researches and inquiries; avoiding, as far as I can, a repetition of those circumstances and observations, which were related, as occasion arose, in the narrative of my journey (PARK, 2000, p. 236)⁷¹.

Nesse sentido, a verdade não é um atributo inerente ao autor desse relato. A verdade é relacional. E em ambos, a verdade é reservada aos leitores.

3.1.5 Escritor e autoria

Não importa se Mungo Park ludibria aqueles com quem se encontra; esses episódios não interferem em seu *ethos* cheio de credibilidade. Tampouco importa se Cabeza de Vaca decide furtivamente fugir dos indígenas. Com o leitor, dizem a verdade. Dirigem-se, tanto **Naufragios** como **Travels**, aos letrados europeus. Os autores, por sua vez, sabem do ponto de vista desses leitores, e compartilham suas experiências sempre tendo esse leitor em vista.

Já vimos como Cabeza de Vaca, ao silenciar as misérias, evoca o leitor implícito e sua imaginação. Também como refere-se ao local onde estava como “Tierra tan estraña”, distanciando-a de si, assim como está distante dos leitores. Distante já do interlocutor do século XVI, restrito somente ao Rei, como o prêmio claramente assignava e como explicita o “Examen Apologético”: “siendo certo, pues, que diò Alvar esta relacion con toda individual noticia à um Monarca de las Españas, Emperador de las Indias, para enterarle pontualmente de los sucessos, en cumplimiento de su oficio, i encargo, sería liviandad el suponerle aver querido mentir” (ARDOINO, 1749, p. 5)⁷².

Ardoino assigna o interlocutor anterior do texto, mas apaga o desejo de reconhecimento buscado por Cabeza de Vaca no momento da produção do relato. Faz parecer que só cumpria seu ofício:

se transluce la serenidad de la mente, acostumbrando naufragar las Historias en los escollos de las preocupaciones de *adulacion*, temor, i ódio, que son los vicios

⁷¹ “Eu tentei também coletar toda a informação que podia sobre os braços importantes do comércio africano, o comércio de ouro, marfim e escravos. Tal era meu emprego durante o restante de minha estadia em Kamalia; e eu agora procederei a colocar diante de meus leitores o resultado de minhas pesquisas e investigações; evitando, sempre que possível, uma repetição daquelas circunstâncias e observações que já foram relatadas quando houve ocasião na narrativa da minha jornada” (tradução nossa).

⁷² “sendo certo, então, que deu Alvar essa *relación* com toda individual notícia a um Monarca das Espanhas, Imperador das Índias, para informar-lhe pontualmente dos sucessos em cumprimento de seu ofício e encargo, seria levandade o supor que tenha querido mentir” (tradução nossa).

frecuentes en los Historiadores. (...) Siendo el mayor indicio de la verdad, la libertad de las pasiones privadas (ARDOINO, 1749, p. 4, grifo meu)⁷³.

Como vimos no item 1.1 do capítulo I, sequer lhe haviam solicitado **La relación** (1555). Não era parte de seu ofício. Através da publicação da **Relación y Comentarios**, queria ser reconhecido pelos méritos de suas expedições, após ter voltado preso da América. Se a segurança da verdade da história está relacionada com a falta de interesse pessoal naquilo que é dito⁷⁴, é interessante para Ardoino não mencionar o interesse do autor na publicação, e omitir seu caráter persuasivo.

Suprimida a vontade do autor de ser reconhecido pelo monarca, Ardoino ressalta que o texto estar direcionado ao Rei como um argumento para garantir a veracidade do escrito. Dá-lhe caráter de legitimidade e de legalidade. O que não quer dizer que o interlocutor seja mantido em 1749. Inserido em uma coletânea de escritores da conquista, **Historiadores Primitivos**, sua edição junto ao “Examen” havia sido pensada com outra finalidade e tendo em vista outro público e, portanto, outro pacto de leitura.

“Felizmente esclarecido, por sus gloriosos Monarcas, la Historia de Alvar Nuñez, salga su nueva impression à la luz de este Amphiteatro de el Orbe, sin lunares de legitima contradicion, i se mantenga indemne al credito de las comunes opiniones, i la estimación de sus escritos” (ARDOINO, 1749, p. 2). O apagamento da contradição no texto de Álvaro Núñez e a proteção de seu estatuto dentre *as opiniões comuns* é o que lhe importa. Seu interlocutor já não está restrito ao monarca, mas a essa grande entidade que poderia ser lida, tal como dissemos antes, ao europeu médio do século XVIII partícipe do estabelecimento do que é ou não verdade: letrado, homem, branco, cristão etc. Os partícipes da República das Letras.

Mungo Park deixa claro em vários momentos a quem se dirige: seus conterrâneos, *countrymen*. Seu leitor tem a mesma cultura que o autor, e seu tom irônico referindo-se às superstições das *saphies* só funciona porque se supõe que o leitor igualmente desdenharia essas crenças e funções diferentes dadas à escrita. Através desse vínculo entre iguais, assim como ocorre com Cabeza de Vaca, o contrato com esses leitores é constantemente renovado por Park:

⁷³ “se transparece a serenidade da mente, acostumando naufragar as Histórias nos escolhos das preocupações de adulação, temor e ódio, que são os vícios frequentes nos Historiadores. (...) Sendo o maior indicio da verdade, a liberdade das paixões privadas” (tradução nossa).

⁷⁴ Cabe citar Steven Shapin, **A Social History of Truth** (1994, p. 83): “it was the disinterestedness of the English gentleman's situation that was most importantly identified as the basis of his truth-telling” [“era o desinteresse da situação do cavalheiro inglês que era a base mais relevantemente identificada de sua verdade” (tradução nossa)]. Restringe esse aspecto, nessa citação, aos *gentlemen*. Entretanto, talvez ajude a pensar também a supressão do prêmio objetivando silenciar o interesse ou a vantagem que Cabeza de Vaca desejava tirar de sua *relación*. Mantendo o prêmio, seu relato poderia ser lido como pouco fiável.

“the reader will easily imagine that, in such a situation, I had every thing to fear” (PARK, 2000, p. 149)⁷⁵, “the reader must imagine that I found the climate in most places extremely hot” (PARK, 2000, p. 237)⁷⁶.

Se o leitor é colocado de igual para igual em relação ao autor, devemos entender como estes últimos formam seu próprio retrato. Este tema já foi explorado por críticas cujos estudos são de suma importância para entender cada um desses livros. Quanto a Cabeza de Vaca, devo referir-me a “Alteridad y reconocimiento en los **Naufragios** de Alvar Núñez Cabeza de Vaca”, de Sylvia Molloy e, quanto ao narrador de Mungo Park, ao capítulo “Anti-conquest: the mystique of reciprocity”, de Mary Pratt.

Como faço constantemente ao longo das análises de **Naufragios** (1749), devo considerar também sempre a falta do próêmio e o acréscimo do “Examen Apologético” – algo não considerado no texto de Molloy cujo objeto de estudo é a publicação de 1555. Ainda assim, algumas pontuações de seu artigo nos ajudam a entender o narrador do **Naufragios**. Remetendo-se ao início do livro, a crítica explora como Cabeza de Vaca começa a viagem identificando-se como um “nosotros”, um conjunto que inclui os viajantes. Depois, torna-se um “yo”, diferente do restante da expedição. Quando as decisões equivocadas começam a serem tomadas por Pánfilo, separa-se do resto como um eu questionador (MOLLOY, 1987, p. 428).

Após a dissolução da expedição, reorganiza-se culturalmente quanto mais convive com os índios (MOLLOY, 1987, p. 433). Ao mesmo tempo, mantém um “eu” que reprova os hábitos destes com quem convive tanto tempo, o qual Molloy chama “yo testigo”, em oposição ao outro, “yo partícipe” (MOLLOY, 1987, p. 435)⁷⁷. No final, após realizar muitas curas e estabelecer-se enquanto físico entre os indígenas, Cabeza de Vaca retorna aos cristãos já sem identificar-se nem com uns nem com outros: “empieza a postular su alteridad en lo que antes había sido espacio del yo” (MOLLOY, 1987, p. 446)⁷⁸.

É o que Glantz em seu ensaio chama de transculturação, como já vimos. Mas Molloy aponta a centralidade desse “yo”: “Al no estar respaldados por la acción gloriosa, modo convencional de valorización, tanto el yo como su relato tendrán que encontrar su gloria, su

⁷⁵ “o leitor facilmente há de imaginar que, em tal situação, eu tinha tudo para temer” (tradução nossa).

⁷⁶ “o leitor deve imaginar que eu considerava o clima na maioria dos lugares extremamente quente” (tradução nossa).

⁷⁷ “eu testemunha” e “eu partícipe” (tradução nossa).

⁷⁸ “começa a postular sua alteridade no que antes tinha sido espaço do eu” (tradução nossa).

mérito, dentro de sí mismos” (MOLLOY, 1987, p. 427)⁷⁹. As façanhas e as informações são relatadas sempre tendo em vista a posição desse eu narrador em relação a elas. Chega ao ponto de, através da convivência ostensiva com os índios, a paisagem começar a ser prolongação do eu.

A segurança da verdade do relato passa, portanto, pela credibilidade que tem esse “yo”. É para assegurar sua confiabilidade que Ardoino estabelece a biografia que lhe interessa de Cabeza de Vaca. Ressalta, como já vimos, a importância de seus antepassados. Salienta ademais como seus cargos como indicativos de confiança (e ao mesmo tempo caçoa de Padre Honorio por não haver considerado tais fatores em sua sátira):

la antigüedad de su nobleça, i dignos parentescos, sin las cuales substanciales calidades huviera sido mui suficiente para calificar, i acreditar à *Alvar* de noble, el empleo de Thesorero, (...) i respetable como digna de toda estimacion su persona; ser Oficial, i Ministro de la S.R.M. de Phelipe II, su Thesorero, i Real Alguacil de su Armada (i subió despues por sus meritos à el primer empleo de Adelantado) i quando nada curioso Filipono, de la calidad de *Alvar Nuñez*, i su familia, de que devia enterarse antes de escribir, no podia, sino voluntaria, ò neciamente ignorar los empleos i cargos, por estar enunciados en las primeras líneas de la *Historica narracion*, i fueron principal motivo de su Relacion; i si de la nobleça de la família, i confiança de los empleos, se pueda legitimamente inferir, la rectitud del obrar, como todos aprueban, vinculandose en la calidad, i nobleza, el credito de quanto por sus poseedores se expressa (ARDOINO, 1749, p. 4)⁸⁰.

Sempre enfatizando a herança espanhola e cargos espanhóis, Ardoino não toca no que fez entre os índios e apaga a sua transculturação. Na entrada de “Álvar Núñez” no índice, após o fim da narrativa, faz um grande resumo dos seus feitos presentes no texto. Mas seu desentendimento com os cristãos ao final do relato não aparece – ainda que não hesite em lembrar que ele fez os índios povoarem os *llanos*, trazendo-lhes paz. Qualquer referência à mudança de identidade ou até mesmo à sua diferença com os cristãos é ignorada. Lendo somente o índice, a colonização espanhola padrão pareceria com a que empreenderam os espanhóis de **Naufragios**⁸¹. Cabeza de Vaca parece um espanhol exemplar, assim como o

⁷⁹ “Ao não estarem respaldados pela ação gloriosa, modo convencional de valorização, tanto o eu como seu relato terão que encontrar sua glória, seu mérito, dentro de si mesmos” (tradução nossa).

⁸⁰ “a antigüidade de sua nobreza e dignos parentescos, sem os quais substanciais qualidades tivesse sido muito suficiente para qualificar e acreditar a *Alvar* de noble o emprego de Tesoureiro, (...) e respeitável como digna de toda estimação sua pessoa ser Oficial e Ministro de Sua Real Majestade Felipe II, seu tesoureiro e Real *Alguacil* de sua armada (e subiu depois por seus méritos ao primeiro emprego de *Adelantado*), e quando nada curioso Filipono da qualidade de *Alvar Nuñez* em sua família, de que devia inteirar-se antes de escrever, não podia se não voluntaria ou nesciamente ignorar os empregos e cargos por estar enunciados nas primeiras linhas da *Histórica narracion* e foram principal motivo de sua *Relación*; e se da nobreza da família e confiança dos empregos se possa legitimamente inferir a retidão do obrar, como todos aprovam, vinculando-se na qualidade e nobreza o crédito de quanto pelos seus detentores se expressa” (tradução nossa).

⁸¹ O projeto pacífico de Álvar Núñez Cabeza de Vaca tem semelhanças com as propostas de Bartolomé de Las Casas – ainda que não chegue a questionar, como faz o dominicano, a própria conquista. Este, conhecido como

processo de conquista espanhola parece com aquele que empreendeu Cabeza de Vaca. Enfatiza os elementos espanhóis que compõem a sua identidade para criar esse *ethos* fiável, o qual garante a veracidade dos feitos.

Entretanto, só Cabeza de Vaca não basta: “se acisola la verdad de una Historia, i acendra con la aprobacion, i aceptacion de otros graves Escritores; i si graves Autores no se oponen, antes consienten, i contestan la verdad de los hechos, que en la Historia se expressan: aun contra la malicia, i la embidia se mantiene su fee” (ARDOINO, 1749, p. 5)⁸². As pessoas de igual credibilidade podem assumir a verdade de uma obra. Na outra citação, também diz que é legítimo associar a nobreza com a fidedignidade, porque “todos aprueban”. A identidade de Álvaro e o consenso dos notáveis – quanto à vinculação entre o *ethos* do autor e a verdade e entre a obra e a verdade – são elementos que assentam seu crédito. A verdade associada ao *ethos* está em função dos cargos exercidos, dos nobres antepassados e dos nobres que lhe creem. Todos inseridos no círculo da sociedade letrada espanhola: é um homem circundado de outros homens que lhe dão um pedaço de suas credibilidades.

Um homem sozinho nos aparece ao abrir o livro **Travels**. Um retrato simples de um jovem, com traços delicados, sem barba, penteado para trás e uma roupa aparentemente mais simples, mas ainda assim elegante. Um homem bastante diferente de como Park retrata-se ao longo de sua viagem. Coincide antes com a representação de Park ao retornar à presença do Dr. Laidley, quando pode novamente se vestir com roupa inglesa e tirar sua barba (PARK, 2000, p. 303): resiliência. Britânico, representação mais de como Park se sente do que como de fato se apresenta fisicamente ao longo de grande parte da sua narrativa. É o retrato de um *gentleman*.

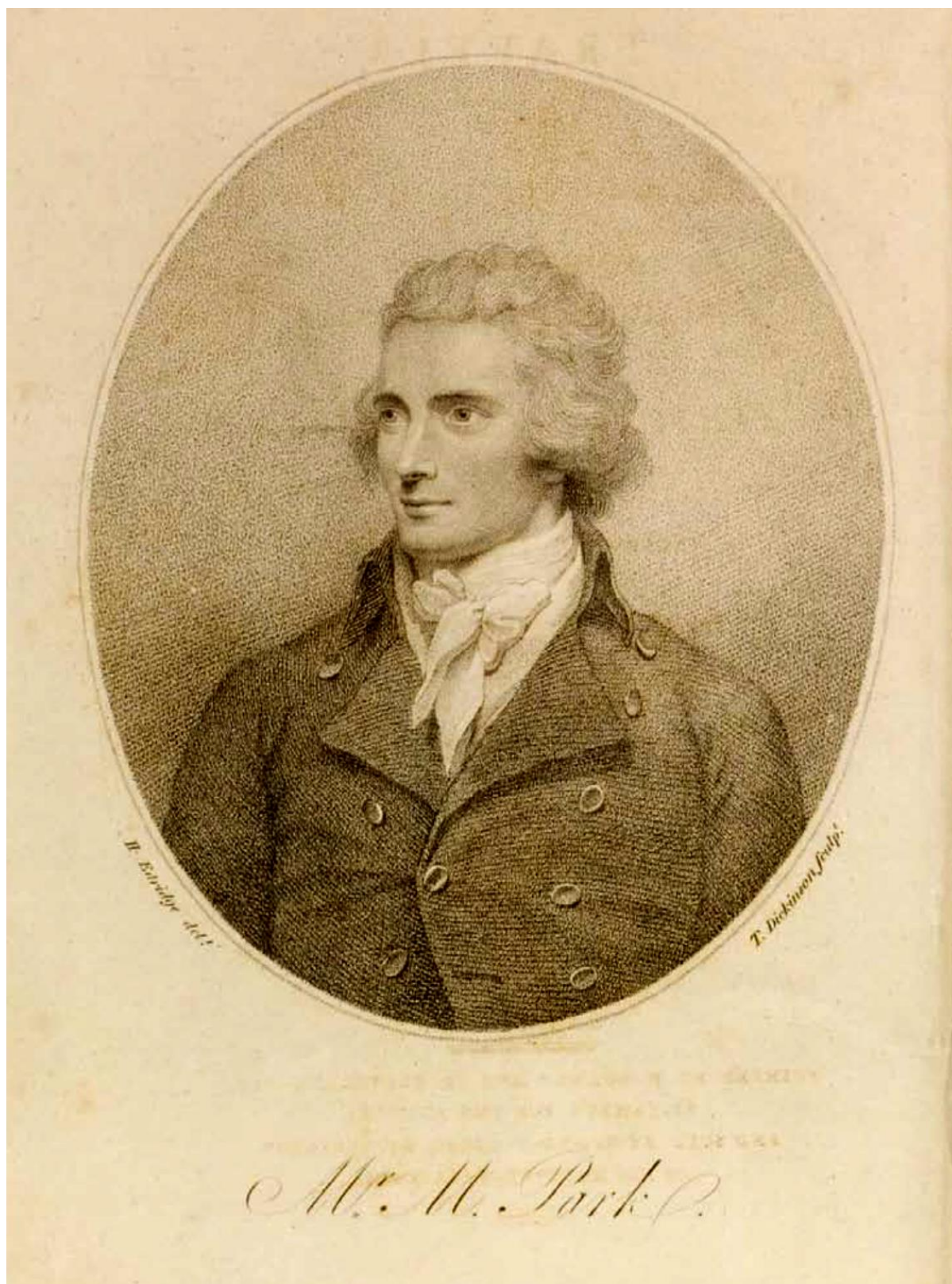
Park não nasceu em uma família rica. Do contrário, seria considerado um *gentleman* sem esforços desde sempre. Tanto que a sua ascendência não é abordada em **Travels** (1799)⁸³, como faz Ardoino com Cabeza de Vaca. Engenhosamente, Park logo no começo de seus escritos se coloca no meio desses que já têm indubitável prestígio. Faz referência logo no início de seu livro aos *gentlemen* que o ajudaram em sua viagem e às instituições notáveis às quais se associa:

“defensor dos índios”, ainda deve ser lido de maneira crítica. Só se propõe tanto em Las Casas como em Cabeza de Vaca um empreendimento pacífico para que seja mais eficaz o projeto evangelizador espanhol. Recomendo a leitura de Eduardo Subirats, **El continente vacío**.

⁸² “se depura a verdade de uma História e ascenderá com a aprovação e aceitação de outros graves Escritores; e se graves Autores não se opõem, antes consentem, e contestam a verdade dos feitos que na História se expressam: ainda contra a malícia e a inveja se mantém sua fé” (tradução nossa).

⁸³ Na biografia de John Whishaw, faz-se referência à ascendência e à família de Park. Publicada mais de 15 anos depois, com o êxito de **Travels** já assentado, não lhe daria descrédito essa descrição.

Figura 7: Retrato de Mungo Park em seu livro **Travels in the Interior Districts of Africa** (1799).



Fonte:

<http://dedalus.usp.br/F/FUFFSPK7447VY3TQV53HBQMYF9N7KGKQ15T81TMY21TSUXNSH-03896?func=service-media-exec&doc_library=USP01&doc_number=000257124&media_index=00001&func_code=WEB-BRIEF>.

Soon after my return from the East Indies in 1793, having learnt that the *Noblemen and Gentlemen, associated for the purpose of prosecuting Discoveries in the Interior of Africa*, were desirous of engaging a person to explore that continent by the way of the Gambia River, I took occasion, through means of the *President of the Royal Society*, to whom I had the honour to be known, of offering myself for that service; I had been informed, that a gentleman of the name of Houghton, a captain in the army, and formerly fort-major at Goree, had already sailed to the Gambia, under the direction of the association (...). Being favoured by the *Secretary of the Association, the late Henry Beaufoy, Esq. with a recommendation to Dr. John Laidley (a gentleman who had resided many years at an English factory on the banks of the Gambia)*, and furnished with a letter of credit on him for £200, I took my passage in the brig *Endeavour* (PARK, 2000, p. 67–68, grifo meu)⁸⁴.

Circundado por *gentlemen* e reconhecido por ou até mesmo partícipe dessa ordem⁸⁵, outra característica clara de Mungo Park é ser religioso; ainda que nunca faça referência a si próprio enquanto católico ou protestante, salienta que é cristão: “I reflected that I had parted from the last European I might probably behold, and perhaps quitted for ever the comforts of Christian society” (PARK, 2000, p. 88).

São características clássicas de um conquistador e explorador, como diria Pratt (2010, p. 77), “evidentemente, o caráter europeu, masculino e de classe-média” (PRATT, 1999, p. 142). Outro elemento assinalado por Pratt, ao compará-lo com outros livros do cientificismo imperialista norte-europeu, é como Park centra a narrativa no “eu”, trazendo ao seu *travel writing* o que ela chama de “sentimental mode”. Classifica o narrador de Park como “o não-herói de uma anticonquista”. E, apesar de não ser objetivo, o escocês constrói sua figura como aquele que é olhado pelo Outro. Faz parecer, assim como naqueles livros em que predomina o objetivismo, que não seria uma presença intervencionista: aparece sempre passivo em relação ao que relata.

Ao mesmo tempo, o relatado é visto através de sua experiência. “As esperanças e medos do próprio Park e sua própria experiência corporal constituem os eventos e registram sua significância” (PRATT, 1999, p. 141). Os leitores devem, então, fiar-se completamente desse

⁸⁴ “Logo depois do meu retorno das Índias Orientais em 1793, tendo sabido que os Nobres e Cavalheiros associados pelo propósito de procurar Descobertas no Interior da África desejavam engajar uma pessoa a explorar aquele continente através do Rio Gambia, aproveitei a ocasião, através dos meios do Presidente da *Royal Society*, por quem tive a honra de ser conhecido, de oferecer-me para esse serviço; eu tinha sido informado que um cavalheiro de nome Houghton, um capitão no exército e outrora major do forte de Goree já tinha navegado ao Gambia, sob a direção da associação (...). Favorecido pelo Secretário da Associação, o falecido Henry Beaufoy, Ilmo., com uma recomendação ao Doutor John Laidley (um cavalheiro que residiu muitos anos numa feitoria inglesa nas margens do Gambia), e equipado com uma carta de crédito nele de £200, eu peguei minha passagem no bergantim *Endeavour*” (tradução nossa).

⁸⁵ Para saber mais sobre a “função-autor” na ciência durante a modernidade europeia, recomendo a já clássica conferência **O que é um autor?**, de Michel Foucault, e então o texto de Roger Chartier, “Trabajar con Foucault: esbozo de una genealogía de la función-autor”, no qual faz alguns adendos à proposta genealógica foucaultiana sobre essa função discursiva.

sujeito que conta a história para que pensem nela enquanto verdadeira. A identidade de Mungo Park é de suma importância porque é ela que também confere fidedignidade ao relato.

Se temos acesso à verdade através da sua experiência corporal, o retrato dele tem uma função maior do que simplesmente representar aos leitores suas características físicas: ele mesmo é vetor de sua credibilidade e por isso é tão importante que nele esteja, mais do que Park, um *gentleman*. A legitimidade estar relacionada com a construção até mesmo física é um fenômeno (ao menos) britânico: “although it may appear at first glance that anatomical and physiological condition have little connection with the questions of identity, legitimacy, and credibility with which I am concerned, the ways in which those states were represented, perceived, and used in the local culture do indeed speak to these questions” (SHAPIN, 1994, p. 152)⁸⁶.

Como vimos na citação do começo de seu primeiro capítulo, Park imediatamente se coloca como explorador, quando cita sua volta das Índias Orientais. Então, se localiza através dessas associações com *noblemen* e com *gentlemen*. Seus vínculos com estas figuras e essas instituições conferem-lhe um grau de confiabilidade outro. Quaisquer dúvidas que seus leitores possam ter quanto a Park pessoalmente, sua credibilidade aparece-lhes autorizada pela *African Association* e pela *Royal Society* – ainda que de fato não o seja, como vimos na seção 2.5 capítulo I. Steven Shapin, em seu livro **A Social History of Truth: civility and science in seventeenth century England**, diz: “truth is a matter of collective judgment and that it is stabilized by the collective actions which use it as a standard for judging other claims. In short, truth is a social institution” (SHAPIN, 1994, p. 5–6)⁸⁷.

São as ordens dos *gentlemen*, como a própria *Royal Society*, que terão credibilidade para estabelecer consensualmente o que é ou não verdade no assentamento da ciência e seus métodos. Shapin demonstra a associação entre a figura do *gentleman* e a ordem social historicamente estabelecida da verdade e como esta é passada à ciência experimental: “conventions and codes of gentlemanly conversation were mobilized as practically effective solutions to problems of scientific evidence, testimony, and assent”⁸⁸. Se o relato de Park é

⁸⁶ “embora pareça em um primeiro olhar que a condição anatômica e fisiológica tem pouca conexão com as questões de identidade, legitimidade e credibilidade com que estou preocupado, as formas através das quais esses estados eram representados, percebidos e usados na cultura local de fato têm relação com essas questões” (tradução nossa).

⁸⁷ “a verdade é uma questão de julgamento coletivo e isso é estabilizado por ações coletivas que a usam como padrão para julgar outras alegações. Resumidamente, a verdade é uma instituição social” (tradução nossa).

⁸⁸ “convenções e códigos de conversações cavalheirescos foram mobilizados como soluções efetivas em termos práticos para problemas científicos: evidência, testemunho e aprovação” (tradução nossa).

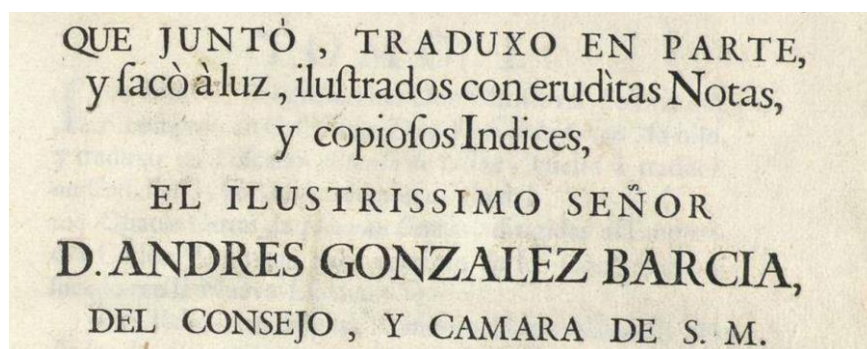
considerado crível, especialmente tendo em conta a centralização dele no “eu” e em sua percepção, é só enquanto a figura de Park pode ser concebida crível. E ele se colocar como um homem, europeu – mais precisamente, britânico –, branco, cristão, *gentleman* e vinculado a essas instituições é o que fazem finalmente seu relato verdadeiro. Até porque é a estes mesmos a quem escreve: *Republic of Letters*.

“Identity at once belongs to an individual and to the collectivities of which that individual is a part”, diz Shapin (1994, p. 127)⁸⁹. Internamente à narrativa, os autores desses relatos de viagem são retratados com o respaldo de diferentes coletivos, aos quais se associam para terem credibilidade. Assim é possível ver como se monta o edifício da verdade – além de verificar quão necessário para que um homem o erga que uma instituição o banque.

1.5 Discursos: historiográfico e científico

Álvar Núñez Cabeza de Vaca ascende na publicação do século XVIII como relacionado com a Coroa. Enquanto nobre, descendente de homens da nobreza, possuidor de cargos importantes para a conquista e para a colonização espanholas da América e emissor de uma mensagem ao Rei. Em cada uma de suas qualificações feitas por Ardoino, a monarquia espanhola está presente sustentando-as. Até mesmo ao cargo posterior à *relación* como *adelantado* e governador do Rio da Prata é utilizado para ligar Álvar ao Rei.

Figura 8: Parte da capa de **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales** (1749).



⁸⁹ “A identidade ao mesmo tempo pertence ao indivíduo e aos coletivos dos quais esse indivíduo faz parte” (tradução nossa).

A instituição da Coroa também aparenta estar ligada à organização, edição, impressão e publicação do livro. O editor é um dos fundadores da *Real Academia Española*, a qual não está associada diretamente à edição da coletânea **Historiadores Primitivos**. Entretanto, o prestígio de Andrés González Barcia e de seu cargo ligado à Coroa é salientado na capa do livro, como mostra a imagem acima, acentuando a autoridade ao relato. A coletânea, uma reunião de suas edições realizada postumamente, compõe o projeto de Andrés González Barcia de ressignificar a conquista da América mirando o público do século XVIII. Esse tipo de projeto deve acrescentar algo à República das Letras, em oposição ao de Padre Honorio:

salga su nueva impresion à la luz de este Amphiteatro de el Orbe, sin lunares de legitima contradicion, i se mantenga indemne al credito de las comunes opiniones, i la estimacion de sus escritos; i no aviendose aprovechado el P. Honorio de el documento de la sabiduría, *ni importando nada à la Republica Literaria*, ni à la Gloria de la Religion, si el Omnipotente Dios se ha servido, para instrumento de los milagros de Alvar Nuñez Cabeza de Baca, i Compañeros (ARDOINO, 1749, p. 2, grifo meu).

A provocação feita pelo Padre Honorio nada haver acrescentado a essa comunidade humanista europeia nos mostra o ensejo de inserir o projeto no círculo de doutos, meta do projeto historiográfico de Barcia⁹⁰:

Scholars like González de Barcia, we might say, constituted another manifestation of Struve's *Zeitgeist*: one that attempted to lead great men to true knowledge. This spirit indeed characterized much of the community of scholars that inhabited the Republic of Letters during the late seventeenth and early eighteenth centuries. (...) these publications took on a very important role in the defence of Spain's contribution to Europe by presenting to scholars of the Republic of Letters what these Spanish intellectuals considered to be Spain's authentic cultural glories (CARLYON, 2005, p. 98–100)⁹¹.

Carlyon assinala a função política, interna à Espanha, e a função intelectual, mais europeia do que espanhola, desse projeto editorial de Barcia. Entretanto, que abarcasse tanto o âmbito político como humanista em suas reedições é conflituoso: “González de Barcia would have been aware of the prejudice of other scholars against a member of the political

⁹⁰ Não consigo formular o quanto Ardoino adere a esse projeto ou simplesmente fez a contribuição pontual do “Examen Apologetico”. Pouco se sabe dessa figura ou de seu labor intelectual para além de tal texto. Mais interessante, portanto, é inserir esse texto em um projeto historiográfico sistemático como o de Andrés González Barcia.

⁹¹ “Eruditos como González de Barcia, podemos dizer, constituíam outra manifestação do *Zeitgeist* de Struve: um que tentou levar grandes homens ao verdadeiro conhecimento. Esse espírito de fato caracterizou grande parte da comunidade de eruditos que habitou a República das Letras durante o fim do século XVII e começo do XVIII (...) essas publicações tiveram um papel muito importante na defesa da contribuição espanhola para Europa ao apresentar a eruditos da República das Letras o que estes intelectuais espanhóis consideravam as autênticas glórias culturais da Espanha” (tradução nossa).

establishment claiming status as a scholar” (CARLYON, 2005, p. 103)⁹². Apesar das relações de muitos doutos com a política, com especial destaque na Espanha, a República das Letras considerava-se alheia ao resto da sociedade (CARLYON, 2005, p. 103). Com sua atuação durante anos no cerne da Coroa dos Bourbons, Barcia evitou a possível controvérsia e escolheu usar pseudônimos em suas publicações enquanto vivo. A coletânea póstuma **Historiadores Primitivos** é a primeira a sair com seu nome (CARLYON, 2005, p. 104–105). O bibliófilo mostra cuidado para que seu projeto acadêmico não fosse desprestigiado na República das Letras, revelando que são estes seus leitores intencionados.

Inserido nesse grande projeto historiográfico, o relato de Cabeza de Vaca na coletânea é publicado com inúmeras alterações, a fim de adaptar-se às demandas de uma nova época e de novos leitores. Encaixam-no nesse gênero historiográfico, conhecido e reconhecido por essa comunidade douta, além de associado à verdade. Cada um dos critérios anteriormente explorados são então relevantes para que se encaixe nesse gênero. A simplicidade, como lida com as fontes, a relação com a escrita documental e até mesmo a mudança de interlocutor – afinal, a história não costuma ter um interlocutor em específico. O texto é reorganizado, alterado e inserido no modelo que prescreve a historiografia baseada na retórica. Assim, **Naufragios** (1749) pode ser recebido pela República das Letras como verdadeiro – se atendendo aos critérios dessa comunidade de homens doutos pela qual possivelmente circulou a coletânea.

Tanto afirmei que o leitor de Park também era essa mesma República das Letras, quando em realidade a circulação de **Travels** foi muito mais ampla. Prova da vastidão de sua recepção é haver tido três edições no mesmo ano de sua primeira publicação, em 1799. Seus leitores de fato ultrapassaram essa gama de homens doutos europeus. Entretanto, foram os homens da *Republic of Letters* que promovem o livro, e são seus leitores presumidos. Ademais, deles se vale para ganhar legitimidade naquilo que relata. Emergem em duas figurações chaves de Mungo Park: primeiro, em seu estampado na primeira página como *gentleman*; depois, no primeiro parágrafo do primeiro capítulo, circundado das suas instituições. Por ser representante de e por estar respaldado por uma classe de homens britânicos prestigiosos, Park consegue ter crédito como viajante, apagar sua função enquanto autor e fazer parecer que os feitos estão transcritos tal como foram – a verdade. Tanto que o título de seu livro omite que se trata da narrativa de uma viagem: são só *travels*.

⁹² “González de Barcia seria ciente do preconceito de outros eruditos contra um membro do estabelecimento político reivindicando o status de erudito” (tradução nossa).

E, claro, transparece os valores do verdadeiro promovidos pelas instituições compostas por tais homens. Diz uma resenha sobre **Travels**:

While his account exhibits, with its varieties, the uniformity of man's nature, and thus derives probability from the subject of the narration, another argument in favour of its authenticity is to be found in the mode and practice of the narrator. We meet with no boasting, no lions, or hyenas overcome by his prowess, no crouds of nymphs vanquished by his charms; we merely see a bold, active, enterprising, intelligent man, in untried situations, and, *in the usual course of human operations*, exerting the qualities of his body and mind, to extricate himself (...). From the character of the author, and the verisimilitude of the narration, we entertain no doubt that the whole and every part of what he alledges is true (THE ANTI-JACOBIN REVIEW AND MAGAZINE, 1799, p. 168, grifo meu)⁹³.

De acordo com a Anti-Jacobin Review, há duas instâncias narrativas que garantem que **Travels** expressa “the truth”: o caráter de Park e a verossimilhança narrativa. Quanto ao primeiro, assinala que a reação do autor ao mundo que o circunda não passa de usual, natural. Não seriam diferentes daquelas reações que eles já conhecem. Quanto à verossimilhança, tampouco é muito exótica a descrição do interior da África, até então inexplorado. Apesar de tão distante, o livro retrata esse lugar como parecido ao seu, e de seus *countrymen*.

O livro responde aos requisitos científicos da época: uma concepção universalista. E é por tal razão que os leitores só o consideram crível. Suas “discoveries” basicamente demonstram o que já era consenso, veiculado pelo livro, e abraçado pelos leitores. Apesar de ter uma gama de leitores mais ampla, é a verdade segundo a *Republic of Letters* que importa.

Os relatos de viagem cheios de elementos que lhes pareciam fantasiosos já não agradavam. Relembro a anedota segundo a qual Park omitiu certos acontecimentos porque não seriam adequados para a manutenção da verossimilhança do livro – ainda que fossem reais. Se é verdade ou não que Park disse isso a Walter Scott não faz diferença; fato é que a representação desse novo território para os europeus, o interior da África, é prosaica e pouco diferenciada. Como diz Marsters, ao falar do limite perigoso com o qual tantos relatos de viagem tiveram de lidar entre o maravilhoso e o irreal: “Park handled this by reporting no wonders directly” (MARSTERS, 2000, p. 18)⁹⁴. Os leitores para os quais escreve já têm bem assentada a verdade enquanto científica e universal e, para vender um relato de viagens como factual, era necessária

⁹³ “Se seu relato exhibe, com suas variedades, a uniformidade da natureza humana e, portanto, deriva probabilidade do assunto da narração, outro argumento a favor de sua autenticidade está no modo e prática do narrador. Nós não encontramos nenhuma ostentação, nenhum leão ou hienas superados por sua proeza, nenhuma multidão de ninfas derrotadas por seu charme; nós somente vemos um homem corajoso, altivo, empreendedor, inteligente, em situações nunca antes experimentadas, e, no normal curso das operações humanas, exercendo as qualidades de seu corpo e mente para se libertar (...). Pelo caráter do autor e pela verossimilhança da narração, nós consideramos sem dúvidas que o todo e cada parte do que ele alega é verdade” (tradução nossa).

⁹⁴ “Park lidou com isso não reportando maravilha alguma” (tradução nossa).

sua adesão a essa verossimilhança. Característica da era científica e promovida por esses homens doutos, Park mostra um mundo adequado ao universalismo.

Ambos os relatos de viagem se inserem como parte do discurso verdadeiro durante o século XVIII. Para tal, devem ser bem recepcionados nessa ordem de doutos, e adaptam-se a estes leitores: ao dar a impressão de simplicidade; ao retratarem-se percorrendo o território e as mudanças decorrentes dessa trajetória; ao qualificarem as fontes que usam; através do vínculo com maneiras de escrita expostas nos relatos; e finalmente por como inserem seus leitores na narrativa enquanto iguais a si. Representados como sujeitos partícipes das ordens institucionais que compõem a Verdade, é a essa ordem também que se dirigem. Nesse sentido, adequam-se a discursos consolidados na época. Mungo Park participa do discurso científico; Cabeza de Vaca, do historiográfico.

1.6 Choques epistemológicos

Em princípio, como vimos, os critérios continuam os mesmos para verificar a verdade em **Naufraios** (1749) e em **Travels** (1799). Entretanto, os critérios *operam* de maneira distinta. Dentre eles, o mais significativo para pensar as diferenças no funcionamento na narrativa é a figuração do autor para os leitores. Ambos são considerados fiáveis, mas os requisitos são distintos. Quanto à Cabeza de Vaca, basta ter tido ascendência, cargos e ser reconhecido mutuamente por homens com crédito. Mungo Park não tem ascendência nobre, não tem cargos relevantes, mas é reconhecido mutuamente por homens com crédito. Pensando em Foucault, é de fato o suporte institucional, dado por estes homens letrados, aquele que estabelece a verdade.

Mas se nota que as instituições mudaram seus próprios critérios para considerá-los fiáveis. Sem ascendência e sem cargos, Mungo Park pode contar com os instrumentos científicos para ser considerado fiável. Metonímia da ciência britânica, assim como a mala de Park é metonímia dos objetivos de sua viagem, essas ferramentas servem para corrigir erros de percepção. Quando tudo pode ser classificado de acordo com a mesma taxonomia, qualquer lugar do mundo também pode ser olhado a partir dos mesmos critérios – europeus e eurocêntricos. Basta saber manusear essa nova metodologia, que abarca o mundo inteiro.

Em meio à ascensão dessa nova teoria do conhecimento, Barcia faz um projeto editorial historiográfico sem precedentes. Era questionada a credibilidade desses testemunhos espanhóis da conquistas, e faz uma série de republicações com o objetivo de que os textos da conquista *salgan à la luz sin lunares de legítima contradicción*. Para seguir com credibilidade, a *relación* de Álvaro Núñez exigiu um árduo trabalho editorial. Adapta o texto de Cabeza de Vaca de modo a adequá-lo à legibilidade intencionada: para que seja não só legível, mas legível como verdadeiro. Não quer dizer que seu esforço seja feito no sentido de colocá-lo nesse novo paradigma. Antes, suas alterações assinalam uma adesão à historiografia tal como concebida pelas regras da retórica, cujos paradigmas entram em contradição com essa nova epistemologia.

Não é por casualidade que o **Travels** de Mungo Park, ao longo de todo o século XIX, seguirá sendo reeditado e republicado. O livro serve como modelo aos novos viajantes a terras recônditas. É decoroso com a epistemologia científica desenvolvida nos países norte-europeus. Sendo mais específica, atende aos critérios do empirismo baconiano, tão caro ao Reino Unido. **Travels** fornece um paradigma de viajante, com um novo modo de relatar. Adequa-se de tal maneira à verdade – como concebida naquele contexto histórico pelo consenso europeu – que seu texto se torna padrão.

Essa mudança na maneira de relatar e sua aderência à verdade sem dúvidas tem estrita relação com a mudança no eixo de poder europeu ao longo do século XVIII. Espanha desde o fim do século XVII está decaindo, o que afeta até mesmo o campo historiográfico sobre sua conquista da América (ver capítulo 1 “Escrever ao reino, escrever para o reino”). Em meados do século XIX, enquanto **Travels** segue sendo reeditado, o império britânico chega ao ápice de sua expansão territorial. Nos âmbitos da cultura, do conhecimento acadêmico, da economia e do expansão territorial imperialista, a hegemonia passa a ser do norte da Europa. Tais centros culturais europeus do século XVIII renegam os relatos de viagem espanhóis de séculos antes e, ao mesmo tempo, formulam modelos outros. Baseados na epistemologia científica que lhes convinha, os relatos de viagem disseminam esse modelo de verdade.

4 CAPÍTULO 3: ITINERÁRIOS CIVILIZATÓRIOS

Ler relatos de viagem implica seguir um certo itinerário, cujo guia é o autor. Este sujeito, que viaja e que narra, faz de sua trajetória o tema central da narrativa. Seguimos Álvaro Núñez em **Naufragios** e Mungo Park em **Travels in the interior districts of Africa**. Ao explicarem suas composições, atrelam seus itinerários ao gênero textual: o primeiro, *relación*; o segundo, *Journal*. Em seu “Prohemio”, diz Cabeza de Vaca: “no me quedó lugar para hazer más servicio deste, que es traer a Vuestra Magestad relación de lo que en diez años que *por muchas y muy estrañas tierras que anduve perdido y en cueros*, pudiesse saber y ver” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 80, grifo meu)¹. Em seu “Preface”, diz Mungo Park que, apesar das condições desfavoráveis para a recepção de seu diário, ele se consola “if the distinguished persons, under whose auspices I entered on my mission, (...) consider the Journal which I have now the honour to present to them, to be, what I have endeavoured to make it, an honest and faithful *report of my proceedings and observations* in their service, *from the outset of my journey to its termination*” (PARK, 2000, p. 47, grifo meu)².

Neste capítulo, seguindo a comparação entre estes dois relatos de viagem, pretendo analisar o grande tema de quaisquer narrativa desse gênero: o deslocamento espacial. Retomo a definição do gênero feita por Beatriz Colombi: “podemos definir al viaje como una narración en prosa en primera persona que trata sobre un desplazamiento en el espacio hecha por un sujeto que, asumiendo el doble papel de informante y protagonista de los hechos, manifiesta explícitamente la correspondencia – veraz, objetiva – de tal desplazamiento” (COLOMBI NICOLIA, 2006, p. 14). Quanto à veracidade e objetividade, já nos alongamos durante o capítulo anterior. Sobre o sujeito que narra, inevitavelmente tangenciamos ao analisar todas as dimensões do relato. Por fim, chegamos ao deslocamento: mais precisamente, a *forma* que adquirem os itinerários em **Naufragios** e em **Travels**; afinal, tal tema é também aquele que *estrutura* essas narrativas de viagem.

Há certa especificidade em como os relatos de viagem falam do espaço. Neles, a espacialidade está mais ou menos restrita à *locomoción do narrador*. Outro tipo de tratamento

¹ “não me restou lugar para fazer mais serviço que este, que é trazer à Vossa Majestade *relación* do que em dez anos que por muitas e muito estranhas terras que andei perdido e em coros, pudesse saber e ver” (tradução nossa).

² “se as ilustres pessoas, sob cujos auspícios entrei em minha missão, (...) considerarem que o Diário que eu tenho agora a honra de apresentar-lhes é o que eu tentei dele fazer, um relatório honesto e fiel de meus movimentos e observações em seu serviço, da saída da minha jornada até seu término” (tradução nossa).

Figura 9: Mapa feito por Major Rennell baseado nas notas de Mungo Park sobre sua viagem à África. Impresso em **Travels in the Interior Districts of Africa** (1799).



Fonte: <https://legacy.lib.utexas.edu/maps/historical/txu-oclc-7293927-africa_interior.jpg>

do espaço pode ser visto no mapa de Major Rennell, incluído na edição de **Travels** (1799). Esta cartografia assinala o caminho de Mungo Park pela África através de uma linha vermelha, mas não se delimita de acordo com o deslocamento, como faz o relato. Por exemplo, não se vê no mapa de onde Park saiu no começo de sua narrativa nem aonde Park chegou em seu final, ambos pontos no Reino Unido (respectivamente Portsmouth e Falmouth). Ao mesmo tempo, nele há territórios pelos quais o autor *não* passou.

Essa diferença entre o livro e o mapa corresponde a duas categorias de Michel de Certeau (1998, p. 204). Itinerário seria “uma série discursiva de operações”, e mapa, “uma descrição redutora totalizante das observações”. Neste último, mapa, se encaixa o mapa de Major Rennell, em que se apresenta a ordem dos lugares. Os relatos, tanto de Park como de Cabeza de Vaca, encaixam-se no itinerário, já que com eles acompanhamos um percurso.

“La narrativa de viajes – como género – se acerca notablemente al trazado cartográfico mucho más que a la crónica, que observa detenidamente el orden del tiempo” (TEGLIA, 2013, p. 139)³, diz Vanina M. Teglia, em seu artigo “De la geografía de las Indias al trazado de un camino alegórico en **Naufragios** de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca”. Entretanto, que a geografia das narrações esteja consoante não somente com a descrição dos lugares, mas com as *trajetórias* dos narradores, tem uma implicação importante. Diferem-se em muito de uma cartografia, que

³ “A narrativa de viagens – como género – se aproxima notavelmente ao traçado cartográfico muito mais que à crônica, que observa detidamente a ordem do tempo” (tradução nossa).

pode mostrar sua data de produção ou publicação, mas se pretende razoavelmente atemporal: possui o aspecto alargado de um presente do indicativo. Já os relatos de viagem, além de seguirem uma *delimitação espacial*, transitam também dentro de uma *delimitação temporal*.

Nos dois livros, **Naufragios** e **Travels**, abundam as maneiras de pensar o espaço e o tempo. As descrições dos locais e dos nativos em ambos são riquíssimas, suas observações sobre seus países de origem são fascinantes, e as referências aos tempos merecem uma análise detida. **Naufragios** tem os mais diversos artigos e ensaios que ao menos tangenciam tais assuntos, como os artigos de Sylvia Molloy, Margo Glantz, de Vanina M. Teglia, enfim. Apesar do grande número de estudos, segue sendo sem dúvidas um relato que se abre para mais leituras. Já **Travels** poderia render mais análises, sendo a melhor delas (ao menos de meu conhecimento) ainda a de Mary Pratt em seu capítulo “Anti-conquest II”.

Neste capítulo chamado “Itinerários civilizatórios”, reconhecendo a infinidade de leituras às quais se abrem os espaços nesses textos, escolhi restringir-me a uma leitura das *trajetórias* de **Naufragios** e de **Travels** pensando na relação com as *estruturas* das narrativas. Primeiro, acompanho o processo de composição dos autores através de seus paratextos: o prólogo de **Naufragios** e o prefácio de **Travels**. Então, percorro as maneiras de segmentação utilizados pelos livros – capítulos e dias –, perseguindo a relação que têm com as dimensões espaço e tempo. Vemos alterações na estruturação da narrativa enquanto prossigo pelo itinerário de retorno: após os sofrimentos dos autores, aparece como uma redenção. O encaminhamento da narrativa desenha uma nova relação dos europeus com os nativos, uma relação de poder que pode fazer daquele espaço um território – sendo que, para pensar território, utilizo a definição de Rogério Haesbaert. Vislumbramos em ambos os relatos de viagem por fim um espaço alterado porque já permeado pelo exercício de poder cristão e europeu.

1.7 Caminho ético: breves considerações sobre a edição de 1749

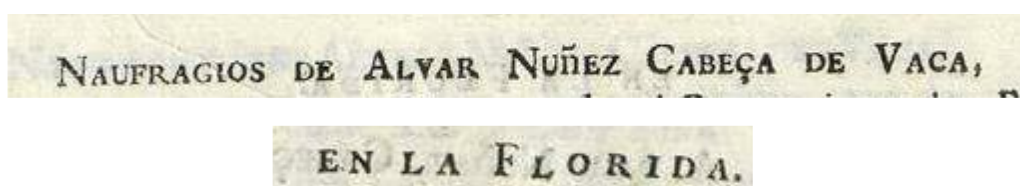
Para tais objetivos, o **Naufragios** de 1555 publicado em Valladolid é mais interessante de ser abordado do que a edição de 1749 feita em Madri (para maiores explicações sobre as edições, ver capítulo 1). Ainda que os relatos de viagem distem dois séculos, a comparação abordando o deslocamento não implica uma análise deshistoricizante. Lembro mais uma vez a descrição de Colombi, quando diz que essas características dos relatos de viagem guardam

constância ao longo do tempo. Sempre que possível, remeto ao contexto das produções dos textos e aos diferentes momentos de expansão europeus. Centro-me, portanto, na edição do século XVI de Cabeza de Vaca. Antes, entretanto, vale a pena pensar na espacialidade na edição de 1749; para esse tema dedico algumas palavras.

No “Prohemio” de **Naufragios** (1555), suprimido na edição do século XVIII, o autor indica que o relato de tais terras estranhas pelas quais andou comporta dez anos. As delimitações nas dimensões geográfica e temporal estão presentes nesse seu paratexto. Pouco menos de duzentos anos depois dessa publicação de 1555, quando Cabeza de Vaca é publicado na coletânea **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales**, mais do que serem o tema, o tempo e o lugar servem para dar-lhe legitimidade.

Dentre outras razões que Antonio Ardoino em seu “Examen Apologético” usa para classificar seu relato como história está “averse hallado personalmente en todos los *tiempos*, *lugares*, sucessos, con las personas que refiere, i con suficiente *espacio*, para vèr, i reflexionar lo ocurrido” (ARDOINO, 1749, p. 3, grifo meu). Tão enigmática em seu final, essa citação enfatiza o “averse hallado”, pretérito mais-que-perfeito. Ardoino usa a enunciação de Cabeza de Vaca, passada em relação ao “Examen”, como referência temporal. Anterior à enunciação de Álvaro Núñez está sua estadia na (ou, melhor dito, locomoção pela) *Florida*. Este território, Flórida, tem tamanha importância na edição de 1749 que está graficamente presente no título do relato: “Naufragios de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca; y relacion de la jornada, que hizo a la Florida con el adelantado Panfilo de Narvaez”. Também se repete no cabeçalho de cada página ímpar, com exceção da primeira. E não parece casual a insistência nesse espaço: editor de **Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales**, Andrés González Barcia escreveu também o **Ensayo cronológico para la historia general de la Florida**⁴.

Figura 10: Cabeçalhos retirados das páginas 4 e 5 de “Naufragios de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca; y relacion de la jornada, que hizo a la Florida con el adelantado Panfilo de Narvaez” (1749).



Fonte: <<http://bibliotecadigital.aecid.es/bibliodig/es/consulta/registro.cmd?id=934>>

⁴ Disponível em <<http://bibliotecadigital.aecid.es/bibliodig/es/consulta/registro.cmd?id=396>>.

A reedição e a inclusão de tal apologia faz parte de um projeto para retomar a legitimidade dos conquistadores. Para tal, como já vimos, trava um embate com Padre Honorio, que suscitou dúvidas se eram verdadeiras as curas de Álvaro Núñez. Ardoino, então, estrutura seu texto de acordo com os argumentos de Padre Honorio:

passarèmos al examen de la contradiccion de el P. Honorio; pues reduciendose à dos puntos, lo incierto de la Historia, i lo fabuloso de los milagros, por los medios que se escriben, expondrè yo igualmente en dos la defensa; Primero de lo historico, y segundo de los milagros, en la conformidad con que se expressan⁵.

A contradição é a de Padre Honorio, a qual Ardoino quer apagar do texto de Cabeza de Vaca e a ela, portanto, responde em conformidade.

Além da própria estrutura de seu exame ser uma paralela resposta às críticas presentes na sátira, Ardoino engenhosamente cria campos semânticos para contrapor os textos. Um, para se referir à sátira de Padre Honorio; outro, ao seu “Examen”; e ainda outro, sobre o escrito de Cabeza de Vaca. “La legalidad, i rectitud de *Alvar Nuñez*, luce con tanta mayor claridad, quanto con obscuridad, i menor conocimiento de noticias, procura el P. Honorio anublarla” (ARDOINO, 1749, p. 4)⁶. Constrói um antagonismo entre a legalidade, a *rectitud*, a luz, a claridade, o branco de Cabeza de Vaca e a *obscuridad*, o *anublar*, o colorido de Padre Honorio. Já Ardoino serve como antítese a este último: “Para desvanecer este desvario, allanar la dificultad de esta rëplica, i llenar el vacío de esta suposicion, pasarè à el segundo Examen” (ARDOINO, 1749, p. 8)⁷. Uma antítese dissipadora, a apologia abre o caminho no meio da fumaça ofuscante, para melhor visualizar o que está detrás. É uma mão que abana os vapores para ver o trajeto a ser seguido: “Padre *Honorio Filipono*, prorrumpió en las satyras escandalosas contra *Alvar Nuñez Cabeza de Baca*, que me ha parecido incluírlas, para mejor disiparlas” (ARDOINO, 1749, p. 1)⁸.

Essa antítese é aquela que faz as opiniões comuns não seguirem o caminho errado, ao qual a leitura de Padre Honorio guiaria. “Desviandolas del derecho camino de la virtud, inclinandolas, i aun impiliendolas en el curso desenfrenado de los vicios” contrasta com a

⁵ “passaremos ao exame da contradição de Padre Honorio; então reduzindo-se a dois pontos, o incerto da História e o fabuloso dos milagres, pelos meios que se escrevem, vou expor igualmente em dois a defesa; Primeiro do histórico e segundo dos milagres, na conformidade com que se expressam” (tradução nossa).

⁶ “A legalidade e a retidão de Alvar Nuñez luz com tanta maior claridade quanto com obscuridade e menor conhecimento de notícias procura Padre Honorio nublá-la” (tradução nossa).

⁷ “Para desvanecer este desvario, preparar a dificuldade desta réplica e encher o vazio desta suposição, passarei ao segundo Exame” (tradução nossa).

⁸ “Padre Honorio Filipono irrompeu em sátiras escandalosas contra Alvar Nuñez Cabeza de Baca, que me pareceu incluí-las, para melhor dissipá-las” (tradução nossa).

“rectitud, i legalidad del que escribe” (ARDOINO, 1749, p. 4)⁹. A sátira de Padre Honorio ofusca e desvia; é oblíqua e leva aos vícios. Por outro lado, está o caminho reto e correto, aquele de Cabeza de Vaca, o qual Ardoino nos mostra através de seu exame. Seu fim, em oposição àquele de Padre Honorio, é a virtude. O caminho é uma questão moral, e seu desvio leva ao vício.

O virtuoso e o vicioso adquirem forma quando estão atrelados a um trajeto. No “Exame Apologético” se estabelece uma trajetória, ainda que metafórica: o caminho reto, o qual Ardoino mostra a seus leitores quando se contrapõe a Padre Honorio. O “Examen” – que reclassifica a narrativa, dá-lhe novo nome, novo estatuto de credibilidade, renova o texto, retira suas partes e o adapta – reivindica-se como aquele que faz aparecer o texto sem contradições. Para dissipar essa névoa, renova e adapta todo a *relación* de Álvaro Núñez, de modo a mantê-la virtuosamente com crédito:

no permitiendo la brevedad de la vida, larga permanencia de los Escritores oculares en la tierra, necessitamos se conserven con credito las relaciones de nuestros maiores, reparando el trabajoso estudio de los Historiadores, los daños del olvido, que los voraces dientes del tiempo motivan (ARDOINO, 1749, p. 6)¹⁰.

Resgatá-la com uma função mais *ética* do que *poética* ou *retórica*. Ou melhor, a poética ou a retórica estão em função da ética – projeto comum aos homens de letras do século XVIII (ALVAREZ BARRIENTOS; LOPEZ; URZAINQUI, 1995, p. 14). A republicação é feita para que o livro seja reconhecido através do caminho da virtude, lendo o relato da maneira que deve ser lido – segundo Ardoino, é claro. Ética imiscui-se no que hoje chamaríamos estética e vice-versa, levando os editores da *relación* de Cabeza de Vaca a modificar a sua *forma*. Toda essa interferência para a representificação de Cabeza de Vaca se faz a fim de guiar o leitor em um caminho virtuoso: o “Examen Apologético” mostra o caminho das pedras, cartografia o trajeto cujo destino é a virtude, sem mostrar um deslocamento. Somente coloca os elementos de tal maneira que pareçam ao leitor perfeitamente retilíneos – seria, usando a classificação de Certeau, um mapa?

A publicação no presente dos setecentos da narrativa passada sobre eventos ainda mais passados (“*averse hallado*”) recoloca-a no tempo. Apesar da dimensão cronológica dar credibilidade a Cabeza de Vaca, também é associada ao seu esquecimento. Há um vínculo entre

⁹ “Desviando-as do direito caminho da virtude, inclinando-as e ainda impedindo-as no curso desenfreado dos vícios” (tradução nossa).

¹⁰ “não permitindo a brevidade da vida, longa permanencia dos Escritores oculares na terra, necessitamos que se conservem com crédito as *relaciones* de nossos maiores, reparando o trabalhoso estudo dos Historiadores os danos do esquecimento, que os vorazes dentes do tempo motivam” (tradução nossa).

passagem de tempo e *olvido*¹¹; levando à recriação do *corpus* da conquista. A republicação feita por Barcia desses escritos é uma maneira também de representificação, embora haja vicissitudes e contradições trazidas no processo – as quais o exame tenta (muito) insistentemente apagar.

Tamanha a insistência no crédito do texto e tamanha interferência no original: o texto de Ardoino faz revelar as contradições de sua republicação. Esse caminho tão cheio de obstáculos mostra que uma trajetória à virtude não se faz sem tropeços. E, se havia na *relación* contradições éticas e retóricas que para o século XVIII deveriam ser sanadas, estas certamente estão concentradas no próêmio. Seguimos, fechando o parêntese, para a análise desse paratexto.

1.8 Composição: mediação, imediação

Para melhor aproximar-se à composição do relato de Cabeza de Vaca e sua relação com a espacialidade e com a temporalidade, é necessário analisar o “Prohemio”, retirado de **Naufraios** (1555). Como diz Pedro Lastra: “Las piezas suprimidas por González Barcia y restituidas a su lugar en la edición de Serrano y Sanz [(1906)], son fundamentales para la inteligencia de los propósitos de Alvar Núñez y de su estrategia escritural” (LASTRA, 1984, p. 91)¹². É no próêmio, por exemplo, que fica evidente a delimitação espaço-temporal do livro, quando diz que seu objetivo é “traer a Vuestra Magestad relación de lo que *en diez años que por muchas y muy estrañas tierras* que anduve perdido y en cueros, pudiesse saber y ver (...) que dello de alguna manera Vuestra Magestad será servido” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 80, grifo meu)¹³.

Esse paratexto revela o descompasso cronológico da composição de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, cuja mediação é possível através da memória. Para poder relatar, “el cuidado

¹¹ No capítulo 2 da presente dissertação, falei como a memória nesse novo **Naufraios** (1749) não era uma instância da composição como havia sido nas publicações do século XVI. Creio que não me encontro em contradição ao falar do combate ao esquecimento exposto no exame. A manutenção da memória postulada por Ardoino não é do autor ou narrador, nem inerente à composição da narrativa, como na edição de Valladolid. É coletiva, e se deve manter devido a um esquecimento aliado a um descrédito genérico dessas obras – concerne, portanto, à recepção. Um relato que, se desdenhado, pode levar o povo a vê-lo de maneira viciosa. Trata-se de um salvamento da desmemória, que se recolocando ao mesmo tempo assenta sua credibilidade para o público.

¹² “As peças suprimidas por González Barcia e restituídas a seu lugar na edição de Serrano y Sanz [(1906)] são fundamentais para a inteligência dos propósitos de Alvar Nuñez e de sua estratégia de escrita” (tradução nossa).

¹³ “trazer à Vossa Magestade *relación* do que em dez anos que por muitas e muito estrañas terras que andei perdido e em coros, pudiesse saber e ver (...) que com isso de alguma maneira Vossa Magestade será servido” (tradução nossa).

y diligencia siempre fue muy grande de tener particular memoria de todo, para que si en algun tempo Dios nuestro Señor quisiesse traerme *adonde agora estoy*, pudiese dar testigo de mi voluntad y servir a Vuestra Magestad” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 80–81, grifo meu). Só com a memória pode compor um relato que dê testemunho de sua lealdade ao Rei. E a memória aparece como ponte de três temporalidades.

Na parte destacada da citação, o cuidado em ter memória é *passado*, e está condicionado por um evento *futuro* em relação aos feitos, mas *presente* em relação à enunciação. A memória é trabalhada no momento dos feitos – em que era utilizada para a possível (mas improvável) chegada ao momento presente e ao local presente, a Espanha peninsular. Mas a memória também é invocada no aqui e agora da enunciação, pelo cuidado de havê-la trabalhado no “antes”. Sempre mediados pela memória, eventos que já foram e lugares longínquos (posições da terceira pessoa) ficam acessíveis em uma enunciação presente, na Espanha e feita pelo eu.

Esse manejo através da rememoração explica que em **Naufragios** a estrutura do relato privilegie alguns momentos em detrimento de outros. Tanto é assim que a *relación* não tem qualquer ilusão de equivalência temporal com a viagem. “Los primeros diecinueve capítulos se refieren a seis años de viaje y los diecinueve restantes tan sólo a dos”¹⁴, diz Molloy (1987, p. 439) referenciando a Lewis. Em seu artigo, por sua vez, Lewis postula:

los hechos narrados en los primeros diecinueve capítulos (desde la embarcación en Cuba hasta el final de la esclavitud de Alvar Núñez y sus compañeros) ocupan un espacio de ocho años, mientras que el tiempo transcurrido en los últimos diecinueve capítulos (el viaje de Texas a México y la vuelta a España) es sólo de dos años (LEWIS, 1982, p. 688)¹⁵.

Nesses desencontros de temporalidades entre os críticos, parece que o último é quem está correto. Somente no capítulo XVI já se passam seis anos (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 135) e, como vimos no proêmio, Cabeza de Vaca diz que esteve na terra durante dez anos; portanto, faz mais sentido que a segmentação seja entre oito e dois anos.

Tal desequilíbrio temporal se mantém na publicação do século XVIII – mas não sem contradizer Ardoino. Quando em seu exame se embasa em critérios historiográficos afirmando que os sentidos (visão e audição) dão credibilidade ao relato, esse descompasso temporal deixa latente que há outra instância de composição do relato omissa nessa edição. Mediação pouco

¹⁴ “Os primeiros dezenove capítulos se referem a seis anos de viagem e os dezenove capítulos restantes tão somente a dois” (tradução nossa).

¹⁵ “Os feitos narrados nos primeiros dezenove capítulos (desde a embarcação em Cuba até o final da escravidão de Alvar Nuñez e seus companheiros) ocupam um espaço de oito anos, enquanto o tempo transcorrido nos últimos dezenove capítulos (a viagem de Texas a México e a volta à Espanha) é só de dois anos” (tradução nossa).

abordada no “Examen”, fica muito evidente na estruturação narrativa de **Naufragios**. Os elementos que motivam essa passagem do tempo desalinhada, suprimidos na edição de 1749, constam na publicação de 1555. Diz Lewis (1982, p. 688):

Esta relativización del tiempo se debe, sin duda, a la mediación de la memoria del autor, en la que los materiales del relato están seleccionados por su importancia y ordenados dentro de una cronología ‘flexible’, que permite las necesarias ‘expansiones’ y ‘contracciones’ para acomodar el discurso narrativo¹⁶.

De fato, a memória, como grande mediadora, molda o tempo narrativo. Mas não só: também o remetente de Álvaro, rei da Espanha, e o interesse do autor ao escrever-lhe fazem o narrador manipular a cronologia.

A busca pelo reconhecimento da Coroa o leva a discorrer mais *largamente* sobre alguns anos, nos quais *prestou serviço* à monarquia. Os oito anos passados na primeira metade do livro abordam desde o fracasso da expedição, suas andanças pelas terras até a escravização de Cabeza de Vaca, Dorantes, Castillo e Estebanico. Intervalo preterido no relato, essa passagem acelerada parece em um primeiro momento bastante coerente com sua determinação em relegar ao não-dito suas misérias (ver capítulo 2 “A edificação da verdade”). Os dois outros anos, contados detidamente na segunda metade, tratam de sua vida enquanto *físico* e sua crescente autoridade entre os indígenas. É a parte ascendente e mais gloriosa: ele, Castillo, Dorantes junto de Estebanico, o negro¹⁷, estabelecem uma relação de respeito com os nativos através das curas. Toda essa disseminação de sua fama entre os nativos culmina, por fim, em uma evangelização dos indígenas de maneira muito efetiva. Esses seriam, portanto, os anos em que de fato serviu ao rei – e, como diz no proêmio: “que dello em alguna manera Vuestra Magestad será servido” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 80).

Se o proêmio de Cabeza de Vaca é aquele que revela os elementos chave de sua composição, em **Travels** tal parte corresponderia ao prefácio. Em suas primeiras linhas, declara: “The following Journal, drawn up *from original minutes and notices made at the proper moment* and preserved with great difficulty, is now offered to the Public by the direction of my noble and honourable employers, the Members of the African Association” (PARK, 2000, p. 45, grifo meu). Desde as primeiras palavras refere-se a seu escrito como um *Journal*, “diário”. A palavra “minutes”, referindo-se às notas tomadas, dão a sensação de temporalidade

¹⁶ “Essa relativização do tempo se deve, sem dúvida, à mediação da memória do autor; nela, os materiais do relato estão selecionados pela sua importância e ordenados dentro de uma cronologia ‘flexível’, que permite as necessárias ‘expansões’ e ‘contrações’ para acomodar o discurso narrativo” (tradução nossa).

¹⁷ Coloco Estebanico apartado porque assim também é representado no livro. Certamente caberia fazer uma investigação mais detalhada dessa personagem.

e de imediatismo. E estas notas foram feitas “at the proper moment”. Referente temporal pouco específico, o momento adequado é dedutível até mesmo por seu gênero: dia a dia. Com todos esses elementos juntos, Park dá a ideia de uma composição próxima dos feitos aos quais o relato faz referência.

Mesmo a recepção do livro louva um relato presentificado e com correspondência entre visão e descrição dos objetos. Já lemos em uma das resenhas de **Travels** publicada em 1799: “he seems to have described things as he saw them” (THE ANTI-JACOBIN REVIEW AND MAGAZINE, 1799, p. 243). Na segunda oração dessa citação, o “as” remete tanto a uma comparação de igualdade como denota a simultaneidade do olhar em relação à descrição: poderia ser traduzido como “conforme”: “ele parece ter descrito as coisas conforme as via” (tradução nossa). Em outras palavras, o escritor é louvado porque as descrições das coisas parecem ser feitas *como as vê e/ou enquanto as vê*.

Diante de um *Journal*, há tal precisão temporal ao longo de sua trajetória que há também alguma ilusão de imediaticidade. O ocorrido e sua escrita parecem simultâneos, em especial pela segmentação do livro em dias. Muito diferente de **Naufragios**, em **Travels** não há descompassos temporais tão grandes. Ademais, há poucas sínteses narrativas: a linha coesiva entre os momentos e lugares se embasa especialmente em Park e sua trajetória. Por isso, quando diz “I was now approaching the end of my tedious and toilsome journey” (PARK, 2000, p. 302)¹⁸, Park não poupa seu leitor, para quem a viagem é também entediante. São dias e dias de eventos pontuais, pouco relevantes, e relatos de espaços pelos quais o autor passa que vão se acumulando.

Mas essa ilusão de imediaticidade é desmanchada no prefácio. Nele revela que não passamos por um diário incólume, correspondente aos tais “minutes made at the proper moment” (PARK, 2000, p. 45–46). Há enumeradas mediações entre o que Park viu em sua viagem e o livro final mais adiante em seu prefácio:

Immediately after my return from Africa, the Acting Committee of the Association, taking notice of the time it would require to prepare an account in detail, as it now appears, and being desirous of gratifying, as speedily as possible, the curiosity which many of the Members were pleased to express concerning my discoveries, determined that an epitome, or abridgment of my travels, should be forthwith prepared from such materials and oral communications as I could furnish, and printed for the use of the Association, and also, that an engraved Map of my route should accompany it. A memoir, thus supplied and improved, was accordingly drawn up in two parts, by Members of the Association, and distributed among the Society: the first part consisting of a narrative, in abstract, of my travels, by Bryan Edwards, Esq.; the

¹⁸ “Eu estava agora aproximando-me ao fim de minha entediante e penosa jornada” (tradução nossa).

second, of Geographical Illustrations of my progress, by Major James Rennell, F. R. S. Major Rennell was pleased also to add, not only a Map of my route, constructed in conformity to my own observations and sketches (when freed from those errors, which the Major's superior knowledge, and distinguished accuracy in geographical researches, enabled him to discover and correct), but also a General Map (...). Mr. Edwards has kindly permitted me to incorporate, as occasion offered, the whole of his narrative into different parts of my work; and Major Rennell, with equal good will, allows me not only to embellish and elucidate my Travels, with the Maps beforementioned, but also to subjoin his Geographical Illustrations *entire* (PARK, 2000, p. 45–46)¹⁹.

Travels conta com as “Geographical Illustrations” e o mapa de Major Rennell à parte (ver capítulo 1, seção 2.2.5), e a contribuição mais enigmática de Mr. Edwards, incorporada totalmente no livro final. Baseado nesse fragmento, talvez seja possível até mesmo pensar que o livro foi escrito a quatro mãos, entre Park e Edwards. O que esse trecho revela sem dúvidas é que há uma série de intervenções: o processo de transpassar as notas feitas durante a viagem, a consideração de apresentações orais à *African Association*, a mediação de Mr. Edwards na elaboração desse primeiro relato que é, por fim, utilizado por Park para o relato final. A extensão das interferências na composição e, simultaneamente, a tentativa de seu ocultamento podem ser entrevistadas nas ambiguidades formais de **Travels**.

1.9 Antes das misérias: capítulos e datas

O livro de Park possui duas divisórias: os capítulos (26 no total) e as datas. Este último tipo de segmentação, paradigmático do gênero textual *journal*, não aparece desde o princípio. Inicialmente, as datas são especificadas só por adjuntos adverbiais – “On the 6th of October the Waters of the Gambia (...)” (PARK, 2000, p. 74)²⁰. Mais adiante, começa a informar os dias

¹⁹ “Imediatamente depois do meu retorno da África, o Comitê Atual da Associação, notando o tempo que requeriria preparar um relato em detalhe, como agora aparece, e desejando gratificar, tão rápido quanto possível, a curiosidade que tantos Membros expressavam em relação às minhas descobertas, determinou que um epítome ou sùmula das minhas viagens deveria em seguida ser preparado a partir dos materiais e das comunicações orais que eu pudesse fornecer e determinou que fosse impresso para o uso da Associação; e também que um Mapa de minha rota deveria acompanhá-lo. Um *memoir*, suprido e melhorado, foi por conseguinte desenhado em duas partes pelos Membros da Associação e distribuídos à Sociedade: a primeira parte consistindo de uma narrativa, em resumo, de minhas viagens, por Bryan Edwards, Ilmo.; a segunda, de Ilustrações Geográficas de meu progresso, por Major James Rennell, Colega da Royal Society Major Rennell teve o prazer de adicionar não só um Mapa de minha rota, construído em conformidade com minhas próprias observações e esboços (quando libertos dos erros que o conhecimento superior do Major e distinta precisão em pesquisas geográficas lhe permitiam descobrir e corrigir), mas também um Mapa Geral (...). Senhor Edwards gentilmente me permitiu incorporar, quando se ofereceu a ocasião, integralmente sua narrativa em diferentes partes de meu trabalho; e Major Rennell, com semelhante boa vontade, me permitiu não só embelezar e elucidar meu Travels com os Mapas antes mencionados, mas também acrescentar suas Ilustrações Geográficas *integralmente*” (tradução nossa).

²⁰ “Em 6 de outubro as águas do Gambia” (tradução nossa).

através de parênteses – “at noon on the next day (December 5th)” (PARK, 2000, p. 89)²¹. Com esse sistema, a datação já se descola da sintaxe da oração – mas ainda a compõe.

Figura 11: Fragmento correspondente ao trecho percorrido por Park no capítulo III do mapa impresso em *Travels in the Interior Districts of Africa*.



Fonte: <https://legacy.lib.utexas.edu/maps/historical/txu-oclc-7293927-africa_interior.jpg>

Quando a data já constitui um período por si só no início dos parágrafos finalmente se torna uma maneira de seccionar o texto. Essa mudança ocorre só a partir do meio do capítulo III, no qual o narrador parte do território britânico para o interior. “December 9th.” (PARK, 2000, p. 93)²², com ponto final, denota a mudança entre a mera especificação dos dias e estes funcionarem como parte estrutural do livro. A partir de então, dependendo do mês, também se utiliza de abreviaturas: “Dec. 18th.” (PARK, 2000, p. 99)²³. Segue assim até o último capítulo, quando sua rota de volta encontra sua rota de ida, na capital do reino de *Wooll*, Medina.

Apesar de começar no capítulo III, as datas são mais usadas enquanto instrumento de divisão textual quanto mais conturbada está a narrativa. Destaco o capítulo IX (dentro os 26

²¹ “na tarde no dia seguinte (5 de dezembro)” (tradução nossa).

²² “9 de dezembro.” (tradução nossa).

²³ “18 dez.” (tradução nossa).

capítulos no total), quando o uso da divisão em dias torna-se mais ostensivo²⁴. É nele que Park entra em território mouro e é detido por Ali devido à guerra entre *Kaarta* e *Bambarra*. Saber dessa disputa levou-o a “an unfortunate determination, the immediate cause of all the misfortunes and calamities which afterward befel me” (PARK, 2000, p. 135)²⁵. Nessa mesma frase que antecipa o começo da organização em datas, entretanto, entrevemos também um dos momentos de **Travels** em que a sensação de presentificação é quebrada. Antecipa o malogro de sua decisão, desestabilizando essa percepção de presente construída pela forma de diário.

Se a separação das datas dá essa ilusão de imediaticidade, a separação em capítulos ajuda a quebrá-la. Os capítulos desempenham uma segmentação *espacial*, em função da passagem de Mungo Park pelas divisões de territórios. No capítulo I, o narrador se movimenta de Portsmouth, sul do Reino Unido, até Pisania, onde se hospeda na casa de Dr. Laidley, às margens do rio Gambia. Está até então em domínios ingleses. A saída de Pisania e a entrada aos limites do reino de Woollie estão no capítulo III. No capítulo IV, ultrapassa os limites entre Woollie e Bondou. No capítulo V, chega a Kajaaga; no VI, a Kasson.

Até agora falei dos capítulos que mostram seus movimentos. Se não citei o capítulo II, é porque nele Park pausa a narrativa, enquanto está na margem do rio Gambia. Ao introduzir este novo capítulo, o qual consiste em uma descrição das “nações” que habitam esse local, diz que a motivação para a pausa da narrativa é seu iminente movimento a outra região:

now, being about to take leave of my hospitable friend, (whose kindness and solicitude continued to the moment of my departure,) and to quit, for many months, the countries bordering on the Gambia, *it seems proper, before I proceed with my narrative, that I should, in this place, give some account* of the several Negro nations which inhabit the banks of this celebrated river; and the commercial intercourse that subsists between them, and such of the nations of Europe as find their advantage in trading to this part of Africa. The observations which have occurred to me on both these subjects, will be found in the following Chapter (PARK, 2000, p. 75, grifo meu).²⁶

Já no fim do livro, em uma série de capítulos descritivos, desde o XX até o XXIII, Park os introduz de maneira distinta: “Such was my employment during the remainder of my stay at

²⁴ A data enquanto divisória é usada no capítulo III somente uma vez; no IV, seis vezes; no V, duas; no VI, nenhuma; no VII, dez vezes; no VIII, três vezes; no capítulo IX, nove vezes. A partir de então, todos os capítulos – com exceção dos descritivos, sobre os quais falarei mais adiante – usam sistematicamente as datas.

²⁵ “uma determinação infeliz, causa imediata de todos os infortúnios e calamidades que depois se abateram sobre mim” (tradução nossa).

²⁶ “agora, estando a ponto de despedir-me de meu hospitaleiro amigo (cuja gentileza e preocupação continuaram até o momento de minha partida), e de abandonar, durante muitos meses, as terras fronteiriças no Gambia, parece apropriado, antes de seguir com minha narração, que eu dê um relato das várias nações Negras que habitam as margens desse celebrado rio, e o intercâmbio comercial que subsiste entre eles e quais nações de Europa tomam vantagem em comercializar com essa parte da África. As observações que me ocorreram sobre ambos os assuntos serão encontrados no próximo Capítulo” (tradução minha).

Kamalia; and I shall now proceed to lay before my readers the result of my researches and inquiries; avoiding, as far as I can, a repetition of those circumstances and observations, which were related, as occasion arose, in the narrative of my journey” (PARK, 2000, p. 236). Atribui a sua estadia, e não ao iminente movimento, a exposição descritiva. Entretanto, assim que voltamos ao que ele chama de “narrative”, no capítulo XXIV, o narrador anuncia sua saída de Kamalia. Em todos estes capítulos, Park se vê obrigado a ficar durante um tempo em um local específico e, apesar de sua situação precária de saúde, tece as mais diversas observações sobre as nações nas quais se encontra. Seja para capítulos narrativos ou descritivos, as movimentações do autor são o motivo para a divisória entre capítulos.

Se os capítulos seguem ou param de acordo com seus movimentos, a descrição de Tombuctu (PARK, 2000, p. 208), aonde ele afinal nunca chega, deve ser diferente. Inserida na data “July 29th”²⁷, trata-se de um local onde sabemos que não esteve. Park não introduz um novo capítulo, em concordância com os critérios para divisão do resto de seu livro. Deixa para inserir essa descrição dentro de um capítulo narrativo, e espera para descrevê-la quando está mais próximo do que nunca de Tombuctu: na cidade de Silla, localidade mais a leste que chega. Insere tal descrição no local mais adequado – sempre em relação ao narrador. Mesmo não havendo estado ali, a cidade também é apresentada de acordo com seus movimentos.

Apesar da divisão cronológica estar subordinada à divisão em capítulos, usando o nome de *journal* fica em evidência a segmentação que presentifica o relato. Em contraposição, a *relación* Cabeza de Vaca só tem a divisão dos capítulos. Parecido com como ocorre em Mungo Park, os capítulos de Cabeza de Vaca, ao menos os iniciais, seguem uma divisão em função da trajetória. Os próprios títulos de alguns deles demonstram tal escolha de segmentação: “Capítulo tercero: Cómo llegamos a la Florida”, “Capítulo cuarto: Cómo entramos por la tierra”, “Capítulo seis: Cómo llegamos a Apalache”, “Capítulo ocho: Cómo partimos de Aute”, “Capítulo nueve: Cómo partimos de baía de Cavallos”, “Capítulo quinze: De lo que nos acaesció en la villa de Malhado”, “Capítulo diez y seis: Cómo se partieron los christianos de la isla de Malhado”²⁸. Este – em função da trajetória não do narrador, mas de seus companheiros – é o último com delimitação geográfica precisa.

²⁷ “29 de julho” (tradução nossa).

²⁸ “Capítulo terceiro: Como chegamos à Flórida”, “Capítulo quarto: Como entramos pela terra”, “Capítulo seis: Como chegamos a Apalache”, “Capítulo oito: Como partimos de Aute”, “Capítulo nove: Como partimos da baía de Cavalos”, “Capítulo quinze: Do que nos aconteceu na vila de Malhado”, “Capítulo dezesseis: Como partiram os cristãos da ilha de Malhado”.

Até então, quando ainda mantém constância do espaço, Álvaro Núñez Cabeza de Vaca indica as temporalidades também de maneira precisa. Nos primeiros capítulos a constância de datas é muito maior, e se desvanece na medida em que ficam mais e mais perdidos. Seguindo suas datações, no capítulo um sai da Espanha em 17 de junho de 1527 e no capítulo catorze indica estar no fim de abril de 1529. São pouco menos de dois anos nos primeiros catorze capítulos. Dizer que na primeira metade do livro, a qual consiste em 19 capítulos, passam-se oito anos é portanto pouco preciso.

Destes oito anos, mais ou menos *seis* estão concentrados *somente* no capítulo dezesseis. Nele, Cabeza de Vaca relata – ou melhor, deixa de relatar – seus ofícios como comerciante: "Los trabajos que en esto passé sería largo contarlos, assí de peligros y hambres como de tempestades y fríos, que muchos dellos me tomaron en el campo y solo, dónde por gran misericordia de Dios Nuestro Señor escapé" (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 135)²⁹. Mais especificamente, relata o decurso de sete anos, visto que um pouco antes Cabeza de Vaca diz "Mi enfermedad estorvó que no les pude seguir [a los christianos], ni los vi. Yo huve de quedar con estos mismos indios de la isla *más de un año*" (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 133)³⁰.

Que o capítulo dezesseis corresponda a um grande salto cronológico, faz com que seus motivos devam ser explorados mais detidamente³¹. "Fueron casi seis años el tiempo que yo estuve en esta tierra, solo entre ellos y desnudo como todos andavan" (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 135)³². Assim relata Cabeza de Vaca a passagem desses seis anos. Genericamente agrega essa meia dúzia de anos, reunida por conter algumas continuidades. A primeira é do espaço: "en esta tierra". A falta de deslocamento do narrador parece influir para esse salto temporal. A segunda, a companhia: "entre ellos", sendo que o pronome de terceira pessoa do plural, "ellos", designa os índios – que são as mesmas comunidades indígenas. Terceiro, denota a continuidade esta palavra ambígua: "solo". Já no **Tesoro de la lengua**

²⁹ "Os trabalhos que nisso passei seria longo contá-los, assim de perigos e fomes como de tempestades e frios, que muitos deles me tomaram no campo e só, de onde por grande misericórdia de Deus Nosso Senhor escapei" (tradução nossa).

³⁰ "Minha doença estorvou [tanto] que não pude seguir [os cristãos], nem os vi. Tive que ficar com estes mesmos índios da ilha mais de um ano" (tradução nossa).

³¹ Na edição de **Naufragios** (2018) de Eloísa Gómez-Lucena e Rubén Caba, publicada pela editora Cátedra, calculam que Cabeza de Vaca passou cinco anos sendo "mercader". Contam estes cinco anos desde a sua fuga dos índios que o escravizaram, com os quais conviveu durante sua doença. O capítulo dezesseis comportaria seis anos no total, e dois anos até então. Há outras cronologias discordantes, como aquela inserida na edição de Vanina Teglia (2013) ou aquela colocada nos livros de Adorno e Pautz (1999).

³² "Foram quase seis anos o tempo que eu estive nessa terra, só entre eles e desnudo como todos andavam" (tradução nossa).

castellana, o espanhola (1611), primeiro dicionário da língua, estão previstos dois usos de “solo”³³: como advérbio ou adjetivo. No primeiro caso, significaria então que esteve nesse meio tempo “exclusivamente entre os índios”. No segundo caso, a frase quer dizer “sozinho entre eles”. Os dois significados de “solo” fazem sentido, afinal de contas o capítulo chama “Como se partieron los christianos de la Isla de Malhado” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 133). Inicia-se com os *christianos* indo embora da ilha após visitá-lo (dentre eles, Castillo, Dorantes e Estebanico, pela primeira vez citado (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2018, p. 119)) e Cabeza de Vaca ficando devido à sua doença. Encontrava-se sozinho, porque sem esses seus companheiros, e ademais somente com os índios, já que sem os cristãos. A falta de companhia é outro dos aspectos que influem nesse lapso narrativo. Quarto e último elemento associado a essa transição de seis anos é o estar desnudo como todos andavam. Ao mesmo tempo que está somente ou sozinho entre os indígenas, também está igual a todos. Destaca-se do grupo, mas também o integra através da desnudez. Todos estes elementos que associa à passagem de tempo remetem a uma homogeneização dos eventos. Reúne mais de metade do tempo de sua viagem naquela curta frase que, se desenvolvida proporcionalmente, levaria a uma narrativa *larga*.

Mas, além da experiência descrita como uniforme, o capítulo dezesseis é o meio: está entre a ida e a volta dos espanhóis que o acompanham: Dorantes e Castillo. Quando acaba o capítulo quinze, no fim do qual descreve os indígenas de línguas Capoque e Han, pretere parte de sua descrição, priorizando a sua narrativa e de seus próximos: “Otras estrañas costumbres tienen; mas yo he contado las más principales y más señaladas, por passar adelante y contar lo que más *nos* sucedió” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 132, grifo meu)³⁴. Corta o capítulo, no qual relata a primeira vez que fazem suas curas, para dar ênfase aos dois espanhóis que acompanham Cabeza de Vaca no resto do relato. Como diz Teglia (2013, p. 159): “el espacio en los **Naufragios** de Álvar Núñez (...) se detiene em detalles minuciosos de la experiencia del yo (o del “nosotros”) con la naturaleza y los nativos”³⁵.

O seguinte capítulo, dezessete, se inicia com notícias de Dorantes, Castillo, e já incluindo também Estebanico. Reunidos, acabam sendo escravizados pelos *maríames* e os *yguazes*; mas Cabeza de Vaca anuncia o plano de esperar durante seis meses até a temporada das *tunas*. São frutos dos cactos, e os indígenas se deslocavam para comê-las. Feito o anúncio

³³ “SOLO, el que està sin compañía. Algunas veces es aduerbio, y dezimos tan solo, por tan solamente” (f. 178v).

³⁴ “Outros estranhos costumes têm, mas eu contei os mais principais e mais assinalados, por passar adiante e contar o que mais nos sucedeu” (tradução nossa).

³⁵ “o espaço nos **Naufragios** de Álvar Núñez (...) se detém em detalhes minuciosos da experiência do eu (ou do ‘nós’) com a natureza e os nativos” (tradução nossa).

no início do capítulo dezessete, sua fuga está somente no capítulo dezenove. Nesse meio tempo, conta o relato de dois participantes da expedição de Pánfilo: relato dado por Esquivel, e passado a Figueroa, Cabeza de Vaca soube finalmente a história desses homens após o encontro com os espanhóis. Também descreve os indígenas da região.

Ainda que não se estenda no relato sobre os indígenas e silencie alguns de seus tempos difíceis, não hesita em ceder páginas e capítulos para relatos dos membros da expedição de Pánfilo de Nárvaez. O autor não se preocupa somente em destacar o “eu”: também faz as vezes de voz da expedição como um todo. Não por acaso seus encontros e desencontros com esse grupo principal que lhe acompanha são motivos claros para segmentação entre esses capítulos quinze, dezesseis e dezessete. Os tempos de *mercader* não são interessantes: não tinha seus companheiros.

Conclui-se que a organização dos capítulos ao redor dos seis anos está em função dos encontros e desencontros com Andrés Dorantes, Castillo, Estebanico, com quem Cabeza de Vaca percorre o caminho de *retorno*. Com eles, também empreende as curas, levando a uma crescente autoridade, resultando por sua vez na adesão dos índios ao cristianismo. No final do livro, logo após Cabeza de Vaca dizer que vai fazer memória do restante da expedição, discorre sobre a anedota da mulher que havia escutado de uma moura que a jornada seria um desastre. Seus **Naufragios** estão pensados não só para relatar *sua* estadia nas *tierras extrañas*, mas também para enfatizar que dá o maior número de detalhes possível, ainda que não tanto do território: acerca da totalidade da expedição fracassada de 1527.

1.10 Fim: o retorno

As delimitações espaciais surgem em **Naufragios** seguindo a expedição de Pánfilo de Narváez: adentram nas novas terras, há certa expectativa de conquista e a precisão do espaço é alta. Depois, a destruição da expedição também determina o relato. A preocupação maior é sobreviver, e os lugares começam a ser descritos “por medio de la alusión a los padecimientos y transformaciones que el espacio mismo imprime sobre los sujetos del relato. Pasa a un primer plano la percepción subjetiva del territorio desconocido”³⁶. O livro se torna, portanto, uma

³⁶ “por meio da alusão aos padecimentos e transformações que o espaço mesmo imprime sobre os sujeitos do relato. Passa a um primeiro plano a percepção subjetiva do território desconhecido” (tradução nossa).

narrativa “del ‘camino en extremo trabajoso’ de regreso a España” (TEGLIA, 2013, p. 141)³⁷. Voltar à Espanha, “adonde agora estoy” para que possa relatar e, assim, cumpra seu ofício.

Voltando àquele lapso de seis anos do capítulo dezesseis, este se dá quando Cabeza de Vaca está só exercendo seu ofício de *mercader*; em um mesmo lugar; tendo como companhia anual um único cristão, que se recusa a empreender o caminho de volta; dentre os índios, que tampouco lhe ajudam em seu retorno. Nestes seis anos, o autor não está com a expedição de Pánfilo, cujo objetivo era conquistar terras para a Coroa. Tampouco está comprometido com seu retorno à Espanha, marcado pelo reencontro com Dorantes e Castillo; retorno cuja finalidade é relatar à monarquia e assim ser-lhe útil. Portanto, o lapso de tempo se dá quando o autor *não está prestando serviço ao Rei*.

Quando as misérias se agravam, após sua escravização, a estrutura narrativa muda. Fica em função do retorno, o qual só ocorre com a presença de Dorantes, Castillo e Estebanico. A segmentação entre os capítulos, inicialmente espacial, torna-se uma divisão em função desse retorno – o que explica tanto enfoque nos desencontros e encontros com esses três. Em conformidade, os títulos dos capítulos subsequentes evidenciam tal mudança narrativa. Os mais claros são: “Capítulo treinta y tres: Cómo vimos rastro de christianos”, “Capítulo treinta y cuatro: De cómo embié por los christianos” e “Capítulo treinta y siete: De lo que aconteció cuando me quise venir”³⁸.

Que a miséria determine a estrutura dos relatos de viagem é verdade em ambos os livros. De maneira mais ou menos análoga a essa mudança do capítulo oito de Cabeza de Vaca, a composição sofre uma transformação em **Travels** no capítulo IX, quando Ali lhe aprisiona. Esclareço que Park não modifica a estruturação padrão ao longo de sua viagem pelo interior da África, na qual a divisão entre capítulos denota fronteiras de territórios pelos quais passa e, subordinada a essa, está sua divisão entre dias. Mas, com as dificuldades, aguça-se a especificidade temporal. A partição entre datas fica mais ostensiva:

The reader may probably have expected from me a more detailed and copious *account* of the manners, customs, superstitions, and prejudices of this secluded and singular people; but it must not be forgotten, that the wretchedness of my situation among them afforded me but few opportunities of collecting information (PARK, 2000, p. 172, grifo meu).

³⁷ “do ‘caminho extremamente trabalhoso’ de regresso à Espanha” (tradução nossa).

³⁸ “Capítulo trinta e três: Como vimos rastro de cristãos”, “Capítulo trinta e quatro: De como enviei pelos cristãos”, “Capítulo trinta e sete: Do que aconteceu quando quis vir” (tradução nossa).

Park alega não conseguir dar “account”, descrever, por estar em uma situação difícil. Instaura o modo *narrative*: conta seus movimentos com a divisória em dias.

Por outro lado, é no período em que por fim pode relaxar e é cuidado por Karfa em Kamalia, quando está doente e pode ficar ocioso, que volta com uma enxurrada de capítulos descritivos (XX, XXI, XXII, XXIII). Nestes, não se movimenta e não segmenta o escrito em dias. Está no modo *account*. Depois dos quatro capítulos seguidos em que faz observações minuciosas sobre Kamalia, Park começa a jornada de volta com o *coffle*, junto dos escravizados. Ao final dessa trajetória, o escocês traça um paralelo entre seus sofrimentos e os dos escravizados que estão sendo levados à costa: “During a wearisome peregrination of more than five hundred British miles, exposed to the burning rays of a tropical sun, these poor slaves, amidst their own infinitely greater sufferings, would commiserate mine” (PARK, 2000, p. 302)³⁹.

Ao longo do retorno padece, e o uso dos dias é mais consistente. Há evidente predominância, logo após tantos capítulos descritivos, do modo *narrative*, o qual persiste até sua volta ao caminho que seguiu a leste. Essa rota circular fecha o escrito da maneira em que começou: Park indo pelas mesmas cidades, reencontrando *Seniora* Camilla e dr. Ladley. Volta às suas vestimentas inglesas. Em seu retorno, está incólume. Mungo Park está intacto, e também o território, tendo a visita do homem branco como excepcional. Entretanto, diferente dos territórios e de Park, há algo que se transforma nessa viagem de volta ao oeste.

No mesmo parágrafo que instantaneamente volta às suas vestes britânicas, conta a mudança de Karfa, que lhe havia hospedado e guiado de volta à costa africana dominada por ingleses:

this good creature had continued to manifest towards me so much kindness, that I thought I made him but an inadequate recompence, when I told him that he was now to receive double the sum I had originally promised; and Dr. Laidley assured him that he was ready to deliver the goods to that amount, whenever he thought proper to send for them. Karfa was overpowered by this unexpected token of my gratitude, and still more so, when he heard that I intended to send a handsome present to the good old schoolmaster, Fankooma, at Malacotta. He promised to carry up the goods along with his own, and Dr. Laidley assured him, that he would exert himself in assisting him to dispose of his slaves to the best advantage, the moment a slave vessel should arrive. These, and other instances of attention and kindness shown him by Dr. Laidley, were not lost upon Karfa. He would often say to me, "my journey has indeed been prosperous!" But, observing the improved state of our manufactures, and our manifest superiority in the arts of civilized life, he would sometimes appear pensive, and

³⁹ “Durante uma cansativa peregrinação de mais de quinhentas milhas britânicas, exposto aos ardentes raios de um sol tropical, esses pobres escravos, entre seus próprios sofrimentos infinitamente maiores, ainda tinham comiseração pelos meus pesares” (tradução nossa).

exclaim with an involuntary sigh, *fato fing inta feng*, "black men are nothing." At other times, he would ask me with great seriousness, what could possibly have induced me, who was no trader, to think of exploring so miserable a country as Africa? He meant by this to signify that, after what I must have witnessed in my own country, nothing in Africa could in his opinion deserve a moment's attention. I have preserved these little traits of character in this worthy Negro, not only from regard to the man, but also because they appear to me to demonstrate that he possessed a mind *above his condition*: and to such of my readers as love to contemplate human nature in all its varieties, and to trace its progress from rudeness to refinement, I hope the account I have given of this poor African will not be unacceptable (PARK, 2000, p. 304)⁴⁰.

O processo de Karfa é apresentado como síntese. Park utiliza expressões como "he would often say to me" ou "he would sometimes appear pensive, and exclaim with an involuntary sigh". São falas que não estavam contadas durante a sua narrativa, em um resumo inusual. Com exceção das digressões do argumento central, poucos acontecimentos são contados de uma vez só. Os eventos costumam estar esparsados ao longo do tempo narrativo, decorosamente à forma de diário⁴¹. Este talvez seja um caso único em seu relato. A transformação de Karfa, que teria acontecido ao longo do caminho de retorno, é relatado no final resumida e retrospectivamente, inclusive dando uso a esses advérbios como "often" e "sometimes". Trata-se de um aspecto (no sentido linguístico) alargado, dando a impressão de que essas falas eram constantes e repetidas. Seriam traduzidos como pretérito imperfeito?

Não vou me demorar em analisar expressões que ele usa para referir-se a Karfa como "creature", denominação desumanizante, "worthy Negro" ou ainda "he had *a mind above his condition*", simplesmente porque não é o objeto de estudo desse capítulo. Mas são importantes porque esse trecho se quer exaltar como, através da convivência de Karfa com Park,

⁴⁰ "essa boa criatura tinha continuado a manifestar por mim tanta bondade, que eu pensei que ainda era uma recompensa inadequada quando lhe disse que ele receberia o dobro da soma que eu originalmente lhe tinha prometido, e Doutor Laidley lhe assegurou que ele estava pronto para entregar os bens correspondentes a esse montante quando lhe parecesse apropriado mandar buscá-los. Karfa foi conquistado por esse sinal de minha gratidão, e ainda mais quando ouviu que eu intencionava enviar um bonito presente ao bom e velho professor, Fenkooma, em Malacotta. Ele prometeu transportar os bens junto dos seus e Dr. Laidley lhe assegurou que se empenharia em assisti-lo a se desfazer de seus escravos da melhor maneira possível assim que uma embarcação de escravos chegasse. Estas e outras instâncias de atenção e bondade mostrados a ele por Dr. Lailey, não se perdiam em Karfa. Ele me dizia frequentemente, 'Minha jornada foi de fato próspera!'. Mas, observando o estado superior de nossas manufaturas e nossa superioridade nas artes da vida civilizada, algumas vezes parecia pensativo e exclamava com um suspiro involuntário, *fato fing inta feng*, 'homens negros não são nada'. Em outros momentos, ele me perguntava com seriedade, o que poderia possivelmente haver levado a mim, que sequer era comerciante, a pensar em explorar uma terra tão miserável quanto África? Ele queria dizer com isso que, após tudo o que eu teria testemunhado em minha própria terra, nada na África poderia em sua opinião merecer atenção nem por um segundo. Preservei estes traços do caráter desse digno Negro não somente por consideração ao homem, mas também porque eles me parecem demonstrar que ele possuía uma mente acima de sua condição, e para meus leitores que amam contemplar a natureza humana em todas as suas variedades, e para traçar seu progresso de rudeza a refinamento, eu espero que o relato que dei desse pobre africano não será inaceitável" (tradução nossa).

⁴¹ As exceções se dão quando Park insere uma história alheia dentro da narrativa. Um bom exemplo é quando conta a história de como começou a guerra entre Kaarta e Bambarra, relatada no capítulo VIII a partir da página 135 da edição aqui utilizada. Nesses momentos sim, reúne sinteticamente eventos de uma só vez. No entanto, claro, são eventos externos ao seu itinerário, inclusive temporalmente.

condicionada por ser seu guia no caminho de retorno, ajudam a construir a imagem do processo civilizatório.

Não se trata de uma transformação qualquer: é uma em direção ao que é refinado, ao que é europeu. Se Park volta a seu estado primeiro depois de tudo o que percorreu, Karfa sofre uma alteração drástica. Com a trajetória de ida ao Oeste (direção bastante simbólica), o guia do *coffle* muda quando vai em direção aos territórios europeus na África. E sua mudança parece atribuída a uma resposta ao reconhecimento de caracteres positivos dos homens brancos: “overpowered by this unexpected token of my gratitude”, “These, and other instances of attention and kindness shown him by Dr. Laidley were not lost upon Karfa”, “observing the improved state of our manufactures, and our manifest superiority in the arts of civilized life”.

Karfa chega ao ponto de mudar sua visão sobre aquele vasto espaço que habitava: “what could possibly have induced me, who was no trader, to think of exploring *so miserable a country as Africa*? He meant by this to signify that, after what I must have witnessed *in my own country*, *nothing in Africa* could in his opinion deserve a moment's attention” (grifos meus). O caminho de retorno impulsiona o *Negro* a rever seu próprio espaço, motivado pelo reconhecimento do território europeu. E o seu próprio seria tão irrelevante, que não haveria unidade de tempo nenhuma a gastar observando-o. A escolha dessa expressão “a moment's attention”, usada após dois anos que Park gastou percorrendo a África, inclusive colocando dia a dia de sua trajetória, é no mínimo divertida.

Se Karfa se modifica e Park permanece inalterado, vemos uma grande diferença com **Naufragios**. Cabeza de Vaca é quem regressa modificado. Já vimos sua transculturação, bem analisada no texto de Margo Glantz “El cuerpo inscrito y el texto escrito o la desnudez como naufrágio: Álvaro Núñez Cabeza de Vaca”. Ao final de seu relato, Álvaro já não se identifica com os europeus, tampouco com os indígenas. E essa mudança se faz processualmente, ao longo de seu retorno.

Quando começam a retornar, são bem recebidos em todas as comunidades devido às suas curas. Ele, Dorantes, Castillo e Estebanico são sempre guiados e acompanhados por indígenas, que lhes levam de uma a outra *nación*. Em um primeiro momento, esses indígenas saqueiam as outras comunidades com que se deparam no caminho. Apesar do incômodo dessa situação, diz o autor no capítulo vinte e oito que “como no éramos parte para remediarlo, ni para osar castigar los que esto hazían, y ovimos por entonces de sufrir hasta que más autoridad

entre ellos tuviésemos” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 172)⁴². Mais adiante, no capítulo trinta, diz:

A éstos diximos que queríamos ir a la puesta del sol. Y ellos respondiéronnos que por allí estaba la gente muy lexos. Y nosotros les mandávamos que embiassen a hazerles saber cómo nosotros ívamos allá, y desto se escusaron lo mejor que ellos podían, porque ellos eran sus enemigos y no querían que fuésemos a ellos, mas *no osaron hacer otra cosa* (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 181–182, grifo meu)⁴³.

Há uma mudança na relação entre os *físicos* espanhóis e os indígenas. Se antes mal podiam contestar que eles roubassem as outras comunidades, agora os índios não ousam seguir outro caminho que não o indicado pelos espanhóis.

Quanto mais pessoas eles curam, mais autoridade têm entre os índios. Carregando essa autoridade construída no trajeto de volta e mutuamente reconhecida entre eles e nativos, por fim encontram outros *christianos*. Cabeza de Vaca e os outros três já são diferentes deles. Inclusive, o narrador dá voz aos indígenas – e se digo genericamente indígenas, é porque nesse momento ele mesmo pouco se preocupa em distingui-los – que discorrem sobre a diferença entre Álvaro Núñez, Dorantes, Castillo e os outros *christianos*:

A los cristianos les pesava desto y hazían que su lengua les dixese [a los indios] que nosotros éramos dellos mismos y nos avíamos perdido mucho tiempo avía, y que éramos gente de poca suerte y valor, y que ellos eran los señores de aquella tierra, a quien avían de obedecer y servir. Mas todo esto los indios tenían en muy poco o no nada de lo que les dezían, antes unos con otros entre sí platicavan diciendo que los *christianos* mentían, porque nosotros veníamos de donde salía el sol y ellos de donde se pone, y que nosotros sanávamos los enfermos y ellos matavan los que estaban sanos, y que nosotros veníamos desnudos y descalços y ellos vestidos y en caballos y con lanças (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 199)⁴⁴.

Nessa disputa de poder, os indígenas, em situação de sujeição, reconhecem como legítimos só os três espanhóis que sobraram da expedição de Pánfilo de Narváez. Nesse sentido, essa “autoridad”, fala do poder sobre os índios, ao mesmo tempo que remete à *auctoritas*, do latim, denotando o crescente reconhecimento dos índios da legitimidade dos naufragos: “les

⁴² “como não éramos parte para remediá-lo nem para ousar castigar os que isso faziam, tivemos então que sofrer até que mais autoridade entre eles tivéssemos” (tradução nossa).

⁴³ “A estes dissemos que queríamos ir ao pôr-do-sol. E eles nos responderam que por ali estavam as pessoas muito longe. E nós os mandamos que enviassem para fazê-los saber como nós íamos para lá, e disso eles se escusaram o melhor que eles puderam, porque eles eram seus inimigos e não queriam que fôssemos a eles, mas não ousaram fazer outra coisa” (tradução nossa).

⁴⁴ “Aos cristãos lhes pesava isso e faziam que sua língua dissesse [aos índios] que nós éramos deles mesmos e tínhamos nos perdido fazia muito tempo, e que éramos gente de pouca sorte e valor, e que eles eram os senhores daquela terra, a quem tinham de obedecer e servir. Mas tudo isso os índios tinham em muito pouco ou nada o que diziam, antes uns com outros entre si conversavam dizendo que os cristãos mentiam, porque nós vínhamos de onde saía o sol e eles de onde se põe, e que nós vínhamos desnudos e descalços e eles vestidos e em cavalos e com lanças” (tradução nossa).

mandamos que se asegurassen y asentassen sus pueblos y sembrassen y labrassen la tierra”, a que os índios responderam “que harían lo que mandávamos y assentarían sus pueblos si los christianos los dexavan” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 200)⁴⁵. Nesse retorno, Cabeza de Vaca, indígenas e o espaço estão modificados.

1.11 Retorno e território

Em contraposição a essa nova paisagem que se forma, cultivada, está a paisagem anterior. Ainda durante o caminho de retorno de Cabeza de Vaca, Dorantes e Castillo, em companhia de Estebanico, andam por terras desoladas, desocupadas, improdutivas, sempre em direção ao pôr-do-sol:

no querían ni podían sembrar, ni labrar la tierra, antes estavan determinados de dexarse morir, y que *esto tenían por mejor que esperar ser tratados con tanta crueldad como hasta allí, y mostravan grandíssimo plazer con nosotros*, aunque temimos que llegados a los que tenían la frontera con los christianos y guerra con ellos, nos havían de maltratar y hazer que pagássemos lo que los christianos contra ellos hazían. Mas, como Dios Nuestro Señor fue servido de traernos hasta ellos, començaronnos a temer y acatar como los passados, y aún algo más, de que no quedamos poco maravillados, por donde claramente se vee que estas gentes todas, para ser atraídos a ser christianos y a obediencia de la Imperial Magestad, han de ser llevados con buen tratamiento, y que este es camino muy cierto, y otro no (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 193–194, grifo meu)⁴⁶.

O bom tratamento de Álvaro Núñez em muito dialoga com o ideal de Bartolomé de Las Casas da conquista. Contra a retórica de guerra justa construída nos diálogos de Ginés de Sepúlveda, o frei dominicano questiona os procedimentos brutais adotados, como a *encomienda*. Não quer dizer que essa doutrina lascasiana tenha questionado a própria conquista. Como bem aponta Eduardo Subirats, essa “defesa” de Las Casas estabeleceu “el principio constituyente y fundamental de la colonización española: el ideal cristiano de propagación de

⁴⁵ “lhes mandamos que asegurassem e assentassem seus povos e semeassem e lavrassem a terra” e “que fariam o que mandávamos e assentariam seus povos se os cristãos os deixassem” (tradução nossa).

⁴⁶ “não queriam nem podiam cultivar nem lavrar a terra, antes estavam determinados a deixar-se morrer, que isso tinham por melhor que esperar ser tratados com tanta crueldade como até ali. E mostravam grandíssimo prazer conosco, embora tememos que, chegados aos que tinham fronteira com os cristãos e guerra com eles, nos maltratariam e fariam que pagássemos o que os cristãos contra eles faziam. Mas Deus Nosso Senhor foi servido de trazer-nos até eles, começaram a temer-nos e acatar como os passados, e até um pouco mais, do que não ficamos pouco maravilhados: pelo que claramente se vê que estas gentes todas, para serem atraídas a serem cristãos e à obediência da Imperial Magestade, hão de ser levados com bom tratamento, e que este é caminho muito certo, e outro não.” (tradução nossa).

la fe, de conversión y de salvación, en fin, la quimera del cristianismo universal” (SUBIRATS, 1994, p. 98)⁴⁷.

Cabeza de Vaca, no mesmo sentido de Las Casas, ao mesmo tempo que critica o mal tratamento dos indígenas, sua defesa vem em função da aplicação efetiva da colonização. O autor enfrenta o exercício de poder dos outros *christianos*, cuja presença violenta foi disruptiva para a organização espacial dos nativos:

Anduvimos mucha tierra y toda la hallamos despoblada, porque los moradores della andavan huyendo por las tierras, sin osar tener casas, ni labrar, por miedo de los christianos. Fue cosa que tuvimos muy gran lástima, viendo la tierra muy fértil y muy hermosa y muy llana de aguas y de ríos y ver los lugares despoblados y quemados y la gente tan flaca y enferma, huída y escondida toda y como no sembraban, con tanta hambre se mantenían con cortezas de árboles y raíces (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 193)⁴⁸.

Esse modelo de conquista, baseado na guerra contra os nativos, impossibilita o estabelecimento de uma relação de poder de fato. Contrasta com a relação de poder mutuamente estabelecida e reconhecida entre Cabeza de Vaca, Dorantes e Castillo e os indígenas ao longo do itinerário de retorno.

A partir dessa relação de poder baseada no “bom tratamento”, na evangelização, os três espanhóis alteram a dinâmica territorial. Coagem a ocupação desses espaços, processo retratado pelo narrador como positivo. Primeiro, sobre *onde* os indígenas devem ocupar. Agora devem assentar-se sobre os *llanos*, não mais sobre as *sierras*. Este primeiro deslocamento leva à segunda alteração: sobre *como* ocupam. Agora devem lavrar, fazendo bom uso da terra. Outra instância na qual interferem é sobre as disputas entre territórios das populações nativas – ele, Dorantes e Castillo cessam a violência: “Por todas estas tierras, los que tenían guerras con los otros se hazían luego amigos para veniros a rescebir y traernos todo cuanto tenían, y desta manera dexamos toda la tierra en paz” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 190)⁴⁹. Finalmente, evangelizam os indígenas e a terra. Mandam os nativos construírem igrejas e colocarem cruces em suas casas, interferindo no espaço – tudo aparentemente consensual. Um exercício de poder aceito pelos índios e pacificamente estabelecido através do reconhecimento

⁴⁷ “o princípio constituinte e fundamental da colonização espanhola: o ideal cristão de propagação da fé, de conversão e de salvação, enfim, a quimera do cristianismo universal” (tradução nossa).

⁴⁸ “Andamos muita terra e inteira encontramos despovoada, porque os moradores dela andavam fugindo pelas terras, sem ousar ter casas nem lavrar, por medo dos cristãos. Foi coisa de que tivemos muita grande lástima, vendo a terra muito fértil e muito bonita e muito plena de águas e de rios, e ver os lugares despovoados e queimados e as pessoas tão magras e doentes, fugidas e escondidas todas e como não semeavam, com tanta fome se mantinham com cascas de árvores e raízes” (tradução nossa).

⁴⁹ “Por todas essas terras, os que tinham guerras com os outros se faziam logo amigos para vir a receber-nos e trazer-nos tudo o que tinham, e dessa maneira deixamos toda a terra em paz” (tradução nossa).

de suas curas, nas quais os espanhóis representavam a Coroa e Deus. Com a ação de Cabeza de Vaca, Dorantes e Castillo, os índios estão no fim do livro batizados, já não mais escondendo-se nas *sierras*, mas sim povoando e cultivando os *llanos*. O retorno, o qual começa com os desastres sucessivos, acaba de maneira triunfal para esses três espanhóis. Mas não só: é um triunfo também para a ocupação territorial, para o processo de evangelização e para o Rei espanhol: “Dios Nuestro Señor, por su infinita misericordia, quiera estas gentes vengan a ser verdaderamente y con entera voluntad sujetas al verdadero señor que los crió y redimió. Lo cual tenemos por cierto que así será” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 2015, p. 205)⁵⁰.

Para pensar o processo de transformação do espaço, cito o conceito de território de Rogério Haesbaert em seu livro **O mito da desterritorialização**:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, apud HAESBAERT, 2004, p. 94).

Nesse sentido, no início desse retorno os espanhóis se deparam com um espaço desorganizado, política, econômica e socialmente. Através do exercício de poder sobre os indígenas – representado como legítimo –, sua presença e sua intervenção resultam em uma ocupação desse espaço, transformando-o em um território. Antes, sem relações sociais, materiais, políticas, os indígenas eram retratados como meros fugitivos. Já os três naufragos, presença disciplinar, fazem que os nativos formem uma organização espacial entranhada nas relações de poder: as Índias Ocidentais se tornam um território.

Muito diferentes de Park, que em absoluto parece intervencionista. E os africanos tampouco o reconhecem; legalmente, sua presença sequer é contemplada pelos territórios nos quais passa: “It must not be forgotten, that the laws of the country afforded me no protection; that every one was at liberty to rob me with impunity” (PARK, 2000, p. 239–240)⁵¹. O autor se vê como excluído politicamente dessas “nations”. E, mesmo quando há leis e pedem que Park as obedeça, o britânico questiona: “I began by observing, that what I had done did not proceed from any want of respect towards the king, nor from any wish to violate his laws, but wholly

⁵⁰ “Deus Nosso Senhor, por sua infinita misericórdia, queira que essas gentes venham a ser verdadeiramente e com inteira vontade sujeitas ao verdadeiro senhor que os criou e redimiu. O que temos por certo que assim será” (tradução nossa).

⁵¹ “Não se deve esquecer que as leis da terra não me davam proteção alguma; que todo mundo tinha liberdade de me roubar com impunidade” (tradução nossa).

from my own inexperience and ignorance, being a stranger, totally unacquainted with the laws and customs of their country” (PARK, 2000, p. 111–112)⁵². Sua exclusão do sistema legal é comparável, novamente, com a dos escravos: “All these unfortunate beings are considered as *strangers and foreigners*, who have no right to the protection of the law” (PARK, 2000, p. 257, grifo meu)⁵³.

Na longa descrição feita nos capítulos XX, XXI, XXII e XXIII, uniformiza os *Negroes* – ainda que centre sua exposição nos *Mandingoes*. Fala sobre as “nations” dessa etnia de maneira genérica:

The population, however, considering the extent and fertility of the soil, and the ease with which lands are obtained, is not very great, in the countries which I visited. I found many extensive and beautiful districts, entirely destitute of inhabitants; and in general, the borders of the different kingdoms, were either very thinly peopled or entirely deserted. (...) all the Negro nations that fell under my observation, though divided into a number of petty little states, subsist chiefly by the same means, live nearly in the same temperature, and possess a wonderful similarity of disposition (PARK, 2000, p. 239)⁵⁴.

Sugere que as fronteiras era mal aproveitadas e inferioriza a estrutura de poder intrínseca a esses “states”: chama-os de “petty”, pequenos e sem relevância⁵⁵.

Ao fim dessa longa descrição, quando já está prestes a anunciar sua saída de Kamalia, Park declara:

It was not possible for me to behold the wonderful fertility of the soil, the vast herds of cattle, proper both for labour and food, and a variety of other circumstances favourable to colonization and agriculture; and reflect, withal, on the means which presented themselves of a vast inland navigation, without lamenting that a country, so abundantly gifted and favoured by nature, should remain in its present savage and neglected state. Much more did I lament, that a people of manners and disposition so gentle and benevolent, should either be left as they now are, immersed in the gross

⁵² “Eu comecei observando que o que eu tinha feito não procedia de nenhuma vontade de respeito em relação ao rei, e tampouco por desejo de violar suas leis, mas inteiramente da minha própria inexperiência e ignorância, sendo um estranho, completamente alheio às leis e costumes de sua terra” (tradução nossa).

⁵³ “Todos esses infelizes seres são considerados estranhos e estrangeiros, que não têm direito algum à proteção da lei” (tradução nossa).

⁵⁴ “A população, no entanto, considerando a extensão e fertilidade do solo e a facilidade com que esses terrenos são obtidos, não é muito grande nas terras que visitei. Eu encontrei muitos distritos extensos e bonitos, totalmente destituídos de habitantes, e em geral as fronteiras dos diferentes reinos eram ou muito pouco povoadas ou totalmente desertas. (...) todas as nações Negras que foram observadas por mim, embora divididas em vários estados pequeninos, subsistem principalmente com os mesmos meios, habitam mais ou menos a mesma temperatura e possuem uma similaridade admirável de disposição” (tradução nossa).

⁵⁵ De acordo com Benjamin Norton Defoe, *A New English Dictionary* (1735), e Samuel Johnson, *A Dictionary of the English Language* (1755). Para este último, verificar a entrada de “pettiness”.

and uncomfortable blindness of Pagan superstition, or permitted to become converts to a system of bigotry and fanaticism (PARK, 2000, p. 272)⁵⁶.

Retrata algumas faltas dos *Negroes*. Primeiro, de produtividade: eles só produzem o suficiente para o seu consumo, enquanto a terra poderia ser muito mais produtiva. Segundo, de religião: são definidos por serem pagãos – sem religião. Esta última falta, no entanto, é suprida por outros que não os europeus, os *Moors*. O capítulo seguinte, quando volta à narrativa, começa descrevendo as escolas no reino de Kamalia e são todas muçulmanas. Mas o islamismo só tem ganhado espaço porque não há outra religião, segundo Park, mais adequada:

the pupils at Kamalia were most of them the children of Pagans; their parents, therefore, could have had no predilection for the doctrines of Mohomet. Their aim was their children's improvement; and if a more enlightened system had presented itself, it would probably have been preferred (PARK, 2000, p. 275)⁵⁷.

Lamenta o avanço dos mouros sobre essa nação “pagã” e fala que outra religião mais ilustrada deveria apresentar-se, e então termina sua narrativa com Karfa chegando aos territórios europeus e reconhecendo o nível superior de civilização. E este negro não é representado como um caso isolado, mas como uma potência: “to such of my readers as love to contemplate human nature in all its varieties, and to trace its progress from rudeness to refinement, I hope the account I have given of this poor African will not be unacceptable” (PARK, 2000, p. 304). Uma das variedades da natureza humana, um pobre africano, Karfa ascende somente por haver pisado no assentamento europeu na África. O escocês influi nesse homem, após essa mudança civilizatória impressa em suas percepções sobre a África e sobre os territórios europeus.

Como aconteceu fortuitamente com Karfa, expoente do progresso de rudeza a refinamento, Park apresenta um espaço com potência, habitado com um povo com potência. Só falta o estabelecimento de uma outra relação de poder que lhes ocupe a terra adequadamente e lhes dê a religião adequada. Nesse sentido, apesar de aparecerem pequenos territórios, Park os compõe de tal maneira que as leis não servem para os europeus e tampouco para grande parte

⁵⁶ “Não era possível para mim contemplar a admirável fertilidade do solo, os vastos rebanhos de gado, adequados tanto para trabalho como para comida, e uma variedade de outras circunstâncias favoráveis à colonização e agricultura; e refletir além disso nos meios que se apresentavam para uma vasta navegação ao interior sem lamentar que uma terra tão abundantemente dotada e favorecida pela natureza devesse permanecer nesse estado presente selvagem e negligenciado. Lamentava ainda mais que um povo de maneiras e disposição tão gentis e benevolentes fosse deixado como agora eles estão, imersos na bruta e desconfortável cegueira da superstição Pagã, ou que se permitisse que fossem convertidos a um sistema de intolerância e fanatismo” (tradução nossa).

⁵⁷ “os pupilos em Kamalia eram em sua maioria filhos de Pagãos; seus pais, portanto, não teriam predileção às doutrinas de Maomé. Sua meta era o aprimoramento de seus filhos; e se um sistema mais ilustrado tivesse se apresentado, provavelmente o teriam preferido” (tradução nossa).

de sua população. Há uma brecha, através da qual é possível visualizar uma outra organização política que sanaria todos os problemas por ele identificados nesse espaço: a junção dessa “nação” fragmentada – os *Negroes*; uma ocupação mais produtiva da terra; a escolarização desses pagãos com outra religiosidade – a cristã, segundo ele muito mais refinada do que o islamismo, o qual aparece lentamente avançando sobre os *Negroes*. Vislumbra-se um território cujo poder seria mais adequado, e resistente à ameaça dos *Moors*. Basta que haja ali um assentamento e, assim como ocorre com Karfa, os negros reconhecerão a legitimidade dos europeus.

1.12 Circularidade

“El viaje es el relato de un cambio, el que se produce en un sujeto sometido a algún tipo de alteridad —de mayor o menor grado— y su narración obedece a patrones establecidos en la lengua para expresar tal mudanza” (COLOMBI NICOLIA, 2010, p. 16)⁵⁸. Ao mesmo tempo que a temática dos relatos de viagem são um deslocamento, também contam de uma mudança. De fato, a forma dos dois relatos, **Naufragios** e **Travels**, poderia ser dividida em duas – a primeira, de relatos de viagens *exploratórias*; a segunda, de viagens *fracassadas*. Na primeira parte, as formalizações desses dois relatos estão em função do percorrido espacial a fim de conhecer: deslocam-se por entre a alteridade. Já na segunda parte, estão em função de uma trajetória no espaço em função da volta: um reencontro com o eu. E se vê essa mudança pela estrutura narrativa.

Cabeza de Vaca passa por cima daquilo que desinteressa, e se alonga no que lhe traz maior legitimidade. Relata os dois anos do processo de dissolução completa da expedição de Narváez, cujas decisões são sempre questionadas pelo tesoureiro. Quando por fim se assenta nessa nova terra como comerciante, pula esses seis anos. Retorna à narrativa ao começar também seu retorno, encontrando os companheiros que o acompanharão. Nesse caminho, vão alterando-se a si mesmos a partir de sua relação com os índios, fazendo por fim possível o estabelecimento territorial cujo exercício de poder é espanhol. Este caminho ao espanhol

⁵⁸ “A viagem é um relato de uma mudança, a que se produz em um sujeito submetido a algum tipo de alteridade – de maior ou menor grau – e sua narração obedece a padrões estabelecidos na língua para expressar tal mudança” (tradução nossa).

representa a mudança do eu, a qual possibilita a evangelização dos indígenas e assentamento de um território.

Park estrutura com cadência os espaços e os dias: co-existem duas divisórias. Está na posição de explorador, até encontrar os mouros e ser aprisionado. As misérias fazem-no desestruturar sua composição – afinal, depende de anotações feita “at the proper moment”. Se está padecendo ou não tem o material para a escrita, não produz. A partir de então, a narrativa de Mungo Park começa a ser menos balanceada, alternando-se entre muitas divisórias em dias na qual conta eventos pontuais vinculados aos seus movimentos, pausadas somente pelas longas descrições ligadas às suas paradas. Quando por fim encontra o território britânico, Park encontra-se inalterado. No mesmo parágrafo, por outro lado, resume a grande alteração ocorrida em Karfa: o encontro do *Negro* com o britânico – tanto o britânico Park como o britânico território – possibilita seu progresso. Traçar um povo passível de disciplinarização e, de maneira sorradeira, um espaço com potencial, com uma organização territorial mais coerente.

Essas diferenças na forma textual – exploradas através da recuperação dos elementos compositivos das narrativas – retomam as concepções que consagram o relato de viagem, explorados durante o capítulo II. Pensando especialmente em como se compreende a veracidade, essas definições históricas têm estrita relação sobre como os relatos de viagem devem ser e como são formulados. Se a legitimidade do relato de viagem depende fundamentalmente da legitimidade do escritor e do leitor a quem se dirige, Cabeza de Vaca elabora uma *relación* de memória. Se a legitimidade do relato de viagem depende fundamentalmente da metodologia empiricista baconiana e do imediatismo, Mungo Park redige um detalhado diário. Nesse sentido, vemos como estes livros adquirem formas coerentes com o que é prestigioso no tempo de sua publicação – e por tal razão se faz interessante o adendo sobre a edição de 1749, demonstrando a adaptação da forma do **Naufragios** a novas concepções.

Enquanto têm essas distinções, enquanto relatos de viagem é visível a articulação das suas formas com o deslocamento. A circularidade espacial, o retorno ao lugar inicial, estrutura as narrativas. E em ambos os relatos esta volta está relacionada com essa alteração devido ao encontro com a alteridade. Das grandes diferenças entre **Naufragios** e **Travels** está em quem ocupa o lugar da alteridade. Cabeza de Vaca, ao voltar nesse eu transculturado, interfere em duas alteridades: os indígenas e os espanhóis. Mungo Park, em sua volta incólume, veste-se de

britânico e ele é a alteridade para Karfa: Park é o *stranger*⁵⁹. Interfere passivamente nesse nativo, para quem o mero contato com o território europeu basta para fazer-lhe mudar.

Sobreviver para relatar. Ambos dependem da volta: por serem relatos de viagens fracassadas, são também de sobrevivência. Relembro o que diz Cabeza de Vaca: “i teniamos por mejor de atravesar la Tierra (...) porque atravesando la Tierra, viamos muchas particularidades de ella; porque si Dios Nuestro Señor fuese servido de sacar alguno de nosotros, i traerlo à Tierra de Christianos, pudiese dar nuevas, i relacion de ella” (NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1749, p. 31). E Mungo Park: “I should sacrifice my life to no purpose, for my discoveries would perish with me” (PARK, 2000, p. 207). Os relatos de viagem no geral têm um deslocamento circular: a volta é parte da viagem. Entretanto, a peculiaridade desses dois – e talvez de relatos de sobrevivência da exploração europeia – é que a circularidade não tem um sentido somente espacial. Porque temos acesso às narrações finais desses expedicionários, o serviço deles se concretiza; lhes é essencial a volta, a escrita, a leitura. Para os relatos de viagem e de sobrevivência circularidade tem, além do sentido espacial, o sentido de construir finalmente uma possibilidade de intervenção política por esses espaços – algo que eles mesmos não conseguem. Esta possibilidade só pode se concretizar se eles *relatarem* – e eles relatam. Dessa maneira, as narrações abrem espaços para a legitimação do exercício do poder europeu nesses outros espaços.

⁵⁹ Essa relação de Park ser a alteridade está muito bem analisada por Mary Pratt em “Anti-conquest II”.

5 COMENTARIOS FINAIS: O TRIUNFO

“É então evidente que o desenlace do enredo deve surgir do próprio enredo e não do *deus ex machina*, tal como ocorre na **Medeia**” (2017, p. 129). Para Aristóteles, em sua **Poética**, não parece verossímil que Medeia saia voando pelos céus após sua vingança, e coloca a tragédia de Eurípedes como exemplo de um final inadequado. Talvez a **Medeia** de Sêneca seja algo mais complexa. Dando ênfase ao impacto dos males resultantes da primeira jornada que doma os mares, o argumento parece se fechar de maneira análoga: ao final, Medeia doma os ares. Se a viagem em busca do velocino desencadeia todo o argumento, que a protagonista saia em outra jornada dá à tragédia circularidade. As viagens *circundam* a tragédia senequiana.

Nada mais claramente circular do que um retorno de onde veio. Característica da grande maioria dos relatos de viagem, essa volta tem uma especificidade em relatos de viagens fracassadas: é também triunfo. **Naufragios** e **Travels in the interior districts of Africa** acabam triunfalmente não porque conquistam, mas porque sobrevivem. Ao sobreviverem, retornam e, ao retornarem, relatam. E é ao relatarem, por sua vez, que esses dois livros podem soar como triunfos.

Lucía Invernizzi em seu artigo “**Naufragios** e **Infornios**: discurso que transforma fracassos em triunfos” investiga os mecanismos retóricos dos quais se utilizam **Naufragios**, de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, e **Infornios**, de Carlos Sigüenza y Góngora. Restringindo-me ao primeiro, analisa como Cabeza de Vaca utiliza-se da *translatio* a fim de falar dessa terra nova e desconhecida. Seu discurso se distancia dos típicos da conquista, cheios de façanhas heroicas, mostrando o caminho de transformação de Álvaro em seu trajeto pelas Índias Ocidentais. Para Invernizzi, ao final de **Naufragios** Álvaro Núñez traduz sua “conciencia crítica que ya no se reconoce en la identificación total con el sistema ideológico imperial” (INVERNIZZI SANTA CRUZ, 1987, p. 16)⁶⁰.

A partir de tudo o que foi analisado nesta dissertação comparando **Naufragios** e **Travels**, podemos afirmar que a análise difere desta conclusão de Invernizzi. Mas isso porque, apesar dos objetos de investigação serem análogos – relatos de viagens fracassadas –, pensei não em um triunfo narrativo, como faz a crítica. Antes, a reflexão partiu de pensar no *triunfo*

⁶⁰ “consciência crítica que já não se reconhece na identificação total com o sistema ideológico imperial” (tradução nossa).

dos livros. Portanto, esta dissertação parte da articulação entre dois textos tendo em vista os usos feitos a partir deles. Analisamos os relatos a partir das suas *atribuições de sentido*.

A pergunta mesma que guiou o percurso dessa dissertação – como esses relatos sobre viagens fracassadas chegam a ter um lugar no ilustre cânone da exploração – levou a uma investigação histórico-literária. Afinal, não é somente mérito dos relatos que tenham acabado consagrados, mas de como se inserem na representação que se quer produzir sobre eventos históricos. O século XVIII, em meio ao conflito de credibilidade dos relatos de viagem, a novas historiografias, à formação de bibliotecas (com ou sem muros)... Enfim, este momento histórico europeu e as tensões entre ideias diferentes quanto à historiografia e a relatos de viagens se articulam com apropriações de **Naufragios** e **Travels**. Mais ou menos fortuitamente, os dois relatos de viagem acabam sendo colocados (ou recolocados) em circulação, e formam parte da prestigiosa biblioteca da expansão europeia.

Estes relatos de viagens malsucedidas estão sim corroborando o sistema ideológico imperial. Não a-historicamente, mas pelo menos nas edições analisadas durante os dois primeiros capítulos, **Naufragios** (1749) e **Travels** (1799), as quais ascendem os livros a uma posição de legitimidade. De fato, os relatos estão associados a projetos – apologético, no caso de **Naufragios**; incitador, no caso de **Travels** – de expansão dos reinos dos quais partem e aos quais voltam. Este itinerário circular e civilizador valida a ocupação da América (retroativamente) em **Naufragios** e da África (impulsionando-a) em **Travels**.

À guisa de consideração final, pode se verificar que o retrato dos deslocamentos feitos nesses livros são civilizadores e, portanto, convenientes aos interesses dos reinos. Exercício feito no capítulo III da dissertação, só foi possível extrair esse sentido dos textos porque já havíamos constatado que algo nestas narrativas deveria interessar às instituições durante o século XVIII. Por sua vez, essa conclusão veio após o estudo do processo – por vezes contraditório – de colocação desses livros no verdadeiro, feito no capítulo II. E, se foi possível ver os critérios aos quais atendiam para serem lidos como factuais, foi porque antes estudamos a produção desses textos para que circulassem pela República das Letras, análise desenvolvida no capítulo I. Assim fechamos o caminho (talvez pouco ortodoxo em estudos literários) da análise: finalizamos com a análise textual, antes refletimos sobre os critérios aos quais atendem, e no começo vemos os usos feitos destes livros.

Não chamo esses comentários finais de “Conclusão” por deixar muitas frestas. Há vários livros que poderiam ser incluídos nessa chave de leitura, assim como poderia ter seguido em

uma análise após o século XVIII desses relatos de viagem. Creio que logrei nesse espaço curto e conturbado de estudos assentar a hipótese que me guiou, entretanto. Primeiro, que a definição do gênero relatos de viagem, apesar de poder ser alargada temporalmente, deve ser pensada como vinculada à historicidade dos conceitos que envolvem sua definição. Segundo, assentar o século XVIII como um momento chave para o estabelecimento desses dois livros da expansão europeia como consagrados – e ousaria dizer que muitos outros, quem sabe, tenham tido esse mesmo caminho.

Por fim, espero haver provado que esses relatos consagrados de viagens fracassadas se vinculam materialmente com o poder. Ao longo do capítulo 1, traçamos até que ponto essas autorias diferentes, em uma cadeia, exercem poder sobre a forma dos livros. Já no capítulo II, vemos como essas autorias adequam os relatos à legibilidade apropriada e, ao mesmo tempo, ditam uma legibilidade apropriada. Por fim, como os livros abrem as portas para serem lidos de acordo com o projeto expansionista que interessa aos seus reinos.

Ao mesmo tempo, a conclusão de Invernizzi, ao tematizar pesquisas parecidas com resultados diferentes, ilumina parte das sombras deste presente trabalho. Aqui, o foco foi primordialmente o encaixe desses livros na dinâmica do poder. Para ater-nos à investigação de sua relação com uma representação política de eventos históricos, prescindimos a análise das contradições que suas formas deixam entrever. As mais evidentes são as forçosas intervenções nas edições do século XVIII dessas autorias. Nos livros veladas e desveladas, essas mediações autorais que vazam à formalização dos livros abrem brechas nessa relação tão estrita com o poder. Em **Naufragios** (1749) o “Examen Apologético” e em **Travels** (1799) o prefácio, ambos paratextos, remetem a uma série de intervenções. No texto, elas desaparecem; sobra a ambiguidade dos escritos.

Mesmo a inclusão do “Examen Apologetico” de Antonio Ardoino antes do texto de Cabeza de Vaca já aponta uma contradição. Com esforço o classificam como história e fica evidente que o texto carecia de legitimidade. Há contraste com o que é estabelecido no texto, ademais. Ao encaixá-lo como história, a memória é escondida mas aparece inevitavelmente como um elemento de composição narrativa. Também, ao tempo que o projeto editorial de Andrés González Barcia intenciona uma representação elogiosa da conquista, o enfrentamento de Cabeza de Vaca com os cristãos ao final só poderia mostrar que a conquista era violenta. Para citar mais um exemplo, poderia contradizer seu *ethos* incorruptível de historiador sua relação com os indígenas e sua desidentificação enquanto espanhol, caindo por terra a “causa

eficiente (historiador)”, grande parte do que sustenta a classificação de **Naufragios** como história.

No livro de Park, lista-se um processo acidentado de produção para chegar ao relato final. Entretanto, acessamos um livro que, até mesmo pela seu gênero, *journal*, dá a impressão de ser um relato direto: dos olhos ao papel. E a forma parece transparecer essa contradição. Estamos diante de um livro partido duplamente: primeiro, está dividido entre um texto narrativo (o diário de Park) e outro científico (“Geographical Illustrations”, de Major Rennell). Segundo, o diário está simultaneamente segmentado entre datas e capítulos. Como já pontuado, as datas têm relação com o que se chama de “narrative” e os capítulos, com “account”. Todas essas divisórias dão a dimensão de um relato sob intervenção. Especialmente os capítulos descritivos, desvinculados do seguimento da trajetória (porque vinculados às *estadias*) deixam a tensão mais patente entre a intervenção e a narrativa que se pretende imediata.

Essas contradições fazem os livros escorregadios. Apesar desses relatos de viagem terem servido a interesses políticos durante o século XVIII, processo que os fez consagrados porque legítimos, suas formulações abrem-nos a uma série de outras leituras. Retomando Ítalo Calvino: “Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (CALVINO, 2002, p. 11). Talvez aí sim esteja a chave para que não só tenham ascendido ao cânone, mas para que se *mantenham* no cânone. Claro, desde que estes relatos contem com a interferência de umas quantas *autorias*, para que sigam triunfando ao reescrever o fracasso.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

ARDOINO, A. Examen apologetico de la historica narracion de los naufragios, peregrinaciones, i milagros de Alvar Nuñez Cabeza de Baca, en las tierras de la Florida, i Nuevo Mexico. *In*: GONZÁLEZ BARCIA, A. (org.). **Historiadores primitivos de las Indias Occidentales**. Madrid: [s. n.], 1749.

BRITISH critic, and quarterly theological review. London, 1793. Disponível em: <http://catalog.hathitrust.org/Record/009794351>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRITO, B. G. de. **Historia tragico-maritima : em que se escrevem chronologicamente os naufragios que tiveraõ as naos de Portugal, depois que se poz em exercicio a navegaçaõ da India ...** [S. l.]: Lisboa Occidental : Na officina da Congregaçaõ do Oratorio, 1735. *E-book*. Disponível em: <http://archive.org/details/historiatragicom01brituoft>. Acesso em: 11 maio 2021.

CABRIADA, J. de. **De los tiempos y experiencias el mejor remedio al mal por la nova-antigua medicina: carta philosophica medica chymica**. Madrid: Oficina de Lucas Antonio de Bedmar y Baldivia, 1686. *E-book*. Disponível em: <http://catalog.hathitrust.org/Record/009278658>. Acesso em: 1 fev. 2022.

COVARRUVIAS OROZCO, S. de. **Del origen y principio de la lengua castellana, o Romance que oy se vsa en España**. Madrid: [s. n.], 1674. *E-book*. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/del-origen-y-principio-de-la-lengua-castellana-o-romance-que-oy-se-vs-a-en-espana-compuesto-por-el--0/html/00918410-82b2-11df-acc7-002185ce6064_1099.html. Acesso em: 4 out. 2021.

DEFOE, B. N. Kingdom. *In*: **A new English dictionary**. [S. l.: s. n.], 1735. Disponível em: <https://leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry/1326/7942>.

DICCIONARIO de Autoridades. [S. l.], 1726. Disponível em: <https://webfrrl.rae.es/DA.html>. Acesso em: 3 fev. 2021.

GONZÁLEZ BARCIA, A. **Historiadores primitivos de las Indias Occidentales**. Madrid: [s.n.], 1749. *E-book*. Disponível em: <https://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.do?id=406270>.

_____. **Ensayo cronologico para la historia general de la Florida**. En Madrid: [s. n.], 1723.

LAS CASAS, B. de. **Historia de las Indias Tomo I**. Madrid: Imprenta de Miguel Ginesta, 1875. *E-book*. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/historia-de-las-indias-tomo-1--0/html/cf6577f1-996f-4035-97da-923aa21539ad_104.htm. Acesso em: 26 out. 2021.

LEÓN PINELO, A. **Epitome de la Bibliotheca Oriental, y Occidental, nautica, y geografica [Texto impreso] / de Don Antonio de Leon Pinelo ... ; añadido, y enmendado nuevamente, en que se contienen los escritores de las Indias Orientales, y Occidentales, y Reinos**

convecinos ... ; tomo primero [tercero]. Madrid: Francisco Martínez, 1737. *E-book*. Disponível em: <http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000008931>. Acesso em: 1 jun. 2021.

LÓPEZ DE GÓMARA, F. **Historia General de las Indias.** [S. l.], [s. d.]. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/historia-general-de-las-indias--0/html/fe81d62-82b1-11df-acc7-002185ce6064_7.html. Acesso em: 26 out. 2021.

NÚÑEZ CABEZA DE VACA, Á. **La relacion y comentarios del gouernador Aluar nuñez cabeça de vaca de lo acaescido en las dos jornadas que hizo a las Indias.** Valladolid: Francisco Fernandez de Cordoua, 1555a. *E-book*. Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000092765&page=1>. Acesso em: 19 fev. 2021.

NÚÑEZ CABEZA DE VACA, A. **Naufragios.** 1. ed. Buenos Aires: Corregidor, 2013. (La inteligencia americana, v. 6).

_____. **Naufragios.** 3. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2015.

_____. **Naufragios.** 1. ed. Madrid: Cátedra, 2018.

_____. **Naufragios.** [s. l.], 1555b. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/naufragios--0/html/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

_____. **Naufragios.** [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/naufragios--0/html/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

_____. **Naufragios de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca; y relacion de la jornada, que hizo a la Florida con el adelantado Panfilo de Narvaez.** In: GONZÁLEZ BARCIA, A. (ed.). **Historiadores primitivos de las Indias Occidentales.** Madrid: [s. n.], 1749.

_____. **Relación de los naufragios y comentarios de Álvar Núñez Cabeza de Vaca, adelantado y gobernador del Río de la Plata. Tomo I.** Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1906. (Colección libros y documentos referentes a la Historia de América). *E-book*. Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000006595&page=1>. Acesso em: 19 fev. 2021.

NÚÑEZ CABEZA DE VACA, A.; PUPO-WALKER, E. **Los naufragios.** Madrid: Editorial Castalia, 1992. (Nueva biblioteca de erudición y crítica, v. 5).

PARK, M. **The journal of a mission to the Interior of Africa, in the year of 1805.** Londres: W. Bulmer and Co. Cleveland-Row, 1815.

_____. **Travels in the interior districts of Africa.** 2. ed. Durham: Duke University Press, 2000.

_____. **Travels in the interior districts of Africa: performed under the direction and patronage of the african association, in the years 1795, 1796 and 1797.** 6. ed. Londres: W. Bulmer and Co., 1810.

ROBERTSON, W. **The history of America. By William Robertson, principal of the University at Edinburgh, historiographer to His Majesty for Scotland, and member of the**

Royal Academy at Madrid. ; In two volumes. ; Vol. I[-II]. [S. l.: s. n.], 2011. *E-book*. Disponível em: <http://name.umdl.umich.edu/n25924.0001.001>.

ROYAL Society. *In: A new universal etymological English dictionary.* [S. l.: s. n.], 1755.

SÊNECA. **Medeia.** Tradução: Ana Alexandra Alves de Sousa. [S. l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/29798>. Acesso em: 19 maio 2021.

THE ANTI-JACOBIN review and magazine. Londres: J. Whittle, 1799. *E-book*. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/006791009>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FONTES SECUNDÁRIAS

ADAMS, P. G. **Travel literature and the evolution of the novel.** Lexington: The University Press of Kentucky, 1983.

ADORNO, R. Nuevas perspectivas en los estudios literarios coloniales hispanoamericanos. **Revista de crítica literaria latinoamericana**, [s. l.], v. 28, p. 11–27, 1988.

ADORNO, R.; PAUTZ, P. C.; NÚÑEZ CABEZA DE VACA, A. **Alvar Núñez Cabeza de Vaca: his account, his life, and the expedition of Pánfilo de Narváez: volume I.** Lincoln, Neb. London: Univ. of Nebraska Pr, 1999a. (Alvar Núñez Cabeza de Vaca: his account, his life, and the expedition of Pánfilo de Narváez).

_____. **Alvar Núñez Cabeza de Vaca: his account, his life, and the expedition of Pánfilo de Narváez: volume II.** Lincoln, Neb. London: Univ. of Nebraska Pr, 1999b.

_____. **Alvar Núñez Cabeza de Vaca: his account, his life, and the expedition of Pánfilo de Narváez: volume III.** Lincoln, Neb. London: Univ. of Nebraska Pr, 1999c.

ALVAREZ BARRIENTOS, J.; LOPEZ, F.; URZAINQUI, I. **La república de las letras en la España del siglo XVIII.** Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1995. (Monografías, v. 16).

ANDRÉS, G. La Biblioteca manuscrita del americanista Andrés González de Barcia (m. 1743), del Consejo y Cámara de Castilla. **Revista de Indias**, [s. l.], v. 47, 1987.

ANES, G. **El Antiguo Régimen: los Borbones.** Madrid: Alianza Ed, 1975. (Historia de España, v. IV).

ARISTÓTELES. **Poética.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

ASENSIO MUÑOZ, E.; DE LOS REYES GÓMEZ, F. Sobre la biblioteca de Andrés González de Barcia, consejero real de Felipe V. **Revista General de Información y Documentación**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 373–396, 2018.

BARTHES, R. El efecto de realidad. *In: El susurro del lenguaje. Más allá de la palabra y de la escritura.* Barcelona: Paidós, 2002. p. 179–187.

BERRY, C. J. **Social Theory of the Scottish Enlightenment.** Edimburgo: Edinburgh University Press, 1997.

BETHELL, L. (org.). **América Latina Colonial.** São Paulo: EDUSP, 1997. (História da América Latina).

BIDEAUX, M. Le Voyage d'Italie, instrument de la connaissance de soi par la fréquentation d'autrui. *Annali d'Italianistica*, [s. l.], v. 14, p. 89–102, 1996.

BOUZA ALVAREZ, F. J. **Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro.** Madrid: Marcial Pons, Historia, 2001.

BRADING, D. A. **Orbe indiano. De la monarquía católica a la república criolla, 1492-1867.** 1. ed. Cidade de México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

BROADIE, A. (org.). **The Cambridge companion to the Scottish Enlightenment.** Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, 2003.

CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G. **British imperialism: 1688-2015.** 3. ed. Novo York: Routledge, 2016.

CALVINO, Í. **Por que ler os clássicos?** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAÑIZARES ESGUERRA, J. Spanish America in Eighteenth-Century European Travel Compilations: a new “art of reading” and the transition to modernity. *Journal of Early Modern History*, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 329–349, 1998.

_____. **Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo: historiografías, epistemologías e identidades en el mundo del Atlántico del siglo XVIII.** México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 2007. (Historia).

_____. **How to write the history of the New World: histories, epistemologies, and identities in the eighteenth-century Atlantic world.** Stanford: Stanford University Press, 2002.

CARBIA, R. D. **La crónica oficial de las Indias Occidentales: estudio histórico y crítico acerca de la historiografía mayor de Hispano América en los siglos XVI a XVIII.** Buenos Aires: Ediciones Buenos Aires, 1940.

CARLYON, J. E. **Andrés González de Barcia and the creation of the colonial Spanish American library.** Toronto ; Buffalo: University of Toronto Press, 2005. (Studies in book and print culture).

CERTEAU, M. de. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer.** 3. ed. Petropolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 2002.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 5, n. 11, p. 173–191, 1991.

_____. Trabajar con Foucault: esbozo de una genealogía de la “función-autor”. **Signos Históricos**, [s. l.], v. 11, p. 11–27, 1999.

COLOMBI NICOLIA, B. El viaje, de la práctica al género. *In*: MARINOTE, M.; TINEO, G. **Viaje y relato en Latinoamérica**. Buenos Aires: Katatay, 2010.

_____. El viaje y su relato. **Latinoamérica**, [s. l.], v. 43, p. 11–35, 2006.

COMPAGNON, A. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CONCHA, V. G. de la. **La Real Academia Española: vida e historia**. Barcelona : Madrid: Espasa ; Real Academia Española, 2014.

CORDIVIOLA, A. La palabra expuesta: Los Naufragios de Cabeza de Vaca. **Anuario brasileño de estudios hispánicos XI**, [s. l.], 1990. Disponível em: <https://sede.educacion.gob.es/publiventa/anuario-brasileno-de-estudios-hispanicos-xi/ensenanza-lengua-espanola/16456>. Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. Polemizando sobre a decadência: confrontos na Espanha bourbônica. **Revista Investigações**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 107–124, 2010.

CURTIN, P. D. **The Image of Africa**. Londres: Macmillan & Co, 1964b. *E-book*. Disponível em: Acesso em: 24 jun. 2021.

DEAR, P. Totius in Verba: rhetoric and authority in the early Royal Society. **The History of Science Society**, [s. l.], v. 76, p. 144–161, 1985.

DOMÍNGUEZ DE PAZ, E. El gran profeta Eliseo, una comedia inédita de Andrés González de Barcia. **Anuario de Estudios Filológicos**, [s. l.], v. 42, p. 43–62, 2019.

ESTEVE BARBA, F. **Historiografía indiana**. 2. ed. Madrid: Gredos, 1992. (Manuales).

FERRÁN, J. Viaje y literatura. **Annali d’Italianistica**, [s. l.], v. 14, p. 65–70, 1996.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2009a.

_____. **Microfísica do poder**. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. O que é um autor?. *In*: **Ditos e escritos. estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2009b. p. 264–298.

FRANKLIN, J. H. **Jean Bodin and the sixteenth-century revolution in the methodology of law and history**. Nova York: Columbia University Press, 1963.

FROLDI, R. Apuntaciones críticas sobre la historiografía de la cultura y de la literatura españolas del siglo XVIII. **Nueva Revista de Filología Hispánica (NRFH)**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 59–72, 1984.

GALLE, H. P. E.; PEREZ, J. P. (org.). **Ficcionalidade: uma prática cultural e seus contextos**. [S. l.]: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018. *E-book*. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/286>. Acesso em: 8 mar. 2021.

GERBI, A. **La disputa del Nuovo Mondo: storia di una polemica (1750-1900)**. Milão: Riccardo Ricciardi Editore, 1955.

GLANTZ, M. **La desnudez como naufragio: borrones y borradores**. Madrid: Iberoamericana, 2005.

GRIFFITHS, G. E.; GRIFFITHS, R. **The Monthly review**. S.l., p. 184 v., 1752.

GUERRA GUERRA, A. “Ensayo cronológico para la Historia General de la Florida” de Gabriel de Cárdenas z Cano. **Revista de Estudios Extremeños**, [s. l.], v. T. II, n. 1, p. 97–109, 1946.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, [s. l.], v. 9, n. 17, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acesso em: 27 jan. 2021.

HANSEN, J. A. Barroco, neobarroco e outras ruínas. **Destiempos**, [s. l.], v. 14, p. 169–215, 2008.

HART, B. T. **A critical edition with a study of the style of “la relacion” by Alvar Nunez Cabeza de Vaca**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll17/id/455170/rec/1>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HAZARD, P. **La Crisis de la conciencia europea (1680-1715)**. Madrid: Alianza, 1988.

HERR, R. **The eighteenth-century revolution in Spain**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1969.

HISTORY of the Royal Society | Royal Society. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://royalsociety.org/about-us/history/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

HOLANDA, S. B. de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

HULME, P.; YOUNGS, T. (org.). **The Cambridge companion to travel writing**. Cambridge, U.K. ; New York: Cambridge University Press, 2002. (Cambridge companions to literature).

HUNTER, M. (org.). **Archives of the scientific revolution: the formation and exchange of ideas in seventeenth-century Europe**. Woodbridge: Boydell Press, 1998.

_____. **The image of restoration science: the frontispiece to Thomas Sprat’s History of the Royal Society (1667)**. Londres: Routledge, 2017.

INVERNIZZI SANTA CRUZ, L. Naufragios e Infortunios: discurso que transforma fracasos em triunfos. **Revista Chilena de Literatura**, [s. l.], v. 29, 1987.

JABER, L. E. Álvar Núñez Cabeza de Vaca. Gustos y olvidos. Legalidad, viaje y escritura. **Cuadernos del CILHA**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 57–74, 2012.

JAUSS, H. R. O texto poético na mudança do horizonte da leitura. In: LIMA, L. C. **Teoria literária em suas fontes**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. p. 873–925.

KAGAN, R. **Clio and the Crown: the politics of history in medieval and early modern Spain**. [S. l.]: Johns Hopkins University Press, 2009.

KRONICK, D. A. The Commerce of Letters: Networks and “Invisible Colleges” in Seventeenth- and Eighteenth-Century Europe. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, [s. l.], v. 71, n. 1, p. 28–43, 2001.

LASTRA, P. Espacios de Alvar Núñez: Las transformaciones de una escritura. **Revista Chilena de Literatura**, [s. l.], n. 23, 1984. Disponível em: <https://revistaliteratura.uchile.cl/index.php/RCL/article/view/41204>. Acesso em: 24 fev. 2021.

LEASK, N. **Curiosity and the Aesthetics of Travel Writing, 1770–1840: from an antique land**. Nova York: Oxford University Press, 2002.

LEWIS, R. “Los naufragios” de Alvar Núñez: historia y ficción. **Revista Iberoamericana**, [s. l.], v. 48, n. 120, p. 681–694, 1982.

LÓPEZ, F. Gentes y oficios de la librería española a mediados del siglo XVIII. **Nueva Revista de Filología Hispánica (NRFH)**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 165–185, 1984.

_____. La institución de los géneros literarios en la España del siglo XVIII. **Bulletin Hispanique**, [s. l.], v. 102, n. 2, p. 473–517, 2000.

MACEDO, J. R. **História da Africa**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARSTERS, K. F. Introduction. In: **Travels in the interior districts of Africa**. Durham, Londres: Duke University Press, 2000.

MIGNOLO, W. D. Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento y la conquista. In: ÍÑIGO MADRIGAL, L. (ed.). **Historia de la literatura hispanoamericana. Tomo I: época colonial**. 2. ed. Madrid: Cátedra, 1992.

_____. El metatexto historiográfico y la historiografía indiana. **MLN**, [s. l.], v. 96, n. 2, p. 358–402, 1981.

MOLLOY, S. Alteridad y reconocimiento en los naufragios de Alvar Núñez Cabeza de Vaca. **Nueva Revista de Filología Hispánica**, T. 35, [s. l.], n. 2, p. 425–449, 1987.

PRANZETTI, L. El naufragio como metáfora. In: GLANTZ, M. **Notas y comentarios sobre Álvar Núñez Cabeza de Vaca**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1993.

PRATT, M. L. **Imperial eyes: travel writing and transculturation**. 2. ed. Londres: Routledge, 2010.

_____. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação.** Bauru: EDUSC, 1999.

PUPO-WALKER, E. El libro de viajes, la ficción y sus legados en los “Naufragios” de Alvar Núñez Cabeza de Vaca. **Annali d’Italianistica**, [s. l.], v. 14, p. 131–144, 1996.

SANTOS, I. M. dos; ALMEIDA, I. (org.). **República das Letras. Bibliotecas viajantes.** [S. l.]: CREPAL/Centro Universitário de Estudos Camonianos, 2020.

SEBASTIANI, S. **The Scottish Enlightenment: race, gender, and the limits of progress.** New York, N.Y: Palgrave Macmillan, 2013. (Palgrave studies in cultural and intellectual history).

SHAPIN, S. **A social history of truth: civility and science in seventeenth-century England.** Chicago: University of Chicago Press, 1994. (Science and its conceptual foundations).

SILVESTRI, G. Paisaje y representación. **Prismas - Revista de historia intelectual**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 231–245, 1999.

SORIANO MUÑOZ, N. Detrás de las palabras: usos políticos del concepto de imparcialidad y su función en la construcción de la historia de América en la Ilustración española. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, [s. l.], v. 11, n. 27, 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1318>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SORRENSON, R. Towards a history of the Royal Society in the eighteenth century. **Notes and Records of the Royal Society of London**, [s. l.], v. 50, n. 1, p. 29–46, 1996.

SPADAFORA, D. **The Idea of Progress in Eighteenth-Century Britain.** [S. l.]: Yale University Press, 1990.

STIFFONI, G. Historiografía y política en los historiadores de Indias de la primera mitad del siglo XVIII. **Nueva Revista de Filología Hispánica (NRFH)**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 133–156, 1984.

STOLLEY, K. **Domesticating empire: enlightenment in Spanish America.** Nashville: Vanderbilt University Press, 2013.

SUBIRATS, E. **El continente vacío la conquista del Nuevo Mundo y la conciencia moderna.** México: Siglo veintiuno, 1994.

TEGLIA, V. M. De la geografía de las Indias al trazado de un camino alegórico en Naufragios de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. **Telar**, [s. l.], v. 11–12, 2013. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/35078>. Acesso em: 22 fev. 2021.

THE ROYAL Society. Apresentado por BBC radio. [S. l.: s. n.], [s. d.]. (45min). Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/sounds/play/p003hyds>. Acesso em: 22 jun. 2021.

VILLAYERDE, M. J.; CASTILLA URBANO, F. (org.). **La sombra de la leyenda negra.** Madrid: Tecnos, 2016.

ZAMORA VICENTE, A. **La Real Academia Española**. [*S. l.: s. n.*], 2015.